

Fundação Casa de Rui Barbosa
Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos
Mestrado Profissional em Memória e Acervos

Carolina Marques Paula

**Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico: um estudo a partir
da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense**

Rio de Janeiro

2020

Carolina Marques Paula

**Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico: um estudo a partir
da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos.

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 1: Patrimônio documental – Representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lígia Medeiros

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
FCRB

P324p

Paula, Carolina Marques

Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico: um estudo a partir da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense / Carolina Marques Paula. – Rio de Janeiro, 2020.
262 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lígia Medeiros.

Dissertação (Mestrado em memória e acervos) – Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2020.

1. Organização da informação. 2. Memória. 3. Biblioteca Nacional (Brasil). Divisão de Cartografia. 4. Coleção Cartográfica da Biblioteca Fluminense. 5. Unesco. Programa Memória do Mundo. I. Medeiros, Ana Lígia, orient. II. Título.

CDD: 025.3912

Responsável pela catalogação:
Bibliotecária – Carolina Carvalho Sena CRB 6329

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Carolina Marques Paula

Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico: um estudo a partir da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, para obtenção do grau de Mestre em Memória e Acervos

Área de Concentração: Linha de Pesquisa 1: Patrimônio documental - Representação, gerenciamento e preservação de espaços de memória.

Aprovado em ____ de _____ de _____.

Orientadores:

Prof (a). Dr (a). Ana Lígia Medeiros (Orientador)
FCRB

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Edmar Moraes Gonçalves
FCRB

Prof. Dr. André Vieira de Freitas Araújo
UFRJ

Rio de Janeiro
2020

DEDICATÓRIA

A Deus, a Jesus nosso Senhor, e a Virgem Maria Santíssima.

Ao meu pai, Luiz Carlos, *in memoriam*.

A minha mãe, Maria Margarida.

Aos meus peludos, gatos e cães.

AGRADECIMENTOS

À Deus, a Jesus e a Virgem Maria pela concretização dessa pesquisa.

À minha família, na pessoa de minha mãe Maria Margarida e de meu pai, Luiz Carlos, *in memoriam*.

À Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), pela oportunidade em estudar em seu programa de pós-graduação em Memória e Acervos (PPGMA), cujo patrono, Rui Barbosa, que é um dos personagens mais emblemáticos de nossa história nacional, preconizava a instrução e o pensamento livre para todos os cidadãos.

À minha orientadora, Ana Lígia Medeiros, que teve paciência diante das questões de trabalho que enfrentei e de minha intenção em desistir e abandonar a pesquisa. Gostaria que tivéssemos tido uma proximidade maior para discussões mais aprofundadas sobre o tema desta investigação científica.

Aos Professores da Banca Examinadora, tanto da qualificação, quanto da defesa: prof. Ms. Edmar Moraes Gonçalves (FCRB), participante de ambas; prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo (UNIRIO), participante da qualificação; e o prof. Dr. André Vieira de Freitas Araújo (UFRJ/USP), participante da defesa. Agradeço por terem aceito o convite, pela leitura do trabalho, e pela contribuição que deram para o aperfeiçoamento da argumentação, articulação textual, e indicações de bibliografia apropriada ao tema proposto.

Acrescento alguns agradecimentos especiais a pessoas que disponibilizaram uma parte de seu tempo e atenção para contribuírem com essa pesquisa:

Ao prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio, que me trouxe segurança para que eu conseguisse prosseguir nessa pesquisa, pois compreendeu minha proposta de investigação e mostrou que minha argumentação era possível de ser concretizada. Contribuiu também com a indicação de bibliografia pertinente ao tema e me ajudou a encontrar mais detalhes sobre Francisco Antonio Martins, o elo existente entre a Biblioteca Fluminense e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), através de sua precisa indicação para a leitura da *Revista do IHGB*. Seu conhecimento não suprimiu sua empatia e simplicidade, de modo que ele se aproxima dos alunos e dos colegas bibliotecários que precisam de sua orientação, sem arrogância, o que demonstra a construção de um saber voltado ao aprimoramento da área do conhecimento a qual dedica seu estudo.

À profa. Dr (a). Moema de Rezende Vergara (Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST), que acompanhou essa pesquisa como coorientadora até janeiro de 2020, e contribuiu com a indicações de bibliografias pertinentes à história da cartografia e ao conceito de mapa.

Ao prof. Dr. Fabiano Cataldo de Azevedo, por sua ajuda em dois momentos na elaboração dessa dissertação: o primeiro, com a abertura da disciplina eletiva Patrimônio Bibliográfico, pelo programa de pós-graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), pois foi fundamental para que eu tivesse acesso à bibliografia sobre patrimônio documental, além das pesquisas desenvolvidas sobre esse tema; o segundo ocorreu com sua participação na banca de qualificação, ajudando a delimitar o tema, de forma que pudesse dar continuidade a esse projeto.

À biblioteca do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), lugar excelente para encontrar bibliografias sobre ciência, na qual pude contar com a ajuda da bibliotecária Magna Nunes, sempre atenta às necessidades do usuário, oferecendo muitas indicações de leitura pertinentes, que me ajudaram a comprovar a cientificidade do objeto de estudo dessa pesquisa.

Aos bibliotecários da Biblioteca Marina São Paulo de Vasconcellos, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que não impuseram qualquer dificuldade ao meu acesso aos livros. Local no qual me senti livre para percorrer suas estantes, descobrindo livros sobre história e filosofia da ciência, inclusive no período do Império.

Agradeço especialmente aos meus colegas de trabalho da Divisão de Música (DIMAS): Luiz Claudio Coutinho, Taiane Magalhães, Stela Pacheco e Djanilson da Silva Tito, além de nossa chefia imediata, Elizete Higino, pela compreensão, paciência, apoio, e sugestões de leituras.

Um agradecimento especial aos colegas da Biblioteca Nacional do Brasil (FNB): Fernanda Souza, da Divisão de Iconografia; Silvia Fernandes Pereira e Rosângela von Helde, do Plano Nacional de Obras Raras (PLANOR), pela atenção e amizade; João Candido, de Obras Raras; Silvia Santos, do setor de Autoridade; Mônica Carneiro, coordenadora dos Acervos Especiais; Dário Oliveira, da Visita Guiada; Cristina Coelho, Cristina Mathias, Celinha e Helena, Vanda e Uilton da Divisão de Cartografia.

Aos meus colegas de mestrado: Elizabeth Alves, Dijavan Mascarenhas, Rosely Gonçalves Coutinho, Landa Araújo, Simone Carvalhar; Douglas Fasolato, Madalena Schmidt, Stefania Paiva, Thaiza Menezes, Anne Busquet e Michelle Basile; uma turma que considerei unida e disposta a se ajudar mutuamente. Não posso esquecer do prof. Dr. Antonio Herculano Lopes, que contribuiu com cada pesquisa, além de sua amizade e bom humor.

Agradeço ao apoio de meus colegas de longa data, como a Sabrina Dias, Marcelo Cristóvão, ambos bibliotecários da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO); à Alessandra Fiorini Bessa, bibliotecária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que reencontrei em 2013, quando cursava veterinária; às bibliotecárias da FGV-RJ: Márcia Bacha, Mercedes Ramos, Amanda Medeiros, Maria do Socorro Gomes, Andrea Guaranha, que me ajudaram ao longo da vida acadêmica e profissional.

E não posso deixar de agradecer aos meus professores do curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), do período de 2004 a 2009, sem os quais essa etapa sequer teria sido concretizada. Agradeço em especial à profa. Ms. Maria Thereza Fontoura (UNIRIO) e ao prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda (UNIRIO/CFB).

Por fim, agradeço minha família e aos meus animais de estimação -- mais precisamente 4 gatos e 2 cachorros: Sophia, Jojo, Miguelzinho, Olavinha, na turma dos gatos; Zequinha ("jovem batráquio") e Merlin ("velho lobo do mar"), na turma dos cães. Dedico esse trabalho a esses pequenos, especialmente por serem minha companhia constante ao longo dessa jornada de 12 anos de vida para os cachorros, e entre 4 e 7 anos de vida para os gatinhos. Aturaram meu estresse, impaciência, mau humor, sempre com sua presença alegre e amorosa, e, às vezes, tentando chamar atenção sentando no mouse, ficando na frente do notebook, e latindo para os vizinhos que passavam no corredor.

En la ciencia, más que en ninguna otra institución humana, es necesario investigar el pasado para comprender el presente y dominar el futuro.

John D Bernal. *Historia social de la ciencia I: la ciencia en la historia.*

RESUMO

PAULA, Carolina Marques. *Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico: um estudo a partir da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense*. 2020. 262f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.

A Biblioteca Nacional do Brasil possui acervos científicos, como a Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense, que se encontram ocultos na conformação organizacional adotada pela instituição, que mantém a divisão de seus acervos por tipologia material, o que pouco revela sobre a natureza informacional dessas publicações. Dessa forma, essa pesquisa objetiva apresentar um método de valoração de acervos científicos, cujos parâmetros desenvolvidos tem como fundamento o conceito de patrimônio documental. O método proposto se divide em duas etapas: a primeira é o estudo da proveniência cultural da coleção e/ou documentos a serem valorados, de modo a obter os valores patrimoniais dos mesmos; a segunda etapa é da submissão desses documentos patrimoniais aos parâmetros, que são requisitos para o reconhecimento desses documentos e/ou coleções como patrimônio documental científico. Para tanto, utilizei o método do estudo de caso único, pois, a partir do estudo de uma coleção exemplar, observando suas peculiaridades enquanto documento científico, pude testar a eficácia dos parâmetros elaborados para valoração desses documentos. Tais parâmetros são: Lugar da produção científica (territorial e institucional); Cientistas (pessoas); Relevância científica (campo do conhecimento e comunidade); Uso dos dados em novas pesquisas. Concluiu-se que o uso desses critérios evidencia os valores patrimoniais da coleção em conformidade com a missão estabelecida para uma Biblioteca Nacional, identificando no acervo os documentos que são representativos da produção científica brasileira (patrimônio documental científico), além de tornar evidentes o vínculo existente entre esses documentos científicos com a comunidade que o produziu, de forma a contribuir para a divulgação da formação científica nacional.

Palavras-chave: Valor patrimonial. Valoração de documentos. Patrimônio documental. Biblioteca Nacional. Documento científico. Documento Cartográfico

ABSTRACT

PAULA, Carolina Marques. *Proposal for a method to evaluate the cartographic collection of the Biblioteca Fluminense as a scientific documental heritage*. 2020. 262f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) – PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2020.

The National Library of Brazil has scientific collections, such as the Cartographic Collection Biblioteca Fluminense, which are hidden in the organizational structure adopted by the institution, which maintains the division of its collections by material typology, which reveals little about the informational nature of these publications. Thus, this research aims to present a method of valuation of scientific collections, whose parameters developed are based on the concept of documental heritage. The proposed method is divided into two stages: the first is the study of the cultural provenance of the collection and/or documents to be valued in order to obtain their heritage values; the second stage is the submission of these heritage documents to the parameters, which are requirements for the recognition of these documents and/or collections as scientific documental heritage. To do so, I used the single case study method, because from the study of an exemplary collection, observing its peculiarities as a scientific document, I was able to test the effectiveness of the parameters developed for the valuation of these documents. Such parameters are: Place of scientific production (territorial and institutional); Scientists (people); Scientific relevance (field of knowledge and community); Use of data in new research. It was concluded that the use of these criteria highlights the heritage values of the collection in accordance with the mission established for a National Library, identifying in the collection the documents that are representative of the Brazilian scientific production (scientific documental heritage), in addition to making evident the link between these scientific documents and the community that produced them, in order to contribute to the dissemination of the national scientific formation

Keywords: Heritage value. Evaluation of collections. Appraisal of documents. Documental Heritage. National Library. Scientific document. Cartographic document.

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Quadro 1	Organização de listagem de aquisições para a Biblioteca Régia Portuguesa, em 1733.....	23
Quadro 2	Definições para "documento cartográfico" segundo a Biblioteconomia.....	63
Quadro 3	Critérios de raridade da Biblioteca Nacional do Brasil.....	71
Quadro 4	Critérios para registro de documentos no programa Memória do Mundo da UNESCO, segundo as publicações de 1995.....	82
Quadro 5	Critérios para registro de documentos no programa Memória do Mundo da UNESCO, publicados em 2002.....	83
Quadro 6	Sociedades e gabinetes de leitura existentes no Rio de Janeiro, em 1847.....	94
Quadro 7	Biblioteca Fluminense no índice do Almanak Laemmert.....	104
Quadro 8	Endereços da Biblioteca Fluminense e crescimento quantitativo do acervo enquanto de sua permanência neles.....	109
Quadro 9	Bibliotecários da Biblioteca Fluminense.....	112
Quadro 10	Assuntos e tipos materiais no catálogo da Biblioteca Fluminense de 1866.....	136
Quadro 11	Mapas da coleção cartográfica da Biblioteca Fluminense separados por período de publicação.....	142
Quadro 12	Mapas da coleção Biblioteca Fluminense relacionados ao lugar: território, instituição.....	144
Quadro 13	Mapas da coleção Biblioteca Fluminense relacionados a autoria.....	146
Quadro 14	Mapas da coleção Biblioteca Fluminense relacionados a sua relevância científica.....	148
Quadro 15	Listagem de leis e decretos brasileiros que tratam de bens culturais e patrimônio cultural.....	174

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1	Esquema conceitual.....	29
Figura 2	Breve estudo etimológico do termo bibliografia.....	55
Figura 3	Folha de apresentação. Caderno Esboços dos contornos da carta hydrographica do rio Amazonas no curso brasileiro. Barão de Ladário. 1863.....	59
Figura 4	Breves e arredores. Caderno Esboços dos contornos da carta hydrographica do rio Amazonas no curso brasileiro. Barão de Ladário.....	59
Figura 5	Folha de rosto. Primeiros traços geraes da Carta particular do Rio Amazonas no curso brasileiro. Comissão Demarcadora de Limites do Brazil com o Perú, Barão de Ladário. 1863.....	60
Figura 6	Dados matemáticos. Primeiros traços geraes da Carta particular do Rio Amazonas no curso brasileiro. Comissão Demarcadora de Limites do Brazil com o Perú, Barão de Ladário. 1863.....	60
Figura 7	Breves e arredores. Primeiros traços geraes da Carta particular do Rio Amazonas no curso brasileiro. Comissão Demarcadora de Limites do Brazil com o Perú, Barão de Ladário. 1863.....	61
Figura 8	Folha de rosto. <i>Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil dirigido pelo capitão de fragata José da Costa Azevedo</i> [Barão de Ladário].....	61
Figura 9	Breves e arredores. <i>Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil dirigido pelo capitão de fragata José da Costa Azevedo</i> [Barão de Ladário].....	62
Figura 10	[Mapa de parte de Minas Gerais – Cartas sertanistas].....	64
Figura 11	Pesquisa na base da Hemeroteca Digital pela modalidade de busca por "local". Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.....	89
Figura 12	Resultado da busca.....	89
Figura 13	Ex-libris da Biblioteca Fluminense afixado na encadernação do atlas "Itinérare descriptif de l'Espagne, par M. Le. C.te Al de Laborde" publicado por Didot Frères em 1834.....	92
Figura 14	Registro antigo, feito na Biblioteca Nacional do Brasil no período do recebimento do acervo da Biblioteca Fluminense.....	92
Figura 15	Nota publicada no Correio mercantil, na qual aparece Bernardo Joaquim de Oliveira como um dos diretores eleitos da sociedade Phil Elterpe.....	98

Figura 16	Um dos primeiros anúncios sobre a disponibilidade de ações para os interessados em participar da associação que administraria o "gabinete de leituras nacional", posterior Biblioteca Fluminense.....	106
Figura 17	Anúncio publicado no Jornal do Commercio alguns dias antes da assembleia para escolha da diretoria, informando local e horário da reunião.....	106
Figura 18	Endereços da Biblioteca Fluminense. Destaque a proximidade com a Rua do Ouvidor, ultimo endereço desse estabelecimento.....	110
Figura 19	Provável fachada da Biblioteca Fluminense, na rua do Ouvidor, n. 62 e 62A.....	121
Figura 20	Folha de rosto do livreto produzido por Felix Ferreira com projeto de reforma da Biblioteca Fluminense.....	125
Figura 21	Livros da Biblioteca Fluminense em fotografia publicada na primeira página do jornal A Noite.....	132
Figura 22	Folha de rosto do Catálogo do acervo da Biblioteca Fluminense, publicado em 1866.....	136
Figura 23	Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.....	143
Figura 24	Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro, 1874.....	145
Figura 25	Carta corographica do Império do Brazil.....	147
Figura 26	Planta de Angra dos Reis (1856), mapa batimétrico.....	149
Figura 27	Planta geral da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco (1860).....	150
Figura 28	Mappa das linhas da Companhia Botanical Garden Rail Road (1890).....	150
Figura 29	Planta da Enseada de Botafogo (1880).....	151
Figura 30	Anúncio de compra de bilhetes, com o nome do comprador, publicado no Jornal do Commercio.....	181
Figura 31	Anúncio sobre a venda dos bilhetes de loteria da Biblioteca Fluminense, publicado no jornal do Rio de Janeiro.....	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCI	Comitê Consultivo Internacional
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PLANOR	Plano Nacional de Obras Raras
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	19
1	A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIÊNCIA.....	33
1.1	A compreensão de "ciência" na proposta dessa pesquisa.....	34
1.2	Chaves da consciência contemporânea: memória, identidade e patrimônio.....	37
1.2.1	<u>Lugares de memória.....</u>	41
1.2.2	<u>Memória e identidade em Bibliotecas Nacionais.....</u>	43
1.2.2.1	<u>Bibliotecas Nacionais segundo Guy Sylvestre.....</u>	44
1.2.2.2	<u>Bibliotecas Nacionais segundo Peter Johan Lor.....</u>	46
1.2.2.3	<u>Bibliotecas Nacionais segundo Patrice Landry.....</u>	47
1.3	O patrimônio documental: origem e definições.....	49
1.4	Patrimônio documental científico.....	57
1.5	Mapas e sua definição enquanto documentos.....	63
2	PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMONIO DOCUMENTAL CIENTÍFICO: UMA PROPOSTA.....	67
2.1	A valoração de acervos em bibliotecas.....	67
2.2	Avaliação de coleções segundo a Biblioteconomia.....	69
2.3	Métodos bibliofílicos de avaliação de acervos.....	71
2.4	Método de valoração patrimonial.....	75
2.4.1	<u>Valor patrimonial segundo Jukka Jokilehto.....</u>	76
2.4.2	<u>Valor patrimonial segundo Ulpiano Bezerra de Menezes.....</u>	78
2.5	Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico...	80
2.5.1	<u>Parâmetros propostos.....</u>	84



2.5.1.1	<u>Parâmetros para o estudo da proveniência cultural</u>	84
2.5.1.2	<u>Parâmetros para o documento científico patrimonial</u>	85
3	ESTUDO DA PROVENIENCIA CULTURAL DA COLEÇÃO	
	CARTOGRÁFICA BIBLIOTECA FLUMINENSE	87
3.1	Metodologia para obtenção de informações sobre sua proveniência	
	cultural	87
3.2	Estudo da proveniência cultural da coleção	90
3.2.1	<u>A influência do nativismo</u>	93
3.2.2	<u>A influência da benemerência</u>	96
3.2.3	<u>Contexto social: o Rio de Janeiro, em 1847</u>	100
3.3	"Lugar de memória": o gabinete nacional de leituras da associação	
	Biblioteca Fluminense	103
3.3.1	<u>O discurso de fundação</u>	105
3.3.2	<u>Os primeiros anos de funcionamento: em busca de um lugar definitivo</u>	108
3.3.3	<u>O cargo de bibliotecário</u>	111
3.3.4	<u>O primeiro apelo às loterias</u>	112
3.3.5	<u>Os acionistas solicitam nova assembleia para troca da diretoria</u>	113
3.3.6	<u>Rotinas na Biblioteca; rugas entre os sócios; e mais um pedido de loteria</u>	116
	<u>entre as décadas de 1860 e 1870</u>	
3.3.7	<u>O segundo apelo às loterias, e as discussões no congresso imperial</u>	119
3.3.8	<u>Declínio das atividades e notícias intrigantes nos jornais na década de 80</u>	122
3.3.9	<u>"A reforma da Bibliotheca Fluminense": o projeto da criação de uma</u>	
	<u>Sociedade Bibliográfica Brasileira</u>	125
3.3.10	<u>Liquidação da Biblioteca Fluminense</u>	129
3.4	Francisco Antonio Martins e o acervo da Biblioteca Fluminense	133

3.5	Especialização e cientificidade: aspectos do acervo da Biblioteca	
	Fluminense.....	135
3.6	Os valores patrimoniais da Coleção Cartográfica Biblioteca	
	Fluminense.....	138
4	APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS NA COLEÇÃO CARTOGRÁFICA BIBLIOTECA FLUMINENSE: ESTUDO DE CASO.....	141
4.1	Parâmetro - Período de produção da documentação científica.....	141
4.2	Parâmetro - Lugar da produção científica (territorial e institucional)	143
4.3	Parâmetro – Cientistas.....	146
4.4	Parâmetro - Relevância científica.....	147
4.5	Parâmetro - Uso dos dados em novas pesquisas.....	151
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	157
	APÊNDICE A.....	169
	APÊNDICE B.....	171
	APÊNDICE C.....	179
	ANEXO A.....	184
	ANEXO B.....	225
	ANEXO C.....	255
	ANEXO D.....	256

INTRODUÇÃO

A Biblioteca Nacional do Brasil possui acervos científicos, como a coleção cartográfica Biblioteca Fluminense, que permanecem ocultos na organização de acervos adotada pela instituição, a qual se baseia na separação dos documentos por tipologia material¹, o que pouco revela sobre a natureza informacional dessas publicações². Outros fatores contribuem para esse quadro, quais sejam: a necessidade em traduzir documentos em línguas clássicas³, como grego e latim, além do uso de métodos bibliofílicos para avaliação de acervos, como os critérios de raridade.

O primeiro registro desse tipo de organização de acervos na Biblioteca Nacional do Brasil data do final do século XIX, mais precisamente de 1876, quando Ramiz Galvão, então presidente da instituição⁴, determinou o remanejamento dos acervos separando-os em seções por tipologia material. Conforme o art. 1º, do decreto nº 6.141 de 1876⁵, as seções seriam distribuídas da seguinte forma: "1ª secção de impressos e cartas geographicas; 2ª secção de manuscritos; e 3ª secção de estampas". Neste mesmo documento, ele estabeleceu as atribuições para o cargo de bibliotecário, de chefes de seções, e dos empregados que comporiam o corpo de funcionários da biblioteca (oficiais, secretários, auxiliares, guarda e porteiro), além de seus respectivos vencimentos.

Na década de 1940, a Biblioteca Nacional do Brasil passou novamente por uma reestruturação, e novos setores foram criados, conforme o texto de seu regimento interno, promulgado pelo decreto nº 20.478, de 24 de janeiro de 1946⁶, no período em que o presidente

¹ Mesmo que existam Divisões temáticas na instituição — como as de Música e a própria Cartografia —, ainda assim a separação é por tipo material, que, no caso da Cartografia, não revela a cientificidade do acervo, de modo a exigir que o bibliotecário inicie pesquisas que objetivem a identificação dos valores patrimoniais dos documentos e coleções.

² Pela indexação é possível estabelecer os assuntos dos documentos, entretanto ela é insuficiente para reconhecer o valor patrimonial "científico" dessa coleção.

³ Nesse sentido, a Biblioteca Nacional do Brasil estabeleceu uma parceria com o Núcleo de Línguas Clássicas, da Faculdade de Letras da UFRJ, que, além de diversas outras atividades, oferece cursos de Latim instrumental para bibliotecários e demais profissionais da informação — como o "Latim nas Obras Raras" e "Transcrição em Latim" — objetivando contribuir na representação descritiva desses acervos, com enfoque na identificação de autoria, título e local de publicação no documento.

⁴ À época, pelo que pude apurar através das informações levantadas sobre a própria Biblioteca Fluminense e àquelas constantes no artigo 4º do referido decreto, o cargo de "bibliotecário" era administrativo e político, equivalente ao atual cargo de presidente da instituição, pois não requeria de seu ocupante o conhecimento relacionado às práticas de organização de acervos, mas sim seu prestígio no meio intelectual e suas boas relações com o governo atuante.

⁵ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6141-4-marco-1876-549105-publicacaooriginal-64453-pe.html>. Acesso em 10 abr. 2020

⁶ Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20478-24-janeiro-1946-32_8593-norma-pe.html. Acesso em 10 abr. 2020

da instituição foi Rubens Borba de Moraes. A partir desse momento, a biblioteca passou a ser constituída por "Divisões" identificadas como Aquisição, Catalogação, Circulação e Obras raras e Publicações, sendo que esta última compreendia as seções de Iconografia, Manuscritos, Publicações e Microfilmes. Nesse período ocorreu também a reestruturação do "Curso de Biblioteconomia" da instituição (WEITZEL, 2014, p. 172-175), além da criação da Divisão de Serviços Auxiliares.

Atualmente, a portaria nº 74, de 3 de agosto de 2018⁷, que aprovou o novo regimento interno da instituição, apresenta uma nova reestruturação com o aumento da hierarquização e verticalização administrativa da Biblioteca Nacional do Brasil. Suas atividades e serviços foram agrupados sob um sistema de coordenadorias, da seguinte forma: Coordenação-geral de planejamento e administração; Coordenação de Acervo Geral (constituída pela Divisão de Obras Gerais, Referência, Informação documental); Coordenação de Publicações Seriadas (Divisão de Periódicos); Coordenação de acervo especial (que inclui as Divisões de Cartografia, Iconografia, Manuscritos, Música, Obras Raras, PLANOR⁸); Coordenação de Cooperação Institucional; Coordenação de Promoção a Difusão Cultural; Coordenação de Conservação; Coordenação de Serviços Bibliográficos.

Observe que as três formas apresentadas de estruturação administrativa e organizacional da instituição, em relação a seus documentos, tiveram como parâmetro os métodos bibliofílicos de avaliação de acervos. Isto significa que o acervo é percebido⁹ principalmente segundo sua materialidade, isto é, por seu valor artefactual, além do monetário e cronológico, que também podem ser considerados. No entanto, a instituição é um repositório da "memória bibliográfica e documental nacional", conforme definido no artigo 2º, inciso I, de seu regimento interno, já mencionado. A Lei de Depósito Legal (lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004¹⁰), reforça esse entendimento em seu artigo 1º, quando estabelece ser a Biblioteca Nacional do Brasil responsável pelo "[...] registro e guarda da produção intelectual nacional".

Em observância a essas proposições legislativas e aos acervos científicos existentes na instituição, essa pesquisa propõe uma reflexão quanto a outras percepções possíveis para os

⁷ Disponível em: <https://www.bn.gov.br/documento/demais-documentos-institucionais/regimento-interno-fbn>. Acesso em: 16 mar. 2020

⁸ O Plano Nacional de Obras Raras é um setor que oferece curso e capacitação de profissionais da informação, principalmente bibliotecários, para identificação de obras raras e coleções especiais em todo o Brasil.

⁹ Esclareço que essa pesquisa se baseia nas informações disponíveis no site institucional da Biblioteca Nacional do Brasil. Se existem outros parâmetros não divulgados no mesmo, não serão citados nessa pesquisa.

¹⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110994.htm#:~:text=1%C2%BA%20Esta%20Lei%20regulamenta%20o,da%201%C3%ADngua%20e%20cultura%20nacionais. Acesso em: 09 abr. 2020

documentos científicos em Bibliotecas Nacionais, a partir da elaboração de parâmetros para a identificação de tais documentos como patrimônio documental científico, reconhecendo seus valores patrimoniais. Esse tipo de entendimento está em conformidade com a missão institucional das bibliotecas nacionais, de modo que a patrimonialização da ciência, por meio de seus documentos, mostra-se como um mecanismo de aproximação das práticas científicas — assim como de seus resultados — da sociedade brasileira, que passa a percebê-los como parte integrante da construção de sua própria identidade; além de ser um meio de conservar a memória da produção científica nacional.

Posso exemplificar os benefícios da identificação de acervos científicos em Bibliotecas Nacionais por meio da matéria jornalística publicada, recentemente, no jornal a *Folha de São Paulo*, que menciona estudos e testes que estão sendo realizados em laboratório a partir de formulações descritas em um livro de medicina da Inglaterra medieval conhecido por *Bald's Leechbook*¹¹. Essa obra tem 1.200 anos, e as formulações apresentadas nela mostraram-se eficazes no combate de bactérias resistentes a antibióticos da atualidade¹² (PINTO, 2020). A implicação desse estudo é de extrema importância, pois os antibióticos podem agir na membrana da célula, em sua parte interna, e no núcleo da mesma, sendo que, nesse último caso, a atuação do medicamento pode eliminar tanto a bactéria quanto a vida do paciente¹³, de modo que pesquisas são desenvolvidas em busca de novos medicamentos que vençam essa resistência, tal como a citada na reportagem. Interessante observar que os cientistas envolvidos nessa investigação são de campos do conhecimento distintos, com a participação de "[...] microbiologistas, químicos, farmacêuticos, analistas de dados e medievalistas de universidades britânicas e americanas" (PINTO, 2020), que, reunidos nesse estudo interdisciplinar, já conseguiram apresentar seus primeiros resultados. Mas o fator principal que quero destacar é que este documento está sob a guarda da *British Library*, que, não por acaso, tem um espaço físico dedicado às coleções científicas, o *Science Reading Rooms*¹⁴, que objetiva abrigar documentos referentes à medicina, ciências da vida, física, e engenharia, o que possivelmente facilitou o início desse tipo de investigação, exatamente por dar visibilidade aos acervos científicos.

¹¹ Disponível em: <https://www.bl.uk/collection-items/balds-leechbook>. Acesso em: 06 ago. 2020

¹² Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-020-69273-8>. Acesso em: 06 ago. 2020

¹³ Informação obtida durante a disciplina "Primeiros Socorros", ministrada pela Profa. Lauracy Monzato em 2012, no Curso Técnico em Farmácia do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC – RJ).

¹⁴ Disponível em: <https://www.bl.uk/subjects/science>. Acesso em: 10 ago. 2020

Outra biblioteca nacional que também tem um espaço dedicado aos documentos científicos é a *Library of Congress*, que possui uma seção chamada *Science Reference Collection*¹⁵, composta por livros de ciência e tecnologia, relacionados aos campos da engenharia, matemática, medicina, astronomia, entre outros. Observa-se que todos os tipos materiais relacionados a esse tema estão organizados dentro dessas salas, como, por exemplo, periódicos, obras de referência e manuscritos. Além disso, os campos do conhecimento que compõem cada uma dessas salas obedecem a definição de ciência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)¹⁶, especificado no glossário da entidade¹⁷. Porém, acredito que a escolha dos campos que compõem uma sala temática voltada para um acervo científico, colecionados por uma Biblioteca Nacional, dependerá do que cada nação compreende por ciência, pois irá refletir sua própria produção científica.

No entanto, quando as Bibliotecas Nacionais optam por adotar métodos bibliofílicos para organização e avaliação/valorização de seus acervos, os documentos científicos não terão a visibilidade necessária para despertar o interesse de pesquisa, que poderiam resultar em descobertas tão interessantes e relevantes como a mencionada na notícia da *Folha de São Paulo*.

Marta Lourenço (2009, p. 47) resume a situação do patrimônio científico brasileiro, no âmbito museológico, e que pode ser estendida também ao patrimônio documental científico de bibliotecas e arquivos, a saber: "[...] o patrimônio da ciência é 'matéria negra' do universo do patrimônio", de forma que sua destruição ocorre sem ser percebida. Para esta autora, os historiadores e cientistas são os "[...] atores que poderiam e deveriam ter um papel crucial na sua preservação e promoção" (LOURENÇO, 2009, p. 48). No entanto, aponto outros atores, tão importantes quanto, que podem não estar conscientes da relevância de seu trabalho e das consequências de suas decisões na salvaguarda desses documentos: os bibliotecários, arquivistas e museólogos. Para que esses profissionais sejam efetivos na conservação, organização e divulgação da documentação científica, sua dedicação às práticas de pesquisa deve ser intensificada, e não apenas o desenvolvimento de técnicas relacionadas ao processamento dos acervos. É através de sua aproximação com a procedência dessas coleções, que será possível identificar nos acervos os documentos com atributos de patrimônio documental científico.

¹⁵ Disponível em: <https://www.loc.gov/tr/scitech/collect.html>. Acesso em: 10 ago. 2020

¹⁶ A UNESCO define "*Natural Science*" especificando os campos do conhecimento que compõem essa ramificação da ciência: "*Natural sciences include: mathematics; computer and information sciences; physical sciences; chemical sciences; earth and related environmental sciences; biological sciences; and other natural sciences*". Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/glossary>. Acesso em: 16 ago. 2020

¹⁷ Disponível em: <http://uis.unesco.org/en/glossary>. Acesso em: 16 ago. 2020

A Biblioteca Nacional do Brasil é formada principalmente por acervos científicos, assim como todas as Bibliotecas Nacionais oriundas do colecionismo real. De acordo com Gérard Namer (1987, p. 165-166), embora existisse o colecionismo bibliofílico, "*la Bibliothèque royale (puis nationale) [...], illustrée par le traité de Naudé, est avant tout une bibliothèque savante*" (grifo nosso), cujo acervo estava aberto à consulta de cientistas e intelectuais, estabelecendo um vínculo entre o "poder político" e o "conhecimento". O Tratado de Naudé¹⁸ especifica essa prática na corte francesa; no entanto ela também ocorria na corte portuguesa, com a participação dos "*savantes* do reino" na elaboração de listagens para aquisição de documentos para a Real Biblioteca (FURTADO, 2012, p. 213), conforme mostrado no Quadro 1:

Quadro 1 – Organização de listagem de aquisições para a Biblioteca Régia Portuguesa, em 1733

Intelectuais incumbidos da organização	Ocupação	Área temática
dom Manuel Caetano de Souza	Idealizador da Academia Real de História Portuguesa	Organização das Bíblias e seus comentadores
cardeal da Mota	Conselheiro de Estado	Seção de teologia
marquês de Abrantes	Sócio da Academia Real de História Portuguesa	Organização da seção de história
marquês de Alegrete	Secretário da Academia Real de História Portuguesa	Área de filologia
Paulo de Carvalho e Ataíde	[Professor da Universidade de Coimbra e arcebispo da Sé]	Direito canônico e civil
Francisco Xavier Leitão	[não informado]	Filosofia e medicina
conde de Ericeira	[não informado]	Matemática

Fonte: (FURTADO, 2012, p. 213); Arquivo Nacional (site); Patrimônio Cultural de Portugal (Site)

Outras coleções doadas à Biblioteca Nacional do Brasil também continham documentos científicos, como a própria coleção objeto de estudo dessa dissertação, a Coleção Biblioteca Fluminense, localizada na Divisão de Cartografia, e composta por mapeamentos produzidos ao longo do século XIX por comissões de limites, fronteiras e infraestrutura, além de mapeamentos oriundos de instituições civis e militares, cuja principal temática era o território brasileiro e de suas províncias.

¹⁸ *Advis pour dresser une bibliothèque*. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k576966.texteImage>. Acesso em: 12 ago. 2019

Esse acervo, junto ao mobiliário e a outros documentos da Biblioteca Fluminense — um gabinete de leituras fundado no Rio de Janeiro, em meados do século XIX — foi recebido na Biblioteca Nacional do Brasil em 1916, período no qual ocorreu a liquidação desse estabelecimento e seus sócios determinaram a doação de tudo o que o gabinete de leituras continha.

Consta em relatório da época (ver **APÊNDICE A**), que aproximadamente 2.300 mapas foram recebidos pela Biblioteca Nacional do Brasil (GALVÃO, 1916, p. 4), e o seu registro foi iniciado quase que imediatamente, conforme observa-se no livro de tombo da "3ª Secção - Aquisições - Cartas Geográficas", no qual a entrada dos primeiros documentos data de junho de 1916, sendo a doação realizada entre janeiro e fevereiro deste mesmo ano.

Meu primeiro contato com essa coleção se deu quando iniciei meus trabalhos na Divisão de Cartografia, em 2016. Ao consultar o referido livro de tombo (**ANEXO A**), pude ter a dimensão desse conjunto documental através de seus títulos, que me revelaram seus assuntos e enfoques principais. Além disso, percebi ser possível organizar esses documentos temporalmente, conforme sua data de publicação, de modo a visualizar o quadro da cartografia brasileira desenvolvida ao longo do século XIX, com a progressão das técnicas cartográficas empregadas no mapeamento, além do uso desses mapas na conformação do território nacional, como apontado por Renato Amado Peixoto (2005) em sua tese *A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX*, na qual o autor menciona a utilização das corografias¹⁹, dos atlas e das cartas gerais na difusão de um "saber sobre o espaço", com a formação de coleções cartográficas que contribuíssem com a ratificação desse "saber", que estava sendo construído ao longo desse período, inclusive com a elaboração de uma "narrativa territorial" através do mapas históricos.

Se Renato Amado Peixoto apresentou o valor histórico desse tipo de mapeamento produzido no século XIX, Silva e Barboza (2012, p. 12) corroboram com meu entendimento quanto a esse acervo ser também científico, pois afirmam que "[...] as publicações do século XVI ao XIX, que tratam da ocupação e exploração do território brasileiro, bem como das diversas expedições que o percorreram [...] também podem ser considerados acervos bibliográficos de ciência e tecnologia", pois seus dados e informações "[...] constituem material de pesquisa de diversas subáreas científicas". Deste modo, um estudo sob o enfoque pretendido por esse projeto mostra-se possível.

¹⁹ "Descrição de um país, de uma região [...]". (OLIVEIRA, 1987, p. 123)

Assim sendo, ao identificar os atributos dessa coleção (identitário, de memória e científico), surgiu a questão problema dessa dissertação: como o conceito de patrimônio documental poderia contribuir na criação de parâmetros para valoração de documentos e/ou coleções, de forma a identificar aqueles cujos atributos os revelem como patrimônio documental científico?

Parte-se da hipótese de que apenas uma valoração de acervos fundamentada no conceito de patrimônio documental, isto é, observando a relação identitária desse documento com a comunidade que o criou, poderia atender ao desenvolvimento de coleções de acervos científicos, em Bibliotecas Nacionais, de modo que os parâmetros para sua identificação considerem tanto a missão institucional, como os possíveis valores patrimoniais reconhecidos em tais documentos, propiciando, dessa forma, meios para identificação do patrimônio documental científico existente na instituição.

O conceito de patrimônio científico é estudado pela Museologia, e se refere aos objetos científicos custodiados em museus. Existe uma quantidade expressiva de dissertações, artigos e publicações relacionadas ao tema, principalmente oriundas dos programas de pós-graduação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)²⁰. Por isso, optei por especificá-lo em "patrimônio documental científico", pois, dessa forma, e seguindo a definição de documento de Paul Otlet, aqueles que estejam salvaguardados em arquivos e bibliotecas também poderiam se beneficiar dessa identificação, e estudos serem iniciados sob essa ótica.

Diante das questões apresentadas, defini como objetivo geral para essa pesquisa elaborar parâmetros que identifiquem os documentos cujos atributos os qualifiquem como patrimônio documental científico. Os objetivos específicos estabelecidos foram:

- Fazer revisão de literatura sobre os conceitos fundamentais ao desenvolvimento da argumentação pretendida, apresentando a relação entre eles e o objeto de estudo;
- Elaborar os parâmetros para valoração de documentos e/ou coleções com vistas a identificar o patrimônio documental científico existente na Biblioteca Nacional, tendo como principais bases teóricas, a saber: a) os critérios estabelecidos para registro de documentos no Programa Memória do Mundo da UNESCO (edições de 1995 e 2002); b) o estudo sobre valor patrimonial de Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (2009); c) a mensuração de valores patrimoniais apresentada por Jukka Jokilehto (2016).

²⁰ Programa de Pós-Graduação em Preservação de Acervos de Ciência e Tecnologia (PPACT); e Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS).

- Apresentar o estudo da proveniência bibliofílica e cultural da coleção objeto de estudo dessa pesquisa, de modo a confirmar sua relação identitária com a comunidade que produziu tais documentos, que no âmbito dessa pesquisa é a população brasileira. Esse procedimento corresponde a primeira etapa do método de valoração patrimonial para documentos científicos, proposto por essa pesquisa;
- Apresentar a aplicação dos parâmetros elaborados na coleção objeto de estudo dessa pesquisa por meio do estudo de caso, que objetiva demonstrar uma coleção existente no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, que atenda aos parâmetros estabelecidos, de modo a exemplificar documentos com atributos de patrimônio documental científico.
- Organizar os mapas da coleção estudada em uma listagem, de modo a torná-los conhecidos.

A justificativa para essa pesquisa se apresenta sob três aspectos principais: o primeiro se refere ao reconhecimento da existência de um acervo científico de memória na Biblioteca Nacional do Brasil e a urgência em sua preservação e divulgação; o segundo é a patrimonialização como um recurso favorável à liberdade e a preservação identitária dos povos; e, por fim, a patrimonialização da ciência, através de seus documentos, como proteção às práticas científicas aproximando-as da sociedade brasileira.

O primeiro aspecto está relacionado ao interesse em mostrar que na Biblioteca Nacional do Brasil existem documentos científicos com atributos de patrimônio documental, e que, devido ao colecionismo por meio do depósito legal — não esquecendo os demais métodos de aquisição comuns às bibliotecas — é possível perceber, através de um estudo cronológico, a produção científica nacional e a progressão dos campos do conhecimento no Brasil.

Acredito que a Biblioteca Nacional do Brasil seja a única instituição que pode oferecer essa visão dimensional do desenvolvimento dos campos do conhecimento no país devido a captação de documentos por meio desse "instrumento jurídico". Obviamente existem outras instituições que possuem acervos científicos, no entanto, tal colecionismo é direcionado a um campo específico do conhecimento, de modo que somente a Biblioteca Nacional do Brasil reúne um conjunto representativo da produção científica nacional cobrindo todos os campos. Logo, as ações de gestão de acervos precisam ser direcionadas para a salvaguarda deste patrimônio documental científico, e não à sua ocultação, de forma que os métodos de avaliação/valoração de acervos adotados pela instituição sejam reflexionados e aprimorados para o reconhecimento desses documentos enquanto patrimônio documental científico brasileiro.

O segundo aspecto está relacionado ao contributo sem precedentes que os textos oriundos das conferências da UNESCO trouxeram ao relacionar a produção cultural com a construção identitária de uma comunidade. No âmbito dos documentos, estabeleceu-se uma relação de representatividade, de modo que, como especificado por Joël Candau (2019, p. 16), o patrimônio torna-se uma dimensão da própria memória, e por isso mesmo, participe da formação identitária tanto do indivíduo quanto da sociedade como um todo. Sem dúvidas é uma medida inteligente, tanto para proteger e conservar os documentos, motivando a comunidade a se interessar pelos mesmos, como proteger a própria comunidade de uma subordinação intelectual e cultural em relação a outros grupos, garantindo seus direitos humanos e, principalmente, sua liberdade cultural (UNESCO, 1982). Por isso, a identidade e a memória tornaram-se fatores preponderantes desse novo entendimento, que apenas recentemente começou a ser objeto de discussões no campo da biblioteconomia no Brasil, pois trabalhos em congressos, além de artigos publicados em periódicos com essa temática, começaram a aparecer com mais intensidade nos últimos 10 anos.

O terceiro aspecto que justifica essa pesquisa está relacionado aos benefícios sociais que podem ser alcançados através da patrimonialização da ciência por meio de seus documentos. Tais documentos, por conterem as motivações e os resultados das investigações científicas demonstram a inserção da ciência na rotina das atividades produtivas e intelectuais da sociedade brasileira ao longo do tempo, permitindo perceber sua interferência, direta ou indireta, no desenvolvimento do bem-estar social, das atividades produtivas e econômicas nacionais. Ao tornar-se consciente da inserção da ciência em suas atividades rotineiras e essenciais, a sociedade irá reclamar pela manutenção e existência da mesma, assim como das instituições responsáveis por seu desenvolvimento, e de outras que são instrumentos na construção do conhecimento científico, como as bibliotecas. Os documentos científicos também ratificam o desenvolvimento da ciência no país e a progressão dos próprios campos do conhecimento.

Diante do exposto, a patrimonialização dos documentos científicos pode ser considerada uma forma de proteger a sociedade e o desenvolvimento científico e tecnológico nacional — que é fomentador de empregos e atividades remuneradas nas várias camadas produtivas existentes no Brasil — de ideologias que visem o descrédito das práticas científicas, assim como a negação de sua existência. A patrimonialização aproxima a ciência da sociedade tornando-a material, tangível, familiar e reconhecida como parte de sua própria identidade.

A metodologia empregada para verificar se a hipótese sugerida como solução do problema é factível e adequada aos propósitos dessa pesquisa foi o estudo de caso, seguindo a

abordagem de caso único. Segundo Robert K. Yin, o estudo de caso é amplamente utilizado nas ciências sociais, embora ainda exista alguma resistência em considerá-lo uma metodologia da pesquisa, tendo em vista que:

[...] muitos cientistas sociais ainda acreditam implicitamente que a pesquisa de estudo de caso é apropriada apenas para a fase exploratória de uma investigação, que os levantamentos e as histórias são apropriados para a fase descritiva e que os experimentos são a única maneira de fazer investigações explicativas e causais" (YIN, 2015, p. 7)

No entanto, a abordagem pretendida não objetiva responder a um fato apenas através de um estudo histórico, mas sim observá-lo também na atualidade, buscando uma solução para que um determinado tipo de acervo seja reconhecido por atributos que o relacionem com a sociedade brasileira, o identificando como parte de sua memória intelectual. E esse tipo de identificação tem impacto no desenvolvimento de coleções das bibliotecas, que é uma atividade gerencial e administrativa dos acervos. Assim sendo, apenas o método do estudo de caso possibilita a organização das informações levantadas direcionando-as para responder ao problema aqui proposto, tendo em vista que o estudo de caso tem como principal característica ser uma "observação empírica" (YIN, 2015, p. 17), que permite aos pesquisadores obter uma "[...] perspectiva holística e do mundo real" através de um "caso" (YIN, 2015, p. 4). Além disso, ele permite a aplicação de técnicas para solução de problemas, o desenvolvimento de "proposições teóricas" e a investigação de fenômenos contemporâneos (YIN, 2015, p. 17-18).

Quanto a finalidade metodológica, essa pesquisa se caracteriza como básica-estratégica, pois o método de valoração de acervos proposto, assim como seus parâmetros, não será componentes dos procedimentos adotados para avaliação/valoração de coleções na Biblioteca Nacional do Brasil, de modo que tão somente se objetiva, com esse trabalho, a criação de uma teoria e sua demonstração por meio do acervo estudado.

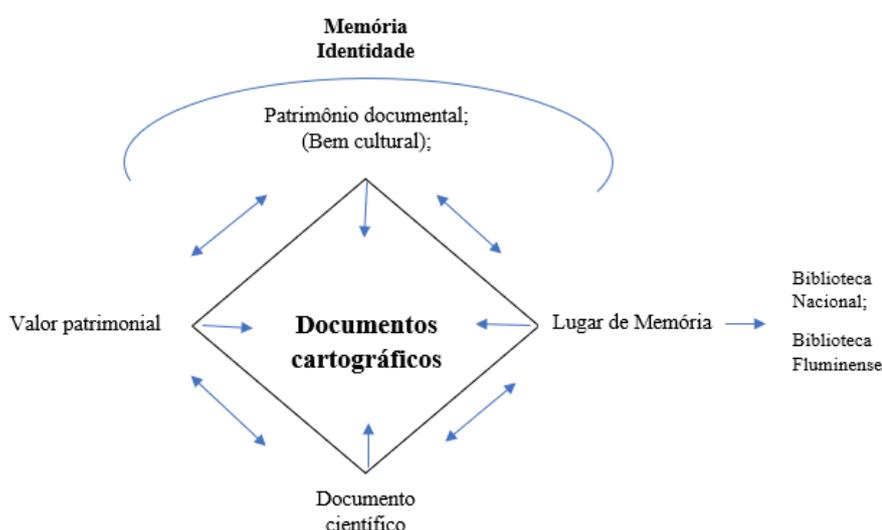
Quanto ao objetivo metodológico, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva-exploratória, segundo uma abordagem qualitativa, pois embora exista uma quantidade de bibliografias sobre alguns assuntos abordados na dissertação, uma parte dela demandou a consulta a documentos originais, de modo que foi necessário construir um texto descritivo e explicativo, principalmente no âmbito da proveniência cultural da coleção.

Por fim, para a análise das informações obtidas utilizei o método hipotético-dedutivo, pois a partir de um problema proposto elaborei uma hipótese que foi testada por meio do estudo

de caso único, assistido pelos demais procedimentos de levantamento bibliográfico e documental.

Essa investigação científica teve sua argumentação orientada por duas afirmações apresentadas por Joël Candau, em seu livro *Memória e Identidade*. Na primeira, este autor menciona que "identidade, memória e patrimônio" podem ser considerados as "três palavras-chave da consciência contemporânea" (CANDAUI, 2019, p. 16), pois a patrimonialização tornou-se um mecanismo de proteção da identidade cultural reivindicado com mais intensidade nestes últimos anos. A segunda afirmação trata o "patrimônio como uma dimensão da memória", de modo que ele pode ser compreendido como a materialização da mesma em um objeto, que no âmbito dessa pesquisa são os documentos estudados. Tais representações são partícipes na formação da identidade, tanto individual, quanto "coletiva" (CANDAUI, 2019, p. 16). Dessa forma, o marco teórico conceitual dessa pesquisa é a "memória", que se relaciona com todos os demais conceitos centrais e com o objeto de estudo, conforme o esquema conceitual (Figura 1), a seguir:

Figura 1 – Esquema conceitual



Fonte: A autora (2020)

Este esquema representa as principais relações conceituais desse trabalho, de forma que a "memória" e a "identidade" são compreendidos como conceitos inerentes a todos os demais, por estarem presentes em cada um deles. O conceito de patrimônio documental, apresentado logo após, conformam as "três palavras-chaves da consciência contemporânea" de Joël Candau,

destacadas no topo do quadrilátero. Os documentos cartográficos, por sua vez, são o elemento central, que serve de elo entre todos os conceitos, pois se relaciona com cada um deles, resultando na confirmação dos atributos/valores patrimoniais reconhecidos na coleção estudada, que são: identitário, científico e de memória. Os lugares que salvaguardam esses documentos de memória, são também identificados como "lugar de memória", nesse caso específico, as bibliotecas. Observe que o conceito "lugar de memória" é exemplificado no esquema pela própria Biblioteca Nacional do Brasil — que representa tanto um conceito, como o lugar físico —, assim como pelo gabinete de leituras que colecionou esses documentos, a Biblioteca Fluminense, cujo acervo já era mencionado nos jornais do século XIX como de memória nacional, tendo em vista ser esse estabelecimento considerado um "[...] opulento repositório de quanto se refere ao Brazil e aos brasileiros, offerecendo assim copioso manancial aos investigadores das cousas patrias"²¹.

Por fim, as setas indicam o direcionamento das relações. Observe que os conceitos e seus significados estão direcionados ao objeto de estudo, pois este contém os atributos de cada um deles. As setas de dupla direção demonstram a interrelação entre eles, que em última análise, são a expressão da memória e da identidade de uma comunidade.

Seguindo o esquema conceitual apresentado, e que será aprofundado no Capítulo 1, os conceitos centrais foram estudados segundo a fundamentação teórica dos seguintes autores:

- memória: Japiassú e Marcondes (2008), Jacques Le Goff (2019), Joël Candau (2019);
- identidade: Joël Candau (2019), Michael Pollak (1992), Allan G. Johnson (1997), Katheryn Woodward (2019), Jukka Jokilehto (2016);
- patrimônio/bem cultural: Joël Candau (2019), José Reginaldo Gonçalves (2005), UNESCO (1958; 1982); Walter Claudius Rothenburg (2012), José Mello Alexandrino (s/d), Jaime L. Bischoff (2004), Constituição Federal Brasileira (1988);
- patrimônio documental: UNESCO (1995; 2002), Paola Raquel Area (2018), Raphaële Mouren (2007), Bernard Huchet (2012), Juan Miguel Palma Peña (2011), Orlanda Jamarillo e Sebastián-Alejandro Marín-Agudelo (2014), Carlos Henrique Juvencio (2020), Nicolas Beudon (2015);
- lugares de memória: Jacques Le Goff (2019), Gérard Namer (1987), Joël Candau (2019), Pierre Nora (2008);

²¹ *Diário de notícia* (RJ), ano 3, ed. 928, 24/12/1887, p. 4

- biblioteca nacional: Juan José Fuentes Romero (2003), Arundell Esdaille (1957), Guy Sylvestre para UNESCO (1987), Peter Johan Lor para UNESCO (1997), Patrice Landry para IFLA (2017);
- documento / documento científico: Paul Otlet (2018), Silva e Barbosa (2012); Ortega e Saldanha (2019); Ortega e Lara (2009).
- mapas/ documento cartográfico: J. B Harley (1987; 1989); David Mackenzie (2018)

Outros conceitos, cuja definição foi necessária ao longo da dissertação, são abordados nos próprios capítulos que os demandaram, como:

- avaliação de coleções como procedimento da biblioteconomia: Evans e Saponaro (2005); Enora Oulc'hen (2010); Maciel e Mendonça (2006); Ray Prytherch (2005); F. W. Lancaster (2008).
- coleções/ coleções patrimoniais: UNESCO (2002, 1995), Claire Haquet (2013), Glória Inés Palomino Londoño (2004);
- valor patrimonial: Jukka Jukilehto (2016), Ulpiano Bezerra de Meneses (2009); Japiassu & Marcondes (2008), Allan G. Johnson (1997), UNESCO (1995; 2002);
- ciência: John D. Bernal (1973), Japiassu & Marcondes (2008), Allan G. Johnson (1997), UNESCO (1981),
- raridade: Sidney Berger (2016), David McKitterick (2018),
- valor artefactual: Sidney Berger (2016)

Informações sobre a cartografia no século XIX e algumas outras relacionadas ao contexto social do Rio de Janeiro no mesmo período, foram pesquisadas em textos de: Archela e Archela (2008), Paulo Márcio Leal Menezes (2011), Renato Amado Peixoto (2005), Nelson Schapochnik (1999), Adolfo Morales de los Rios Filho (c2000), Alberto Cohen (c2001), Luiz Gastão d'Escragnole Doria (1921), José Murilo de Carvalho (c2003), Guilherme Pereira das Neves (c2003), Benedict Anderson (2013), Tânia Maria Bessone (2014), Augusto Victorino Alves Sacramento Blake (1893), Júnia Ferreira Furtado (2012), Eric Hobsbawn (2015), Maurice Halbwachs (2017), Ana Paula Vosne Martins (2017), Carlos Eduardo Nicolette (2017), Julia Naira Matos Oliveira (2016), Maria Zélia Maia de Souza (2011), Anne-Marie Thiesse (2001/2002), Felix Ferreira (1885) e Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, barão, (1899).

A formação do acervo da Biblioteca Fluminense e a própria história do gabinete de leituras foram construídas, nesta dissertação, segundo as informações levantadas em documentos originais e nos jornais publicados à época.

Dessa forma, a dissertação foi organizada em 4 capítulos, sendo o Capítulo 1 dedicado ao estudo dos conceitos primordiais e norteadores da argumentação desta pesquisa, que explicam o significado de patrimonialização da ciência, assim como contribuem para o entendimento do conceito de "patrimônio documental", e, por conseguinte, do "patrimônio documental científico".

No Capítulo 2, apresento a base teórica para o desenvolvimento dos parâmetros propostos para identificação do patrimônio documental científico, além dos próprios parâmetros. Apresento também um estudo sobre a avaliação de acervos e documentos no âmbito da biblioteconomia, identificando os métodos mais conhecidos, dentre eles os bibliofílicos e os patrimoniais, e, no âmbito deste último, estudo os valores patrimoniais segundo os trabalhos de Jukka Jokilehto e Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. As diretrizes para o Programa Memória do Mundo da UNESCO (1995; 2002) também são apresentadas, pois a partir dela foram elaborados os parâmetros mencionados.

O Capítulo 3 foi dedicado a mostrar a primeira etapa do método de valoração proposto, que é o estudo da proveniência bibliofílica e cultural da coleção cartográfica Biblioteca Fluminense. Dessa forma, apresento o contexto social que influenciou na formação do acervo desse gabinete de leituras, assim como os valores patrimoniais que podem ser identificados a partir desse contexto social. O objetivo deste capítulo é mostrar a relação identitária e de memória desses documentos com a produção científica nacional.

Por fim, no Capítulo 4 mostro o resultado do estudo de caso, com a submissão da coleção objeto de estudo aos parâmetros estabelecidos, de modo a observar se ela atende aos requisitos definidos para um patrimônio documental científico.

1 A PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Na introdução foram apresentados alguns aspectos positivos almejados com a patrimonialização dos documentos científicos, a saber: aproximar a ciência da sociedade por meio da divulgação desses documentos; preservar a memória da produção científica nacional; e garantir a liberdade cultural e intelectual, por meio da preservação desses documentos.

Neste Capítulo, desenvolvo o conceito de patrimônio documental científico a partir do estudo de conceitos fundamentais para a argumentação dessa pesquisa, sendo eles: memória, identidade e patrimônio. O objetivo é mostrar a interrelação desses conceitos estabelecida por Joël Candau e outros autores, que compreendem o patrimônio como uma representação da memória, sendo parte dela mesma, e constituinte de uma identidade, tanto individual quanto coletiva.

Durante a revisão bibliográfica observei que os estudos sobre patrimônio documental, em sua maioria, apresentam a legislação brasileira — ou de países culturalmente próximos como os da América do Sul, México e Espanha —, referente aos bens culturais, como parâmetro para a compreensão de seu significado além de quais bens estariam sob proteção jurídica e do Estado. Essa dissertação não se esquivou à regra, e apresenta no **APÊNDICE B** um estudo sucinto sobre patrimônio/ bens culturais, a partir do Convenção de Haia, cuja lei que o promulgou encontra-se ainda vigente no Brasil.

Embora conhecer a legislação seja uma etapa inerente ao estudo do patrimônio documental, considero o entendimento de Concha Varela-Orol (2004, p. 2), que diz que "*la legislación ofrezca una foto fija*" do patrimônio documental. Esta autora menciona que o conceito de "[...] *patrimonio bibliográfico*"²² *tiende a ampliarse o restringirse cuando pasamos del ámbito legislativo a aquél de los centros que lo gestionan*". Isto significa que nem sempre a visão do legislador, mais generalista, está em conformidade com o entendimento dos profissionais que trabalham diretamente com este tipo de acervo — nem da própria instituição que detém sua guarda —, pois o conceito de patrimônio documental, assim como quais documentos o compõem, são observados segundo a missão institucional, o contexto social de seu colecionismo e a comunidade com a qual estão relacionados. Varela-Orol chama atenção para o fato que "[...] *el concepto de patrimonio no es estático*", pois para ela "*los bienes que lo integran se definen a través de procesos de patrimonialización que otorgan funciones nuevas*

²² A autora utiliza o termo "patrimônio bibliográfico". No entanto, nesse trabalho não utilizo esse termo como referência a documentos e/ou coleções patrimoniais em bibliotecas, e sim o termo patrimônio documental, de modo que os motivos são explicados ao longo desse capítulo.

a elementos preexistentes, manteniendo o no sus primitivas funciones" (SKOUNTY apud VARELA-OROL, 2004, p. 2)". Esta autora lembra que a sociedade participa desse processo de patrimonialização, pois dela depende a aceitação desses "bens" como representativos de sua memória. Porém ela destaca que "[...] *la patrimonialización es liderada por distintos agentes, entre ellos los poderes políticos, los académicos y los gestores culturales*" (VARELA-OROL, 2004, p. 2), de modo que basear estudos sobre patrimônio documental apenas na legislação existente, não será suficiente para apresentar a compreensão do conceito em um determinado país.

Por isso a proposta é apresentar o patrimônio documental científico com base em um estudo aprofundado, segundo um método com aplicação de parâmetros em uma coleção que sirva para exemplificar essa especificação do patrimônio documental. O método de valoração proposto atende primordialmente a missão institucional da Biblioteca Nacional do Brasil, e não pretende ser abrangente de modo a abarcar todas as instituições, conforme objetiva uma legislação. Neste âmbito, o estudo apresentado pretende ir além da "imagem estática" oferecida pela legislação.

1.1 A compreensão de "ciência" na proposta dessa pesquisa

A compreensão de ciência nessa pesquisa tem como base o livro *Historia social de la ciencia*²³, de John Desmond Bernal, cientista britânico que, segundo Luís Henrique S. J. Oliveira (2017, p. 1), "desenvolveu estudos em história da ciência baseados em concepções marxistas", o que significa que o autor buscou aproximar, em seu discurso, o fazer científico das atividades produtivas realizadas na sociedade. A ciência, para Bernal, sempre esteve integrada às práticas produtivas e culturais, pois embora ela seja considerada "*por un lado, una técnica ordenada*", por outro também conformaria "*una mitología racionalizada*", por fazer parte, inicialmente, de um "saber" do "oculto, do artesão e do sacerdote" por um longo período de tempo, ocorrendo sua desvinculação com o surgimento da medicina, da astrologia e da alquimia, que acabaram formando grupos de "seguidores específicos". Dessa forma, a partir dessa cisão, os campos do conhecimento científico alcançaram "uma existência independente

²³ Edição em espanhol de 1973

na sociedade". A ciência, então se estabeleceu como uma "[...] *profesión autónoma, con su educación específica, su literatura y sus asociaciones*" (BERNAL, 1973, p. 9).

John D. Bernal considera que existe, na atualidade, uma retomada da integração da ciência às práticas sociais e produtivas, com sua introdução "*en todas las formas del pensamiento [...] uniendo nuevamente al científico, al trabajador y al administrador*" (BERNAL, 1973, p. 9). Talvez esse seja o motivo da "contenda" entre alguns setores da sociedade e a ciência, resultando no crescimento de movimentos contrários às práticas científicas, pois a tendência é que a construção de um conhecimento científico esclareça criticamente dogmas que são estabelecidos por meio de teorias ideológicas.

Nesse novo cenário, a ciência precisará conhecer sua própria história, buscando apresentar a progressão teórica e técnica dos campos do conhecimento como sendo parte do processo de desenvolvimento intelectual da própria humanidade, e isto só será possível através dos documentos e registros que se encontram guardados em arquivos, museus e bibliotecas. Como este autor mesmo menciona, "*en la ciencia, más que en ninguna otra institución humana, es necesario investigar el pasado para comprender el presente y dominar el futuro*" (BERNAL, 1973, p. 24). Bernal observa que "*hasta hace muy poco tiempo esta afirmación habría merecido escasa atención por parte de los científicos activos*", devido a uma corrente de pensamento, oriunda das ciências naturais, que preconizava que "*el conocimiento actual cancela todo el conocimiento del pasado tomando su lugar*" (BERNAL, 1973, p. 24). Porém, este pensamento tem se modificado devido a percepção da relevância de se consultar as práticas científicas do passado. Diz ele:

Por fortuna, en nuestros días es cada vez mayor el número de científicos que empiezan a advertir las consecuencias de esa actitud de desprecio hacia la historia y, por lo tanto, aumenta también el de los capaces de apreciar inteligentemente el lugar de la ciencia en la sociedad. Sólo ese conocimiento puede evitar que los científicos, pese a todo el prestigio de que gozan, se cieguen y queden atrapados sin remedio en el gran drama contemporáneo del uso y el abuso de la ciencia. (BERNAL, 1973, p. 24)

Tendo em vista que a primeira edição do livro de Bernal foi publicada em 1950 (OLIVEIRA, 2017, p. 9), infere-se que o destaque dado pelo autor, quanto a importância de se observar a história da ciência de modo a evitar seu mal-uso, tenha sido influenciado pelos acontecimentos oriundos das duas grandes guerras e da guerra fria, que tiveram como consequência o desenvolvimento de armas de eliminação em massa, além de experimentos desumanos promovidos por médicos, principalmente no período da Alemanha nazista. Por

conta desses fatos, o autor menciona que cada vez mais cobra-se uma "responsabilidade ética e social" por parte dos cientistas, tendo em vista que não é mais possível manter-se indiferente aos resultados de suas práticas, quando estas são motivadas unicamente por interesses políticos e econômicos (BERNAL, 1973, p. 24). Dessa forma, observar o passado da ciência contribui para seu o próprio desenvolvimento evitando a repetição de experimentos e práticas consideradas anti-éticas.

John Desmond Bernal, então, apresenta como a ciência é abordada em seu livro: "*la ciencia se considera siempre en un sentido muy amplio, sin tratar nunca de determinarla por medio de una definición*" (BERNAL, 1973, p. 9). Este autor explica que "*en realidad, la naturaleza de la ciencia ha cambiado tanto, a lo largo de la historia humana, que de ella no puede darse definición alguna*" (BERNAL, 1973, p. 9). No entanto, Bernal destaca "aspectos" da ciência que coadunam no seu entendimento:

La ciencia puede contemplarse como institución, como metodo, como una tradicion acumulativa de concimiento, como factor decisivo en la mantenimiento y desarrollo de la producción y como uno de los más influyentes factores en la modelación de las creencias y actitudes hacia el universo y hacia el hombre [...] Las palabras 'ciencia' ou 'cientifico' tienen buen numero de significados distintos en función del contexto en que se usan. (BERNAL, 1973, p. 27)

O contexto no qual se apresenta a ciência, nessa dissertação, está relacionado ao documento e a memória, de modo que o estudo proposto volta-se para observar sua produção documental na qual o fazer científico está representado nos estudos desenvolvidos e no resultado das investigações, compreendendo a ciência como uma expressão cultural e intelectual de um determinado grupo social.

A ciência por ser uma atividade mental e prática tem na escrita uma aliada para o registro de suas atividades compondo a memória social científica, conforme entendimento de Gérard Namer (1987, p. 174) por ser integrante das práticas culturais, revelando o caráter identitário dos documentos científicos.

Joël Candau considera a memória, a identidade e o patrimônio como componentes da "consciência contemporânea" (CANDAU, 2019, p. 16), de modo que a patrimonialização de documentos se tornou um objetivo comum a todas as nações. O estudo da interrelação desses conceitos, no próximo tópico, serve como fundamento para a posterior definição do que é um documento científico e do próprio patrimônio documental científico.

1.2 Chaves da consciência contemporânea: memória, identidade e patrimônio

Essa pesquisa foi pensada segundo o entendimento sobre memória, identidade e patrimônio apresentado por Joël Candau em seu livro *Memória e Identidade*, no qual ele os considera como "as três palavras-chaves da consciência contemporânea". Este autor complementa dizendo: "poderíamos, aliás, reduzir a duas se admitirmos que o patrimônio é uma dimensão da memória" (CANDAU, 2019, p. 16).

O conceito de patrimônio pode ser compreendido como: a transmissão de uma tradição, que pode estar materializada em um documento (HUCHET, 2017); uma herança recebida de antecessores (THIESSE, 2002; ANDERSON, 2013); um bem pertencente a um proprietário, que pode ser o Estado, e que requer proteção jurídica; ou como parte da própria memória individual ou coletiva, conforme menciona Joël Candau. Conhecer o entendimento deste autor, permitiu aproximar os documentos patrimoniais dos conceitos de memória e identidade, e por isso ele foi a diretriz para o desenvolvimento dessa pesquisa sobre a patrimonialização de documentos científicos.

Se considerarmos o objeto de estudo, a proposta dessa pesquisa e os conceitos centrais mencionados na introdução (Figura 1), torna-se evidente que o conceito de "memória" é o fundamento teórico dessa investigação científica, porém ele não se apresenta isoladamente. Seguindo a tríade de Candau, a memória é elemento constitutivo da identidade, e o patrimônio é a própria memória materializada, isto é, sua representação. Assim sendo, identidade e patrimônio, mesmo que secundariamente, também são conceitos fundamentais nessa pesquisa. Por isso, objetiva-se neste tópico mostrar a relação entre memória, identidade e patrimônio, considerando a memória e a identidade como valores²⁴ a serem observados nos documentos e /ou coleções de bibliotecas nacionais, com a finalidade de reconhecer seu acervo como um elemento integrante da formação identitária de uma comunidade.

O conceito de memória pode ser estudado segundo abordagens diversas, e apresento alguma delas obtidas durante a revisão bibliográfica. Japiassú e Marcondes (2008, p. 231), por exemplo, definem a memória segundo a abordagem filosófica, destacando sua função mental de armazenamento de "uma experiência ou um conhecimento" para lembrá-lo posteriormente, de modo que essa capacidade é "[...] considerada essencial para a constituição das experiências e do conhecimento científico". Outra potencialidade da memória, apresentada pelos autores,

²⁴ Esses "valores" são os valores patrimoniais a serem verificados nos documentos, e que é abordado com profundidade no Capítulo 2.

seria "evocar o passado através do presente", o que remete ao indivíduo que tem contato com situações, assim como com objetos materiais, que despertam em si mesmo as lembranças associadas à eles. A UNESCO também segue esse entendimento, ao reconhecer a memória como "*the power to retain in the mind what has been learnt*" (UNESCO, 1981, p. 22), destacando também a potencialidade de armazenamento da memória — expressa pela palavra "poder" —, de modo que experiências e conhecimentos podem ser acessados sempre que necessário.

Jacques Le Goff (2019, p. 387), por sua vez, apresenta a memória enquanto função psíquica da mente, isto é, "[...] como a propriedade de conservar certas informações [...] graças as quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas". Depreende-se, então, que a memória contribui para que o indivíduo interaja socialmente e possa estabelecer relações identitárias e sociais, além de ter a percepção das tendências do ambiente social no qual está inserido, retendo novas informações e experiências, que são processadas conformando o seu conhecimento de mundo.

O autor apresenta, ainda, as subdivisões da memória estabelecidas por Leroi-Gouhan: a memória específica, a étnica, e a artificial. A primeira é uma memória voltada à "fixação dos comportamentos de espécies animais", depreendendo-se ser uma espécie de memória de base instintiva ou relacionada aos costumes inerentes a um grupo social com o qual se está vinculado; a segunda, "assegura a reprodução" desses comportamentos na sociedade, que pode ser entendido como uma memória que ultrapassa os limites do individual e alcança a coletividade, pois torna perceptível as características de um determinado grupo social em oposição a outros; e a terceira seria um recurso extra biológico, isto é tecnológico, que "[...] assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados", tal como as memórias artificiais de um *Hard Disk* ou de um *pen drive* (LE GOFF, 2019, p. 389-390). O patrimônio cultural possui essa mesma "funcionalidade", de armazenar em si elementos simbólicos, que podem ser reconhecidos como identitários, e cujo acesso a essa memória independe de nossa memória biológica.

Por fim, Jöel Candau (2019, p. 16) explica o conceito de memória segundo a perspectiva antropológica identificando três tipos de memória: a protomemória, ou memória de "baixo nível", que seria aquela "[...] que constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade", estando relacionada ao *habitus* (CANDAU, 2019, p. 22-23); a memória em si, que ele chama de "alto nível" e é "essencialmente uma memória de recordação ou reconhecimento", na qual "lembranças autobiográficas ou

pertencentes a uma memória enciclopédica (saberes, crenças, sensações, sentimentos)" são evocadas e formadas junto a uma ação de esquecimento (CANDAUI, 2019, p. 23); por fim, a metamemória, "que é [...] a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem dela, [...], e o que diz dela", criando uma "afiliação de um indivíduo a seu passado", de forma que este último tipo de memória contribuiria mais diretamente na formação da identidade (CANDAUI, 2019, p. 23). O patrimônio cultural, incluindo sua especificidade documental, pode ser considerado esse terceiro tipo por ser a memória materializada em um objeto.

Dentre os autores estudados, percebe-se que a memória é apresentada sob dois aspectos: um deles prioriza sua função biológica e mental de armazenamento, de retenção de informações e impressões, que são acessados conforme a requisição de estímulos externos ao indivíduo; o outro apresenta a memória como um recurso que contribui na construção de uma visão de mundo, a partir das impressões e informações que, ao serem processadas, passam a constituir uma identidade, tanto individual quanto coletiva. Jöel Candau (2019, p. 19) afirma que a relação entre identidade e memória é de dependência. Diz o autor:

[...] a memória e a identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente.

Assim também compreende Michael Pollak (1992, p. 5) ao afirmar que:

[...] memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Katherin Woodward (2019, p. 17-18, grifo nosso) comenta como as representações — que inclui o patrimônio — atuam na formação da identidade. Diz a autora:

[...] É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. **A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas** e os sistemas simbólicos nos quais se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?.

Entre os autores citados percebe-se um entendimento concorde com o de Joël Candau: o patrimônio pode ser considerado como uma representação da memória individual ou coletiva (CANDAU, 2019, p. 23). Desse modo, o patrimônio — o último conceito da tríade de Candau a ser estudado nesse tópico — quando apresentado como uma "dimensão da própria memória" (CANDAU, 2019, p. 16), seu significado passa a conter a mesma potencialidade da memória, isto é, a capacidade de armazenamento de informações e experiências transmutadas para um símbolo, ao qual o indivíduo e/ou o coletivo estariam vinculados emocionalmente (JOKILEHTO, 2016, p. 14).

Infere-se, então, que o patrimônio contém em si elementos representativos que encontram ressonância na comunidade, contribuindo na formação de uma memória coletiva. Maurice Halbwachs (2017, p. 71-72) afirma que a "memória coletiva" é construída por "lembranças impessoais", evocadas "[...] na medida em que estas interessam ao grupo", e é mantida por meio de uma tradição. Eric Hobsbawn (2015, p. 8) define como característica principal da "tradição" a "invariabilidade", pois "o passado real ou forjado a que ela se refere impõem práticas fixas (normalmente formalizadas) tais como a repetição". Ane-Marie Thiesse (2002, p. 8) fala de "[...] um gigantesco trabalho pedagógico" para transmissão dessa "tradição", de modo que "[...] parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam", deduzindo-se, sob esse entendimento, que o patrimônio, como parte de uma tradição, se tornaria um referencial identitário coletivo.

No entanto Jukka Jokilehto (2016, p. 13) lembra que os valores atribuídos a um objeto são mutáveis e não estáticos, de modo que o contexto social no qual um determinado patrimônio está inserido influencia em seu reconhecimento por parte do grupo, tornando essa identificação, em alguns casos, independente das tradições ou de determinações governamentais, conforme observa José Reginaldo S. Gonçalves, que utiliza a palavra "ressonância" para resumir esse processo de identificação de um patrimônio. Este autor explica que:

Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado), e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “**ressonância**” junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19, grifo nosso).

A definição de patrimônio cultural apresentada na *Declaración de México sobre las Políticas Culturales* exemplifica essa relação entre o objeto patrimonial e a comunidade, apontada por José Reginaldo S. Gonçalves, que é uma relação de memória e identidade, a saber:

El Patrimonio Cultural de un pueblo comprende las obras de sus artistas, arquitectos, músicos, escritores y sabios, así como las creaciones anónimas surgidas del alma popular y el conjunto de valores que dan sentido a la vida. Es decir, las obras materiales y no materiales que expresan la creatividad de ese pueblo: la lengua, los ritos, las creencias, los lugares y monumentos históricos, la literatura, las obras de arte y los archivos y bibliotecas. (UNESCO, 1982, p. 1)

Essa definição da UNESCO apresenta as expressões culturais, mas também identifica os "lugares de memória" destinados a salvaguarda desse patrimônio cultural, considerando os recursos de armazenam da memória, como os monumentos e a literatura — que, nesse caso, é mencionada devido a escrita ser o próprio recurso de armazenagem (LE GOFF, 2019, p. 397; CANDAU, 2019, p. 113) — e, mais concretamente, arquivos e bibliotecas.

1.2.1 Lugares de memória

Pierre Nora (2008, p. 34) apresenta os lugares de memória, segundo suas funções primordiais, a saber: "[...] *detener el tiempo*, [...], *fijar un estado de cosas* [...], *materializar lo inmaterial*". As bibliotecas cumprem essas "funções", pois seu colecionismo permite que se resguarde do esquecimento — que é uma consequência do passar do tempo — as expressões artísticas, intelectuais e literárias vistas como memória cultural.

Jacques Le Goff (2019, p. 397) se refere às bibliotecas como "instituições de memória", com base no pensamento de Henri Atlan, que as caracteriza como um receptáculo da memória armazenada na escrita — sendo a fala considerada uma outra forma de armazenamento, que encontraria no "outro", isto é, no indivíduo, o seu receptáculo. (ATLAN apud LE GOFF, 2019, p. 389).

Joël Candau (2019, p. 113), por sua vez, se refere as bibliotecas como "casas de memória por excelência", e, seguindo o entendimento de Pierre Nora, o autor reconhece esses lugares como "duráveis e carregados de história e memória" (CANDAU, 2019, p. 157). Assim como Jacques Le Goff, Joël Candau também faz referência à escrita como um facilitador na disseminação de "um certo conteúdo memorial", podendo reforçar "o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura", conformando uma memória social (CANDAU,

2019, p. 109). Este autor reconhece os documentos como mediadores na transmissão dessa memória (CANDAU, 2019, p. 110).

Gérard Namer (1987, p. 160) também reconhece as bibliotecas como um "lugar de memória", pois, para o autor elas conteriam "[...] *une mémoire sociale, résultat d'une accumulation et d'une interaction de mémoires collectives, la mémoire de tous les points de vue culturels renouant à des groupes ou à des courants de pensée, la mémoire de toutes les langues [...]*". Sendo assim, a biblioteca seria composta por uma memória "savante", assim como uma memória cultural, cujo documento seria sua forma de manifestação. Este autor destaca ainda o caráter memorial dos acervos em bibliotecas nacionais, ao mencionar que:

[...] L'idée de patrimoine qui caractérise les bibliothèques nationales valorise la mémoire de ce que possède la bibliothèque comme une double normativité. La bibliothèque nationale possède tout ce qui a appartenu à la mémoire de la nation et les citoyens doivent lire et sauvegarder les livres porteurs de cette mémoire. (NAMER, 1987, p. 165)

A Biblioteca Nacional, dessa forma, é detentora de uma memória, que só será lembrada e atualizada a partir das requisições dos usuários e da produção de novas memórias por parte dos mesmos. Porém, embora essa pesquisa se desenvolva a partir de um acervo com atributos identitários nacionais, cabe ressaltar que a Biblioteca Nacional não será a única instituição a conter acervos patrimoniais. Como mencionado nas *Diretrizes para la Salvaguardia del Patrimonio Documental* para o programa Memória do Mundo da UNESCO (1995; 2002), e no livro *Manuel du patrimoine en bibliothèque* de Rhapsaële Mouren (2007), o patrimônio documental está especialmente dimensionado em acervos identitários em âmbito nacionais, regionais e locais, e nesse último caso, pode-se ampliar o escopo para os patrimônios institucionais, comunitários, bairristicos, entre outros, de modo a reconhecer que a memória expressa na escrita pode ter vários níveis de relação identitária com a comunidade que produziu esses documentos.

Assim sendo, optou-se por não restringindo a documentação patrimonial apenas a algumas instituições específicas como sugere Hélène Richard (2010, p. 12), ao mencionar que nem todas as bibliotecas possuem acervos patrimoniais. Ao contrário, espera-se que a compreensão de acervo patrimonial apresentada ao longo dessa dissertação venha a contribuir para que bibliotecas, em seus mais diversos níveis de especialização, encontrem seus documentos patrimoniais.

Nessa pesquisa apresento dois lugares de memória, sendo um deles, a Biblioteca Fluminense, responsável pelo colecionismo do objeto de estudo dessa pesquisa, enquanto o outro, A Biblioteca Nacional do Brasil, recebeu esse acervo como doação e mantém sua salvaguarda até os dias atuais. De certa forma, ambas bibliotecas se revestiram da missão de colecionar a documentação produzida no Brasil: a primeira, por uma questão social e até mesmo ideológica do período; a segunda por ser uma atividade inerente ao seu perfil institucional. Devido o Capítulo 2 apresentar um estudo sobre a Biblioteca Fluminense e a formação de seu acervo, no próximo tópico apresento as funções inerentes a uma biblioteca nacional enquanto um conceito, de modo a confirmá-la como um lugar de memória nacional.

1.2.2 Memória e identidade em Bibliotecas Nacionais

A história da Biblioteca Nacional do Brasil foi tema de pesquisas que resultaram em publicações de autoria de Rosane Maria Nunes de Andrade²⁵, Paulo Herkenhoff²⁶, Lilian Moritz Schwarcz²⁷, Gilberto Vilar de Carvalho²⁸, entre outros, que tornaram sua trajetória bem conhecida. Por isso, aqui apresento as funções comuns as bibliotecas nacionais, e que as tornam um lugar de memória patrimonial, conforme Peter Johan Lor (1997), que afirma ser o patrimônio uma função inerente desta instituição.

A biblioteca nacional, enquanto conceito, foi objeto de estudo dos trabalhos de Guy Sylvestre (1987) e Peter Johan Lor (1997), que escreveram diretrizes que caracterizam essas instituições, tendo como parâmetro as principais atividades exercidas em bibliotecas nacionais ao redor do mundo. Estes textos foram produzidos em uma parceria estabelecida entre a UNESCO e a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA).

O artigo de Patrice Landry (2017) — que também será estudado nesse tópico — apresenta essas características a partir dos resultados obtidos por meio da pesquisa *survey* realizada a pedido da IFLA, na qual foi possível obter um parâmetro das funções comuns as bibliotecas nacionais na atualidade. Infelizmente, não foi possível acessar o artigo de A.

²⁵ ver: ANDRADE, Rosane Maria Nunes. *Biblioteca Nacional: monumento de aço e granito na Avenida Central*. 2008. 117 f. (Mestrado em Formação de Professores) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

²⁶ ver: HERKENHOFF, Paulo. *Biblioteca Nacional: a história de uma coleção*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, c1996. 259 p.

²⁷ ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 558 p.

²⁸ ver: CARVALHO, Gilberto Vilar de. *Biografia da Biblioteca Nacional: (1807 a 1990)*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. 222 p.

Stephens, cujo título é *Functions. Tasks and roles of national libraries in the 21st century*, que relata o andamento dos trabalhos do Comitê Permanente da Seção de Bibliotecas Nacionais da IFLA, que desenvolvem diretrizes atualizadas para as bibliotecas nacionais, em substituição a normativa elaborada por Sylvestre em 1987.

Um outro artigo interessante, *El concepto de biblioteca nacional a partir de los tres informes de la UNESCO sobre las bibliotecas nacionales : Sylvestre (1987), Line (1989) y Cornish (1991)*, de Juan Fuentes Romero, direcionou o estudo proposto nesse tópico, pois este autor trata das definições de "biblioteca nacional" apresentadas nas diretrizes mencionadas no título. Juan F. Romero destaca logo no início a forma como a América do Sul é mencionada nesses textos, primeiramente como países "subdesarrollados", depois como "en vias de desarrollo", e por fim, são chamados de "menos desarrollados" (ROMERO, 2003, p. 71). Diante desse quadro, Romero apresenta a seguinte questão: "por que no llamarles, sencillamente, países pobres o, mejor aún, países empobrecidos?" (ROMERO, 2003, p.71). O artigo indica que essas normativas foram elaboradas tendo como parâmetro as bibliotecas nacionais europeias. No entanto, existe um reconhecimento nos textos estudados para este tópico — e que também são oriundos da UNESCO — quanto as bibliotecas nacionais se desenvolverem em conformidade com a realidade social, política e econômica na qual está inserida, e esse é um aspecto relevante para a formação das coleções patrimoniais em âmbito nacional.

1.2.2.1 Bibliotecas Nacionais segundo Guy Sylvestre

Guy Sylvestre²⁹ elaborou as "*Diretrizes sobre bibliotecas nacionais*" para a UNESCO em 1987. Este autor separa as bibliotecas nacionais em grupos, a saber: a dos países em desenvolvimento, que "*desempeñan las mismas tareas fundamentales minimas*", e aquelas dos países pertencentes ao "*mundo industrializado*", que não possuem funções, nem serviços, semelhantes, assim como não estão subordinadas aos mesmos organismos políticos em seus países (SYLVESTRE, 1987, p.i).

O autor não apresenta uma definição expressa para o conceito "biblioteca nacional", mas descreve funções e características comuns a todas elas na década de 80. Ele inicia seu texto

²⁹ Canadense, foi presidente da Royal Society of Canada, entre os anos de 1973 a 1974; além de diretor da Biblioteca Nacional do Canadá, entre os anos de 1968 a 1983. Integrou também diversas associações bibliotecárias no país. Disponível em: http://www.exlibris.ca/doku.php?id=history:biographies:sylvestre_g. Acesso em: 16 abr. 2020

citando a definição estabelecida pela 16ª Conferencia General de la UNESCO, ocorrida em 1970. A saber:

Las bibliotecas que, cualquiera que sea su denominación, son responsables de la **adquisición y conservación de ejemplares de todas las publicaciones impresas en el país y que funcionan como bibliotecas “de depósito”**, en virtud de disposiciones sobre el depósito legal o de otras disposiciones. Normalmente, pueden desempeñar también algunas de las funciones siguientes: elaborar una bibliografía nacional; reunir una colección amplia y representativa de obras extranjeras, que también comprenda libros relativos al propio país; actuar como centro nacional de información bibliográfica; compilar catálogos colectivos; publicar la bibliografía nacional retrospectiva. (UNESCO apud SYLVESTRE, 1987, p.1, grifo nosso)

Guy Sylvestre (1987, p. 1) observa que se essa definição fosse uma norma para a identificação de bibliotecas nacionais, algumas tais como a Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos seriam excluídas dessa tipologia "nacional". Diz este autor que uma biblioteca nacional é "*una organización activa y dinámica, capaz de atender a las necesidades culturales, científicas y sociales del país*" (SYLVESTRE, 1987, p. 4, grifo nosso). Portanto, ela deve "*adquirir, conservar y hacer accesibles*" a sua coleção de publicações nacionais (SYLVESTRE, 1987, p. 6), o que não é previsto nessa definição de 1970. Apresentar a biblioteca nacional como um "depósito" pode ocasionar interpretações que limitem os serviços prestados por estas instituições, até mesmo impedindo o acesso aos documentos que ela contém, transformando-a em um armazém intocável de obras nacionais, que certamente não está de acordo com sua missão que, além de preservar objetiva também a divulgação dessa memória intelectual nacional.

Sylvestre apresenta, então, as funções primordiais das bibliotecas nacionais, como: a) possuir acervos formados por coleções nacionais, adquiridas principalmente por meio do depósito legal (SYLVESTRE, 1987, p. 6; 10); b) possuir uma coleções de obras estrangeiras, cujo tema seja o próprio país, geralmente obtidas por meio de doações, permuta ou compra (SYLVESTRE, 1987, p. 15); c) colecionar manuscritos nacionais, formados por arquivos pessoais de escritores, compositores, estadistas e outras personalidades históricas (SYLVESTRE, 1987, p. 18-19); d) ser a Agência Bibliográfica Nacional (SYLVESTRE, 1987, p.22), e atribuir números de controle como ISBN e ISSN; e) possuir serviços de referência, oferecendo aos leitores atendimento à distância, tanto de consulta como de empréstimo, além de referência especializada (SYLVESTRE, 1987, p. 30-31); f) conservar suas coleções (SYLVESTRE, 1987, p. 43); g) interagir com outras bibliotecas, pois segundo o autor "*las*

bibliotecas nacionales no deben funcionar de modo aislado [...] si quieren suministrar y coordinar servicios bibliográficos y de información eficientes" (SYLVESTRE, 1987, p. 47). Este autor menciona que essa interação pode se dar em âmbito nacional, com a adoção de normas nacionais bibliotecárias, a criação de uma rede nacional de bibliotecas, e a instrução de outros bibliotecários através de cursos que interessem a classe profissional (SYLVESTRE, 1987, p. 47); e no âmbito internacional, participando dos programas de organizações internacionais bibliotecárias. (SYLVESTRE, 1987, p. 53); h) por fim, o autor sugere que as funções e serviços de uma biblioteca nacional estejam estabelecidos na legislação do próprio país, como forma de proteger suas coleções (SYLVESTRE, 1987, p. 56).

1.2.2.2 Bibliotecas Nacionais segundo Peter Johan Lor

Peter Johan Lor (1997)³⁰ reconhece que as bibliotecas nacionais são diferentes entre si, devido as suas origens, funções e "status" em seus respectivos países (LOR, 1997, p. 3), de modo que este autor identifica a existência de "bibliotecas nacionais" e de "serviços nacionais de bibliotecas".

A primeira modalidade, a Biblioteca Nacional, seria uma instituição designada no país como tal (LOR, 1997, p. 5), por conter a produção literária e intelectual de uma nação (LOR, 1997, p. 6). O conceito de biblioteca nacional, dessa forma, teria que conter "três dimensões", a saber: a) patrimônio, no sentido de conter os tesouros da nação; b) infraestrutura, reconhecendo seu papel de coordenadora nacional de bibliotecas, além de liderança nos serviços bibliotecários de uma nação; c) oferecer um serviço nacional abrangente, que atenda o usuário em todo o país (LOR, 1997, p. 6).

A segunda modalidade, os Serviços Nacionais de Bibliotecas, teriam a Biblioteca Nacional como centro administrativo das bibliotecas estaduais, distritais, municipais, e comunitárias de um país, de forma a manter seus serviços, colecionismo, equipamentos e

³⁰ Nascido nos Países Baixos, imigrou para a África do Sul. Formado em Biblioteconomia pela University of Stellenbosch; fez mestrado em Ciências Biblioteconômicas pela University of Pretoria, ambas da África do Sul. Foi professor, bibliotecário, gestor e pesquisador no campo da biblioteconomia, e foi diretor da South Africa's State Library. Em 1999, a Biblioteca Nacional da África do Sul foi criada a partir da fusão da Biblioteca Estatal em Pretória -- onde Lor já era diretor -- e da Biblioteca Sul-Africana na cidade do Cabo. Dessa forma Peter Johan Lor acabou se tornando o responsável por essa fusão e diretor da Biblioteca Nacional da África do Sul. Ele também criou a Library and Information Association of South Africa onde atuou de 1996 a 2000, e serviu como Secretário Geral da IFLA, de 2005 a 2008. Atua como professor visitante na "School of Information Studies" na University of Wisconsin-Milwaukee. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Peter_Johan_Lor. Acesso em: 14 jul. 2020.

peçoal distribuídos entre bibliotecas "filiais ou afiliadas". A Biblioteca Nacional, dessa forma, seria responsável pelo serviço bibliotecário em todo o país. (LOR, 1997, p. 7-8).

Peter Johan Lor (1997, p. 7) define biblioteca nacional como:

[...] an institution, primarily funded (directly or indirectly) by the state, which is responsible for collecting, bibliographically recording, preserving and making available the **documentary heritage** (primarily published materials of all types) emanating from or relating to its country; and which furthers the effective and efficient functioning of the country's libraries through the **management of national significant collections**, the provision of infrastructure, the coordination of activities in the country's library and information system, international liaison, and the exercise of leadership. These responsibilities are formally recognised, usually in law. (LOR, 1997, p. 7, grifo nosso)

A definição de Peter Johan Lor apresenta como função a avaliação de documentos com atributos de patrimônio documental, possivelmente por esta definição ter sido elaborada após a criação do programa Memória do Mundo da UNESCO, em 1992. Sob a influência do valor identitário inerente aos documentos patrimoniais, o autor vincula esse termo às funções e características de uma biblioteca nacional. Este autor também destaca que a Biblioteca Nacional colecionará qualquer tipo material, não privilegiando nenhum tipo de suporte específico, e todas as suas funções e atividades devem estar estabelecidas em lei, como forma de proteção à própria instituição e ao seu acervo, como já havia sugerido Guy Sylvestre em 1987.

1.2.2.3 Bibliotecas Nacionais segundo Patrice Landry

O artigo de Patrice Landry (2017) apresenta os resultados de uma pesquisa realizada, segundo a metodologia *survey*, na qual foi enviado um questionário aos diretores de Bibliotecas Nacionais dos cinco continentes, com o objetivo de saber quais funções, dentre aquelas que os autores estabeleceram, eram realizadas por estas instituições, e o resultado obtido foi relatado neste artigo.

O texto, em si, não estabelece uma definição formal para "biblioteca nacional", entretanto, apresenta as funções e características mais abrangentes e atualizadas dessas instituições. Este autor destaca que as Bibliotecas Nacionais da América do Sul e da África tiveram baixa responsividade à pesquisa, se comparada com as instituições dos demais continentes:

In all, 46 responses from 45 sovereign states were received. The full results may be seen here: <http://national-library-functions-v3.silk.co/> :

- Europe – 27 responses (58%)
- Asia / Oceania – 9 responses (20%)
- South America / Central America & Caribbean – 4 responses (9%)
- Africa – 4 responses (9%)
- North America – 2 responses (4%) (LANDRY, 2017, p. 2)

De modo geral, segundo o estudo apresentado por Landry, as bibliotecas nacionais tem como características: a) colecionar a produção intelectual nacional, independente do suporte na qual ela se apresente (LANDRY, 2017 p. 2); b) tornar esta coleção acessível disponibilizando um catálogo online, que pode ou não ser utilizado como bibliografia nacional (LANDRY, 2017, p. 3); c) ser mandatárias da Agência Bibliográfica Nacional, atribuindo ISBN, ISSN, ISNI (LANDRY, 2017, p. 4); d) conservar sua coleção para as gerações futuras incluindo a conservação de documentos e imagens digitais (LANDRY, 2017, p. 4); e) divulgar seu acervo e seus serviços, além de cooperar com a elaboração de serviços para as outras bibliotecas existentes no país (LANDRY, 2017, p. 5).

Arundell Esdaille (1957, p.ix-x) afirma que "*uniformity is not to be expected; the political and social traditions of one country will produce a quite different type of [national] library service from those in another*". Entretanto, existem funções e características primordiais as bibliotecas nacionais, que, conforme os textos estudados, pouco mudaram ao longo do tempo, sendo elas: o colecionismo da produção intelectual nacional, e o uso do depósito legal como ferramenta de captação dessa produção; a elaboração da bibliografia nacional; ser a Agência Bibliográfica Nacional e atribuir números de controle de publicações; possuir serviços de referência não apenas para pesquisadores, mas voltados à população do próprio país ao qual a instituição está vinculada; e a conservação desse acervo. Com o passar dos anos, a tecnologia interferiu na execução das atividades bibliotecárias, de forma que acabou repercutindo nas diretrizes apresentadas, com a previsão de colecionismo e conservação de microfilmes, fotografias, imagens digitais, arquivos sonoros, mídias diversas, e, mais recentemente, de acervos digitais.

O estudo de Peter Johan Lor trouxe uma expressiva contribuição para essa pesquisa, pois confirmou ser um papel inerente à Biblioteca Nacional identificar suas coleções patrimoniais, o que demanda um estudo da relação desses documentos e/ou coleções com a nação, sua memória e identidade. Os métodos de avaliação dessas instituições também precisam ser direcionados para esse fim, de modo que a adoção de critérios de raridade como um

parâmetro de avaliação de acervos precisa ser revista, e métodos patrimoniais devem ser elaborados.

1.3 O patrimônio documental: origem e definições

A origem do conceito "patrimônio documental", dentro da revisão bibliográfica realizada, remete à origem do Programa Memória do Mundo da UNESCO, que definiu seus elementos e suas características. Cabe lembrar que cada país possui sua legislação sobre a proteção de bens culturais, porém sua base semântica encontra-se em textos resultantes das conferências realizadas pela UNESCO. Por isso essa pesquisa considera o programa Memória do Mundo como o marco inicial na disseminação desse conceito.

No ano de 1992, a UNESCO criou o Programa Memória do Mundo, tendo como principais objetivos, a saber: a) facilitar "[...] *la preservación del patrimonio documental mundial mediante las técnicas más adecuadas*"; b) facilitar "[...] *el acceso universal al patrimonio documental*"; c) e, por fim, "[...] *crear una mayor conciencia en todo el mundo de la existencia y la importancia del patrimonio documental*" (UNESCO, 2002, p. 2).

A necessidade de proteger e preservar os documentos existentes em arquivos, bibliotecas e museus surgiu a partir da percepção da sua importância como expressão cultural da sociedade, e da instabilidade própria do mundo em que vivemos, com seus fenômenos naturais (como terremotos, tsunamis, enchentes, etc.) e ações humanas (como as guerras, o vandalismo, dominações, etc.), conforme apresentado nas diretrizes do programa (UNESCO, 2002, p. 2).

Em 1993, o Comitê Consultivo Internacional (CCI) reuniu-se pela primeira vez na Polônia e definiram que a UNESCO seria o "[...] *coordinador y catalizador para sensibilizar a los gobiernos, las organizaciones internacionales y las fundaciones, y fomentar la creación de asociaciones con miras a la ejecución de los proyectos [...]*" voltados para o patrimônio documental mundial (UNESCO, 2002, p. 2). Dessa forma, a entidade contratou a IFLA e o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) para elaborar diretrizes e estudos para o Programa Memória do Mundo. Desde de 1995, as reuniões do CCI ocorrem anualmente, com formação de comitês regionais como os da Ásia e do Pacífico, estabelecido em 1997; e o da América do Sul e Caribe, em 2000 (UNESCO, 2002, p. 2-3).

No Brasil, o Comitê Nacional do Programa Memória do Mundo foi instituído pela portaria nº 259, de 02 de setembro de 2004³¹, do então Ministério da Cultura, e o texto estabelece no artigo 2º a missão deste comitê:

[...] assegurar a preservação das coleções documentais de importância mundial, por meio de seu registro na lista do patrimônio documental da humanidade, democratizar o seu acesso e criar a consciência sobre a sua importância e a necessidade de preservá-lo.

A missão apresentada se assemelha a do próprio Programa Memória do Mundo, de forma que não fica claro quais diretrizes serão utilizadas para a seleção do patrimônio documental nacional, que inclui um trabalho de identificação dos patrimônios documentais a nível regional local, para que só então se estabeleça os de importância nacional.

Os registros de documentos brasileiro no programa da UNESCO foram iniciados em 2007, conforme a portaria nº 61, de 31 de janeiro deste mesmo ano, também publicada pelo Ministério da Cultura. Uma outra portaria, a de nº 84, de 01 de outubro de 2013, alterou a composição do comitê nacional, "incluindo uma nova representação institucional, a do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e ampliando o número de vagas de especialistas de notório saber; também estabeleceu representantes diferentes para a representação de arquivos municipais e de arquivos estaduais"³². Todas as atividades do comitê, disponíveis em seu site institucional, estão datadas até 2017, de forma que não obtive informações sobre o atual estado do programa em território brasileiro.

O Programa Memória do Mundo da UNESCO define como sua missão primordial "[...] *incrementar la conciencia y la protección del patrimonio documental mundial y lograr su accesibilidad universal y permanente*" (UNESCO, 2002, p. 5). Por isso, essa pesquisa o considera um "divisor de águas", para a valoração de acervos, por propor uma mudança de paradigma na identificação do valor de um documento. Antes, conforme verificado na revisão bibliográfica, o principal método de valoração de acervos era o bibliofílico, de forma que o documento era percebido segundo seu valor artefactual, monetário e/ou cronológico. Jukka Jokilehto reconhece a diferença de parâmetros entre uma valoração mercadológica e uma

³¹Disponível em: http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/PortariaMinC259de2004_cria_e_compoe_MOWBrasil.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

³²Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/mow-brasil/historia.html>. Acesso em: 15 jul. 2020

patrimonial, e aponta que no âmbito patrimonial, tais parâmetros são baseados no contexto sócio-cultural e não em interesses de compra e venda (JOKILEHTO, 2016, p. 13).

A UNESCO apresenta, nas diretrizes, o conceito de patrimônio documental, a saber:

[...] los documentos, o grupos de documentos, de valor significativo y duradero para una comunidad, una cultura, un país o para la humanidad en general, y cuyo deterioro o pérdida supondrían un empobrecimiento perjudicial. Es posible que el carácter significativo de este patrimonio solamente se evidencie con el paso del tiempo. (UNESCO, 2002, p. 11)

Neste mesmo texto, a entidade define "documento", quais seus elementos, e como eles se manifestam, de forma a deixar claro quais tipos documentais podem ser considerados um patrimônio documental, a saber:

[...] Un documento es aquello que 'documenta' o 'consigna' algo con un propósito intelectual deliberado", de forma que é constituído pelos seguintes elementos: "[...] movibles (véase más adelante); [...] consistentes en signos/códigos; [...] sonidos y/o imágenes; [...] conservables (los soportes son elementos inertes); [...] reproducibles y trasladables; [...] el fruto de un proceso de documentación deliberado. (UNESCO, 2002, p. 6-7).

Além destas especificações não se mencionou delimitações quanto a sua forma de apresentação, nem quanto a informação que ele contém, sendo descrito os mais variados tipos de suporte, dentre os quais os livros, manuscritos, mapas, partituras, discos, pedras, pergaminho, telas, fotografias, entre outros (UNESCO, 2002, p. 7).

Embora o conceito de patrimônio documental se refira aos mais variados tipos documentais que podem ser encontrados em bibliotecas, museus e arquivos, durante a revisão de literatura um novo conceito foi apresentado: o de patrimônio bibliográfico. Outras variações do conceito, dentro desse contexto, também apareceram, tais como: a) "patrimônio em/de bibliotecas", que inclui todos os documentos colecionados por bibliotecas, e é um termo mais utilizado nos textos franceses; b) "patrimônio documental e bibliográfico", considerando "bibliográfico" referente a livros e periódicos, e "documental" aos demais documentos de bibliotecas, tais como mapas, partituras, mídias, etc.; c) "patrimônio bibliográfico", como sendo todos os documentos existentes no acervo de uma biblioteca; e "patrimônio documental", referindo-se aos documentos arquivísticos.

Paola Raquel Area (2018, p. 19), em sua pesquisa, também percebeu essas variações e concluiu, a saber:

La discusión en torno a una definición de patrimonio documental y de patrimonio bibliográfico se acabaría en la medida en que la noción del primero abarcara toda la tipología documental existente, incluyendo tanto los materiales de archivo y biblioteca.

De fato, eu poderia terminar este tópico com a fala desta autora, entretanto vou apresentar alguns pontos passíveis de reflexão, com vistas a mostrar que existe no ambiente institucional um impacto quanto ao uso de um ou outro conceito, ao contrário do ambiente acadêmico, das ideias, no qual a formulação de teorias é esperada. Cabe salientar que, conforme Harold Borko (1968, p. 2), a Ciência da Informação "[...] fornece um corpus teórico sobre informação que propiciará a melhoria de [...] procedimentos dedicados à acumulação e transmissão de conhecimento", de modo que, segundo este autor, admite-se pesquisas que contemplem tanto a teoria, quanto a sua aplicação prática (BORKO, 1968, p. 3).

Os conceitos, na rotina das bibliotecas, identificam acervos dando a eles a dimensão de seu significado, que são ratificados em portarias, normativas, políticas de desenvolvimento de coleções, entre outros documentos institucionais. Estes, por sua vez, revelam a percepção que a instituição tem do seu próprio acervo. Cabe ao bibliotecário/pesquisador, observar as consequências no uso de certos conceitos, e se estes atendem à missão institucional, não sendo excludentes de tipos documentais próprios do colecionismo em bibliotecas.

Os textos de autores franceses, que tratam desse conceito, utilizam o termo "patrimônio documental" ou "patrimônio em biblioteca", possivelmente devido a legislação do próprio país, que apresenta definições para tais termos. Rhapsaële Mouren (2007) critica alguns pontos desta legislação, por considerar que essas normativas consagraram como coleções patrimoniais de bibliotecas primordialmente "documentos antigos, raros ou preciosos", conforme consta na *Charte du Conseil supérieur des bibliothèques*, a qual ela cita e classifica como "singularmente restritiva" (MOUREN, 2007, p. 22). Segundo esta autora, em seu artigo 8º, a *Charte..* afirma que: "*Les collections patrimoniales sont formées des collections nationales constituées par dépôt légal et des documents anciens, rares ou précieux*" (MOUREN, 2007, p. 26).

Rhapsaële Mouren comenta que "[...] *de nombreux documents conservés dans des collections patrimoniales ne sont en effet ni anciens, ni rares, ni précieux*" (MOUREN, 2007, p. 22), de modo que esta autora propõe uma definição para documentos patrimoniais, a saber: "[...] *les documents patrimoniaux, ce sont ceux que l'on conserve ou que l'on achète dans l'objectif d'une conservation à long terme*" (MOUREN, 2007, p. 27), e exemplifica com as coleções patrimoniais "locais", isto é, que manifestem as produções regionais ou de um dado

grupo social, independentemente de seu período de publicação, mencionando os livros recentemente publicados, mídias, cartazes, panfletos entre outros (MOUREN, 2007, p. 27).

Bernard Huchet (2017) também escreve críticas ao mesmo artigo 8º da *Charte du Conseil supérieur des bibliothèques* mencionado por Rhapsaële Mouren. Este autor aponta os prejuízos do tópico que estabelece serem as coleções patrimoniais em bibliotecas compostas por qualquer documento com mais de cem anos, mantendo uma seleção de documentos segundo parâmetros cronológicos, de modo a não considerar o valor patrimonial das publicações mais recentes. Diz o autor:

On ne saurait construire une dynamique du patrimoine sur un critère strictement chronologique, comme on croyait encore pouvoir le faire à la fin du XXe siècle [...] Les inconvénients que provoque une telle formule sont assez connus: sacralisation abusive de collections anciennes **sans la moindre valeur scientifique**, conservation coûteuse et défailante, par défaut de moyens proportionnés à leur nombre, d'ouvrages sans rapport avec une quelconque orientation documentaire des fonds, difficultés à maîtriser dans sa globalité le spectre disciplinaire formé par leurs contenus. (HUCHET, 2017, p. 7, grifo nosso)

Além de mencionar o valor científico a ser observado nos documentos patrimoniais, Bernard Huchet, ao definir "patrimônio de biblioteca", também se refere ao seu valor de transmissão de modo a se constituir e manter uma "tradição documental" identitária através do acervo colecionado pelas bibliotecas (HUCHET, 2017, p. 10). Para este autor, "patrimônio de biblioteca" é: "[...] *l'ensemble des fonds*³³ *qu'elle conserve, ou qu'elle acquiert, à des fins de transmission*", de modo que se torna difícil a identificação de coleções patrimoniais seguindo métodos bibliofílicos de avaliação de acervos. Nesta nova abordagem, a avaliação dos documentos e/ou acervos observará primeiramente sua identificação com a comunidade (HUCHET, 2017, p. 12).

Embora Rhapsaële Mouren e Bernard Huchet reflitam sobre o conceito aplicado a legislação de seu país, algumas ideias trazidas por esses autores podem ser consideradas nas práticas bibliotecárias de gestão de acervos, como: a) a relevância das coleções patrimoniais locais; b) o desenvolvimento de coleções patrimoniais voltado não apenas para os documentos

³³ Em textos de autores franceses é recorrente o uso do termo "fundo" para se referir aos documentos patrimoniais em bibliotecas. Entretanto, Claire Haquet (2013) chama a atenção para o uso indiscriminado entre os bibliotecários dos termos "fundos" e "coleções" como se fossem sinônimos. Ela especifica que "fundo" se referem aos acervos de arquivos, reunidos por um indivíduo ou empresa organicamente de forma que possam ser utilizados posteriormente e probatoriamente. Diferente das coleções de bibliotecas, reunidas artificialmente, recebidas quase sempre como doações. Mesmo que contenham cartas, fotografias, mapas, manuscritos, ainda assim não se trata do arquivo pessoal, nem institucional, e sim de uma coleção. Inclusive, esse será é o entendimento adotado ao longo desse artigo.

que representam uma memória passada, mas também o que se quer transmitir para as gerações futuras; c) o fator cronológico não deve ser restritivo ao se definir um documento e/ou coleção como patrimoniais.

O termo "coleções patrimoniais" é definido por Glória Ines Palomino Londoño (2004, p. 2) como: coleções que "[...] *aportan a esas tradiciones y creencias, el valor de la memoria conservada a través de esos archivos*". Se os documentos identitários são identificados na rotina das atividades bibliotecárias, faz-se necessário reconhecer o papel político dessas instituições, pois, retomando Concha Verela-Orol (2004, p. 2), são as bibliotecas que definirão o significado de "patrimônio documental" e os métodos para sua identificação, formando, segundo seus critérios próprios, a memória intelectual nacional.

Entre os autores ibero-americanos observa-se a criação de uma ramificação para o conceito de "patrimônio documental": o "patrimônio bibliográfico". Márcia Carvalho Rodrigues (2016) apresentou uma revisão bibliográfica desses termos em seu artigo *Patrimônio documental nacional: conceitos e definições*, e selecionei, dentre estes, dois textos que apresentam definições para este termo, de autoria de Palma Peña e Jamarillo e Marín-Agudelo.

Juan Miguel Palma Peña (2011), em seu artigo *La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales*, considera livros e documentos como "*manifestaciones del pensamiento humano útiles que han sido objetivadas en forma **bibliográfica y documental**, que son parte esencial del patrimonio cultural*" (PALMA PEÑA, 2011, p. 293, grifo nosso). Este autor se refere ao "patrimônio bibliográfico e documental" citando o texto de Abdelaziz Abid (1998), que publicou com apoio da UNESCO um documento intitulado *Memoria del mundo: conservando nuestro patrimonio documental*. Este livreto foi apresentado por ocasião da *Terceira Reunión del Comité Consultivo Internacional para o programa Memória do Mundo no México*, do qual Abdelaziz era diretor à época (ABID, 1998, p. 5), e contém informações sobre as atividades do comitê, além de seus objetivos, critérios para registro e os conceitos pertinentes.

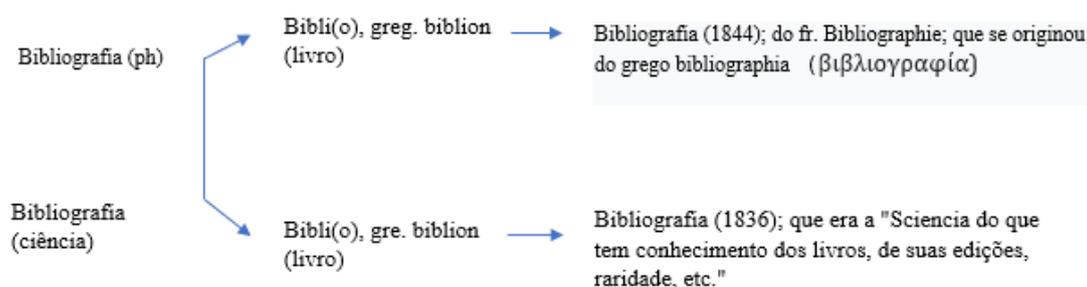
O livreto não apresenta a definição de "patrimônio bibliográfico" ou "patrimônio documental", porém deixou subentendido seu significado ao apresentar os seguintes subtópicos: "*Inventário das **colecciones bibliográficas y acervos archivísticos que han sufrido destrucciones irreparables desde 1900***" e "*Lista mundial de **colecciones bibliográficas y acervos archivísticos en peligro***" (ABID, 1998, p. 32-33, grifo nosso). Logo, subentende-se que o patrimônio bibliográfico, nessa publicação, refere-se às coleções existentes em bibliotecas, e o patrimônio documental àquelas colecionadas em arquivos.

Retomando o texto de Palma Peña, diz este autor que "[...] *el Programa Memoria del Mundo plantea que el patrimonio bibliográfico y documental es aquel [...] que se encuentra en bibliotecas y archivos [...]*" (ABID apud PALMA PEÑA, 2011, p. 293-294). No entanto, a definição encontrada nas diretrizes para o Programa Memória do Mundo, tanto a de 1995 quanto a de 2002, referem-se unicamente ao termo "patrimônio documental", de modo que se infere ser essa "ramificação" uma construção cultural, na qual o termo bibliográfico está relacionado aos acervos de bibliotecas formados majoritariamente por livros e periódicos; e o termo documental inclui os demais suportes, colecionáveis pelos arquivos.

Orlanda Jamaryllo e Sebastián-Alejandro Marín-Agudelo, consideram o "patrimônio documental" como um termo geral, que acomoda os documentos bibliográficos, assim como os arquivísticos e museológicos. Porém, os autores também apresentam o conceito de "patrimônio bibliográfico" definido-o como: "[...] *producto de un proceso de edición, reproducido en escala y con fines de distribución o comercialización; además, creado por voluntad e intencionalidad del autor, en cualquier época [...]*" (JAMARILLO; MARÍN-AGUDELO, 2014, p. 428). Isto significa que dentro do significado de "patrimônio bibliográfico", apenas os documentos impressos são considerados. Estes autores acrescentam que a "expressão máxima" desse tipo de patrimônio seria o "livro".

Seguindo o exemplo de Ortega e Saldanha, apresento o significado de "bibliográfico" em diálogo com sua Pragmática, que, segundo estas autoras, "trata-se de compreender como um dado termo é significado a partir de cada comunidade [...]" (ORTEGA; SALDANHA, 2019, p. 191-192). No âmbito do português brasileiro, a origem etimológica de "bibliografia" (Figura 2) pode trazer alguns esclarecimentos quanto ao entendimento comum do termo "bibliográfico", a saber:

Figura 2: Breve estudo etimológico do termo bibliografia



Tanto como campo do conhecimento, quanto como palavra, "bibliográfico" sempre se refere a livros. Juvêncio e Duarte (2020, p.2), em seu artigo *Controle bibliográfico, uma revisão é necessária?: o universo documental e a questão terminológica*, mencionam que "[...] frequentemente, o Controle Bibliográfico (CB) dá nome à disciplinas dos cursos de Biblioteconomia, sendo atrelado apenas aos materiais ditos bibliográficos, notadamente livros e publicações periódicas". Estes autores argumentam que o termo "bibliográfico", por ser tradicionalmente referente a livros seria "muito mais restritivo do que inclusivo" (JUVÊNCIO; DUARTE, 2020, p. 8).

As implicações dessa ramificação no âmbito acadêmico são nulas, pois um conceito se constrói com base em estudos e discussões subjetivas e teorias são formuladas. No entanto, no plano objetivo da aplicação desses conceitos, isto é, no ambiente da gestão de acervos em bibliotecas, existem questões que precisam ser problematizadas, para que se encontrem soluções. Retomando Jamaryllo e Marín-Agudelo (2014, p. 428), quando definem "patrimônio bibliográfico", mencionam ser tais documentos "[...] *producto de un proceso de edición, reproducido en escala y con fines de distribución o comercialización* [...]", o que exclui os documentos manuscritos, alguns iconográficos, os sonoros e os tridimensionais, e todos estes colecionados por bibliotecas, muitas vezes sendo o seu material primordial.

Harold Borko (1968, p. 2), menciona que se espera essa aproximação da teoria da ciência da informação com as atividades práticas inerentes às instituições de acervos. Logo, em Bibliotecas Nacionais, cuja gama de suportes documentais é muito variada — e mesmo em algumas bibliotecas especializadas — o conceito "patrimônio bibliográfico" pode provocar um escalonamento de ações de conservação e processamento técnicos, que beneficiem um tipo de suporte (livros e periódicos), em detrimentos dos demais documentos colecionados, tendo como consequência o sub-processamento e a sub-conservação dos demais suportes. Além disso, é comum as bibliotecas colecionarem todo tipo de suporte, e essa separação entre "bibliográficos" e "documentais" pode resultar na inserção de práticas arquivísticas para tratamento de acervos tidos como "documentais", sendo que a biblioteconomia possui sua própria metodologia, que está em conformidade com o processo cíclico do desenvolvimento de coleções, que se relaciona diretamente com o serviço de referência ao usuário.

Finalizo essa reflexão, com o artigo de Nicolas Beudon (2015), *Les collections atypiques: prêter autre chose que des produits culturels?*, que exemplifica a ideia de que o colecionismo em bibliotecas não pode ser representado por termos restritivos, pois está intimamente relacionado as demandas da sociedade, mesmo em Bibliotecas Nacionais. Este

autor apresenta bibliotecas "atípicas", que seriam aquelas com acervos em suportes variados, parte deles tridimensionais, tais como: instrumentos científicos, instrumentos musicais, ferramentas, equipamentos tecnológicos, equipamentos para audiovisual, entre outros, disponíveis para empréstimo local ou domiciliar. A formação desse tipo de acervo é consequência da inserção da biblioteca no cotidiano cultural da comunidade e pode ser caracterizado como um acervo "funcional", mas que é submetido a todos os parâmetros biblioteconômicos de organização e recuperação desses "documentos".

Assim sendo, ao longo dessa pesquisa, o termo utilizado para acervos patrimoniais em bibliotecas será o "patrimônio documental". No tópico a seguir, apresento a sua especificidade, que será estudada ao longo dessa pesquisa: o patrimônio documental científico.

1.4 Patrimônio documental científico

Neste capítulo já foram mencionadas algumas definições para o conceito de "documento", e retomo a de Paul Otlet para quem o documento "é constituído por um conjunto de fatos ou ideias apresentados em formato de texto ou imagem" (OTLET, 2018, p. 5). Este autor acrescenta que o suporte de apresentação dessa informação poderá ser variado, citando mapas, livros, fotografias, imagens, esquemas, o que revela a possibilidade deste documento ser bidimensional ou tridimensional. (OTLET, 2018, p. 11).

Ortega e Lara explicam que para Paul Otlet, "[...] livros e documentos constituem [...] 'um suporte de uma certa matéria e dimensão [...] em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais'" (OTLET apud ORTEGA; LARA, 2009, p. 123). Dessa forma, "os livros — termo genérico que engloba os manuscritos e impressos de toda espécie [...] — constituem em seu conjunto a memória materializada da humanidade [...]" (ORTEGA; LARA, 2009, p. 123), conforme visto no Tópico 1.2.

A literatura científica, segundo Paul Otlet (2018, p. 189), deverá conter o "enunciado de dados, fatos e ideias". Umberto Eco apresenta, inclusive, os requisitos que compõem uma investigação científica, a saber: a) "[...] *La investigación versa sobre un objeto reconocible y definido de tal modo que también sea reconocible por los demás* (ECO, 2000, p. 48); b) "[...] *La investigación tiene que decir sobre este objeto cosas que todavía no han sido dichas o bien revisar con óptica diferente las cosas que ya han sido dichas*" (ECO, 2000, p. 49); c) "[...] *La investigación tiene que ser útil a los demás*" (ECO, 2000, p. 50); d) "[...] *La investigación debe suministrar elementos para la verificación y la refutación de las hipótesis que presenta, y por*

tanto tiene que suministrar los elementos necesarios para su seguimiento público". (ECO, 2000, p. 51).

Todos os elementos citados compõem os documentos científicos, inclusive seus resultados, que são apresentados nos formatos de teses, dissertações, artigos científicos e "livros-texto". A característica fundamental desses trabalhos são a submissão à revisão por pares; de modo que dentro desse modelo, documentos científicos de séculos anteriores são ainda considerados segundo seu aspecto histórico, porém como visto na introdução dessa dissertação, esse tipo de pensamento vem se modificando. Retomo a afirmação de Silva e Barbosa, para os documentos cartográficos e sua cientificidade, ao mencionarem que seus dados e informações "constituem material de pesquisa de diversas subáreas científicas".

Para construir o significado de "documento científico" se considerou o dinamismo desse tipo de documentação, cuja informação que contém é atemporal, pois no âmbito de alguns campos do conhecimento — como os das ciências biológicas e naturais — seus dados podem ser submetidos a testes, independente da época em que foram divulgados, como apresentado na notícia da Folha de São Paulo mencionada na introdução.

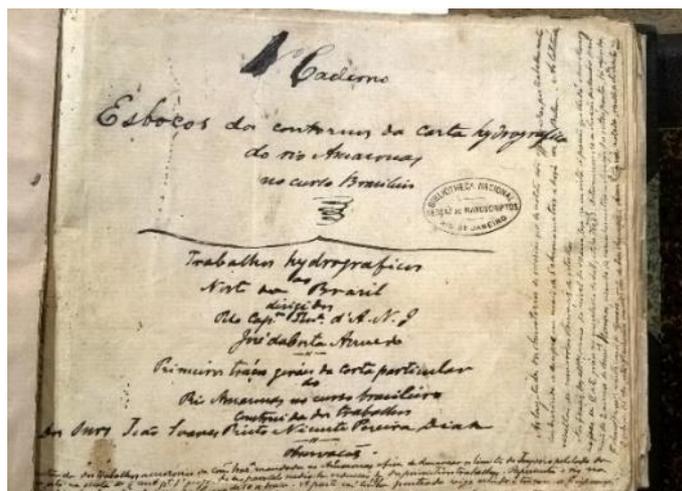
Estes documentos apresentam não somente os resultados da investigação científica, mas também os métodos e técnicas utilizados durante o processo da pesquisa, de maneira que gráficos, mapas, esboços, cadernos de campo, anotações manuscritas também podem compor um acervo científico em biblioteca.

Considerando a definição de documento de Paul Otlet, pode-se definir documento científico como aquele que apresenta o resultado parcial ou final de uma investigação científica, produzido segundo a aplicação de métodos e técnicas estabelecidos por um determinado campo do conhecimento, e cuja apresentação se dê de forma analógica (em suportes tridimensionais e/ou bidimensionais) ou digital. Seu conteúdo poderá formar uma doutrina, tratado, tese, técnica, método de aplicação, de estudo, de investigação.

Como exemplo para ilustrar os documentos científicos produzidos desde o momento inicial da coleta de informações até seu formato final, apresento a coleção de documentos pertencentes ao Barão de Ladário, que não está relacionada a coleção objeto de estudo dessa pesquisa — a Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense —, porém são representativos da produção científica cartográfica do século XIX. Tais documentos apresentam três fases dos estudos para demarcação ao longo do rio Amazonas, a saber: o esboço inicial, manuscrito (Figuras 3 e 4); o esboço com aplicação das técnicas cartográficas, manuscrito (Figuras 5 a 7); e o livro impresso como resultado final (Figuras 8 e 9). Esses documentos fazem parte dos

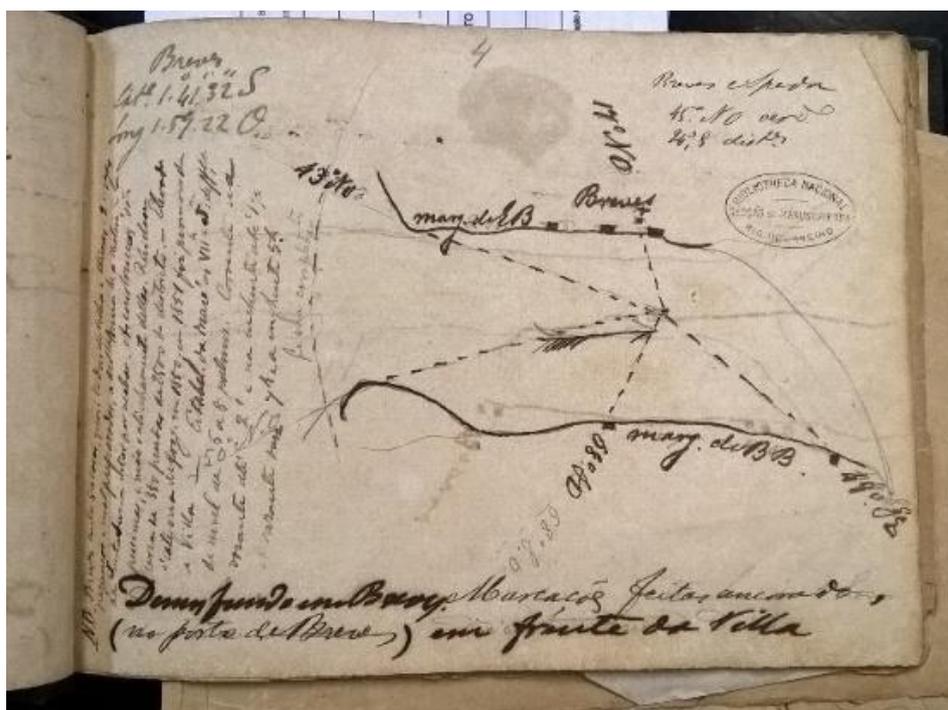
levantamentos realizados pela Comissão Demarcadora de Limites do Brasil com o Perú, comandada por José da Costa Azevedo, o Barão de Ladário. Optou-se por mostrar a sequência da coleta de dados e informações referentes a Vila de Breves, atual Estreito de Breves, no Pará.

Figura 3 – Folha de apresentação. *Caderno Esboços dos contornos da carta hydrographica do rio Amazonas no curso brasileiro*. Barão de Ladário. 1863



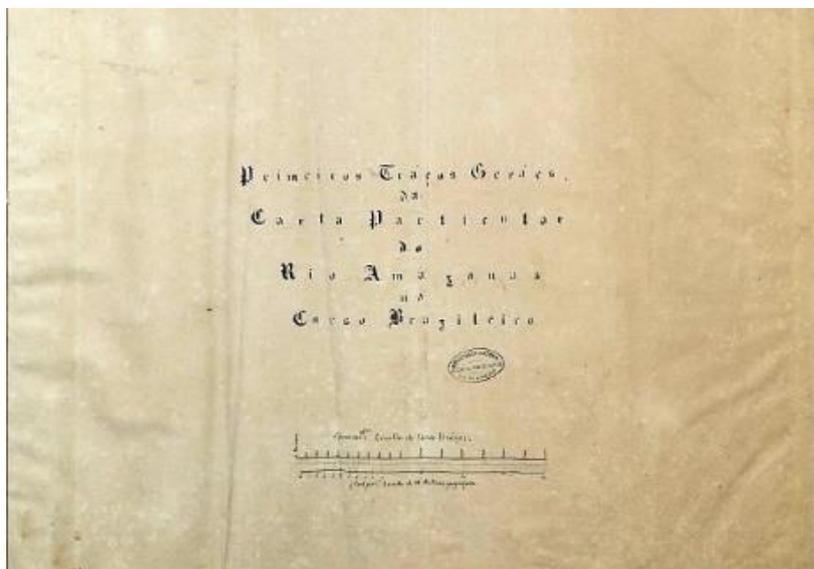
Fonte: Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional do Brasil

Figura 4 – Breves e arredores. *Caderno Esboços dos contornos da carta hydrographica do rio Amazonas no curso brasileiro*. Barão de Ladário. 1863



Fonte: Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional do Brasil

Figura 5 – Folha de rosto. *Primeiros traços geraes da Carta particular do Rio Amazonas no curso brasileiro*. Comissão Demarcadora de Limites do Brazil com o Perú, Barão de Ladário. 1863



Fonte: Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional do Brasil

Figura 6 – Dados matemáticos. *Primeiros traços geraes da Carta particular do Rio Amazonas no curso brasileiro*. Comissão Demarcadora de Limites do Brazil com o Perú, Barão de Ladário. 1863

Cálculo de Longitude por Eclipse Parcial do Sol em 1861.

Formula

$$\log \cos \delta = \log \cos \delta + \log \cos \delta$$

Atenção: Este cálculo foi feito com o auxílio de uma tabela de logaritmos, e os resultados são dados em graus e minutos.

Logaritmo	Valor	Logaritmo	Valor	Logaritmo	Valor
Logaritmo de 10	1.000000	Logaritmo de 100	2.000000	Logaritmo de 1000	3.000000
Logaritmo de 2	0.301030	Logaritmo de 3	0.477121	Logaritmo de 4	0.602060
Logaritmo de 5	0.698970	Logaritmo de 6	0.778151	Logaritmo de 7	0.845098
Logaritmo de 8	0.903090	Logaritmo de 9	0.954243	Logaritmo de 10	1.000000
Logaritmo de 11	1.041393	Logaritmo de 12	1.079181	Logaritmo de 13	1.113222
Logaritmo de 14	1.146128	Logaritmo de 15	1.176091	Logaritmo de 16	1.204120
Logaritmo de 17	1.230449	Logaritmo de 18	1.255273	Logaritmo de 19	1.277731
Logaritmo de 20	1.301030	Logaritmo de 21	1.321928	Logaritmo de 22	1.340353
Logaritmo de 23	1.357141	Logaritmo de 24	1.380211	Logaritmo de 25	1.397940
Logaritmo de 26	1.414329	Logaritmo de 27	1.432307	Logaritmo de 28	1.447707
Logaritmo de 29	1.462098	Logaritmo de 30	1.477121	Logaritmo de 31	1.491857
Logaritmo de 32	1.506264	Logaritmo de 33	1.520391	Logaritmo de 34	1.534200
Logaritmo de 35	1.547789	Logaritmo de 36	1.561449	Logaritmo de 37	1.575350
Logaritmo de 38	1.589487	Logaritmo de 39	1.603611	Logaritmo de 40	1.612091
Logaritmo de 41	1.620762	Logaritmo de 42	1.628611	Logaritmo de 43	1.636228
Logaritmo de 44	1.643611	Logaritmo de 45	1.650891	Logaritmo de 46	1.658341
Logaritmo de 47	1.665561	Logaritmo de 48	1.672611	Logaritmo de 49	1.678441
Logaritmo de 50	1.683841	Logaritmo de 51	1.689261	Logaritmo de 52	1.694811
Logaritmo de 53	1.700491	Logaritmo de 54	1.706261	Logaritmo de 55	1.712261
Logaritmo de 56	1.718491	Logaritmo de 57	1.724841	Logaritmo de 58	1.731511
Logaritmo de 59	1.738401	Logaritmo de 60	1.745441	Logaritmo de 61	1.752861
Logaritmo de 62	1.760661	Logaritmo de 63	1.768441	Logaritmo de 64	1.776601
Logaritmo de 65	1.785141	Logaritmo de 66	1.793661	Logaritmo de 67	1.802601
Logaritmo de 68	1.811961	Logaritmo de 69	1.821241	Logaritmo de 70	1.830961
Logaritmo de 71	1.840141	Logaritmo de 72	1.849761	Logaritmo de 73	1.859841
Logaritmo de 74	1.869361	Logaritmo de 75	1.879441	Logaritmo de 76	1.889961
Logaritmo de 77	1.900441	Logaritmo de 78	1.911441	Logaritmo de 79	1.922361
Logaritmo de 80	1.933261	Logaritmo de 81	1.944641	Logaritmo de 82	1.956441
Logaritmo de 83	1.968661	Logaritmo de 84	1.981241	Logaritmo de 85	1.994261
Logaritmo de 86	2.007661	Logaritmo de 87	2.021441	Logaritmo de 88	2.035661
Logaritmo de 89	2.050261	Logaritmo de 90	2.065261	Logaritmo de 91	2.080661
Logaritmo de 92	2.096441	Logaritmo de 93	2.112441	Logaritmo de 94	2.129661
Logaritmo de 95	2.147261	Logaritmo de 96	2.165661	Logaritmo de 97	2.184661
Logaritmo de 98	2.204261	Logaritmo de 99	2.224441	Logaritmo de 100	2.245261

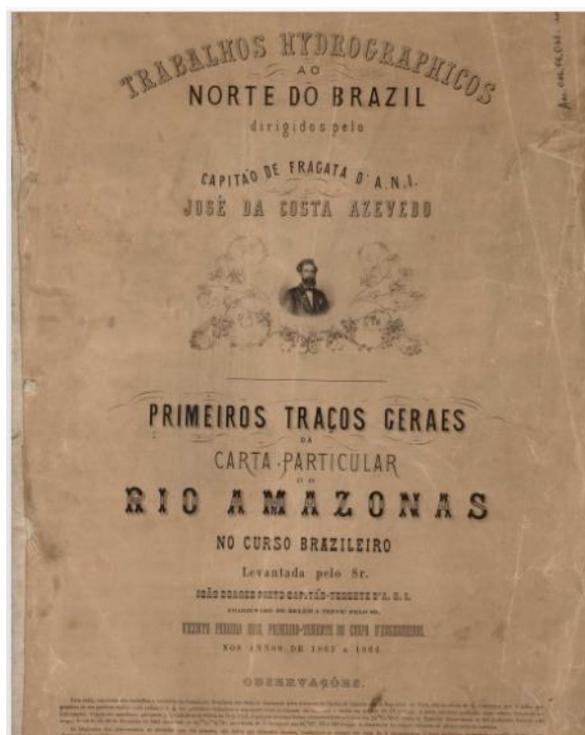
Fonte: Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional do Brasil

Figura 7 – Breves e arredores. *Primeiros traços geraes da Carta particular do Rio Amazonas no curso brasileiro*. Comissão Demarcadora de Limites do Brazil com o Perú, Barão de Ladário. 1863



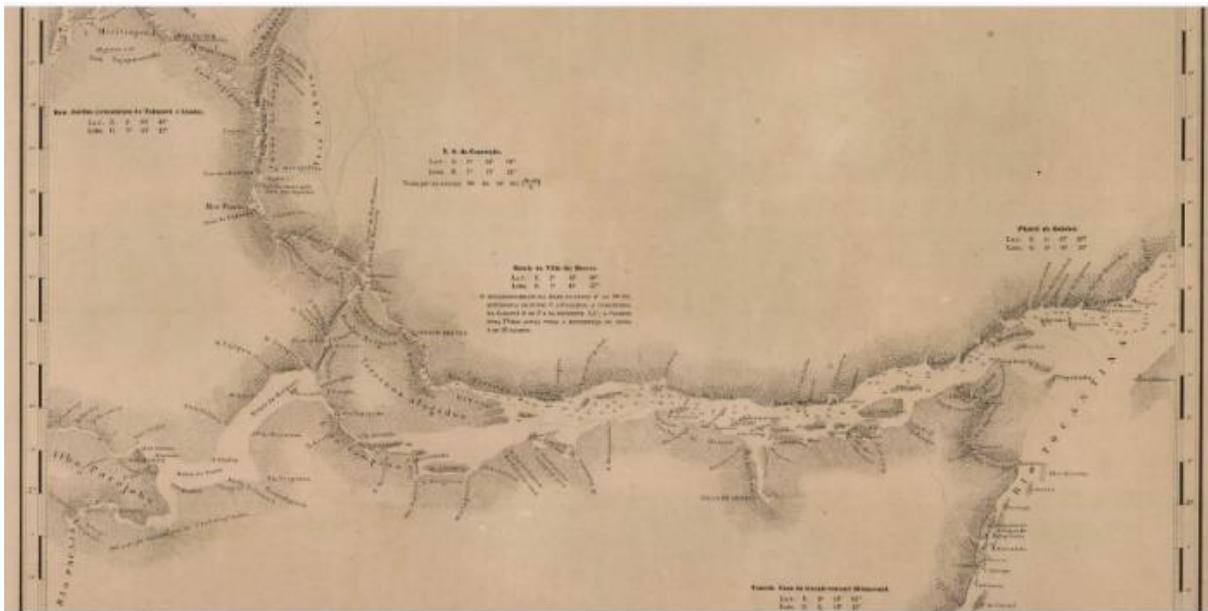
Fonte: Divisão de Manuscritos, Biblioteca Nacional do Brasil

Figura 8 – Folha de rosto. *Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil dirigido pelo capitão de fragata José da Costa Azevedo* [Barão de Ladário]. Impresso.



Fonte: Divisão de Cartografia, Biblioteca Nacional do Brasil

Figura 9 – Breves e arredores. *Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil dirigido pelo capitão de fragata José da Costa Azevedo* [Barão de Ladário]. Impresso



Fonte: Divisão de Cartografia, Biblioteca Nacional do Brasil

Se o documento científico é a apresentação de resultados, parciais ou finais, de uma investigação científica sem vínculo territorial, o patrimônio documental científico será a apresentação da ciência produzida por uma determinada comunidade e/ou território.

Considerando o estudo realizado no Tópico 1.2, no qual o patrimônio é compreendido como a memória materializada, participe na construção identitária, esse documento científico patrimonializado precisa estar relacionado tanto com a produção científica dessa comunidade/território, apresentando o impacto desses estudos nessa comunidade, assim como a relevância desses estudos para o campo do conhecimento que se desenvolve nessa comunidade, que no âmbito dos documentos científicos salvaguardados em Bibliotecas Nacionais, são as produções científicas que espelham o desenvolvimento da ciência em uma nação.

Diante disso, o patrimônio documental científico é o documento científico que contém em si os atributos de memória e identidade, produzido por uma determinada comunidade ou território, cujos resultados impactam essa mesma comunidade/território, representando a sua produção científica, assim como a progressão dos campos do conhecimento ao longo do tempo, de forma que revelam as técnicas, os métodos, os cientistas e as instituições que se empenharam, ou se empenham, no desenvolvimento da ciência nessa comunidade/território.

1.5 Mapas e sua definição enquanto documentos

A definição de "documento cartográfico", na Biblioteconomia, é apresentada geralmente segundo algumas características físicas deste tipo material, que também são referenciadas em manuais de antiquários voltados para seu colecionismo. No Quadro 2, apresento algumas definições, cuja origem é a ramificação da Biblioteconomia dedicada ao estudo da organização e processamento desse tipo material, denominada *maplibrarianship*. No Brasil recebeu o nome de Mapoteconomia, termo primeiramente utilizado em curso ministrado por Jaime Cortesão, em 1944, no Instituto Rio Branco do Itamaraty; porém a estrutura da mapoteconomia desenvolvida no Brasil esteve mais vinculada a disciplina de História da Cartografia, do que da própria Biblioteconomia.

Quadro 2 – Definições para "documento cartográfico" segundo a Biblioteconomia

Definição	Publicação
[...] Os materiais cartográficos incluem todos os materiais que representam, no todo, ou em parte, a Terra e qualquer corpo celeste. Incluem mapas em duas ou três dimensões e plantas (inclusive mapas de lugares imaginários; cartas aeronáuticas, náuticas e celestes; atlas; globos; diagramas de bloco; seções; fotografias aéreas para fins cartográficos; vistas panorâmicas, etc.).	AACR 2 ³⁴
Materiais cartográficos são todos materiais que representam, no todo ou em parte, a Terra ou qualquer corpo celeste em qualquer escala, como mapas e planos bidimensionais e tridimensionais; mapas digitais; cartas aeronáuticas, navegacionais e celestes; globos; diagramas de blocos; seções do mapa; fotografias aéreas, satélites e espaciais; imagens de sensoriamento remoto; atlas; visões de pássaro, etc. (tradução nossa)	ISBD (CM) ³⁵
Material cartográfico. Qualquer material que represente a totalidade ou parte da Terra ou qualquer corpo celeste em qualquer escala. (tradução nossa)	DCRM ³⁶
Mapa. Uma representação, normalmente em escala e em um meio plano, de uma seleção de características materiais ou abstratas sobre, ou em relação à superfície da Terra, outro corpo celeste ou um lugar imaginário. Veja também Mapa Anamórfico; Mapa auxiliar; Mapa base; Mapa cadastral; Cartograma; Mapa celeste; Gráfico; Mapa compilado; Mapa de componentes; Mapa histórico; Mapa de índice; Inserir; Mapa chave; Mapa de localização; Mapa principal; Mapa de contorno; Photomap;	DCRM (C) ³⁷

³⁴ CÓDIGO de catalogação anglo-americano. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. p.3-3

³⁵ISBD (CM): International standard bibliographic description for cartographic materials. Revised edition. London: IFLA; British Library Bibliographical Service, 1987. p.1. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/CM1987ed.pdf> . Acesso em: 15 ago. 2018

³⁶ DCRM (C): Descriptive Cataloging of Rare Materials (Cartographic). Chicago: Rare books and manuscripts section of the Association of College and Research Libraries, 2016. p. 339

³⁷ Ibid, p.348

Mapa pictórico; Plano; Plat; Mapa de relevo; Mapa de sensoriamento remoto; Mapa esquemático; Mapa da tira; Mapa temático; Mapa de parede.	
A palavra "mapa" foi definida muitas vezes e de várias maneiras. Para nossos propósitos, é a representação de uma área geográfica (imaginária ou real), geralmente em um pedaço de papel plano, mas cada vez mais em formato digital. (LARSGAARD, 1998, p.8)	LARSGAARD
"[...] Novamente, as definições variam, mas para nossos propósitos, um mapa é “uma representação gráfica simbólica de um corpo planetário ou parte dele” - uma definição que permitirá a maior latitude ao discutir o formato cartográfico sem violar quaisquer sentimentos de senso comum sobre o que é um mapa [...]" (POST, 1981, P.439)	POST

Segundo os parâmetros apresentados para identificação de documentos cartográficos, o mapa da Figura X não seria como tal, pois trata-se de um esboço manuscrito e sem informações de medições espaciais. No entanto ele é um documento cartográfico, e, devido a sua relevância histórica para o mapeamento territorial nacional, pode ser considerado um patrimônio documental brasileiro.

Figura 10 - [Mapa de parte de Minas Gerais – Cartas sertanistas].



Fonte: BN Digital.

A carta sertanista da Figura 10, termo atribuído por Jaime Cortesão³⁸ é um tipo de mapeamento "[...] marcados pelo 'primitivismo, ou melhor, o arcaísmo índio do traçado'" (OLIVEIRA, 2015, p. 2). Esse documento foi encontrado, nas palavras de Cortesão, "por acaso" na Biblioteca Nacional do Brasil. O autor não menciona em que condições, nem qual foi a pesquisa realizada para que chegasse a ele. No entanto, a partir de seus estudos revelou-se seu valor histórico, de modo que podemos reconhecê-lo como um mapeamento típico das incursões iniciais para desbravar o território brasileiro com fins de demarcação, caracterizando-o como um patrimônio documental brasileiro.

Os estudos de John Brian Harley apresentam uma proposta para compreensão desses documentos cartográficos como textos, de modo que suas características artefactuais não se sobreponham a essência do mapeamento e de sua apresentação. David Woodward, ratifica esse entendimento ao dizer que:

[...] os mapas são o principal meio de transmissão de idéias e conhecimentos sobre o espaço. Como trabalhos duradouros de síntese gráfica, eles podem desempenhar um papel mais importante na história do que seus criadores. Nesse sentido, seu significado transcende seu valor artefactual. Como imagens, evocam significados e respostas complexos e, assim, registram mais do que informações factuais em eventos e lugares específicos. (HARLEY; WOODWARD, 1987, p. xv).

Thomas J. Basset (1998, p.24-25) argumenta que mesmo as definições mais genéricas de mapas — e este autor exemplifica com a definição de "representação gráfica do cenário geográfico" — excluiriam formas de mapeamento outras, como as da cultura africana e indígena que se manifestam através da arte corporal, da orientação dos prédios ou do layout das aldeias.

Sendo o mapeamento um processo cultural, pois ele expressa "[...] como outras culturas representam seus mundos" (WOODWARD; LEWIS, 1998, p. 537), as bibliotecas precisam acompanhar esse entendimento, ainda mais quando este tipo documental for considerado um patrimônio documental. David Woodward e G. Malcolm Lewis esclarecem que:

Mapas feitos em culturas tradicionais não incorporam as projeções abstratas, coordenadas geométricas e medição espacial atualmente associado à

³⁸ Historiador e escritor português, cuja relação com a mapoteconomia será apresentada ainda neste capítulo. Pode-se considerar que ele não foi só o primeiro a chamar esse mapeamento de "mapas sertanistas", como mencionado por OLIVEIRA (2015, p.42), mas foi também o primeiro a utilizar o termo mapoteconomia associando a prática de organização de acervos cartográficos em mapotecas.

cartografia internacional. No entanto, os mapas tradicionais compartilham uma geometria comum: consiste em **topologia**, na qual conceitos de linearidade, centro e periferia, contiguidade e conexão são muito mais relevantes do que localizações de coordenadas em um plano infinito abstrato (WOODWARD; LEWIS, 1998, p. 537).

John Brian Harley propôs uma "desconstrução" do conceito de mapa em favor de uma compreensão que se adequasse à história da cartografia. Para tanto, o mapa precisaria ser entendido não mais como uma representação, mas como um texto. Essa mudança de paradigma foi necessária para acomodar a diversidade de técnicas de mapeamento, que não se restringem, como já mencionado, ao modelo oriundo da Europa Renascentista. Este autor apresenta o mapa como um texto cartográfico, e considera que o "[...] 'Texto' é certamente uma metáfora melhor para mapas do que o espelho da natureza" (HARLEY, 1989, p. 7-8).

David Mckenzie seguindo o mesmo pensamento de Harley, destaca ser "[...] raro que um mapa mostre o que qualquer um pode ver [...]", e que sua relação com o mundo "é mais simbólica do que representativa". Este autor menciona a função documental do mapa quando afirma ser ele submetido ao controle bibliográfico, a interpretação e análise histórica (MCKENZIE, 2018, p. 59).

Harley e Woodward em trabalho conjunto concluíram que para abarcar a maior parte dos mapeamentos existentes a definição mais adequada seria, a saber: "[...] Mapas são representações gráficas que facilitam a compreensão espacial de coisas, conceitos, condições, processos ou eventos no mundo humano" (HARLEY; WOODWARD, 1987, p. xvi-xvii). Estes autores explicam que "mundo humano" se refere ao "ambiente cosmográfico do homem", de modo a se considerar tanto os mapeamentos "celestiais", quanto os "mapas de cosmografias imaginadas" (HARLEY; WOODWARD, 1987, p. xvi-xvii). Os autores não adotaram critérios que restringissem a compreensão de mapa segundo parâmetros culturais específicos, nem acrescentaram aspectos matemáticos cartográficos, pois "[...] muitos mapas antigos não possuíam essas geometrias, sendo estruturados topologicamente em relação a redes de rotas, sistemas de drenagem, linhas de costa ou fronteiras" (HARLEY; WOODWARD, 1987, p. xvi-xvii).

No âmbito do patrimônio documental, todo tipo de mapeamento, desde que característico da produção de uma comunidade deve ser considerado. Porém, tais os documentos só serão um patrimônio documental científico se contiverem em si as técnicas cartográficas próprias da época em que foram produzidos.

2 PARÂMETROS PARA IDENTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL CIENTÍFICO: UMA PROPOSTA

Essa pesquisa propõe parâmetros para identificação de documentos cujos atributos o revelem como um patrimônio documental científico. No entanto, tais parâmetros estão inseridos dentro de uma metodologia composta por duas etapas primordiais: a primeira delas é o estudo da proveniência cultural da coleção patrimonial — ou do documento —, objetivando identificar o vínculo identitário e de memória com a comunidade que o tenha produzido; a segunda etapa é verificar se as coleções e/ou documentos patrimoniais atendem aos parâmetros estabelecidos para identifica-los como patrimônio documental científico. A primeira etapa, referente ao estudo da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense, é apresentada no Capítulo 3; já a valoração da coleção a partir dos parâmetros elaborados, que corresponde a segunda etapa, é mostrada no Capítulo 4.

Neste capítulo o que se pretende é apresentar a revisão bibliográfica referente a avaliação de coleções, no âmbito do desenvolvimento de coleções, e um estudo sobre os métodos de valoração em bibliotecas, além dos parâmetros estabelecidos.

2.1 A valoração de acervos em bibliotecas

A avaliação de acervos é um procedimento dentro do processo de desenvolvimento de coleções, que é definido por Maciel e Mendonça (2006, p.16) como:

[...] uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais, oferecerá a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção, para as decisões relativas ao processamento técnico dos documentos e ao seu adequado armazenamento.

Logo, a "avaliação de coleções", dentro desse conjunto de atividades estratégicas é uma ferramenta de gestão (Olch'en, 2010, p. 14), cujo resultado final, será a política de desenvolvimento de coleções, que, para Evans e Saponaro (2005, p. 49) é o "[...] *the library's master plan for building and maintaining its collections*". Estes autores afirmam ainda que: "[...] *like all good plans, the collection development policy must reflect and relate to the library's other plans, especially those that are long-range and strategic in character. It also*

must be up-to-date in terms of the library's overall mission and goals" (EVANS; SAPONARO, 2005, p. 49).

A "avaliação de coleções", enquanto procedimento gerencial em uma biblioteca, permite não apenas identificar quais tipos documentais a instituição possui, mas também qual sua relevância para a sociedade no âmbito da memória e identidade, e se o seu colecionismo está em conformidade com a missão estabelecida. Este procedimento também contribui para o planejamento estratégico da biblioteca, pois ao conhecer o acervo, torna-se mais fácil gerenciar os recursos humanos e financeiros, de modo a atender a conservação, segurança, processamento do acervo, segundo parâmetros patrimoniais. Todas essas informações comporão a política de desenvolvimento de coleções, extremamente importante para a manutenção dos serviços e padronização das ações direcionadas ao acervo.

Embora o desenvolvimento de coleções e a própria "avaliação" sejam procedimentos fundamentais para conservação e divulgação do acervo em bibliotecas, durante pesquisa em sites de Bibliotecas Nacionais da América do Sul, constatou-se que apenas a da Argentina disponibilizou sua política de desenvolvimento de coleções em seu site oficial. A política é um meio de informar à população sobre a aplicação dos recursos na biblioteca, e como ela desenvolve seu acervo. No âmbito das Bibliotecas Nacionais, a política pode formalizar métodos para seleção e descarte de materiais, tendo em vista que, por meio da lei de depósito legal podem entrar documentos no acervo que nem sempre são representativos da produção intelectual nacional, principalmente se a instituição considerar todas as publicações nacionais com ISBN como representativas da produção intelectual nacional. O depósito Legal não pode ser visto como a própria política de desenvolvimento de coleções de uma Biblioteca Nacional, mas sim apenas como uma ferramenta de captação, como o é a compra, a permuta e a doação.

Na revisão bibliográfica observou-se também a produção de artigos voltados a valoração não apenas das coleções, mas das próprias bibliotecas como um todo, de modo a considerar não apenas sua relevância cultural ou educacional, mas também a econômica. As bibliotecas, nesse âmbito, são apresentadas como um investimento que pode trazer um retorno benéfico para a sociedade que a custeia. O artigo de François Gouyon, por exemplo, "*L'évaluation en bibliothèque publique: permanence des enjeux, nouveaux outils, nouvelles méthodes?*"³⁹ trata da avaliação em bibliotecas públicas, enfatizando que ela precisa seguir os parâmetros da avaliação de um serviço público, por ser um elemento do mesmo. Já o artigo "*What is the true*

³⁹Disponível em: <https://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notices/1758-1-evaluation-en-bibliotheque-publique-permanence-des-enjeux-nouveaux-outils-nouvelles-methodes>. Acesso em: 15 set 2020

value of a public library?", de David McMenemy⁴⁰, aborda a avaliação de bibliotecas públicas segundo o ponto de vista econômico. E o artigo "*Understanding our value; assessing the nature of the impact of library services*", de David Bawden et. al., trata da valoração monetária do acervo, exemplificando com o caso da *City of London public library*⁴¹.

Estes artigos podem revelar uma certa demanda social por esse tipo de estudo, a partir da percepção de que bibliotecários e gestores de acervo estão se aproximando da linguagem econômica para apresentar à sociedade, assim como à classe política, a biblioteca como um investimento rentável, com retorno financeiro e social. Sem dúvidas existe uma mudança na percepção da biblioteca e dos serviços que ela oferece, pois não bastaria mais comprovar sua relevância enquanto instituição cultural e educacional, mas ela precisa comprovar seu valor econômico para a sociedade. Seria a lei de mercado afetando as instituições de cultura ao redor do mundo.

A política de desenvolvimento de coleções, como mencionado, pode ser um elemento de aproximação da biblioteca com a comunidade a qual atende, ao mesmo tempo em que é um instrumento de gestão institucional, e tem na "avaliação de coleções" o mecanismo de coleta de informações referentes ao acervo.

A "avaliação de coleções" mapeia o acervo (OLCH'EN, 2010, p. 13), de forma a tornar conhecidos seus atributos, características materiais, os temas que o compõem, além de quais pontos precisariam ser melhorados em sua organização, conservação, processamento técnico e segurança, de modo a organizar as rotinas bibliotecárias. No âmbito dos acervos em bibliotecas, o termo "avaliação" e "valoração" por vezes são tomados como sinônimos. Porém, quando tratamos de documentos patrimoniais, o valor a ser observado são relacionados a memória e identidade, de forma que tais termos passam a ter significados e funcionalidades distintas, como será apresentado no próximo tópico.

2.2 Avaliação de coleções segundo a Biblioteconomia

A revisão bibliográfica mostrou existirem, neste contexto, dois termos empregados — em alguns casos como sinônimos —, sendo eles a "avaliação" e a "valoração" de coleções. No

⁴⁰Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/235317562_What_is_the_true_value_of_a_public_library. Acesso em: 15 set. 2020

⁴¹ ver: BAWDEN, David [et.al.]. *Understanding our value; assessing the nature of the impact of library services. Library and Information Research*, London, v.33, n.105, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228345867_Understanding_our_value_assessing_the_nature_of_the_impact_of_library_services. Acesso em: 12 set. 2020.

entanto a avaliação/valoração de coleções na Biblioteconomia é diferente da valoração realizada em documentos patrimoniais. Neste tópico, todo o estudo é voltado para a visão biblioteconômica da valoração de acervos, enquanto que a patrimonial será apresentada no seguinte.

Ray Prytherch utiliza os termos *appraisal*, *collection evaluation* e *evaluation*, sendo cada um deles referentes a um tipo de avaliação específica. O termo *appraisal* se refere a avaliação do conteúdo de um documento (PRYTHERC, 2005, p. 28); *collection evaluation* estaria relacionado ao gerenciamento do acervo, avaliando o seu uso segundo dados estatísticos recolhidos na própria rotina das atividades bibliotecárias (PRYTHERC, 2005, p. 151); e *evaluation* seria a avaliação da biblioteca como um todo, incluindo o edifício, funcionários e serviços prestados (PRYTHERC, 2005, p. 260).

O termo *appraisal* é relacionado por este autor a *intrinsec value*, que remete as marcas de propriedade em documentos manuscritos, sendo um termo arquivístico (PRYTHERCH, 2005, p. 378), de modo que esse tipo de avaliação está relacionado aos métodos bibliofílicos.

Sidney Berger (2016, p. 15), por sua vez, apresenta uma definição para *appraisal* também fundamentada nos métodos bibliofílicos, a saber:

APPRAISAL (of books; in archives). Appraisal of books is their evaluation, generally for their monetary worth. It may be said that if a collection is being weeded (see Weeding), the holdings are being appraised for their intellectual value or for their likelihood of being used (or possibly, for damaged items, for what they would cost to conserve to make usable).

Berger apresenta um elemento novo a ser observado na avaliação de documentos: o valor monetário. E este só pode ser obtido consultando a literatura de referência para o colecionismo, que são os catálogo e manuais dos livreiros.

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 41) seguem o mesmo entendimento de Prytherch e Berger, e definem o termo "avaliação" da seguinte forma:

avaliação a (2) *appraisal*, *evaluation* BIB apreciação do texto de um documento para determinar o seu valor: a) como contribuição a um tema (assunto); b) como contribuição à literatura de um assunto. Esta apreciação ou análise faz parte do processo de seleção em bibliotecas <=> arquivo. a. (3) *appraisal*, *valuation* ARTE BIB avaliação monetária de livros, manuscritos, obras de arte ou outros tipos de documentos. [...] a. da coleção *collection assessment*, *collection evaluation* ARQ BIB mensuração quantitativa e qualitativa do grau de qualidade do acervo, dos serviços e programas de uma biblioteca ou arquivo em relação ao nível de atendimento das necessidades dos usuários <=> desenvolvimento de coleções.

A avaliação, como visto no início deste Capítulo, é um procedimento gerencial de acervos em bibliotecas, e segue uma metodologia quantitativa ou qualitativa para sua aplicação. Segundo Enora Oulc'hen (2010, p. 15), o método quantitativo objetiva medir o volume da coleção, além dos gastos com recursos, mediante cálculos matemáticos específicos para esse tipo de mensuração. Lancaster (2004, p. 24-25), menciona que neste tipo de método a avaliação contribui para que se conheça o crescimento, assim como o tamanho, da coleção. Maciel e Mendonça complementam esse entendimento observando que esse tipo de método se fundamenta em dados estatísticos produzidos pela biblioteca, inclusive observando aqueles relacionados aos usuários, como frequência, uso e assuntos pesquisados.

Quanto ao método qualitativo, este é definido por Lancaster (2004, p. 24-25) — e corroborado por Evans e Saponaro (2005, p. 315) e Enora Oulc'hen (2010, p.15) — como um julgamento, um juízo de valor em relação a um acervo, que demanda conhecimento especializado e pesquisa sobre o mesmo, além de, em alguns casos, a participação do próprio usuário.

Maciel e Mendonça (2006, p. 23) apontam ainda que na avaliação qualitativa de acervos deve-se considerar o conteúdo do documento, além do "[...] estabelecimento de critérios [...] que expressem aquilo que realmente se pretende avaliar".

2.3 Métodos bibliofílicos de avaliação de acervos

Nesse tipo de avaliação, observa-se a materialidade do documento, incluindo suas marcas de propriedade, técnicas de encadernação, tipos de papel, antiguidade, entre outros requisitos, cuja principal fonte de informação, para confirmação de tais valores, são os catálogos de livreiros e antiquários. O objetivo desse tipo de avaliação é atestar a autenticidade do documento com base em suas características ou conferir ao mesmo "valor de raridade".

Essa avaliação demanda a elaboração dos chamados "critérios de raridade", exemplificados no Quadro 3, pelos da Biblioteca Nacional do Brasil.

Quadro 3 - Critérios de raridade da Biblioteca Nacional do Brasil

Especificação / ano	Critérios
Ordem de serviço FBN – 1984 (25 de setembro de 1984). Instituída por Maria Alice Barroso, sob o título "Critérios para a qualificação de obra rara"	-Todas as impressões dos séculos XV, XVI e XVII -impressões do século XVIII até 1720 -obras editadas no Brasil até 1841 -edições de tiragem reduzida -edições especiais, de luxo, para bibliófilos -edições clandestinas

	<ul style="list-style-type: none"> -obras esgotadas -exemplares de coleções especiais, em geral com belas encadernações e "ex-libris" -exemplares com anotações manuscritas de importância, incluindo-se dedicatória. <p>Termina o texto dizendo, que conforme interesses das bibliotecas, outros "critérios" poderiam ser inseridos, e que estes baseavam-se em "consultas a bibliografias, catálogos especiais, conhecimento de história do livro e outras fontes de referência.</p>
<p>PLANOR - 2012⁴²</p> <p>"Critérios de Raridade da Biblioteca Nacional do Brasil". por Rosângela von Helden</p> <p>*Critério cronológico</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Obras anteriores a 1455 (manuscritos) -Todas as obras dos séculos XV, XVI e XVII (incunábulo) -Impressões do século XVIII até 1720 (devido a problemas de espaço?) -Primeiras impressões do Brasil do século XIX -Primeiros jornais impressos no Brasil -Edições clandestinas -Edições de tiragens reduzidas -Século XX – obras com alguma característica colecionável: assinaturas, edições numeradas -Edições especiais de luxo para bibliófilos -Exemplares de coleções especiais com belas encadernações e ex-libris -Exemplares com anotações manuscritas importantes -Exemplares com dedicatórias e autógrafos -Obras esgotadas
<p>Biblioteca Nacional do Brasil – Divisão de Cartografia</p> <p>Critérios de Raridade para acervo cartográfico⁴³</p> <p>Adaptados a partir dos critérios gerais de 1984.</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Coleções cartográficas impressas -Primeiras impressões (séc. XV-XVI) -Impressões dos séculos XVII-XIX -Brasil séc. XIX e XX -Edições de tiragem reduzidas -Mapas decorados e atlas luxuosos -Exemplares de coleções especiais (regra geral com belas encadernações e ex-libris) -Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias) -Obras esgotadas -Autor – cartógrafo de renome ou instituições que produzam mapas para determinado fim -Área geográfica -Tema ou assunto

Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (site); Divisão de Cartografia

No método bibliofílico de avaliação são comuns a atribuição de valores como "importante", "precioso", "luxuoso", "escasso", "clandestino", "raro". No entanto, são adjetivações e não atributos inerentes aos documentos. David McKitterick elucidou em seu

⁴² Disponível em: <https://www.bn.gov.br/producao/documentos/criterios-raridade-fundacao-biblioteca-nacional>. Acesso em: 15 out. 2018.

⁴³ Documento disponível na Divisão de Cartografia

livro "*The invention of rare book*" a origem dessas "adjetivações". Este autor fez um estudo aprofundado sobre o termo raro e seus desdobramentos de significado, além de como se deu o início do uso dos catálogos dos livreiros como referência para atribuição de valores a acervos — tanto em bibliotecas como em coleções particulares —, e que se perpetuam até os dias atuais.

Diz o autor:

While the earliest sale catalogues had a simple intent, to list books concisely so as to enable an organised and profitable dispersal, as the genre developed so further purposes were discovered. The larger ones, of the more extensive libraries, became **books of reference**, retained long after the event as records not just of book ownership, but also as part of strategies to measure rarity, and often as the basis of price information. (MCKITTERICK, 2018, p. 122, grifo nosso)

McKitterick menciona que esses catálogos "se tornaram os pilares do colecionismo e do preço", desde o século XVI. Este autor menciona que tais catálogos também "[...] serviram como registros de raridade". E continua:

[...] Until there were printed records of sales, it was difficult to demonstrate the rarity or usual price range of any particular book. So collectors began to retain this originally ephemeral literature, and to bind up groups of catalogues into volumes. (MCKITTERICK, 2018, p. 123)

Este autor explica ainda que o significado de "raro" e "raríssimo"⁴⁴, indicavam ao menos três noções, a saber: uma referente a escassez do item; a outra seria uma espécie de "elogio" à obra, com o uso de qualificadores como "incomparável, fino, sutil, de excelência, de mérito incomum"(MCKITTERICK, 2018, p. 125); e uma terceira noção que visava a promoção do livro aos colecionadores, provocando o interesse destes em um determinado documento, de modo a instigar sua participação nos leilões (MCKITTERICK, 2018, p. 136).

A valoração por meio dos catálogos influenciara a avaliação de acervos em bibliotecas reais e particulares, a partir do século XVII. Segundo David McKitterick (2018, p. 134), o termo "raro" passou a ser adotado "entre os responsáveis pelas bibliotecas", de modo que uma "literatura formal" surgiu neste período, apresentando as compilações dos itens de seus acervos tidos como mais "preciosos". Este autor qualifica esta literatura como uma "mistura de oportunismo de marketing, entusiasmo local e um inquérito bibliográfico".

Gabriel Naudé, descrito por David McKitterick (2018, p. 127) como "um dos mais bem informados guardiões e criadores de bibliotecas em meados do século XVII", foi um dos autores

⁴⁴ Com base em seus estudos, a partir de dicionários publicados no século XVI, na Inglaterra

desse tipo de publicação, com o seu primeiro tratado de biblioteconomia sendo utilizado em toda Europa. Essa publicação se caracterizava como um manual, pois além das técnicas próprias da organização de acervos em bibliotecas, ele também configurava, segundo Gérard Namer (1987, p. 165), como um "tratado de bibliofilia dando aos candidatos a colecionadores, principescos ou patronos, a lista de livros raros que uma biblioteca digna desse nome deve possuir". Gabriel Naudé também utilizou o termo "raro e excelente" para descrever o acervo da Biblioteca de Mazarin, que ajudou a constituir, como forma de argumentar contra sua destruição, pois o Parlamento de Paris pretendia colocá-la à venda (MCKITTERICK, 2018, p. 127).

No âmbito da avaliação bibliofílica de documentos, os valores considerados são o monetário, o artefactual e o cronológico. O valor monetário está relacionado ao valor mercadológico dos documentos, que dependem da regra de oferta e procura, dos interesses pessoais de cada colecionador, além da escassez do item. Todd Fell (2012) menciona esse tipo de valoração em relação a acervos cartográficos e Sidney Berger (2014) em relação a raridade dos livros.

No artigo de Todd Fell, intitulado *Maps as Special Collections: Bibliographic Control of Hidden Material at Yale University*, é possível observar a consequência da adoção deste tipo de valoração no âmbito da gestão de acervos cartográficos em bibliotecas:

Nos últimos anos, o cada vez mais lucrativo comércio dos primeiros mapas obrigou muitas instituições e repositórios a reavaliar as suas coleções de mapas. Um mapa outrora considerado de pouco valor monetário, e tratado em conformidade, pode agora valer uma quantia considerável no mercado aberto. **Esta mudança contínua no valor comercial dos mapas requer um aumento concomitante na supervisão das coleções de mapas institucionais** (FELL, 2005, p. 28, grifo nosso).

Incluir o valor monetário como um atributo para um acervo o submete a tais flutuações mercadológicas, de modo que questiono se esta instabilidade seria administrável por uma biblioteca, pois a todo momento as coleções precisariam ser reavaliadas. Cabe reflexionar se a missão da biblioteca comportaria esse tipo de valoração de coleções.

Outro valor comum ao método bibliofílico é o valor artefactual de um documento. Sidney Berger define esse tipo de valor, a saber:

Valor artefato. O valor inerente a um item, independentemente do seu texto - ou seja, seu valor como um objeto físico. O valor pode realmente estar nas informações que o item possui, mas, como artefato, o item também pode ser

valioso porque foi assinado por uma pessoa importante (coleccionável), pode estar em uma boa encadernação ou ele pode ter insertos valiosos, tais como um "leaf book" (BERGER, 2016, p. xv).

E um terceiro valor considerado, nesse tipo de avaliação, é o cronológico que considera a antiguidade do documento, e por vezes pode estar relacionado ao valor histórico do item. Sidney Berger define o termo "antigo" da seguinte forma:

One old definition of "antique" was 100 years old, but a search through an antiquarian bookshop will yield great numbers of books younger than that" (p.14). E complementa dizendo que " The lines of demarcation between 'rare books,' 'old books' and 'second-hand books' have never been, and can never be, clearly defined" (CARTER apud BERGER, 2016, p. 14).

Observando os critérios de raridade da Biblioteca Nacional do Brasil vemos que o valor cronológico é prevalente, com a delimitação de datas que atribuiriam a "raridade" dos documentos: "até 1720", "até 1841". Bernard Huchet (2017), como mencionado, critica essa limitação cronológica, destacando a "sacralização" de coleções antigas, que no âmbito dos acervos patrimoniais não pode ser o único parâmetro a ser considerado.

Os critérios de raridade se apresentam como uma das principais diretrizes para a avaliação de acervos em bibliotecas. Porém, com a definição de patrimônio cultural, e posteriormente, patrimônio documental pela UNESCO surgiu a valoração patrimonial.

2.4 Método de valoração patrimonial

A avaliação do valor patrimonial de um objeto, segundo Jukka Jokilehto (2016, p. 7), é um processo de comparação, no qual se identifica os atributos do "recurso patrimonial" comparando-os com os de outro semelhante. Este autor explica que "*[...] comparison can show that, in reference to those types of attributes, the value of one thing is equivalent or different in comparison to another*". Dessa forma, a partir de parâmetros pré-estabelecidos, a comparação permite o agrupamento de tais objetos segundo os valores patrimoniais que apresentem, e estes, por sua vez, atenderão aos interesses institucionais e/ou governamentais.

O valor, segundo Japiassú e Marcondes (2008, p. 344), é "[...] aquilo que dá a algo um caráter positivo" e está associado a noção de juízo de valor, que para estes autores é o "[...] juízo que estabelece uma avaliação qualitativa sobre algo, isto é, sobre a moralidade de um ato, ou a qualidade estética de um objeto, ou ainda sobre a validade de um conhecimento ou teoria [...]". No âmbito da Sociologia, Johnson (1997, p. 434) apresenta o valor associado a cultura — o

valor cultural — e o define como "[...] uma idéia comum sobre como alguma coisa é classificada em termos de desejabilidade, mérito ou perfeição sociais relativas [...]".

Assim sendo, o valor patrimonial poderia ser definido como um atributo qualitativo atribuído a um objeto, que o classifique, no âmbito cultural de uma comunidade, como seus representantes identitário.

No âmbito dessa pesquisa, por exemplo, os valores patrimoniais a serem observados nas coleções e/ou documentos precisam estar em conformidade com a própria missão institucional da Biblioteca Nacional do Brasil, pois o seu colecionismo objetiva atender a tal missão, que é uma demanda da própria sociedade que lhe outorgou essa função, a saber: "[...] coletar, registrar, salvaguardar e dar acesso à produção intelectual brasileira, assegurando o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e a preservação da memória bibliográfica e documental do país"⁴⁵. Observa-se que a missão menciona a produção intelectual nacional, que abarca documentos com valores científicos, artísticos, literários e musicais. Além disso, o texto cita ainda a "preservação da memória", que, como visto ao longo do Capítulo 1, o conceito de memória está relacionado a formação identitária e a sua materialização através do patrimônio documental. Apenas na leitura da missão seria possível identificar de pronto alguns atributos/valores patrimoniais inerentes a esse acervo.

A UNESCO publicou um documento intitulado de *Measuring the value of material cultural heritage*, que trata dos sistemas de valores existentes para o patrimônio cultural. No entanto, por não conseguir acessar este documento até a conclusão desta dissertação, apresento os valores patrimoniais segundo dois autores: Jukka Jokilehto e Ulpiano Toledo Berra de Menezes. O estudo do valor patrimonial a partir desses dois autores permite compreender que a atribuição desses valores obedece a diretriz da relação desse objeto patrimonial com a comunidade que o produziu e que se identifica com ele.

2.4.1 Valor patrimonial segundo Jukka Jokilehto

Jukka Jokilehto em seu artigo *Heritage values and valuation*, apresenta um breve histórico sobre o conceito de patrimônio, mencionando que este recebeu um novo significado a partir da Renascença, quando artistas e humanistas passaram a se interessar pela Antiguidade, de modo que "[...] which resulted in the appreciation of the artistic and historical values". (JOKILEHTO, 2016, p. 10). Este autor menciona que o conceito de patrimônio foi consolidado

⁴⁵ Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/competencias-atividade>. Acesso em: 9 jun. 2020

entre os séculos XVII e XVIII, e que "[...] *collections of antiquities became an important social prestige*". (JOKILEHTO, 2016, p. 10). No entanto, o reconhecimento do valor patrimonial dos objetos só ocorreu ao longo do século XIX, com a Revolução Francesa, o crescimento do nacionalismo e do romantismo. Nas palavras deste autor, "[...] *heritage values was finally brought into the public sphere becoming National Heritage subject to state protection and administration*" (JOKILEHTO, 2016, p. 10).

No século XX, Jukka Jokilehto (2016, p. 12) menciona a criação de uma doutrina internacional para a proteção do patrimônio cultural, com a criação de organizações internacionais. Este autor observa que ao mesmo tempo em que ocorria uma "globalização comercial e industrial", a sociedade tornava-se consciente "de seus valores patrimoniais", e o marco dessa coincidência foi a criação de uma Lista do Patrimônio Mundial, na Convenção da Unesco para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Diz este autor, a saber:

[...] This Convention notes that the world cultural and natural heritage is constantly under threat, and recognizes that parts of it are of "outstanding interest and therefore need to be preserved as part of the world heritage of mankind as a whole". Today, this Convention can be considered the most successful international legal instrument created by UNESCO. (JOKILEHTO, 2016, p. 12)

Observa-se que no âmbito do patrimônio cultural, utiliza-se o termo "mensuração" do valor patrimonial. Deduz-se que o uso do termo "medir um valor" ocorra pelo patrimônio estar relacionado: a) ao contexto sociocultural; b) por ser dependente do processo de aprendizagem — que remete a transmissão do patrimônio documental mencionada por Bernard Huchet; c) e por estarem sujeitos a mudanças, de acordo com os interesses da sociedade. Nas palavras de Jokilehto, "[...] *indeed, as is obvious, values are not embedded in the heritage objects but are associated with these by the communities or individuals who recognize their worth.*" (JOKILEHTO, 2016, p. 13). Este autor propõe que se avalie o impacto do reconhecimento do objeto pela comunidade com a qual se relaciona — e que neste caso, segundo a UNESCO, esse reconhecimento pode se dar a nível mundial, nacional, regional e local —, ao invés de medir seu valor patrimonial comparativamente. E acrescenta: "[...] *Heritage values can be identified as layers of perceptions, associated to different aspects or attributes of the heritage resource.*" (JOKILEHTO, 2016, p. 14).

Assim sendo, Jukka Jokilehto (2016, p. 14) apresenta os valores patrimoniais, a saber: a) valor identitário, que está relacionado "[...] *which is the emotive association to an object or*

place by individuals or by a community"; b) valor artístico-histórico ou técnico-histórico, que é "[...] *the recognition of which is based on research by professionals, such as art historians*"; c) valor de raridade, "*which is partly based on historical research, but which would then also be recognized by the administration responsible for listing heritage properties for protection*"; d) valores socioeconômicos contemporâneos, que agruparia outros valores como: valores funcionais, referentes a utilidade; educacionais, relacionados ao turismo; sociais, que envolvem a conscientização; valores políticos, o bem cultural é prioridade para um determinado governo.

Jokilehto destaca ainda que, no âmbito do patrimônio cultural, a atribuição de valores pode afetar a chamada "comunidade patrimonial"⁴⁶ que seriam: a) *General public, including property owners, builders, financial managers, etc.*; b) *Professionals, including disciplines working on heritage resources, from conservators and scientists to architects and planners*; c) *Politicians and Policy makers*. (JOKILEHTO, 2016, p. 14). E quando esse bem é compartilhado por esta comunidade patrimonial — que o autor exemplifica com uma área urbana ou uma paisagem cultural —, será atribuído a ele um "valor público", que seguirá parâmetros específicos, a saber:

- Intrinsic: values associated with the heritage resource in itself (aesthetic, historical, social, scientific values); the impact can be seen in relation to the initiatives taken to research and make known its qualities, whether historical, artistic or scientific, resulting in publications, but also encouraging the maintenance and conservation of the heritage resource;
- Instrumental: benefits that people gain from the use of the resource (individual, local, nationwide); these can be appreciated in the amount of services that are associated with the heritage resource, possibly but not necessarily generated by its heritage value;
- Institutional: attitudes taken by public institutions and politicians to generate trust and legitimacy to heritage; these can be initiatives to educate a community and to raise awareness of the public about the qualities and values of a heritage resource, resulting in an increased participation in heritage protection (JOKILEHTO, 2016, p. 15)

2.4.2 Valor patrimonial segundo Ulpiano Bezerra de Menezes

Em seu texto *O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas*, Ulpiano T. B. de Menezes, apresenta, a partir da análise de uma charge, as diferentes percepções sobre um patrimônio cultural, e quais valores podem ser observados nesses objetos patrimoniais.

⁴⁶ Termo oriundo da Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade", a chamada Convenção de Faro, que ocorreu em 2005.

No âmbito da percepção, este autor apresenta duas possibilidades: a do indivíduo territorializado em relação ao patrimônio, que tem uma relação funcional com ele, pois este patrimônio é parte integrante das práticas habituais daquela comunidade, exemplificado no texto por uma senhora que ora em uma Igreja. No entanto, esta mesma Igreja é um local de turismo, isto é, adquire um caráter de representação cultural (que pode ser religiosa, artística, arquitetônica) daquela comunidade, e os indivíduos desterritorializados que a visitam terão uma relação cultural com esse espaço. (MENEZES, 2009, p. 26-27). Dessa forma, o valor atribuído a um patrimônio dependerá da percepção que se tem dele, construída a partir de um aprendizado que pode ser cotidiano ou especializado.

Ulpiano menciona a musealização e culturalização provenientes da especialização que se formou em torno dos patrimônios culturais, e que de certa forma esvaziam a funcionalidade desses objetos para a comunidade que o produziu. Este autor menciona também a falta de reconhecimento de certos bens declarados como de "valor mundial", por parte da comunidade com a qual eles estão vinculados. (MENEZES, 2009, p. 29). E complementa: "Aliás, é necessário repensar a escala de alcance dos bens culturais (municipal, estadual, federal), quase sempre definidos a partir de critérios jurídico-administrativos ou quantitativos ou segundo apenas a extensão espacial da ocorrência" (MENEZES, 2009, p. 30).

No entanto, observa-se que a "ressonância" entre o bem cultural e uma comunidade embora fundamental, depende, como mencionado por Jukka Jokilehto, de um processo de aprendizagem e de transmissão. A comunidade não é isenta de influências ideológicas, políticas e econômicas no âmbito dos bens culturais, de modo que a especialização e suas pesquisas contribuem para que sejam verificados os elos identitários que unem aquele objeto a tal comunidade oferecendo um instrumento que contribua para a identificação de itens patrimoniais, segundo requisitos que interessem a sociedade como um todo.

Ulpiano reconhece, assim como Jukka Jokilehto, que os "significados" de um bem material não são intrínsecos a eles, mas esses valores "[...] são seletivamente mobilizados pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc.", concluindo que "[...] atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor [...]. (MENEZES, 2009, p. 32)

Deste modo, Ulpiano T. B. de Menezes apresenta os "[...] principais componentes do valor cultural", sendo que este autor observa serem estes valores predominantes, porém não únicos do objeto, que poderá ter atribuído a si mais de um valor patrimonial. A saber: a) valores

cognitivos, que se refere ao objeto patrimonial como fonte de conhecimento. Através desse patrimônio pode-se depreender as técnicas, métodos, aspectos históricos relacionados ao próprio objeto e a comunidade que o produziu (MENEZES, 2009, p. 35); b) valores formais ou estéticos, são atribuídos ao patrimônio que causa o "efeito da presença", isto é, são "capazes de aguçar a percepção, de levar a uma apreensão mais profunda, de induzir a produção e a transmissão mais amplas de sentidos – alimentados pela memória, convenções e outras experiências – qualificando minha consciência e meu agir". A experiência com este tipo de patrimônio seria essencialmente sensorial (MENEZES, 2009, p. 35-36); c) valores afetivos, estariam relacionados a memória. O autor explica que esses objetos "[...] não são propriamente históricos, já que se trata de formulação de autoimagem e reforço de identidade. São afetivos, pois constam de vinculações subjetivas que se estabelecem com certos bens [...]" (MENEZES, 2009, p. 36); d) valores pragmáticos, estaria relacionado a funcionalidade desse objeto patrimonial, isto é, "[...] são valores de uso percebidos como qualidades" (MENEZES, 2009, p. 37); e) valores éticos, "[...] são aqueles associados não aos bens, mas às interações sociais em que eles são apropriados e postos a funcionar, tendo como referência o lugar do outro" (MENEZES, 2009, p. 37), o autor menciona questões referentes ao multiculturalismo e universalismo em oposição a questão identitária de uma comunidade e que é identificada em um bem cultural.

2.5 Parâmetros para identificação do patrimônio documental científico

Atribuir um valor patrimonial a uma coleção e/ou documento de biblioteca constitui a primeira etapa da metodologia proposta por essa dissertação e, seu resultado, no âmbito da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense, é apresentado no Capítulo 3. Porém, identificar uma coleção como patrimônio documental científico requer o estabelecimento de parâmetros que delimitem os aspectos a serem observados durante a avaliação que se pretende realizar.

Os parâmetros propostos foram elaborados a partir dos critérios para o registro de documentos no Programa Memória do Mundo da UNESCO (1995; 2002), procurando adaptá-los às peculiaridades do documento científico. Tal adaptação só foi possível devido a tais critérios serem abrangentes, pois objetivam reconhecer o patrimônio documental mundial, sem uma matéria específica, permitindo sua especificidade no âmbito de qualquer produção intelectual humana, como a científica, por exemplo.

As diretrizes, publicadas em 1995, mencionam a necessidade do registro nacional e regional dos documentos com atributos de patrimônio documental, cujo objetivo seria compor uma lista organizada de documentos nacionais de modo que, a partir dela, fossem escolhidos os documentos que concorreriam ao reconhecimento de sua importância a nível mundial. (UNESCO, 1995, p. 15-16). Os critérios estabelecidos pela UNESCO são parte de uma avaliação, definida pela entidade como "*contextual*" (1995) e "*comparativa y relativa*" (2002), o que significa que não se objetiva estabelecer uma forma absoluta de avaliação para identificação do patrimônio documental mundial, e que seu reconhecimento como tal também deve considerar a comunidade na qual este documento está inserido. Tratam-se de parâmetros gerais, que podem estabelecer um comparativo entre os patrimônios documentais a serem avaliados pela entidade. Essa flexibilidade abre a possibilidade de pensarmos em parâmetros não apenas no âmbito territorial (nacional, regional, local), mas também específico de uma atividade intelectual humana.

As diretrizes para o Programa Memória do Mundo, publicadas em 1995, dividiu os critérios entre "principais" ou "primários", compostos pelos sete critérios apresentados no Quadro 4. Os "secundários" ou "critérios suplementares", se relacionam com os primeiros, e são: a) a "integridade", tanto cultural, ou seja, o documento ser identitário de um grupo social, quanto material, relacionada a conservação física do documento (UNESCO, 1995, p. 39); b) e a "raridade", no sentido do documento ser único ou extremamente raro.

As diretrizes publicadas em 2002, modificaram o significado de alguns critérios (ver Quadro 5), além de estabelecer que a avaliação do documento se dará em três etapas: a) a primeira é a verificação da autenticidade do documento, ou seja, sua originalidade e a confirmação de sua proveniência; b) a segunda etapa, observará se o documento é "único e insubstituível", de modo que "[...] *desaparición o deterioro constituiría un empobrecimiento perjudicial del patrimonio de la humanidad*" (UNESCO, 2002, p. 19); c) e a terceira etapa refere-se a aplicação dos parâmetros elaborados nos documentos analisados, de forma a identificar aqueles com atributos de patrimônio documental da humanidade. (UNESCO, 2002, p. 19).

Ambas as diretrizes acrescentam alguns aspectos a serem considerados durante a avaliação, a saber: raridade, integridade (aspecto físico do documento), ameaça, (manutenção de sua vigilância e segurança) e plano de gestão (que seria um planejamento e estratégias adequadas para a manutenção desse patrimônio documental mundial).

Quadro 4: Critérios para registro de documentos no programa Memória do Mundo da UNESCO, segundo as publicações de 1995.

Critérios – publicação de 1995
<p>Influencia</p> <p>Un patrimonio documental reviste importancia mundial si ha tenido una influencia esencial en la historia del mundo, sin limitarse a las fronteras de una cultura nacional.</p> <p>Cabe mencionar al respecto las obras políticas y religiosas que han contribuido a forjar la historia mundial. El contenido de este tipo de patrimonio documental suele estar, por definición, bien preservado. Sin embargo, las versiones originales constituyen elementos esenciales del patrimonio documental mundial.</p>
<p>Epoca</p> <p>El patrimonio documental reviste importancia mundial si refleja de modo singular un periodo de cambios decisivos en la situación mundial o constituye una contribución destacada a nuestra comprensión del mundo en un momento particularmente trascendente de su historia. [...]</p> <p>El patrimonio documental no tiene forzosamente gran importancia por el simple hecho de ser antiguo. El concepto de antigüedad es algo relativo: mientras que en algunos países se consideraría que un elemento del patrimonio documental que tiene cien años es algo reciente, en naciones más jóvenes, ese mismo patrimonio podría considerarse muy antiguo. En ambos casos, puede tener una importancia mundial.</p>
<p>Lugar</p> <p>El patrimonio documental es de importancia mundial si contiene una información importante sobre una localidad o una región que ha desempeñado un papel decisivo en acontecimientos esenciales de la historia o la cultura mundiales.</p> <p>Entre los ejemplos de este tipo de patrimonio que pueden mencionarse figuran los elementos del patrimonio documental relacionados con lugares que tuvieron una importancia especial durante las revoluciones agrícola e industrial en distintas partes del mundo, o donde nacieron movimientos políticos, sociales y religiosos que han tenido una influencia esencial en la historia mundial.</p>
<p>Personas</p> <p>El patrimonio documental es de importancia mundial si está especialmente asociado con la vida o la obra de una persona o un grupo de personas que ha efectuado una contribución destacada a la historia o la cultura mundiales. Bajo esta rubrica figuran los elementos del patrimonio documental creados por personas o grupos de personas que han tenido una influencia decisiva en la historia mundial, dirigidos a ellas o que documentan sus vidas.</p>
<p>Assunto o tema</p> <p>El patrimonio documental es de importancia mundial si documenta de modo destacado un asunto importante o tema esencial de la historia o la cultura mundiales</p>
<p>Forma y estilo</p> <p>El patrimonio documental es de importancia mundial si constituye un ejemplo significativo de una forma o estilo destacados. 4.4.16 Pertenece a esta categoría el patrimonio documental que tiene características estéticas o estilísticas que son muy apreciadas más allá de los límites de una sola región o nación. También puede ser importante porque representa un soporte o una técnica que ha desaparecido o que está desapareciendo rápidamente.</p>

Valor social

El patrimonio documental es de una importancia mundial si tiene un valor excepcional, sea social, cultural o espiritual, que traspasa los límites de una cultura nacional. Esto se aplica en particular al patrimonio documental relacionado con algunos de los grandes sistemas de creencias mundiales. Un documento específico, político o religioso, por ejemplo, puede no revestir especial importancia desde el punto de vista de la forma o del contenido, pero ser sin embargo considerado extremadamente valioso por numerosas personas.

Fonte: UNESCO, 1995

Quadro 5 - Critérios para registro de documentos no programa Memória do Mundo da UNESCO, publicados em 2002.

Critérios – publicação 2002
<p>Tempo La edad, en términos absolutos, no convierte un documento en importante, pero todos son productos de su tiempo. Algunos documentos evocan especialmente su época, que puede haber sido de crisis, o de cambio social o cultural significativo. Un documento puede representar un nuevo descubrimiento o ser el “primero de su tipo.</p>
<p>Lugar El lugar de creación es un atributo clave de su interés. Puede contener información fundamental sobre una localidad importante en la historia y la cultura mundial; o la propia ubicación puede haber ejercido una influencia decisiva en los acontecimientos o fenómenos representados por el documento. Puede describir entornos físicos, ciudades o instituciones desaparecidos desde entonces</p>
<p>Personas El contexto social y cultural de su creación puede reflejar aspectos significativos del comportamiento humano, o circunstancias sociales, industriales, artísticas o políticas. Puede captar la esencia de grandes movimientos, transiciones, avances o regresiones. Puede mostrar la influencia de individuos o grupos clave.</p>
<p>Asunto y tema El asunto puede referirse a hechos históricos o intelectuales concretos relacionados con las ciencias naturales, sociales y humanas, la política, la ideología, el deporte y el arte.</p>
<p>Forma y estilo El elemento puede poseer un notable valor estético, estilístico o lingüístico, ser un ejemplar típico o clave de un tipo de presentación, costumbre o medio, o de un soporte o formato desaparecido o en vías de desaparición</p>

Fonte: UNESCO, 2002

Comparando os critérios estabelecidos em ambas diretrizes, as modificações feitas os tornaram mais abrangentes e inclusivos da diversidade cultural existente, pois nos critérios de 1995 observa-se uma prevalência de documentos relacionados à religião e política. Já nas diretrizes de 2002, os documentos científicos aparecem para exemplificar alguns critérios, de forma que estes últimos formaram a base para a elaboração dos parâmetros propostos por nesta dissertação.

Tais parâmetros consideraram o dinamismo dos documentos científicos, seus produtores e sua relação social, por isso, um dos parâmetros criados teve por base a afirmação de Silva e Barboza quanto ao uso de seus dados na atualidade.

2.5.1 Parâmetros propostos

Os parâmetros estabelecidos para identificação do patrimônio documental científico consideraram os valores patrimoniais identificados por Jukka Jokilehto e Ulpiano T. B de Menezes, além dos já mencionados critérios para registro de documentos no Programa Memória do Mundo. Tais parâmetros foram divididos entre as duas etapas do método de avaliação de documentos e/ou coleções proposto nessa pesquisa, de modo que na primeira etapa, referente ao estudo da proveniência cultural de tais documentos, se define os valores patrimoniais dos mesmos, que comprovam o vínculo identitário desses documentos com a comunidade que o produziu. Na segunda etapa, os documentos são submetidos a requisitos a serem verificados para que sejam qualificados como um patrimônio documental científico, a partir da missão institucional de uma Biblioteca Nacional.

2.5.1.1 Parâmetros para o estudo da proveniência cultural

a) valor identitário – Tanto Jukka Jokilehto, quanto Ulpiano T. B. de Menezes concordam que um objeto é considerado patrimonial devido as lembranças que despertam uma associação emotiva em relação ao mesmo. Ulpiano chega a nominá-lo de "valor afetivo". No entanto, para os propósitos dessa pesquisa, o termo "identitário" é o mais adequado, devido ao estudo desenvolvido no Capítulo 1, que relacionou os três conceitos primordiais dessa pesquisa — a saber, memória, identidade e patrimônio — sendo os documentos participantes da construção da identidade de um grupo social.

b) valor científico – A semelhança do "valor técnico-histórico" de Jukka Jokilehto e do "valor cognitivo" de Ulpiano T. B. de Menezes, o valor científico dependerá de pesquisa que comprove que tais documentos são oriundos de práticas de pesquisa científica e apresentam técnicas comuns a um determinado campo do conhecimento, em uma determinada época. Desses documentos é possível deprender informações; nas palavras de Ulpiano (2009, p.35), o patrimônio torna-se também "[...] fonte de conhecimento"

c) valor de memória – Tendo em vista ser a escrita um meio de armazenamento do pensamento, conforme visto no capítulo 1, os suportes nos quais essa informação é depositada são compreendidos como fontes da memória intelectual de um campo do conhecimento. Observando que a memória contribui na formação de uma identidade, esses documentos, ao serem acessados, devem ser capazes de remeter as técnicas dos campos do conhecimento de um determinado país, serem representativos da produção desse campo em uma determinada época. No entanto, observe que o "tempo" não é um limitador da memória documental.

2.5.1.2 Parâmetros para o documento científico patrimonial

a) Período de produção da documentação científica

A definição utilizada é a mesma do critério "Tempo" estabelecido pela UNESCO (2002), isto é, o documento aqui é compreendido como "produto do seu tempo", não existindo um parâmetro temporal para delimitar quais documentos seriam considerados patrimônio documental. As diretrizes para o Programa Memória do Mundo, publicada em 1995, menciona que "[...] *el patrimonio documental no tiene forzosamente gran importancia por el simple hecho de ser antiguo*". (UNESCO, 1995)

Como observado no Capítulo 1, o documento científico é dinâmico, pois seus dados, independente do período em que foram produzidos, podem ser submetidos a metodologia atual de pesquisa, resultando em novas investigações científicas. Além disso, o período de produção também se refere ao impacto que uma pesquisa possa ter na sociedade — ou em um campo do conhecimento — em uma determinada época.

Um exemplo para esse parâmetro são os documentos que tratem dos procedimentos e formulação de vacinas para imunização da população nessa pandemia, provocada pelo coronavírus. Embora trate-se de uma documentação recente, certamente a pesquisa por si só trouxe novas técnicas e procedimentos para vários campos do conhecimento, constituindo uma progressão para algumas áreas, inclusive com adaptações as características de cada comunidade, tornando-os esses procedimentos de pesquisa identitários.

b) Lugar da produção científica (territorial e institucional)

Lugar aqui compreendido como território, e dentro dele, o lugar instituição, associação, e demais estabelecimentos de caráter científico. O documento também pode tratar, tais como

os cartográficos, do território, porém eles devem expressar as técnicas utilizadas para mapeamento características do desenvolvimento cartográfico local.

c) Cientistas

Cientistas vinculados a um lugar território, que produziram documentos científicos de impacto social ou em seu campo do conhecimento respectivo.

d) Relevância científica

Documentos que apresentem técnicas, métodos teorias fundamentais para um determinado campo do conhecimento, desenvolvido em um lugar território específico. Esses documentos mostram a progressão científica desse campo do conhecimento em uma determinada comunidade, em associação com os demais parâmetros.

O referencial para estabelecer a relevância sempre será a área do conhecimento que produziu o documento, e é possível que a consulta a literatura especializada ou a um especialista do campo do conhecimento sejam necessários.

e) Uso dos dados em novas pesquisas

Esse critério foi inspirado no texto de Silva e Barboza (2012), quando as autoras mencionam que um documento científico, pode assim ser considerado devido ao uso de seus dados na atualidade, caso ele tenha sido produzido em um período anterior.

O exemplo para esse parâmetro foi mencionado na introdução, a pesquisa realizada a partir do "Bald's Leechbook", que é o uso de dados de uma pesquisa realizada em época passada, submetido aos métodos científicos atuais e que produz resultado.

As diretrizes da UNESCO (1995; 2002) mencionam a identificação de dois a três critérios para que seja aceito o registro do documento no Programa Memória do Mundo. Porém, no âmbito da proposta dessa pesquisa — que estuda documentos pertencentes ao acervo de uma Biblioteca Nacional —, o documento científico patrimonial tem que ser representativo da produção científica nacional em um determinado período, de modo que se considera um documento e/ou coleção como patrimônio documental científico se atender a todos os parâmetros elencados. Obviamente que, transpondo esses parâmetros para o âmbito regional e local, cada biblioteca poderá definir quantos deles podem ser relevantes para identificar suas coleções científicas patrimoniais, assim como criar outros parâmetros. Tudo depende da missão institucional, pois tais parâmetros terão que refletir essa missão.

3 ESTUDO DA PROVENIENCIA CULTURAL DA COLEÇÃO CARTOGRÁFICA BIBLIOTECA FLUMINENSE

Neste capítulo apresento a primeira etapa do método de valoração de acervos proposto por essa pesquisa, que é o estudo da proveniência cultural da coleção cartográfica Biblioteca Fluminense, com a finalidade de identificar quais valores patrimoniais podem ser atribuídos a esse conjunto documental e que os vinculam à nação brasileira. Este estudo objetiva mostrar sob quais influências sociais e ideológicas o colecionismo desses documentos se desenvolveu. Para tanto, pesquisou-se informações sobre o gabinete de leituras proprietário dessa coleção — a Biblioteca Fluminense — de modo a traçar o seu histórico, segundo as notícias publicadas nos jornais e revistas da época.

3.1 Metodologia para obtenção de informações sobre sua proveniência cultural

A construção da história da Biblioteca Fluminense, que apresento nessa dissertação, é semelhante à de um mosaico. As informações obtidas através das notícias de jornais são as peças que, reunidas segundo uma ordenação cronológica, formaram a percepção que tenho quanto a fundação desse estabelecimento e ao próprio colecionismo que nele foi praticado, resultando em um acervo digno de ser reconhecido como memória nacional, ainda no século XIX, como será visto ao longo deste capítulo.

O recorte temporal definido para o levantamento de informações foi delimitado entre os anos de 1847 a 1916, período de existência desse gabinete de leituras, mas eventualmente podem ser mencionadas uma ou outra reportagem publicada já em meados do século XX, pois tais informações são de extrema importância para se compreender o quadro final da composição desse mosaico. Os principais jornais consultados foram: A Noite (RJ); A Notícia (RJ); A Reforma (RJ); Revista da Semana (RJ); Correio da Tarde (RJ); Correio Mercantil, e instrutivo, político, universal (RJ); Diário de Notícias (RJ); Diário do Rio de Janeiro (RJ); Echo da Nação (RJ); Gazeta de Notícias (RJ); Jornal do Commercio (RJ); Jornal do Brasil (RJ); O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ); e O Paiz (RJ); além dos anuários Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro (*Almanak Laemmert*), e os Anais da Biblioteca Nacional. Todas as notícias, notas, matérias e reportagens selecionadas nesses periódicos, podem ser consultadas ao final dessa dissertação, no **ANEXO B**. Outros documentos originais encontrados na Divisão

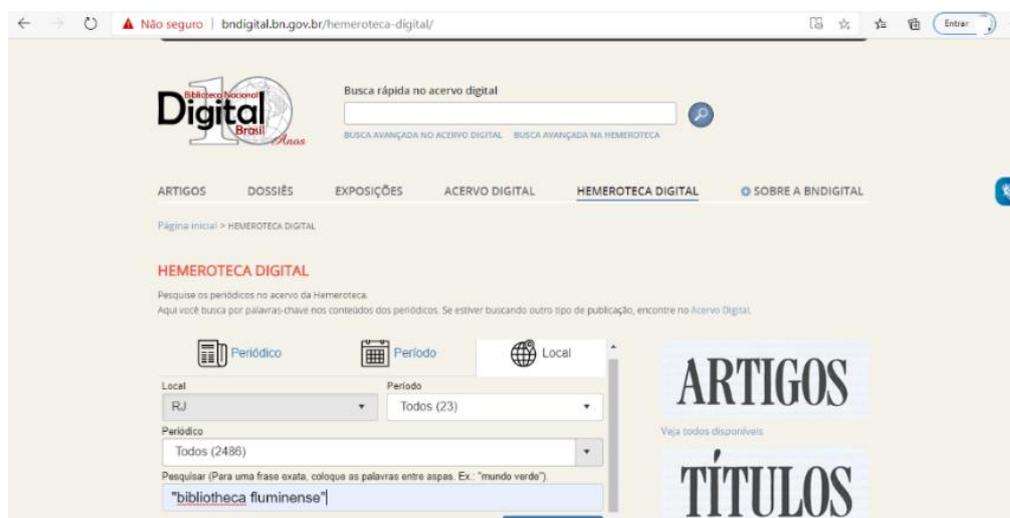
de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil — como cartas, um folheto e um relatório —, também serviram como fonte de informação, porém, por serem poucos, e não apresentarem novidades diante das informações coletadas nos jornais, serviram mais como comprovação ou esclarecimento de algum ponto não compreendido durante a leitura dos mesmos.

Todo o levantamento de informações se deu através da Hemeroteca Digital do Brasil, de forma que alguns critérios foram determinados para que a busca compreendesse apenas o escopo dessa pesquisa. É preciso reconhecer o mérito da Biblioteca Nacional do Brasil ao escolher como tecnologia para digitalização dos jornais, o Reconhecimento Ótico de Caracteres (*Optical Character Recognition - OCR*), principal responsável por proporcionar uma busca por termos na mancha textual do jornal, permitindo uma ampla visão de quantos periódicos tratavam desse tema, em um determinado período de tempo, ou região do Brasil.

As diretrizes estabelecidas para realizar a busca foram:

- a) delimitar o local de publicação dos jornais, ou seja, a cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que a biblioteca era conhecida nacionalmente, e jornais em outros estados também publicaram notícias sobre este estabelecimento. Seria interessante ter a percepção de outras regiões do Brasil sobre a "Bibliotheca Fluminense", porém, se se ampliasse o escopo buscando por notícias publicadas fora da cidade Rio de Janeiro, a análise das informações demandaria um tempo maior, o que não seria viável dentro daquele estipulado para a conclusão da pesquisa. Por isso esse parâmetro foi abandonado, ficando restrito ao Rio de Janeiro;
- b) selecionar termos objetivos para realização da busca, respeitando a grafia da época: "bibliotheca fluminense", "joaquim bernardo de oliveira", "gabinete de leitura", "francisco antonio martins", "instituto historico geographico brasileiro" estão entre os principais utilizados;
- c) dentre os métodos disponíveis na Hemeroteca Digital, utilizei de forma prioritária a busca a partir do "local", Rio de Janeiro, delimitando um período, e colocando os termos mencionados em campo apropriado. Apenas quando já conhecia o nome do jornal, e precisava retornar à ele, utilizei a opção "periódico" (Figuras 11 e 12).

Figura 11: Pesquisa na base da Hemeroteca Digital pela modalidade de busca por "local"



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Figura 12: Resultado da busca.

Descrição	Páginas	Ocorrências	Opções
The Rio News (RJ) - 1879 a 1901	7638	112	[+]
Correio da Tarde (RJ) - 1893 a 1895	1781	105	[+]
Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) - 1844 a 1885	61370	82	[+]
Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940	122275	76	[+]
Diário do Rio de Janeiro (RJ) - 1860 a 1878	25208	75	[+]
Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) - 1848 a 1868	29822	60	[+]
Anais da Biblioteca Nacional (RJ) - 1876 a 2016	53982	51	[+]
Jornal do Commercio (RJ) - 1870 a 1879	22456	50	[+]
Jornal do Commercio (RJ) - 1890 a 1899	34586	36	[+]
A Imprensa (RJ) - 1898 a 1914	20297	30	[+]
Diario de Notícias (RJ) - 1885 a 1895	15518	30	[+]
Jornal do Brasil (RJ) - 1890 a 1899	12131	27	[+]
Jornal do Commercio (RJ) - 1860 a 1869	16704	26	[+]
Jornal dos Sports (RJ) - 1960 a 1969	46940	25	[+]
A Nação : Jornal Politico, Commercial e Litterario (RJ) - 1872 a 1876	4304	24	[+]

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As notícias dos jornais são referenciadas nessa pesquisa segundo as informações da publicação original, isto é, constantes na primeira página, pois a referência utilizada para organização dos mesmos na Hemeroteca Digital é passível de ser modificada futuramente, em caso de implantação de novas tecnologias para exibição do conteúdo.

Outra informação relevante é quanto ao uso da ortografia. Nessa dissertação, a ortografia da época foi respeitada, tanto nas citações textuais, quanto na transcrição feita no **ANEXO B**. Por isso, o gabinete de leituras poderá aparecer como Biblioteca Fluminense, quando a fala for

minha, e "Bibliotheca Fluminense" quando for uma citação retirada de um jornal. Neste último caso, as aspas são um indicativo importante para essa diferenciação.

Por utilizarem um discurso opinativo e voltado à crítica, os jornais descortinaram todas as fases de desenvolvimento desse gabinete de leituras, desde sua criação, passando por um certo período de estabilidade, até sua completa liquidação, com a doação de seu acervo e mobiliário à Biblioteca Nacional do Brasil. Foi um término não esperado para um estabelecimento que pretendia ser um "gabinete nacional de leituras", inspirado na Biblioteca do Museu Britânico, com sócios primordialmente brasileiros. Os jornais, de fato, foram uma importante fonte para a construção da proveniência cultural dessa coleção cartográfica.

3.2 Estudo da proveniência cultural da coleção

Antes de iniciar a descrição do perfil da Biblioteca Fluminense, apresento um estudo diminuto quanto ao significado do termo proveniência/procedência pertinente para essa pesquisa, pois o levantamento de informações sobre a proveniência de uma coleção revela detalhes sobre seu colecionismo, fundamentais para que os bibliotecários que trabalham com acervos patrimoniais possam estabelecer seus valores respectivos.

A UNESCO, nas "*Diretrizes para la salvaguardia del patrimonio documental*", confirma a "*procedencia*" (do Espanhol) como uma informação determinante no reconhecimento da originalidade de um documento, assim como de seu vínculo com a sociedade que o criou, de modo que a "*procedencia*" aparece como uma "informação indispensável" para a descrição do documento no Programa Memória do Mundo, e está relacionada a identidade do mesmo (UNESCO, 2002, p. 39).

Além do exposto, a proveniência/procedência são termos também definidos segundo o enfoque de outros campos do conhecimento — como a Arqueologia, a Arquivologia, Museologia, História, entre outros —, o que torna primordial conhecer como a Biblioteconomia o compreende.

No "Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia", de Cunha e Cavalcanti, o termo "proveniência" é definido segundo o entendimento arquivístico, que está associado ao princípio da proveniência:

proveniencia *provenance* ARQ indica a origem e procedência de documentos que, no decorrer das atividades de uma instituição, administração ou pessoa foram criados ou recebidos, acumulados e conservados. Os documentos são depois transferidos a um arquivo intermediário ou a um arquivo permanente;

procedencia <=> princípio da proveniencia. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 301)

Todas as demais ramificações do termo apresentadas estão relacionadas às atividades arquivísticas, como "proveniência funcional" e "proveniência territorial" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 301), e o termo "procedência" é tratado como sinônimo de proveniência (através da remissiva "ver") (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 292).

Na Biblioteconomia estadunidense, o termo adquire uma especificidade relacionada à ideia de "origem". O "*Harrod's librarians' glossary and reference book*", compilado por Ray Prytherch define proveniência da seguinte forma:

1. A record or indication of previous ownership of a book or manuscript. A special binding, book plate, or inscription may indicate previous owners, collections or libraries through which a particular book has passed. (PRYTHERCH, 2005 p. 566-567).

A proveniência, conforme Prytherch, é identificada através das "marcas de propriedade", que revelam o pertencimento desse documento a uma instituição ou indivíduo, remetendo à sua "origem", no âmbito do colecionismo bibliofílico/antiquário. Sidney Berger, segue o mesmo parâmetro, em seu livro *The dictionary of the book: a glossary for book collectors, booksellers, librarians, and others*, no qual apresenta a definição de proveniência como uma "linhagem de propriedade", isto é, todas as "marcas de propriedade" que o item contiver, irá revelar todos os seus proprietários ao longo do tempo, configurando em sua autenticidade. Diz o autor:

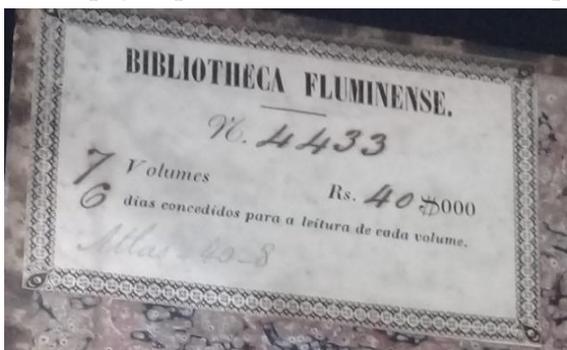
PROVENANCE. The lineage of ownership (or at least the handling) of a book. The fact that book was once in the hands of such a person is part of the volume's provenance, even if that person was not the item's owner. Provenance is discernible by a number of clues: ownership stamps or labels, signatures, library cataloging or pressmarks (q.v.), marginal notes, bindings (e.g., with a family crest), insertions, external evidence (e.g., a letter from an author stating that he or she has had a particular binding put onto a volume, family papers showing purchases and other acquisitions, or from auction records), or some other information. The former owner could be anyone else who might be collectible in her own right – apart from the subject matter of the book. (BERGER, 2016, p. 204)

Berger destaca que essas "marcas de propriedade" dão "pistas" que podem conformar em um histórico de uso e posse desse documento. A UNESCO, de certa forma, também segue esse entendimento, pois define "procedencia" como "[...] lugar de origen; la forma en que los

documentos llegaron a su actual emplazamiento" (UNESCO, 2002, p. 39), podendo ser um dos meios reconhecidos para a identificação da autenticidade do mesmo, após exames realizados por especialistas (UNESCO, 2002, p. 40). Entretanto, esse termo também está relacionado a origem local do documento, que inclui a comunidade e o território devido ao próprio conceito de patrimônio documental (Capítulo 1) criado pela entidade, e este entendimento interessa à argumentação dessa pesquisa.

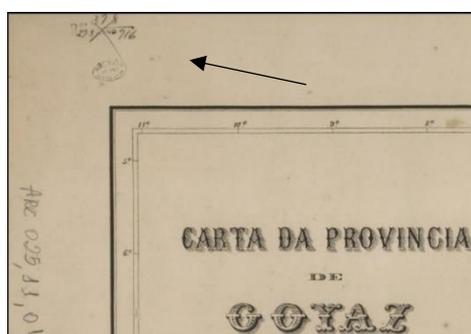
Os documentos cartográficos da Biblioteca Fluminense, por exemplo, apresentam algumas marcas de "proveniência bibliofílica"⁴⁷, porém, duas delas são as mais comuns de serem encontradas para sua identificação: seu ex-libris, que mostra seu pertencimento ao próprio gabinete de leituras (Figura 13); e o registro do tomo com carimbo, mostrando seu atual pertencimento à Biblioteca Nacional do Brasil (Figura 14).

Figura 13: Ex-libris da Biblioteca Fluminense afixado na encadernação do atlas "Itinéraire descriptif de l'Espagne, par M. Le. C.te Al de Laborde" publicado por Didot Frères em 1834.



Fonte: acervo da Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional do Brasil.

Figura 14: "Registro antigo", feito na Biblioteca Nacional do Brasil no período do recebimento do acervo da Biblioteca Fluminense.



Fonte: BN Digital

⁴⁷ As marcas de proveniência bibliofílica são aquelas indicações materiais, físicas, existentes no documento que o identificam como propriedade de uma instituição ou indivíduo, reconhecidas e valoradas pelo colecionismo bibliofílico e antiquário. Como exemplo temos o ex-libris, assinaturas, dedicatórias, carimbos, registros, ex-dono, entre outros tantos símbolos desse colecionismo.

As marcas de proveniência bibliofílica são uma "pista", como mencionado por Berger, do colecionismo desse documento, e, a partir delas, pode-se iniciar uma pesquisa aprofundada, que resultará no que chamo de "proveniência cultural" dessa coleção (ou documento), isto é, as influências culturais, sociais, políticas, que revelam o valor patrimonial desses documentos, e que seriam as suas "marcas de proveniência cultural". As preferências temáticas, técnicas de organização e o próprio colecionismo são resultados desse contexto social, que vincula esses documentos à uma determinada comunidade.

O estudo da proveniência cultural da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense, proposta neste capítulo, pretende comprovar seus valores patrimoniais, através do conhecimento de sua história, do contexto social no qual se desenvolveu, e nos personagens que participaram desse colecionismo, além das ideologias que os influenciaram.

Dois marcas de proveniência cultural foram identificadas, tanto na fundação desse gabinete de leituras, quanto na formação de sua coleção: o nativismo e a benemerência, como é apresentado nos próximos tópicos. Porém, um terceiro fator também interferiu nesse colecionismo: o conservadorismo, isto é, a influência política, que será observada no decorrer da história deste gabinete de leituras.

3.2.1 A influência do nativismo

O nativismo é entendido, nessa dissertação, como um comportamento social característico. Dentre os significados para o conceito de nativismo, apresentados por Julia Naira Matos Oliveira (2016), em sua pesquisa sobre o nativismo estadunidense, o de Bill Moyers foi o que mais se aproximou do cenário social existente no Rio de Janeiro em meados do século XIX. O autor define nativismo como a "[...] exclusão de maneira hostil de imigrantes simplesmente para proteger a preponderância cultural de um tipo de cidadãos" (MOYERS apud OLIVEIRA, 2016, p. 12).

O nativismo brasileiro é oriundo das revoltas ocorridas ao longo do processo de Independência, que se estenderam durante a Regência, repercutindo na sociedade brasileira até meados do século XIX, e um pouco depois, pelo que se percebe nas notícias lidas nos jornais. Carlos Eduardo Nicolette, (2017, p. 183) menciona que alguns autores denotam o nativismo no Brasil como uma "luta contra estrangeiros, movimentos precursores de emancipação política, lusofobia, reivindicações populares, movimentos considerados nacionalistas e sentimento autonomista", de forma a parece ser "nativismo" quase uma espécie de nacionalismo.

Entretanto, José Murilo de Carvalho não relaciona o nativismo com um nacionalismo, mas sim com um sentimento de pertencimento local, um regionalismo, tendo em vista que não existia nesse período um "sentimento de identidade nacional" por parte dos brasileiros. Conforme explica este autor, nos discursos dos revoltosos, as palavras "pátria e patriotismo" estavam sempre relacionadas às províncias, enquanto que o Brasil era compreendido como uma parte do império português (CARVALHO, 2003, p. 502; p. 505). Logo, a percepção que o brasileiro tinha de si, enquanto grupo social, "[...] *se basaba más en factores negativos: en la oposición a los extranjeros*" (CARVALHO, 2003, p. 504). O autor afirma que as principais formas de nativismo no Brasil, no século XIX, foram o anti-português e o anti-inglês. O primeiro era um fenômeno local, devido a "[...] *la fuerte presencia lusitana en el comercio y en las posiciones de poder, civiles y militares*". Já o segundo, estava presentes nas provinciais do Rio de Janeiro, Recife e Belém, como um traço identitário comum aos moradores dessas localidades, e essa hostilidade aos ingleses foi motivada pelo rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra, devido ao tráfico de escravos, também conhecida como *Questão Christie*. Em 1860, quando as relações entre estes países se tornaram mais hostis ainda, "[...] *la población de Rio de Janeiro salió a las calles en manifestación de protesta*" contra a interferência inglesa, um dos poucos momentos de mobilização popular, que o autor observa ser a "*servicio de una causa sin gloria*" (CARVALHO, 2003, p. 504).

A criação da Biblioteca Fluminense ocorreu em meio a esse cenário social, o que explicaria o texto dos anúncios publicados no *Jornal do Commercio* em 1847, que enfatizavam a criação de um "gabinete **nacional** de leitura", aberto a participação de "todas as pessoas **nacionaes**" (ver **ANEXO B**, grifo nosso). Certamente esse estabelecimento seria um diferencial entre outros existentes à época, pois não existia espaço de leitura fundado por brasileiros, nem com acionistas brasileiros.

Em rápida pesquisa no *Almanak Laemmert*, publicado no mesmo ano de fundação da Biblioteca Fluminense, percebe-se que o Rio de Janeiro se encontrava dividido em microterritórios nacionais, que se externavam sob muitos aspectos, dentre eles, o próprio nome dos estabelecimentos existentes, conforme mostrado no Quadro 6:

Quadro 6 - Sociedades e gabinetes de leitura existentes no Rio de Janeiro, em 1847.

Gabinetes de Leituras	Sociedades	Repartições Imperiais
Gabinete Português de Leitura; Gabinete Inglês de Leitura; Gabinete Frances de Madame Vianna;	Sociedade alemã de beneficência; Sociedade auxiliadora da industria nacional;	Biblioteca Nacional

Gabinete frances e portugues de Mongie; Gabinete portugues e frances de Cremière;	Sociedade franceza de beneficiencia; Sociedade (imperial) amante da instrução; Sociedade portuguesa de beneficiencia; Sociedade suiça de beneficiencia	
--	---	--

Fonte: Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e província do Rio de Janeiro Índice - 1847

Esse sentimento nativista perdurou até bem depois de meados do século XIX, e a Biblioteca Fluminense tornou-se um símbolo em defesa do brasileiro, como se pode observar na fala dos senadores que debateram sobre a concessão de loterias ao Gabinete Nacional de Leituras, em 1873. O visconde de Souza Franco, por exemplo, se pronunciou com as seguintes palavras:

[...] quando os **portuguezes** teem uma bella bibliotheca nesta cidade, que offerece á leitura livros uteis, leitura a que atribuo em grande parte a instrucção que mostram muitos jovens portuguezes residentes no Rio de Janeiro; quando os **allemaes** teem outra biliotheca, que, como me informaram, se compõem de magnificas obras, onde se encontra não só livros uteis, antigos e modernos, mais ainda tudo quanto se publica de novo a respeito de sciencias, artes e industria, quando elles teem a vantagem de se poderem instruir, de permutar suas idéias litterarias todos os dias em um estabelecimento apropriado para esse fim; **porque não sustentar um estabelecimento deste gênero, em que brasileiros tenham a propriedade e uso?** A Bibliotheca Nacional é certo que fornece meios de leitura áquelles que querem della se aproveitar; é porém, um estabelecimento publico de ordem elevada, que tem regime especial, horas determinadas para a leitura, as quaes nem sempre são as mais convenientes [...] O que se diria, se **a Bibliotheca Fluminense, unica brasileira que ha no Rio de Janeiro**, cahisse por falta de auxilio que pede [...]?⁴⁸ (grifo nosso)

Essa valorização do nacional também estava presente em Francisco Antonio Martins, o conservador/bibliotecário da Biblioteca Fluminense, apontado pelos jornais — que lhe dedicaram algumas notas ou matérias —, como o formador do acervo do gabinete de leitura.

Em "Noticia biográfica" escrita pelo barão Homem de Mello, em homenagem a Francisco Antonio Martins, ele menciona que o conservador, através de suas próprias leituras e estudos — pois só tinha cursado até a instrução primária — acabou se especializando na bibliografia nacional, assim como no colecionismo de documentos nacionais, principalmente os relacionados a história e geografia do Brasil (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 280). Dessa forma, podemos considerar o nativismo brasileiro como um dos fatores sociais, que compõem

⁴⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, ed. 220, 1873.

a proveniência cultural dessa coleção, além de confirmar a identidade como seu valor patrimonial.

3.2.2 A influência da benemerência

A fundação da Biblioteca Fluminense e a formação de seu acervo podem ser considerados uma ação de benemerência. Sociedades voltadas à filantropia eram comuns no Brasil do século XIX, como visto no Quadro 6, principalmente àquelas voltadas à instrução, mas também existiam outras dedicadas ao apoio às artes, à música, à literatura e à caridade em geral.

Ana Paula Vosne Martins (2017, p. 241; 249) pesquisou sobre a caridade e a filantropia, ao longo do tempo, mostrando que a caridade cristã, caracterizada pela virtude de quem faz a oferta de esmolas aos desvalidos, "[...] comum até meados do século XVIII", deu lugar a uma ação social que integrava "outra moralidade associada à razão e à sensibilidade", a filantropia, comum ao século XIX, de modo que o "quadro de referências morais" da sociedade neste século "não são religiosos". A ação social era praticada "[...] pelos indivíduos modernos como uma ação racional para expressar solidariedade e simpatia pelos que sofrem", de forma que "[...] a expressão das virtudes da benemerência e da sociabilidade" eram valorizadas pelos "[...] homens e mulheres ilustrados" (MARTINS, 2017, p. 249).

De fato, posso exemplificar essa participação dos "ilustrados" em ações de filantropia na capital do Império, através da própria criação da Biblioteca Fluminense, cujo fundador, Bernardo Joaquim de Oliveira, era partícipe em algumas outras sociedades ligadas a causa da instrução, das artes e da literatura, e esse fato certamente influenciou até mesmo no estabelecimento da própria missão desse gabinete de leituras, que era "[...] estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro uma Bibliotheca que sirva para a leitura e instrução dos seus membros"⁴⁹. Observe que a filantropia não atendia apenas aos carentes de recursos financeiros, como fazia a caridade, mas contribuía em benefícios de ações vistas como benéficas para a sociedade.

O levantamento realizado em busca de informações sobre a relação do fundador da Biblioteca Fluminense com a causa filantrópica, objetivando comprovar a influência da benemerência na fundação desse gabinete de leituras, não foi exaustivo, pois a fonte de informação primordial foram os jornais, que não continham detalhes sobre sua vida pessoal,

⁴⁹ Decreto n. 3.465, de 29 de abril de 1865.

apenas menções de sua participação econômica ou social em alguns eventos. Esclareço que essa dificuldade em obter informações sobre Bernardo Joaquim de Oliveira não foi apenas dessa pesquisa. Mesmo no início do século XX, encontrar informações sobre ele não parece ter sido algo fácil de se realizar, como mencionado no jornal *A Noite*, em matéria sobre a liquidação da Biblioteca Fluminense em 1916⁵⁰. Diz o jornalista, que mesmo empreendendo pesquisas em dicionários biográficos, nenhuma linha sobre Bernardo Joaquim de Oliveira havia sido encontrada. Conclui ele, então, que esses homens "executaram trabalhos de vulto em meio da indiferença do paiz".

As notícias que mencionam Bernardo Joaquim de Oliveira têm início em 1847, com a convocatória para a reunião de fundação do Gabinete Nacional de Leitura, no *Jornal do Commercio*. Ele permaneceu no corpo diretor da Biblioteca Fluminense como secretário (1849, 1851, 1852), inspetor (1850) e tesoureiro (1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859)⁵¹, não mais participando da associação após a década de 1860. Sua principal atividade econômica era a de negociante⁵², e seu nome aparece também em listagens de acionistas do Banco do Brasil⁵³ (1853); da companhia Estrada de Ferro de D. Pedro II⁵⁴ (1855); além de ser mencionado como gerente da companhia União Niteroyense⁵⁵ (1870) de navegação a vapor. Sua participação social também pode ser acompanhada através das notícias de jornais: aparece como eleitor apto ao voto, pela freguesia da Candelária, em 1860⁵⁶; em uma convocação para júri, escolhido mediante sorteio⁵⁷ (1850); em participação de abaixo assinado, entregue à câmara dos deputados, em prol do "cemitério Catumbý"⁵⁸ (1851); além de seu nome aparecer como doador de recursos financeiros em prol da alforria de duas crianças — Manoel (7 anos) e Alvina (11 anos) — citados como filhos de Eufrasina, uma escrava. Apenas o destino da menina foi informado em uma nota: ela seria recolhida ao colégio S. Vicente de Paulo para ser educada na condição de órfã. Do menino nada se informou (1856)⁵⁹.

⁵⁰ *Jornal A Noite* (RJ), ed. 1478, 01/02/1916, p. 1

⁵¹ Informações obtidas no *Almanak Laemmert*, em anúncio publicado pela Biblioteca Fluminense nos anos mencionados.

⁵² Trata-se de um comerciante (PINTO, 1832, p. 588)

⁵³ *Correio Mercantil*, ed. 596, 25/10/1853, p. 1

⁵⁴ *Correio Mercantil*, ed. 182, 3/07/1855, p. 1

⁵⁵ Navegação com barcas a vapor pelos canais do Rio de Janeiro. *Correio Mercantil*, p.2, 25 de junho de 1859, n.173; algumas notícias do Diário do Rio de Janeiro informam que a Fazenda Grande, que tinha contratos com a União Niteroiense, na década de 70, entrou com um processo contra Bernardo Joaquim de Oliveira, porém os motivos para tal não foram especificados. Ver: ed. 188, 10/07/1870, p.1; ed. 322, 21/11/1870

⁵⁶ *Correio Mercantil*, 28/12/1860, p. 2.

⁵⁷ *Correio Mercantil*, ed. 134, 25/05/1850, p. 3

⁵⁸ Que na época era administrado pela Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, que, segundo a notícia publicada, parecia estar em certo abandono e com vistas a ter outro destino. *Correio Mercantil*, ed. 199, 22/08/1851, p. 1.

⁵⁹ *Correio Mercantil*, ed. 248, 09/09/1856, p. 2

É no meio intelectual, frequentado por Bernardo Joaquim de Oliveira, que se compreende a possível motivação para a fundação da Biblioteca Fluminense. Em 1854, com a biblioteca em funcionamento, Bernardo Joaquim de Oliveira aparece como sócio da Sociedade Phil'Euterpe⁶⁰ (Figura 15), na qual foi eleito para o cargo de diretor, neste mesmo ano. Essa sociedade promovia eventos relacionados à música e canto em seus salões, e foi mencionada nas crônicas de Machado de Assis, que informa que em seus salões, eventualmente, ocorriam encontros literários, como o promovido pela Sociedade Ensaio Literários, a qual ele cita⁶¹.

Figura 15: Nota publicada no *Correio mercantil*, na qual aparece Bernardo Joaquim de Oliveira como um dos diretores eleitos da sociedade Phil Elterpe⁶²

— Reunião-se hoje os accionistas da sociedade Phil'Euterpe, e elegêrão :

Directores.

Os Srs. **Bernardo Joaquim de Oliveira.**
 Dr. Thomaz José Pinto de Serqueira.
 José Joaquim de Carvalho Braga.
 José Joaquim Maia.
 Antonio Alvares Pereira Coruja.

Supplentes.

Os Srs. Felix Tristão Pinto Saraiva.
 Commendador Antonio da Rocha Miranda e Silva.
 Antonio Sarmiento Pereira Brandão.
 Manoel José Teixeira Junior.
 Dr. José Francisco Diogo.

Commissão de Contas.

Os Srs. Henrique Pereira Leite Basto .
 Joaquim da Costa Corrêa Leite.
 Adriano Gabriel Côrto Real.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A própria reunião de acionistas para fundação da Biblioteca Fluminense, em 1847, ocorreu nos salões da Sociedade Philo-Harmonica, o que demonstra a interação e a sociabilidade existente entre essas sociedades voltadas para promoção das artes e instrução.

Bernardo Joaquim de Oliveira aparece ainda como candidato ao conselho da Imperial Sociedade Amante da Instrução, para os anos de 1854 a 1855⁶³. Fundada em 5 de outubro de 1829, o principal lema dessa sociedade é "instruir e socorrer" (SOUZA, 2011, p. 2). O *Correio Mercantil*, publicou uma matéria em homenagem a essa sociedade, pelo seu 27º aniversário, ocorrido em 1856⁶⁴, e lembrou os "10 jovens fundadores", destacando Miguel de Frias e Vasconcellos, João Rebello de Vasconcellos e Souza e Evaristo Ferreira da Veiga. O texto

⁶⁰ Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/143775/barbosa_ev_me_assis_sub.pdf?sequence=5; e notícia publicada no *Correio Mercantil*, ed. 203, 21/07/1854, p.1

⁶¹ Fonte: O futuro, Machado de Assis, obras completas v.4

⁶² Fonte: *Correio mercantil*, 21/07/1854, p.1

⁶³ *Correio mercantil*, ed. 226, 17/08/1854, p.2

⁶⁴ *Correio Mercantil*, ed. 248, 09/09/1856 p.2

salienta a atitude corajosa e benemérita de seus fundadores em torno da causa da instrução, e revela o quadro social da capital do império, em relação a esse tema, na década de 20 do século XIX:

[...] Sim desses moços que existindo em uma época em que os partidos políticos estavam na maior effervescencia, e que sentião em seus corações bater ardentemente o fogo do amor da patria, entendérão que cumprião igualmente um dever sagrado para com ella concorrendo para arrancar das trevas da ignorância os jovens desvalidos que pela pobreza de seus pais não encontravão instrucção em outra parte, e pois que era nessa época muito limitado o ensino primario gratuito".⁶⁵

D. Pedro II, como patrono dessa sociedade, concedeu-lhe o título imperial. Sua presença em eventos solenes dessa instituição era constante, e noticiadas pelos jornais da época⁶⁶. Os sócios dessa entidade eram dos mais variados meios sociais, incluindo padres, bispos, médicos, advogados, comerciantes, conselheiros, entre outros (SOUZA, 2011, p. 2), o que também demonstra a proximidade desses "ilustrados" não apenas com a causa da filantropia, como com a política, representada pela presença do governo imperial, que parecia incentivar essas ações, ao invés de tomar para si tais responsabilidades.

Dentre todas as ações e atividades sociais empreendidas por Bernardo Joaquim de Oliveira, deduz-se que a Imperial Sociedade Amante da Instrução tenha sido a principal influência para a criação desse gabinete de leituras, pois a proposta de ambas é semelhante, embora não seja possível confirmar se ele já participava dessa sociedade antes da fundação da Biblioteca Fluminense. A Imperial Sociedade Amante da Instrução atuava de forma filantrópica, mantendo suas ações e atividades voltadas para o ensino primário, sendo cobrada uma taxa para que os filhos dos associados frequentassem suas aulas, reservada uma parte das vagas sem cobrança para os necessitados de recursos financeiros (SOUZA, [2011], p.3). A Biblioteca Fluminense, de mesma forma, era mantida por sócios acionistas, que pagavam um valor de assinatura periódica, além de manter a cobrança anual módica para todos aqueles que quisessem obter o serviço de empréstimo domiciliar, mantendo suas portas abertas a quem quisesse consultar presencialmente – quando isso foi possível.

Além disso, as entidades filantrópicas e de caridade recorriam as concessões de loterias como um meio para obtenção de recursos financeiros do governo imperial para a manutenção de suas práticas (APÊNDICE C); e a Biblioteca Fluminense utilizou-se dessa prerrogativa --

⁶⁵ *Correio Mercantil*, ed. 248, 09/09/1856, p.2

⁶⁶ Como em notícia publicada no jornal *Diário de Rio de Janeiro*, ed. 89, 03/09/1855, p.2: " Realiza-se no dia 6 á sessão solemne anniversaria do Asylo das Órphãs da Imperial Sociedade Amante da Instrucção. Suas Magestades Imperiais assistem a esta sessão".

de utilidade e benefício para a população da capital do império – conseguindo tais recursos financeiros.

A benemerência foi um fator social, dentro da proveniência cultural dessa coleção, que influenciou na formação de um acervo voltado para a instrução e leitura, resultando no colecionismo de documentos especializados, cujo valor patrimonial reconhecido por essa pesquisa é o científico, inclusive mencionado pelos jornais da época, como será mostrado ao longo do texto.

3.2.3 Contexto social: o Rio de Janeiro, em 1847

A valiosa informação mostrando qual era o panorama social do Rio de Janeiro — em relação a livros, leituras e bibliotecas — no ano de 1847, foi obtida através da *Revista da Semana*⁶⁷, em matéria sobre a Biblioteca Fluminense, de autoria de Luiz Gastão d'Escragnole Doria⁶⁸, publicada em 1921, período no qual a Biblioteca Fluminense já havia encerrado suas atividades, e seu acervo estava sob os cuidados da Biblioteca Nacional do Brasil.

Observa-se que a Biblioteca Fluminense estava inserida de tal forma no cotidiano intelectual do Rio de Janeiro, que seu fechamento gerou expressões de lamento, além de inquirições aos seus administradores feitas por meio dos jornais — como a própria matéria dedicada ao estabelecimento na *Revista da Semana*, além de outra publicada no jornal *A Noite*⁶⁹, que será vista mais adiante. Por agora, uma frase de Escragnole Doria é representativa desse "lamento" pela perda desse patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Diz ele: "uma instituição genuinamente carioca desapareceu da vida da cidade".

No início da matéria, a primeira questão levantada por Escragnole Doria era se "[...] em 1847, acaso o Rio de Janeiro tinha onde lêr?". Esse questionamento buscava respostas que justificassem a criação de um gabinete de leituras como a Biblioteca Fluminense em meados do século XIX. O cronista optou por apresentar um ambiente favorável à criação desse estabelecimento, mostrando as bibliotecas existentes na capital do império, assim como dados

⁶⁷ *Revista da Semana*, ano 1921 ed. 16, 16/04/1921 p. 26

⁶⁸ Formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1890, atuou como cronista em jornais do Rio de Janeiro, quando se mudou para a cidade em 1891, seguindo como escritor a partir de então. Zádig Mariano Figueira Gama, e Celina Maria Moreira de Mello fizeram um estudo aprofundado sobre seus trabalhos como escritor, publicado em artigo, cujo título é "Luiz Gastão d'Escragnole Dória: um polígrafo das letras". Disponível em: [https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/30350#:~:text=Esse%20C3%A9%20o%20caso%20de,e%20Geogr%20A%20f%20Brasileiro%20\(IHGB\)](https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/30350#:~:text=Esse%20C3%A9%20o%20caso%20de,e%20Geogr%20A%20f%20Brasileiro%20(IHGB).). Acesso em: 04 jul. 2020

⁶⁹ *A Noite*, ed. 1.478, 01/02/1916; ed. 1.479, de 02/02/1916; ed. 1.480, 03/02/1916

demográficos, que confirmassem a existência de um público leitor e consumidor de livros. Ele não esqueceu de mencionar as tipografias ativas para imprimir novas publicações, e um mercado livreiro apto à importação de livros.

O Rio de Janeiro de 1847 contava com 170 mil habitantes, sendo que 60 mil eram brasileiros natos ou "adotivos", 25 mil eram estrangeiros de várias nações, e 85 mil escravos. Diz Escragnole Doria que "[...] nas oitenta e cinco mil almas de população livre carioca, os gabinetes de leitura angariavam leitores".

A produção de literatura, assim como de impressos em geral — dentre eles os jornais — "não era para desprezar". O cronista cita alguns tipos de jornais comuns à época, como os "noticiadores" e os políticos. Também tinham aqueles dedicados as "[...] publicações literárias e científicas, [que] informavam, deleitavam ou instruíam o público". Revistas de música, literárias e poéticas também circulavam, e o autor destaca que "[...] o Rio de Janeiro de 1847 gostava de lêr o *Jornal do Commercio*". Escragnole Doria chegou a essa conclusão, ao observar o número de assinantes do jornal referentes a esse ano específico, que passavam de mil, além de constatar que os jornais eram influentes na economia da época, ao citar que "[...] só o jornal custeava oitenta empregados".

Outra informação relevante trata das tipografias instaladas no Rio de Janeiro. Diz Escragnole Doria que publicações da Imprensa Nacional e das tipografias do *Jornal do Commercio*, do *Diário do Rio*, do *Laemmert*, e do *Paula Brito* eram "dignos de nota". As importações de livros também foram expressivas nesse ano, e eram oriundas principalmente de Portugal e França, porém ele observa que "[...] também não descansavam nossos prelos editando de tudo um pouco".

Todas essas informações foram confirmadas no livro de Adolfo Morales de los Rios Filho, cujo título é *O Rio de Janeiro Imperial*. Diz o autor que "[...] a vendagem de livros não era pequena", na primeira metade do século XIX (DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 456), pois "[...] para a formação cultural dos brasileiros, existia uma plêiade de professores, cientistas e matemáticos de altíssimo valor" (DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 451), e consumidores de livros. A cultura francesa, inclusive a científica, também era influente nas instituições de ensino na capital do império, e o autor relata que "[...] para tão grande difusão da cultura francesa muito contribuiu a tipografia oficial, que imprimia não poucas traduções" (DE LOS RIOS FILHO, 2000, p. 450).

Com esses relatos, percebe-se que, na metade do século XIX, existia um cenário favorável à criação de um gabinete de leituras, um empreendimento particular que oferecia

empréstimo domiciliar de livros mediante pagamento de assinaturas, e a capital do império possuíam um público leitor disposto a custear esse tipo de serviço, mesmo porque, os livros importados eram de alto valor, o que impossibilitava alguns estudiosos de adquiri-los para si, e os gabinetes de leituras eram uma opção para aqueles que precisavam ter acesso a um acervo mais especializado.

Em uma breve descrição dos lugares de leitura existentes no Rio de Janeiro de então, — respondendo a sua própria questão inicial —, Escragnole Doria optou por iniciar seu relato pela "Bibliotheca Nacional e Publica da Corte", localizada à Rua do Carmo, e considerada por ele como a única pública de fato. O cronista menciona que a biblioteca funcionava no período diurno, de 9 da manhã até as 2 da tarde, "[...] admittindo todas as pessôas decentemente vestidas, às quaes se fornecia papel, pennas e tinta, servidos aos consultantes pelos quatorze empregados do estabelecimento". Ele chama atenção ao fato de que "[...] nem todos [...] podiam ou podem lêr de dia. Havia e ha quem só o fazia e o faz à noite, em razão de empregos ou occupações diversos". Logo, para os leitores noturnos, a opção de espaço de leitura existente eram os gabinetes de leituras, que são descritos da seguinte forma:

- a) O Gabinete Português de Leituras - fundado em 1837 por Eduardo Alves Vianna "negociante da ilha da Madeira estabelecido na rua do Ouvidor", e por José Marcellino de Rocha Cabral "inmigrado portuguez de saber e nota". Localizado "bem no coração da cidade, na rua da Quitanda", contava com mais de 14 mil volumes em 1847, que se distribuíam entre "[...] sciencia, arte ou litteratura, inclusive muitas obras raras e alguns manuscriptos". Escragnole Doria destaca ainda que o gabinete funcionava em dois horários: um diurno, das 8 da manhã às 2 da tarde, e outro noturno, das 5 da tarde às 9 da noite. Segundo o cronista, "[...] felizmente, os leitores nocturnos de 1847 não ficaram reduzidos á inveja dos felizardos da Bibliotheca Publica", a Nacional da Corte, pois uma "[...] associação portugueza pensara nos que desejam aprender ou recreiar-se no fim de labores";
- b) O Gabinete Inglês de leituras, localizado na Rua das Violas, "[...] cedia livros para saciar curiosidades, rico naturalmente de edições britanicas, as de Walter Scott⁷⁰ em primeiro

⁷⁰ Ane Marie Thiesse (2001, p.12) explica que: "[...] é o romance, um gênero literário tão jovem quanto a idéia de nação, que servirá, ao mesmo tempo, de modelo narrativo para as primeiras elaborações eruditas de escrita nacional e de vetor de difusão de uma nova visão do passado. Os romances publicados a partir de 1814 por Walter Scott entusiasma uma jovem geração de letrados [na Inglaterra], pois neles eles encontravam a inspiração de uma história simultaneamente ressurreição e inspiração.[...]". Diz a autora que esses romances tinham uma "narrativa contínua" na qual se destacavam "a alma da nação e seu combate a tirania" representadas na figura do herói (a nação), contra os anti-heróis (os tiranos, aqueles que ameaçavam sua soberania), e que, dentro de um cenário nacional, quando histórico, fortaleciam a ideia de um passado nacional "construído" (THIESSE, 2001, p.12).

- logar". O destaque dado pelo cronista a Walter Scott, se devia a popularidade do romance desse escritor no século XIX, além do próprio gênero literário em si;
- c) Escragnole Doria menciona que "[...] outros gabinetes de leitura, á moda parisiense, serviam o carioca". Pelo *Almanak Laemmert* publicado em 1847, observa-se que existiam dois gabinetes dentro dessa descrição: o Gabinete Frances de Madame Vianna e o Gabinete Francês e Português de Mongie, que, segundo Nelson Schapochnik (1999, p. 52), se caracterizavam por associar "[...] a prática de aluguel com a venda de livros".
- d) Por fim, o cronista cita a Sociedade Germânia, localizada na Rua Fresca, que possuía uma "[...] sala de leitura e biblioteca para seus associados".

Um espaço criado por brasileiros não existia em 1847, e esse fato, sob a influência do nativismo e da benemerência certamente foram a motivação, e o desafio, do grupo de sócios reunidos por Bernardo Joaquim de Oliveira para estabelecer a Biblioteca Fluminense. Aliás, essa é a classificação que utilizo para definir o que é a Biblioteca Fluminense: um gabinete de leituras.

3.3 "Lugar de memória": o gabinete nacional de leituras da associação Biblioteca Fluminense

Nelson Schapochnik (1999, p. 62-65) classificou a Biblioteca Fluminense como uma "associação recreativa e cultural", e colocou nesse mesmo grupo a Sociedade Germania, o British Subscription Library, e o Gabinete Português de Leitura, dentro de um recorte temporal de pesquisa, entre 1847 a 1880, sob perspectiva de investigação própria. Tânia Maria Bessone (2016, p. 144), sob outro enfoque, classifica esse estabelecimento como uma "associação de leitura".

Considerar a Biblioteca Fluminense como uma biblioteca associativa ou uma associação de leitura, sob o enfoque pretendido por essa pesquisa, anularia os valores patrimoniais atribuídos à coleção cartográfica da Biblioteca Fluminense — memória, identidade e ciência—, justificados por sua proveniência cultural, como apresentado até aqui. Não podemos esquecer que Bernardo Joaquim de Oliveira intencionava fundar um "gabinete nacional de leituras". Além disso, a Biblioteca Fluminense, nos jornais consultados, é referenciada como uma

Assim também menciona Benedict Anderson, ao considerar os jornais e os livros os veículos de propagação dessas ideias nacionais (ANDERSON, 2013, p.66). No Brasil, a literatura já havia influenciado as ideias de independência naqueles que podiam ter acesso a ela (NEVES, 2003, p.248).

biblioteca particular ou um gabinete de leituras, exatamente como o entendimento de Escragnole Doria, que separa em seu texto os lugares de leitura, existentes em 1847, em dois grupos, de entendimento simples, mas eficazes: bibliotecas públicas e privadas, sendo a única pública a Biblioteca Nacional e Pública da Corte, que não cobrava para se ter acesso ao acervo, nem por seus serviços. Outro exemplo, que corrobora esse entendimento, é uma notícia publicada no jornal *Diário de Notícias* sobre a própria Biblioteca Fluminense em razão de sua reabertura, na década de 90, do oitocentos. Diz o texto: "[...] deve ter sido enorme o número de assignantes, attendendo á falta de gabinetes de leitura no Rio de Janeiro [...]"⁷¹. E por fim, o próprio *Almanak Laemmert*, em seu índice classificava a Biblioteca Fluminense sob dois gêneros: bibliotecas e gabinetes de leitura (ver Quadro 7).

Quadro 7 - Biblioteca Fluminense no índice do Almanak Laemmert

1858	1862	1876
<p>Bibliotheca Fluminense p. 346 bibliotheca de leitura p.539 biblioteca da marinha p.250 biblioteca nacional e publica p.101</p> <p>Gabinete allemão de leitura p.349</p> <p>gabinete fluminense de leitura p. 346 gabiете de leitura p.539 gabinete inglez de leitura p.348 gabinete portuguez de leitura p.348 gabinete que aluga livros p.539</p>	<p>Bibliotheca Fluminense p. 346 Biblioteca de leitura Biblioteca da marinha biblioteca nacional e publica da corte</p> <p>Gabinete Allemão de Leitura Gabinete estatistico medico-cirurgico do hospital geral da santa casa e enfermarias publicas</p> <p>Gabinete fluminense de leitura p. 346 Gabinete inglez de leitura gabinete portugues de leitura gabinete que aluga livros</p>	<p>Bibliotheca Fluminense p. 495 Bibliotheca da Marinha p.279 Bibliotheca Municipal p.446 Bibliotheca Nacional e Pública da Côrte p.271 Bibliotheca particular e gabinete mineralogico de S. M. I p.45 Bibliotheca Portugueza (Gabinete de leitura) p.496 ---- Não existe a seção de Gabinetes por motivos de reclassificação</p>

Fonte: Almanak Laemmert, edições de 1858, 1862 e 1876

As notícias de jornais, somadas à leitura de algumas edições do *Almanak Laemmert*, mostram semelhanças nas atividades sociais e na estrutura administrativa desses gabinetes de leitura. No âmbito social, destaca-se que: a) seus acervos eram literários e científicos, objetivando a instrução, principalmente, dos compatriotas de seus fundadores, embora não existisse restrição de nacionalidade para os assinantes; b) funcionavam em horário estendido; c) promoviam a sociabilidade intelectual, tanto de seus sócios, quanto de outras sociedades, cedendo seus salões para reuniões; d) cobrava-se um valor periódico para o empréstimo

⁷¹ *Diario de noticias* (RJ), ed. 3547, 17/04/1895, p.1

domiciliar, uma "assinatura"; e) divulgavam-se livros, inclusive promovendo listas de assinatura — que podem ser interpretadas como vendas de livro sob demanda —, de modo que a Biblioteca Fluminense também o fazia (ver **ANEXO B**).

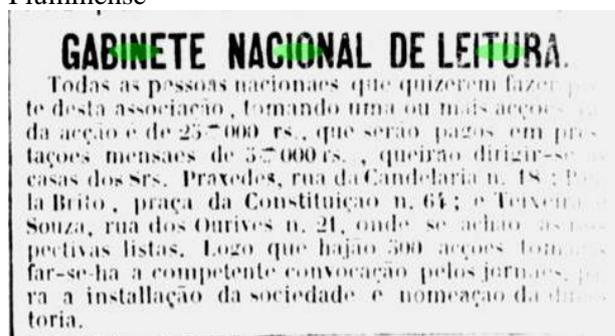
No âmbito administrativo, as diferenças entre os gabinetes eram referentes a alguns serem mantidos pelas cotas dos sócios — geralmente compatriotas —, que se tornavam seus acionistas; enquanto outros, que eram ao "estilo parisiense", possuíam um único proprietário. Esse tipo de estrutura administrativa era comum às sociedades e associações existentes à época, pelo que se pode perceber ao pesquisar o *Almanak Laemmert*. Elas promoviam assembleias periódicas para definir aqueles que ocupariam sua diretoria — os cargos gerenciais —, formada pela presidência, vice-presidência, secretaria, tesouraria, além de inspetoria, procuradoria e comissariado, como controladores. Aos gabinetes de leitura acrescentava-se o cargo de bibliotecário, exercido geralmente por um sócio "ilustrado", que nem sempre possuía o conhecimento da bibliografia, disciplina existente no século XIX, que se referia a "[...] Sciencia do que tem conhecimento dos livros, de suas edições, raridade, etc". (PINTO, 1832, p. 159). Os empregados eram pessoas contratadas para funções operacionais dentro dessas sociedades, e não faziam parte do corpo de sócios proprietários.

Com ambiente cultural favorável, em 1847, resumido na existência de um público consumidor de leituras, acrescidos de um nativismo brasileiro, e somado a uma filantropia ilustrada, eis que surge a Biblioteca Fluminense, que nesse primeiro momento, tinha como objetivo primordial contribuir para instrução e leitura de seus assinantes, além de servir de espaço de sociabilidade para os ilustrados e literatos brasileiros, que, pelas notícias dos jornais, não possuíam um ambiente próprio para se reunirem e exporem suas produções, como era prática comum aos demais gabinetes de leitura.

3.3.1 O discurso de fundação

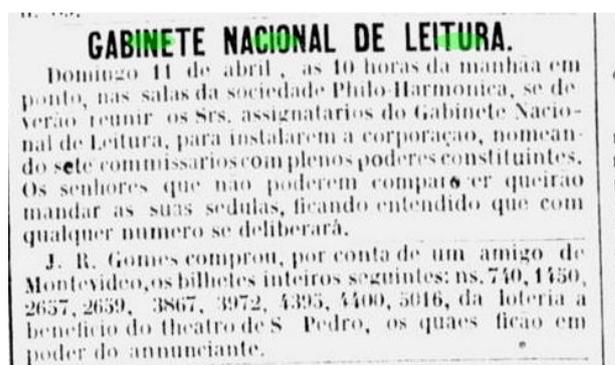
A Biblioteca Fluminense foi fundada em 11 de abril de 1847, por Bernardo Joaquim de Oliveira, que reuniu um grupo de acionistas interessados em levar adiante o projeto de estabelecer na capital do império um "gabinete nacional de leitura", conforme aparece em anúncios publicados no *Jornal do Commercio* (Figuras 16 e 17):

Figura 16 - Um dos primeiros anúncios⁷² sobre a disponibilidade de ações para os interessados em participar da associação que administraria o "gabinete de leituras nacional", posterior Biblioteca Fluminense



Fonte: *Jornal do Commercio*, ed. 60, 01/03/1847, p.4.

Figura 17 - Anúncio⁷³ publicado no *Jornal do Commercio* alguns dias antes da assembleia para escolha da directoria, informando local e horário da reunião.



Fonte: *Jornal do Commercio*, ed.98, 09/04/1847, p.4

Entre o anúncio da convocatória de candidatos a sócios para participação na associação, e o outro, que já estabelece local, data e horário para o acontecimento da primeira assembleia de acionistas, passaram-se pouco mais de um mês, o que demonstraria um acentuado interesse na fundação de um espaço "nacional" de leituras à época.

Como observado, através do estudo da proveniência cultural desse gabinete de leituras, a fundação da Biblioteca Fluminense não foi apenas uma iniciativa imitadora de outras

⁷² Texto do anuncio: GABINETE NACIONAL DE LEITURA | "Todas as pessoas nacionaes que quizerem fazer parte desta associação, tomando uma ou mais acções, cada acção pe de 25\$000 rs., que serão pagos em prestações mensaes de 3\$000 rs, queirão dirigir-se as casas dos Srs. Praxedes, rua da Candelária n.18 ; Paula Brito, praça da Constituição n.64; e Teixeira Souza, rua dos Ourives n.21, onde se achão as respectivas listas. logo que hajão 300 acções logo far-se-ha a competente convocação pelos jornaes para a installação da sociedade e nomeação da directoria."

⁷³ Texto do anúncio: "Domingo 11 de abril, as 10 horas da manhã em ponto, nas salas da sociedade Philo-Harmonica, se deverão reunir os Srs. assignatários do Gabinete Nacional de Leitura, para instalarem a corporação, nomeando sete commissarios com plenos poderes constituintes. Os senhores que não poderem comparecer queirão mandar as suas sedulas, ficando entendido que com qualquer numero se deliberará".

existentes com esse perfil no século XIX, como mencionado por Schapochnik (1999, p. 154), que utiliza o termo "macaqueando" para definir a ação de Bernardo Joaquim de Oliveira ao fundar esse gabinete de leituras. Na verdade, o que se observou foi uma confluência de interesses, ideologias e filantropia, que marcaram um comportamento sociocultural, que propiciou a fundação desse gabinete de leituras.

O discurso proferido por Bernardo Joaquim de Oliveira, na primeira assembleia realizada na sociedade Philharmonica, foi publicado pelo jornal *Diário do Rio de Janeiro*⁷⁴, que abre a notícia informando sobre "a primeira reunião dos accionistas do Gabinete nacional de leitura". Ele inicia dizendo ser "[...] o objeto da presente reunião, [...] estabelecermos um Gabinete nacional de leitura, de que tanto carece esta populosa capital". Ele também menciona as dificuldades para implementação deste projeto:

[...]o espírito de indiferença que grassa entre nossos patricios, quando se trata de alguma cousa util e proveitosa ao paiz, e as minhas débeis forças, forão os principaes estorvos com que tive de lutar; e n'esta luta infallivelmente succumbiria, si não fosse a valiosa coadjuvação que me prestarão muitos Srs. assignatarios, e com especialidade os Illms. Srs. José Praxedes Pereira Pacheco e Miguel Joaquim de Andrade e Almada, que com esforços dignos dos maiores elogios tanto concorrerao para nos vermos hoje aqui reunidos"⁷⁵.

E na reunião foram escolhidos, por voto, sete comissários "[...] com plenos poderes constituintes", que seriam o corpo diretor provisório do gabinete nacional de leitura, durante a reunião, até a posse da diretoria efetiva, que ocorreria em janeiro de 1848. A partir desta data, nova assembleia seria marcada para sua escolha. Após os tramites necessários, foram eleitos: Diogo Soares da Silva de Bivar (presidente); José Pr. Per. Pacheco (secretario); João J. Dias Camargo, Bernardo Joaquim de Oliveira, J. M. Pereira da Silva, Coronel Pedro de Alcantara Bellegarde, Luiz da Cunha Feijó (tesoueiros).

Bernardo Joaquim de Oliveira encerra sua fala com a seguinte frase: "Ás vossas mãos entrego esta filha querida de minha alma, protegei-a, e a sorte lhe seja propicia".

Em 1848, o *Almanak Laemmert* publica o primeiro anúncio da Biblioteca Fluminense (ver ANEXO C), que já estava estabelecida à Rua dos Ourives n. 87, "esquina da do Rosário". Informava que "esta associação, só para nacionaes" iniciou seus trabalhos com cerca de 2.000 ações e seu capital, até aquele momento, era de 50:000\$000 rs. O texto rememorava a assembleia que escolheu, por voto, o corpo de diretores que serviriam até janeiro de 1848.

⁷⁴ *Diario do Rio de Janeiro (RJ)* ed. 473, n.7473, 1847, p.3

⁷⁵ *Diario do Rio de Janeiro (RJ)*, ed. 7473, 1847, p.3.

Algumas normas de funcionamento do estabelecimento também foram apresentadas nesse anúncio — mesmo que provisórias —, dentre as quais: não seria permitido o empréstimo de livros; e a admissão de assinantes de outras nacionalidades dependeriam da decisão da diretoria efetiva; e informam, ainda, a disposição de salas "para nelas se ler", das 8 da manhã às 9 da noite, com intervalo de duas horas para o almoço.

Felix Ferreira — secretário da Biblioteca Fluminense durante a década de 1880 e 1890 —, afirma que em 15 de julho de 1847, alguns meses após sua fundação, os estatutos da associação haviam sido aprovados pelo governo imperial, e a biblioteca fora aberta em uma casa no endereço da Rua dos Ourives (FERREIRA, 1885, p. 12-13). Deduz-se que essas normativas apresentadas no anúncio sejam oriundas já do texto do estatuto. A Biblioteca Nacional do Brasil possui um catálogo da Biblioteca Fluminense datado de 1852, e que, se foi editado conforme o catálogo de 1866 (CATÁLOGO, 1866)⁷⁶, pode conter o texto desse estatuto mais antigo. Entretanto, devido à crise sanitária existente neste ano peculiar de 2020, não foi possível acessá-lo para análise dessa pesquisa.

Em 1849, a diretoria efetiva eleita era formada por: conselheiro Paulino José Soares de Souza (Presidente); Bernardo Joaquim de Oliveira (Secretario); José Machado Coelho (Tesoureiro); Dr. João Manoel Pereira da Silva, Dr. Luiz da Cunha Feijó, Belarmino Ricardo de Siqueira (Inspetores).

A Biblioteca Fluminense contava nessa época com cerca de 5 mil volumes à disposição dos leitores⁷⁷.

3.3.2 Os primeiros anos de funcionamento: em busca de um lugar definitivo

Um dos maiores problemas que a Biblioteca Fluminense enfrentou ao longo de sua trajetória foi em relação a busca por um lugar adequado para acomodação de seu acervo, ou pelo menos aparentemente esse era um dos problemas. Pode-se considerar, então, como um período de estabilidade aquele no qual o gabinete de leituras esteve localizado à rua do Sabão, n. 45 — posterior rua General Câmara —, que durou quase 30 anos. Esclareço que a estabilidade se refere as atividades rotineiras da biblioteca, pois no que diz respeito as relações entre os associados, e aquelas referentes à política, se mostravam conflituosas e eram expostas nos jornais.

⁷⁶ CATALOGO dos livros da Bibliotheca Fluminense. Rio de Janeiro: Typographia Thevenet & C., 1866. 312p.

⁷⁷ Fonte: *Almanak Laemmert* de 1848 e 1849

O acervo deste gabinete de leituras tinha um crescimento médio variando entre 1 mil a 2 mil itens ao ano, pois era necessária a compra de novas publicações como meio de atrair novos assinantes, e um espaço definitivo mostrava-se necessário, até mesmo para o prolongamento da existência desse empreendimento. No Quadro 8, apresento os endereços e a evolução quantitativa do acervo da Biblioteca Fluminense, enquanto permaneceu em cada um deles até chegar a famigerada rua do Ouvidor. No mapa, subsequente, (Figura 18) mostro que os lugares onde a associação buscou instalar esse gabinete de leituras, praticamente gravitavam em torno da rua do Ouvidor, o que permite inferir que esse endereço era cobiçado pelos acionistas desde o princípio, por ser uma rua na qual, segundo Schapochnik (1999, p. 50), "[...] estabeleceram-se livrarias e gabinetes de leituras", além dos jornais mais influentes do Rio de Janeiro. Outro atrativo para a rua do Ouvidor era sua fama, pois, segundo Alberto A. Cohen (2001, p. 110):

Um bom número de idéias progressistas ou inovadoras da cidade ou mesmo nacionais, nasceram ou foram defendidas pelos jornais e associações da Rua do Ouvidor. Registrem-se os movimentos políticos pela Independência, pelo Abolicionismo e pela República, entre os principais; os literários como o simbolista, o parnasiano e outros que ali tiveram seus maiores seguidores; e as várias associações que nela nasceram, inclusive a Academia Brasileira de Letras e a Associação dos Empregados do Comércio

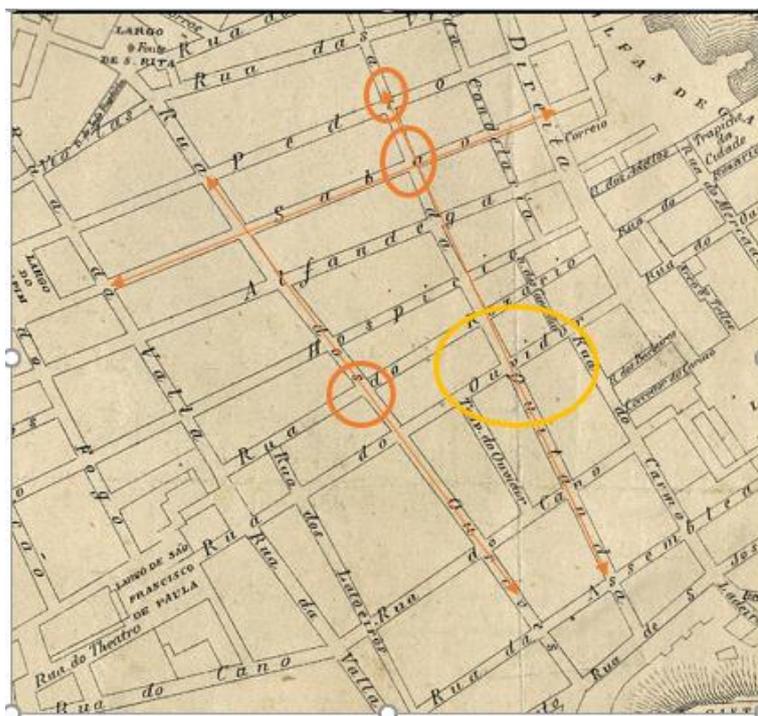
Quadro 8 - Endereços da Biblioteca Fluminense e crescimento quantitativo do acervo enquanto de sua permanência neles.

Período	Endereços da Biblioteca Fluminense	Quantitativo do acervo em anos.
1847-1850	R. dos Ourives n.87	2.000 (1848); 5.000 (1849); 10.000 (1850)
1851	R. da Quitanda n.143, 2º andar	12.000 (1851);
1852-1881	Rua do Sabão n.45; posterior Rua General Câmara n.45	13.000 (1852); 16.000 (1853); 17.000 (1854); 18.000 (1855); 20.000 (1856); 22.000 (1857); 24.000 (1858); 26.000 (1859); 28.000 (1860); 29.000 (1861); 30.000 (1862); 31.000 (1863); 32.000 (1864-1865); 34.000 (1866-1868); 35.000 (1869); 36.000 (1870); 38.000 (1871-1872); 39.000 (1873); 40.000 (1874); 42.000 (1875-1876); 43.000 (1877); 1878 a 1879 não foi publicado anúncio; 44.000 (1880-1881)
1882	Não informado	Após 1882 o Almanak Laemmert passou por uma reorganização e reclassificação, além de mudança em seu layout de apresentação resultando que, neste ano específico, apenas apresentou o endereço da Biblioteca Fluminense, sem as demais informações rotineiras.

1883-1916	Rua do Ouvidor n.62	44.000 (1883-1884); 45.000 (1885); não informado (1886-1890) ⁷⁸ ; 62.000 (1891-1895); 80.000 (1896-1898); 90.000 (1899-1908); não informado (1909-1916) ⁷⁹
-----------	---------------------	--

Fonte: Almanak Laemmert dos anos mencionados.

Figura 18 - Endereços da Biblioteca Fluminense.



Fonte: GUIA e Plano da cidade do Rio de Janeiro. BN Digital

Observando os anúncios da Biblioteca Fluminense publicados no *Almanak Laemmert*, é possível compreender a proposta desse gabinete de leituras, que era de possuir um acervo científico constituído por tipos materiais variados, dentre os quais livros, periódicos, manuscritos (a partir de 1856), e mapas (a partir de 1858). Os temas principais colecionados eram: Direito, História, Língua Portuguesa (gramática, linguística, filologia, literatura), Geografia, Artes, Teologia, Ciências Naturais, que acomodavam a Matemática — inclusive a utilizada para navegação e mapeamento —, Geometria, Física, Química, Medicina, em idiomas variados como português, francês, italiano, espanhol, latim e alemão.

⁷⁸ A Hemeroteca Digital organizou o Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro em dois conjuntos de arquivos separados: um com o nome original do almanak, que abrange os anos de 1844 a 1885; o outro, com o nome de Almanak Laemmert, de 1891 a 1940. Não foi possível averiguar se os itens entre os anos de 1886 a 1890 foram digitalizados, ou se a biblioteca não possui esses exemplares.

⁷⁹ Certamente, nesse período, já não se contabilizava mais os itens da Biblioteca Fluminense, conforme será visto nos tópicos seguintes..

Em 1849, o acervo estava disponível para empréstimo domiciliar mediante o pagamento de assinatura anual ao custo de 12\$000 réis. Porém, logo no ano seguinte, fixou-se duas modalidades de assinatura, sendo uma semestral, a 6\$000 réis, e a já conhecida anual a 12\$000, perdurando assim até 1870, quando essas informações não constavam mais nos anúncios do gabinete de leituras no *Almanak Laemmert*. Uma pequena mudança no horário de funcionamento também foi observada: antes, em 1848, o gabinete de leituras funcionava até as 9 da noite, e a partir de 1849, manteve o horário diurno, de 8 da manhã às 2 da tarde, com intervalo de duas horas para o almoço, retornando o atendimento das 4 da tarde às 8 da noite, nos dias úteis. Em feriados e "dias santos" o gabinete funcionava de 8 da manhã ao meio dia. As assinaturas também foram liberadas a pessoas "de qualquer nação e sexo".

Em 1851, a Biblioteca Fluminense muda-se para a rua da Quitanda, e em 1852, a associação publica no *Almanak Laemmert* um anúncio informativo, reconhecendo as constantes mudanças de endereço e tomando providencias para solucionar essa questão. Diz o texto:

Esta util Associação, installada em 11 de abril de 1847, tem caminhado com um progresso extraordinário: seus Directores reconhecendo a inconveniência da falta de estabilidade em um estabelecimento dessa ordem, como tem até agora acontecido, vendo-se forçado a continuadas mudanças de localidade, contractarão com a Irmandade de N. S. Mãe dos Homens, por arrendamento de 21 annos, edificar no terreno que aquella Irmandade tem na rua do Sabão, n.45, com mais de 6 braças de frente sobre cerca de 11 de fundo, um predio com a capacidade necessaria ao estabelecimento; esse predio, que teve principio em Julho do anno passado [isto é, 1851], deve ficar concluído em fins de Janeiro do corrente anno [1853]⁸⁰.

E de fato, no ano de 1853, outro anúncio semelhante é publicado informando a conclusão das obras.

3.3.3 O cargo de bibliotecário

O cargo de "bibliotecário" só aparece nos anúncios da Biblioteca Fluminense, publicados no *Almanak Laemmert*, a partir de 1850 até 1860, quando seu layout foi modificado, constando apenas o nome dos integrantes da diretoria, sem as especificações dos cargos, o que durou até 1875, quando aparece o cargo de "conservador" (ver **ANEXO D**). No Quadro 8,

⁸⁰ *Almanak Laemmert*, ano 1852, p. 303-304

apresento os ocupantes do cargo de bibliotecário, do gabinete de leituras, conforme o período de seu exercício no mesmo:

Quadro 9 - Bibliotecários da Biblioteca Fluminense

Ano	Ocupante do cargo
1850	João Manoel Pereira da Silva
1851-1857	Manoel Pacheco da Silva
1858-1859	conselheiro José Machado Coelho de Castro
1860	João Carlos de Souza Ferreira

Fonte: Almanak Laemmert.

Nos poucos documentos encontrados na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil, não se obteve informações precisas quanto a rotina do bibliotecário desse gabinete de leituras. Entretanto, pelas informações sobre os ocupantes do cargo, percebe-se que eram intelectuais e políticos, a maioria certamente vinculados ao partido conservador – o mesmo do visconde do Uruguai, que ocupou a presidência do estabelecimento por mais de 11 anos. Infere-se que eles poderiam atuar na seleção de livros, ou pelo menos em sua indicação para enriquecimento da coleção, mas não há como comprovar tais suposições.

As informações concretas, apresentadas nos jornais, eram que o responsável pela formação do acervo chamava-se Francisco Antonio Martins, então conservador do gabinete de leituras. Por não ser sócio acionista do estabelecimento, Francisco aparecia como "empregado" nos primeiros anúncios do *Almanak Laemmert*, o que também ocorria no do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no qual também atuou como conservador de sua biblioteca. Logo, esse cargo tinha o caráter mais político e gerencial, do que bibliotecário, certamente para acomodação dos sócios na diretoria, além de dar visibilidade ao próprio gabinete de leituras colocando políticos para ocupá-los; não era um cargo técnico, que exigisse o conhecimento das práticas bibliográficas existentes à época.

3.3.4 O primeiro apelo às loterias

A Biblioteca Fluminense sempre passou por dificuldades financeiras, porém, considero que elas tenham se agravado quando seus acionistas decidiram apelar às loterias (ver **APÊNDICE C**) para obtenção de recursos financeiros por parte do governo imperial. Deduz-se que a decisão por seu uso tenha sido incentivada pelo visconde do Uruguay, enquanto este permaneceu na presidência da Biblioteca Fluminense, pois consta em notícia publicada no

jornal *Correio Mercantil*, na seção "Câmara dos senhores deputados, sessão de 29 de julho sob a presidência do visconde de Baependy", que havia entrado em discussão o "2º projecto n. 25, de 1850, que faz igual concessão á Bibliotheca Fluminense", se referindo as loterias concedidas ao estabelecimento, em um total de quatro, aprovadas em 1858, exatamente o período em que o visconde permaneceu na presidência da Biblioteca Fluminense.

Observe que o projeto, solicitando a concessão de loterias, foi apresentado à câmara desde 1850, isto é, apenas três anos após a fundação do gabinete de leituras, e tão logo depois que o visconde do Uruguay assumiu como presidente, em 1849. As loterias foram concedidas sem discussão ou debates no plenário da câmara imperial⁸¹, entretanto, essa celeridade não contribuiu para que a associação obtivesse os recursos em mãos, dada a mudança na legislação das loterias à época (ver **APÊNDICE C**).

3.3.5 Os acionistas solicitam nova assembleia para troca da diretoria

De 1849 a 1859, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, visconde do Uruguai, esteve à frente da presidência da Biblioteca Fluminense (ver **ANEXO D**), pois as assembleias previstas para a eleição de nova diretoria não foram realizadas, de modo que em 1856 alguns acionistas publicam um anúncio no jornal *Correio Mercantil* solicitando que a diretoria da Biblioteca Fluminense convocasse eleições para sua troca, e informavam que não havia eleições há quatro anos, isto é, desde 1852⁸². Esse pedido não foi prontamente atendido, e a resposta não estava apenas na construção do edifício para abrigar a biblioteca na rua do Sabão, mas também na solicitação das loterias.

Em 1859 foi publicada, no *Correio Mercantil*, uma convocação aos acionistas da Biblioteca Fluminense para que participassem da assembleia para eleição da nova diretoria. A reunião ocorreu em 31 de julho deste mesmo ano, sendo presidida pelo próprio visconde de Uruguai, e foi transcrita na íntegra pelo jornal *Correio Mercantil*. Mediante votação, foram eleitos para compor a nova diretoria: o conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz (presidente); Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (secretario); João José do Rosario (tesoureiro); Joaquim José do Rosario, Luiz Honorio Vieira Souto, João Antonio Leite Junior (procuradores); João Carlos de Souza Ferreira (bibliotecário).

⁸¹ *Diario do Rio de Janeiro* (RJ) ed. 207, ano 14, 30/07/1857, p.1

⁸² *Correio mercantil, e instructivo, político, universal*, (RJ), ano 12, ed. 262, 23/09/1856, p.2

Apresento, a seguir, alguns trechos do relatório do visconde do Uruguai, exposto na referida assembleia, por conter informações sobre a rotina do gabinete de leituras, como o quantitativo do acervo e seu uso pelos assinantes.

O conselheiro Paulino José inicia sua fala explicando os motivos para o adiamento das assembleias, mencionando a ausência de alguns membros da diretoria, assim como a dificuldade em reuni-los — pois boa parte deles eram políticos do partido conservador⁸³ —, e evoca o artigo 22º do estatuto — possivelmente o definido em 1847 — para respaldar o encontro, que teria como propósito colocar em votação os nomes que comporiam o novo corpo de diretores, além de apresentar o relatório financeiro e das atividades realizadas nos últimos dez anos. Anuncia, então, que a Associação obteve do poder legislativo quatro loterias "[...] para edificação de uma casa em que fique a bibliotheca definitivamente estabelecida". E prossegue, informando o balanço de sua gestão: a biblioteca, em 1859, estava com um capital de 28:915\$000 réis⁸⁴, provenientes de 1.106 ações emitidas para um total de 983 acionistas. Entretanto, algumas pessoas saíram da associação, de forma que, efetivamente, o gabinete de leituras contava com a contribuição efetiva de 598 acionistas naquele ano. E continua: "[...] a cobrança da mensalidade é feita com extrema dificuldade, que é causa de desanimarem e despedirem-se os cobradores".

O visconde do Uruguai apresenta as informações sobre o funcionamento da Biblioteca Fluminense: no fim do ano de 1856, ela contava com 17.190 volumes; em 1857 entraram por compra 2.300 itens, e por "oferta" 770; em 1858 foram adquiridos por compra 1.738 itens, e por oferta 835. O acervo, em 1859, era composto por um total de 22.833 volumes e 11.054 obras, o que indica uma quantidade considerável de possíveis duplicatas. Possuía, até então, 104 volumes de manuscritos, sendo alguns originais; 72 cartas geográficas impressas, 21 delas manuscritas; e várias estampas e retratos não contabilizados. Acredito que entre os anos de 1851 a 1855 o gabinete não tenha feito aquisições, pois estava alocado no segundo pavimento de um prédio na rua da Quitanda⁸⁵.

O movimento de uso do acervo na Biblioteca Fluminense também foi apresentado nesta reunião: de 1857 a 1858, foram emprestados 39.526 volumes, com 33.037 devoluções, sendo

⁸³ Nos jornais, como pode ser visto no anexo x, foram noticiadas reuniões do partido conservador utilizando o espaço da Biblioteca Fluminense. Além disso, em uma pesquisa para conhecer a biografia daqueles que ocuparam o cargo de bibliotecário, vi que todos eles eram do partido conservador.

⁸⁴ Lembrando que, segundo o anúncio do *Almanak Laemmert* de 1848, ela iniciou com um capital de 50:000\$000.

⁸⁵ *Correio Mercantil, e instructivo, político, universal* (RJ), ed. 226, 09/09/1850

que, no momento da assembleia, existiam ainda 2.293 volumes emprestados. O visconde do Uruguai fez observações positivas quanto a sua gestão, diante dos números apresentados:

Creio que este resultado é assás satisfactorio, attendendo-se: 1º, a que o habito de ler entre nós não é ainda infelizmente geral; 2º, a que o nosso estabelecimento, que sómase tem 11 annos de existencia, ha lutado e luta com muitas difficuldades, e principalmente com a escassez de meios para enriquecer de prompto com muitas obras que attrahirão maior número de leitores.

Menciona também que promoveu entre os sócios uma espécie de lista — que ele chama de "assinatura" — para recolher recursos para compra de nova mobília, tendo em vista que existiam de "6 a 7.000 volumes em brochura e perto de 2.000 encadernados" amontoados, por falta de estantes. Relata também a urgência na impressão do suplemento do catálogo dos livros, que compreendi como sendo uma espécie de atualização do catálogo publicado em 1852.

E então, eis que o conselheiro Paulino José Soares novamente aborda o assunto das loterias, mencionando os benefícios daquela concedida em 1858, algo que geraria um recurso financeiro em torno de 50:000\$000 réis, com o qual se poderia adquirir um prédio para o gabinete de leituras. Ele lembra que, como a biblioteca ainda tinha 10 anos de uso-fruto do prédio construído na rua do Sabão, esse valor poderia render juros ao longo desse tempo, e previa que, mesmo após a compra da casa, o que sobrasse poderia ser revertido em uma renda anual para o estabelecimento, que seria utilizada na aquisição de novos livros.

O visconde do Uruguai também propõe nessa assembleia mudanças em alguns artigos orgânicos do estatuto, e sugere:

[...] elevar a mensalidade dos assinantes...; determinar a remissão das mensalidades dos accionistas; adimitir como tais [acionistas] estrangeiros, o que ocorrera para augmentar o numero; melhorar os vencimentos dos empregados da bibliotheca, que o merecem e são muito mal retribuidos; determinar que não possa ter lugar a compra ou encommenda de obras sem approvação prévia da directoria dada em sessão, adoptando-se para esse fim um systema, para que possam ir completando certos ramos e sejam preteridas as obras mais necessarias e procuradas.

O relatório é finalizado com o conselheiro Paulino José se dizendo honrado por ter presidido a associação por nove anos e termina com as seguintes palavras: "[...] Não de outra sorte, e porventura mais humildemente, começarão algumas das vastas bibliothecas que são hoje monumentos que mais honrão algumas grandes capitaes da Europa", e cita a biblioteca do "Museu Britannico" — atual British Library — que, segundo ele, foi fundada também com

recursos provenientes de uma loteria "[...] destinada e applicada á compra da collecção de livros e manuscritos de Sir Hans Silvane, da collecção Harleiana, e da aquisição da Montagne House", edifício no qual estava a biblioteca à época. Isto significa, que a outra inspiração para a fundação da Biblioteca Fluminense, no âmbito da administração e aquisição de recursos, era a Biblioteca do Museu Britânico, o que me faz reflexionar se não teriam eles a intenção de fundar uma biblioteca nacional brasileira. Por fim, diz: "O nosso parlamento deu-nos casa; já não é pouco; esforcemo-nos por fazer o mais"⁸⁶.

3.3.6 Rotinas na Biblioteca; rugas entre os sócios; e mais um pedido de loteria entre as décadas de 1860 e 1870

O título desse tópico resume o que foram esses 20 anos para a Biblioteca Fluminense, segundo as notícias dos jornais. Entre as rotinas do gabinete noticiadas, temos:

- a) o recebimento de livros comprados por importação, principalmente de Portugal, que apareciam nas seções referentes as importações no império, do *Correio Mercantil*;
- b) recebimento de publicações que eram noticiados nos jornais. Como exemplo cito uma carta corográfica (1865), cujo título não foi mencionado⁸⁷; e do "Atlas do Império do Brasil (1868)"⁸⁸;
- c) venda de livros por assinatura, que era uma modalidade de aquisição de livros sob demanda. Muitos dos anúncios encontrados foram publicados a partir de 1855, quando a biblioteca já funcionava na rua do Sabão. Como exemplo temos: "A mão de Deus"(1855)⁸⁹; a reedição feita por Francisco Antonio Martins da obra "Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil [...]", de autoria do padre Simão de Vasconcellos (1858)⁹⁰; o livro "O Fastos de Napoleão I. Pintados por Andrea Appiani e gravados por Longhi Bisi, Benaglia [...]" (1856), cujo anúncio mencionava algumas características da edição, como o uso de "papel da china". Biblioteca Fluminense aparecia como um dos assinantes dessa obra⁹¹;
- d) comunicados e convocações para assembleias de acionistas também eram realizados através dos jornais;

⁸⁶ *Correio mercantil, e instructivo, político, univesa (RJ)*, ano 16, ed. 212, 03/08/1859

⁸⁷ *Correio Mercantil (RJ)*, ed. 219, 11/08/1865

⁸⁸ *Correio Mercantil (RJ)*, ano 25, ed. 314, 15/11/1868

⁸⁹ *Correio Mercantil, e instructivo, político, universal (RJ)*, ano 11, ed. 66, 08/03/1855, p.3

⁹⁰ idem, ed.275, 10/10/1858, p.3.

⁹¹ idem, ed.272, 03/10/1856, p.3

e) cessão de espaço na biblioteca para realização de reuniões de outras sociedades. Como exemplo cito a reunião que a "sociedade de Ensaios Litterarios fez [em] sua 2a. sessão magna, solene e comemorativa do aniversário de inauguração do gremio social"⁹² (1862); reunião da "Empreza Predial no salão da Bibliotheca Fluminense"⁹³ (1871).

Quanto as discussões, estas envolviam um dos antigos membros da diretoria da Biblioteca Fluminense, o Sr. Pereira da Silva, que, segundo Bernardo Joaquim de Oliveira, participou da diretoria nos três primeiros anos de funcionamento do gabinete de leituras. O *Jornal do Commercio* publicou uma carta do Sr. Euzébio que supostamente teria sido ofensiva à Theophilo Ottoni, o qual imediatamente publicou uma resposta no *Correio Mercantil*, acusando o Sr. Pereira da Silva de ter transferido uma livraria "velha e rançosa" para a Biblioteca Fluminense, sob a suspeita de crime de "colarinho branco"⁹⁴, diz o texto:

S. Ex. já foi empresario organizador de uma companhia, fallo da Bibliotheca Fluminense, e para a qual se disse na ocasião que S. Ex. havia transferido por altos preços uma velha e rançosa livraria. / S. Ex. não ignora que esse boato, provavelmente calumnioso, ganhou corpo, porque, logo depois, tendo S. Ex. feito uma viagem a Europa, trouxe uma rica livraria e pretendeu faze-la despachar na alfandega como porcellana, não, sem dúvida, para defraudar os direitos de importação, como no seu zelo fiscal equivocadamente suppoz o actual sr. ministro da fazenda, então inspector da alfandega, mas para evitar que os zoilos pudessem querer comparar a livraria nova com a outra cedida á Bibliotheca Fluminense"⁹⁵

Bernardo Joaquim de Oliveira, que nessa época ainda era membro da diretoria da Biblioteca Fluminense, publicou resposta ao Sr. Theophillo Ottoni, no *Correio Mercantil*, mencionando existir "evidente alteração dos factos", e explica que o Sr. Pereira da Silva fez parte das primeiras diretorias, entretanto, as contas do gabinete de leituras, que estavam disponíveis para verificação, não acusavam o recebimento de uma livraria transferida a altos preços:

Em 1849, havendo a casa dos Srs. Faria & Irmão recebido à consignação da provincia do Rio Grande do Sul uma bella livraria de 2.768 volumes, composta em sua totalidade de obras de grande valor compradas na Europa pelo finado Dr. Castro, a cujo espolio pertencia, foi por aquelles senhores offerecida ao sr. dr. Pereira da Silva, para que a comprasse para a bibliotheca; não havendo, porém, em caixa quantia sufficiente para tal compra, promoveu elle entre os seus amigos uma subscrição gratuita, e com seu producto

⁹² idem, ed.346, 31/12/1861, p.1; idem, ed.1, 01/01/1862, p.3

⁹³ *Diario do Rio de Janeiro (RJ)*, ed.271 (1), 1871

⁹⁴ *Correio Mercantil*, ano 17, ed. 335, 03/12/1860, p.1

⁹⁵ *Correio Mercantil*, ano 17 ed. 335, 03/12/1860, p.1

realizou-a. / Em 1850, como deputado, promoveu na respectiva camara a passagem em primeira discussão de uma resolução, concedendo á bibliotheca duas loterias, concessão que mais tarde se realizou.

E termina dizendo que o "[...] sr. dr. Pereira da Silva, longe de haver defraudado a bibliotheca, tem-lhe pelo contrário prestado mui bons serviços", — inclusive os políticos. Uma questão que precisa ser esclarecida é que Theophilo Ottoni, nesse período — segundo o sistema político vigente à época — tinha sido indicado como senador por Minas Gerais, escolhido pelos cidadãos mineiros por três vezes consecutivas, e em todas elas o governo imperial selecionou outras pessoas⁹⁶, possivelmente ligadas ao partido conservador. Esse fato pode explicar essa "rusga" entre os políticos. Outra questão que merece destaque é que a carta resposta de Bernardo Joaquim de Oliveira revela uma aquisição feita pelo gabinete de leituras logo no início de suas atividades, em 1849. Pode-se considerá-la certamente uma das primeiras, — senão a primeira — aquisição de vulto do gabinete. No entanto, ao que parece, o estabelecimento possuía um acervo inicial, pois no anúncio publicado no *Almanak Laemmert* de 1849, como mencionado, constava que a biblioteca possuía cerca de 5 mil volumes em seu acervo, não se sabe se acrescido por esse. Em 1850 já contava 10 mil volumes, segundo o almanaque.

Por fim observa-se que os "ilustrados" da capital do império tinham de fato seu posicionamento político bem definido, como tantos outros intelectuais — como Rui Barbosa, Machado de Assis, entre tantos outros. Entretanto, a Biblioteca Fluminense iniciou seus trabalhos sob um aparente projeto de filantropia e rapidamente se tornou uma referência do partido conservador, inclusive obtendo benesses de seus sócios políticos, e cedendo seu espaço para reuniões do partido, incluindo aquelas dedicadas a escolha de pretensos candidatos, como visto nas notícias dos jornais (ver **ANEXO B**).

Obviamente que a obtenção de loterias na década de 1850 — cuja concessão foi autorizada em 1858 — motivou outras solicitações, já no início da década de 1860, que pode ter ocorrido devido a mudança na legislação das loterias, com a publicação do decreto nº 2.874, de dezembro de 1861, que proibia rifas e loterias não autorizadas e controladas pelo governo imperial. O decreto estabeleceu alguns procedimentos para obtenção e uso dos recursos, que resumidamente, tratava-se de apresentar um projeto e comprovar que aquele recurso financeiro seria suficiente para a execução do mesmo. Caso não ficasse comprovado, o recurso não seria liberado e permaneceria sob a guarda da fazenda pública, e foi o que ocorreu com as quatro loterias concedidas em 1858, de modo que a Associação Biblioteca Fluminense acabou não

⁹⁶ *Jornal do Commercio*, ano 35, ed. 121, 01/01/1860, p.1

tendo acesso aos recursos. Durante as discussões no congresso imperial para a concessão de novas loterias, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, foi informado que:

O decreto n. 988, de 22 de setembro de 1858, que concedeu 4 loterias, foi revogado pela comissão, pois o valor obtido com as mesmas não era suficiente para a concretização dos objetivos da Biblioteca Fluminense: "[...] reconheceu-se a impossibilidade de comprar ou construir com tão diminuta somma, uma casa sufficiente para accomodar mais de 40,000 volumes, que possui a bibliotheca, e ter às precisas salas"⁹⁷.

A década de 70 foi marcada também pela visita de Bartolomeu Mitre⁹⁸ à Biblioteca Fluminense, que escreveu em seu livro de visitantes suas impressões sobre o gabinete de leituras. Diz ele: "[...] *La Bibliotheca Fluminense es una bella y rica piedra de ese monumento, en que la inteligencia brasileira está dignamente representada*"⁹⁹.

Notícias sobre o acervo e suas preciosidades também eram publicadas nos jornais ao longo dessa década. Entretanto, o que ocupou as atenções foram as discussões ocorridas no congresso imperial quanto à concessão de novas loterias à Biblioteca Fluminense. O *Diário do Rio de Janeiro* possuía uma seção dedicada a esses debates, com a transcrição completa do que ocorria nas seções, de forma que informações relevantes para entender a situação da Biblioteca Fluminense, além de como era esse espaço percebido pela sociedade, na fala dos próprios políticos, foram obtidas através de sua leitura.

3.3.7 O segundo apelo às loterias, e as discussões no congresso imperial

As discussões no congresso imperial sobre uma nova concessão de loterias à Biblioteca Fluminense ocorreram durante o segundo semestre de 1873, e não obtive informações quanto a data dessa nova solicitação, embora as informações indiquem terem sido realizadas ainda no início da década de 1860, na qual, não por acaso, o visconde do Uruguai retornou ao cargo de presidente da Biblioteca Fluminense, a partir de 1864 permanecendo no mesmo até 1866; e seu filho, Paulino José Soares de Souza, ocupou o cargo de 1869 até a liquidação do estabelecimento em 1916.

⁹⁷ Diário do Rio de Janeiro, ano 56, ed.214, 05/08/1873

⁹⁸ Político, escritor, militar e presidente da Argentina durante o período de 1862 a 1868. Sua visita à Biblioteca Fluminense ocorreu no ano de 1871, de forma que ele não era mais presidente da Argentina. fonte: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/os-personagens/bartolomeu-mitre/>

⁹⁹ A reforma: órgão democratico rj ; 29 de novembro de 1871, n.272, p.1; anuncio completo no anexo x

Nas transcrições, feitas pelo jornal, é possível conhecer como a Biblioteca Fluminense era percebida por esses políticos, em termos de serviços e importância social, assim como sua situação financeira à época, além de como chegou aos prédios da rua do Ouvidor, n. 62 e 62A (Figura 19). Tanto os discursos a favor da concessão, quanto aqueles que eram contrários a ela, mencionavam a importância da Biblioteca Fluminense, ao mesmo tempo em que destacavam a imoralidade dos jogos de loterias.

O visconde do Rio Branco, após ser inquirido, apresentou suas impressões quanto a Biblioteca Fluminense. Diz ele: "[...] está prestando bons serviços a todos que podem frequentar-a. Tem um grande número de volumes, colleccções muito escolhidas". O visconde de Souza Franco, por sua vez, menciona ser a biblioteca de grande utilidade, e ainda a chama de biblioteca pública, completando: "[...] Eu receei que a Bibliotheca Fluminense, unica que ha na cidade do Rio de Janeiro, podesse deixar de continuar por falta de meios e de casa, tendo aliás uma grande quantidade de livros muito bons", e menciona os outros gabinetes de leituras que atendem seus compatriotas — como portugueses, ingleses e alemães — e educam seus jovens, enquanto os brasileiros ficariam sem seu espaço de convivência e estudo.

A Biblioteca Fluminense, como já mencionado, fez seu primeiro pedido de concessão de loterias em 1850, e, segundo exposto durante as discussões pelo o Sr. Mendes de Almeida, o estabelecimento "[...] reputou de utilidade publica para obter esse primeiro favor". O valor obtido foi de 44:000\$réis, entretanto, ele fora insuficiente para aquisição de um prédio na região central da cidade, de forma que o recurso acabou retido nos cofres do Tesouro Nacional. Então o Sr. Mendes apresenta uma informação nova: em 1871, a Biblioteca Fluminense conseguiu do governo imperial, o arrendamento, por nove anos, de dois prédios pertencentes ao Império, localizados à rua do ouvidor n. 62 e 62A, utilizando como garantia os recursos da loteria concedida em 1858. E acrescenta: "[...] como era seu desejo [da associação] estabelecer a sua bibliotheca em um ponto central concorrido, como é sem dúvidas a rua do Ouvidor, solicitou do corpo legislativo a concessão do produto de 10 loterias"¹⁰⁰, que era o motivo dessa discussão iniciada no Congresso Imperial. Ele explica ainda que os prédios estavam em mal estado de conservação, o que impediu a biblioteca de se transferir para a rua do Ouvidor de imediato, de forma que ela sublocou suas salas até que pudesse ter o recurso necessário para obras de reforma ou a edificação de um novo prédio, com sua compra definitiva.

¹⁰⁰ *Diario do Rio de Janeiro (RJ)*, ano 67, ed.225, 21/08/1877, p.2

Figura 19 - Provável fachada da Biblioteca Fluminense, na rua do Ouvidor, n. 62 e 62A



Fonte: Mappa Architectural do Rio de Janeiro, BN Digital

De todos os discursos feitos ao longo de 1873, dedicados a esse tema, o do Sr. Mendes de Almeida foi o único a alertar o perigoso caminho que tomava a Biblioteca Fluminense ao solicitar esse arrendamento e essa nova concessão de loterias. Diz ele:

Ora, sr. presidente, se já é um proprio nacional o edificio que deve ser emprestado a essa associação, e por isso indemnizado o thesouro pelas loterias, e querer assim fazer-se um favor a um estabelecimento particular, digno de protecção publica, convem muito não sobrecarregal-o de tropeços, para se não tornar illusorio tal favor.

E alerta: "[...] o favor que a illustre commissão quer fazer à Bibliotheca Fluminense é um favor, ainda muito espremido, concedido com muito pouca generosidade [...]". O senador também fala da situação em que a Biblioteca Fluminense se encontrava naquele momento:

Estou persuadido de que se a illustre commissão tivesse informação do deploravel estado em que se acha o predio onde ora esta estabelecida essa bibliotheca, da necessidade de se edificar outro com proporções que demandam as riquezas bibliographicas de que está ella de posse, não se limitaria a lhe deixar esses tão deficientes 44:000\$, porquanto com esta quantia o edificio não se faz: o favor pode-se tornar illusorio.

Quem entra no predio onde está hoje a bibliotheca fluminense [na rua do Sabão], e observa o acanhado espaço de que ali ella dispõe, quando lhe é necessario maior para guardar os livros, e os vê em grande parte encaixotados,

enchendo-se o corredor do actual edificio de caixões e mais caixões, por não haver onde accomoda-los; e conhece que ali estão expostos á grande destroço obras de summa importancia, lastima muito e muito uma tal situação [...].

E finaliza seu discurso dizendo que "[...] as dificuldades financeiras, alli, são grandes". Apesar dos avisos do senador Mendes de Almeida, ainda assim foram concedidas um total de dez loterias, sendo acrescentadas a essas o valor que estava no tesouro nacional referente às quatro loterias de 1858.

3.3.8 Declínio das atividades e notícias intrigantes nos jornais na década de 80

A partir da década de 1880, nota-se que ocorreu um declínio das atividades da Biblioteca Fluminense, em parte pelo início das obras de construção do novo prédio, que iria abrigar o estabelecimento na rua do Ouvidor, pois as dez loterias haviam sido concedidas, e o contrato de arrendamento do prédio e terreno da antiga rua do Sabão havia findado, de forma que era primordial a mudança da biblioteca.

Em consulta aos anúncios do gabinete de leituras no *Almanak Laemmert*, nesse período, nota-se que até 1880 constava ainda como endereço da Biblioteca Fluminense o da rua General Câmara, antiga rua do Sabão. Em 1881 aparece um comunicado: "Acham-se em construção, na rua do Ouvidor n. 62, um novo edificio para a Bibliotheca"; e este novo endereço apareceu nos anúncios a partir da edição de 1883. O edificio da rua do Ouvidor foi planejado pelo arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva¹⁰¹ — fundador do Liceu de Artes e Ofícios — conforme mencionado por Felix Ferreira (1885, p.14).

As notícias sobre a Biblioteca Fluminense, publicadas nos jornais, variavam nesse período. O jornal *Diário de Notícias* apresentou alguns anúncios convocatórios para as assembleias dos acionistas do gabinete de leituras, tal como a que Paulino José Soares de Souza, então presidente dessa associação, realizou para tratar do estado em que se encontrava a biblioteca, solicitando nessa reunião recursos financeiros para sua reabertura¹⁰².

Outras matérias tratavam das riquezas do acervo, além de mencionarem os esforços de Francisco Antônio Martins e Felix Ferreira para o reerguimento desse gabinete de leituras. O jornal *O Paiz*, por exemplo, apresentou um pequeno histórico da Biblioteca Fluminense,

¹⁰¹ Segundo pesquisa de Celina Midori Murasse, Francisco Bethencourt era educador e arquiteto, fundador da Sociedade Propagadora das belas-Artes do Rio de Janeiro e do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Viveu entre 1831 a 1911 na cidade do Rio de Janeiro. <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0418.pdf>

¹⁰² *Diario de Noticias (RJ)*, ano 2, ed. 545, 05/12/1886, p.1.

reconhecendo como seu período de "prosperidade" aquele no qual o visconde do Uruguai e o conselheiro Bivar foram seus presidentes. Também falam da formação do acervo por Francisco Antonio Martins, que o especializou na bibliografia e documentação brasileira:

[...] vinculando-se á existencia da instituição, elevou-a com o seu trabalho e laboriosa e sábia collecta de livros, cartas e documentos sobre a America e o Brazil a competir com a Bibliotheca Nacional, senão a excede-la na especialidade de algumas secções que mais interessam aos brasileiros e aos americanos.

Entretanto, embora o jornal tenha elogiado o colecionismo de Francisco Antonio Martins, ele atribuiu a queda nas assinaturas do gabinete ao acervo que estava organizado "[...] mais scientificamente do que se costuma organizar bibliothecas mantidas por subscriptores". E termina mencionando o empenho de Felix Ferreira em reerguer esse estabelecimento com seu projeto de transformá-lo em uma "Sociedade Bibliographica Brasileira", detalhado no próximo tópico.

A *Gazeta de Notícias* publicou uma nota que demonstra o interesse da Biblioteca Nacional do Brasil no acervo do gabinete de leituras: "Entretanto, no dia em que elle [Francisco Antonio Martins] quizer, posso lhe assegurar, eu, que conheço as vistas largas do dr. Saldanha da Gama¹⁰³: no dia que o Sr. Martins quizer, a Biblioteca Nacional dar-lhe-ha o duplo pela collecção".

Outras notícias se destacaram, ao longo da década de 1880, por conterem insinuações direcionadas principalmente a Paulino José Soares de Souza, então presidente da Biblioteca Fluminense. Em 1882, por exemplo, o jornal *Gazeta de Notícias* dedicou uma seção à banda do "Zé Pereira"¹⁰⁴, que saía a partir das 10 horas da noite durante o carnaval, cruzando toda a rua do Ouvidor com sua música e carros alegóricos, acompanhados por cavalos e pôneis. O "desfile" era dividido em blocos, e o último deles, chamado "Grupo das Boas Crias", chama atenção pelo teor crítico, inclusive à Biblioteca Fluminense:

[...] O Grupo das Boas Crias também se fez representar no Zé Pereira, com o seu estandarte, em um carro, e seguido por um crescido numero de outros carros, onde se achavam muitos socios, que **traziam pequenas bandeiras**, com inscripções, significando a allegoria que representavam, como a Escrava Monica, A Nova legião, Nova remessa de leques punhaes, **Bibliotheca Fluminense**, Exposição de Café, Formicida e outras... / De um destes carros pendia uma bandeira com a seguinte inscipção: - **Industria nacional**

¹⁰³ Bibliotecário e autoridade maior da biblioteca nacional à época

¹⁰⁴ *Gazeta de Notícias (RJ)*, ano 8, ed.50, 19/02/1882, p.1

(**ratoeira**). Fechava o prestito um outro carro de Zé Pereira trazendo socios phantasiados. (grifo nosso)

A *Gazeta de Notícias* publica um anuncio a pedido, assinado pelo pseudônimo "Le Cynisme", em 1883, com o seguinte texto: "Pergunta-se ao Exm. Sr. conselheiro, presidente da bibliotheca fluminense se n'este estabelecimento, á rua do ouvidor, póde guardar e numerar as loterias da provincia do Rio de Janeiro, sujeitas ao decreto n.8.788".¹⁰⁵

O jornal *Diário de Notícias* publicou em sua coluna "Folhetim" a ocorrência de reuniões do partido conservador nos salões da Biblioteca Fluminense, sendo que uma delas resultou em uma publicação anônima como resposta. A referida reunião teve como participantes "[...] deputados provinciais e notáveis fazendeiros" para tratar "[...] sobre a attitude que a lavoura deve tomar em relação aos ultimos acontecimentos"¹⁰⁶. A resposta dizia o seguinte:

Salve, irmã!... Afinal de contas eu / também desejo chegar a um acordo / com meus queridos fazendeiros... / Acabo de convoca-los para uma reunião / na Bibliotheca Fluminense... / As barbas do visinho ardendo / eu vi, as minhas puz de mólho; o movimento vae crescendo... Pae Paulino tem olho!¹⁰⁷

Também no *Diário de Notícias* um recado do "Eleitorado do Engenho Velho" foi publicado, a pedido, no jornal, com o seguinte texto:

Os tempos hoje são outros, Sr. conselheiro [se referindo a Paulino]. S. Ex. na ultima eleição para deputados descontentou profundamente ao eleitorado com a ridícula farça da bibliotheca fluminense, e os candidatos naturaes do districto que não vivem, como S. Ex. suppõe, abandonados, não estão dispostos a acompanha-lo em seus despropositos, sustentando uma candidatura que além de ser um escandalo, é uma ridicula affronta aos seus brios e dignidade¹⁰⁸.

Por fim, a coluna "Corre como certo...:" do mesmo jornal publicou duas insinuações: a primeira diz que: "[...] o encontro do Imperador com o sr. Paulino de Souza na Bibliotheca Fluminense, não foi tão casual como parece á primeira vista."¹⁰⁹; e a segunda afirma que: "[...] Sua Magestade examinou os livros da Bibiotheca Fluminense com muito desembaraço,

¹⁰⁵ *Gazeta de Notícias (RJ)*, ano 9, ed. 165, 14/07/1883, p.2. Pelo que se pode apurar em outras notas e noticias relacionadas a esse decreto, publicado em 6 de dezembro de 1882, passou a considerar-se contrabando bilhetes de loteria estrangeiras e provinciais.

¹⁰⁶ *Diario de Noticias (RJ)*, ano 3, ed. 892, 8/11/1887

¹⁰⁷ *Diario de Noticias (RJ)*, ed. 940, 06/01/1888, p.1

¹⁰⁸ Aqui eles referem-se a indicação que Paulino fez para a candidatura de Bulhões de Carvalho pelo partido conservador; *Diario de Noticias (RJ)*, ed. 204, 27/12/1885, p.2

¹⁰⁹ *Diario de noticias (RJ)*, ano 6, ed. 1571, 03/10/1889 [editor chefe era Ruy Barbosa]

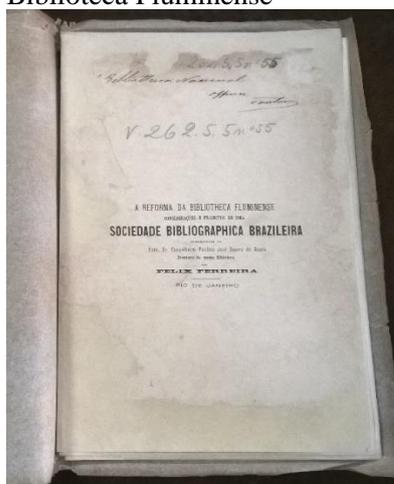
folheando-os com grande correcção"¹¹⁰, como se o lugar lhe fosse familiar. Enquanto ocorriam essas discussões, a Biblioteca Fluminense continuava fechada.

3.3.9 "A reforma da Bibliotheca Fluminense": o projeto da criação de uma Sociedade Bibliográfica Brasileira

Felix Ferreira, jornalista e escritor, surge na história da Biblioteca Fluminense como secretário interino, contratado por Paulino José Soares de Souza para completar a diretoria da associação, além de organizar as contas do período em que este último foi presidente do estabelecimento, com vistas a convocar nova assembleia "[...] que as julgue e eleja uma nova diretoria"¹¹¹. Diz Felix Ferreira: "[...] Assumindo essa interinidade, encontrei tão util estabelecimento litterario, que conta perto de meio seculo de existencia e possui numerosas preciosidades bibliographicas [...]"¹¹².

Sua intenção era utilizar a Biblioteca Fluminense como espaço para o estabelecimento de seu projeto pessoal, a fundação de uma "Sociedade Bibliographica Brasileira", apresentado em um livreto de sua autoria, cujo título é *A reforma da Bibliotheca Fluminense: considerações e projectos de uma sociedade bibliographica brasileira* (Figura 20), enviado a políticos, como o próprio Paulino José Soares de Souza — a quem é oferecida a publicação —, e o senador Lopes Trovão, cuja carta está na Divisão de manuscritos da FBN.

Figura 20 - Folha de rosto do livreto produzido por Felix Ferreira com projeto de reforma da Biblioteca Fluminense



Fonte: Divisão de Obras Gerais, Biblioteca Nacional do Brasil

¹¹⁰ *Diario de Noticias (RJ)* ano 6, ed. 1572, 4/10/1889, p.1

¹¹¹ *Diario de Noticias (RJ)*, ed. 3455, 14/01/1895, p.2

¹¹² *Diario de Noticias (RJ)*, ed. 3455, 14/01/1895, p.2

Felix Ferreira escreve esse projeto em 1885, época na qual ainda não haviam fundado a Academia Brasileira de Letras, a qual iniciou suas primeiras reuniões em 1890. Ele começa o texto de seu projeto citando algumas associações e sociedades existentes à época e que prosperaram; no entanto, nenhuma delas era dedicada à literatura brasileira (FERREIRA, 1885, p. 1-4). Diz ele, que ainda na década de 1880, tentaram fundar uma sociedade desse tipo, chamada "Homens de Letras", mas por uma série de motivos — dentre eles o próprio desinteresse de seus fundadores —, ela não foi levada adiante (FERREIRA, 1885, p. 3). Ele destaca que "[...] não é tanto de uma associação litteraria que carecemos", mas sim de uma "[...] instituição que vulgarise as obras e auxilie os autores do Brazil, quer nacionaes quer estrangeiros [...]" (FERREIRA, 1885, p. 3), e menciona as dificuldades desses autores em publicar suas obras literárias em território brasileiro, com "[...] excepção feita das obras didacticas, e essas mesmas de minguadas proporções", de forma que o que os autores nacionais precisavam era de um "auxílio" (FERREIRA, 1885, p. 4).

O texto não apresentou apenas críticas às associações literárias existentes à época, mas também aos locais responsáveis pela guarda e colecionismo dessas publicações — como as bibliotecas e os arquivos — que para Felix Ferreira, "[...] junta-se a indiferença com que são acolhidas as producções nacionaes" (FERREIRA, 1885, p. 5).

Ele também escreve sobre a abertura do mercado brasileiro à literatura portuguesa e francesa, que eram amplamente consumidas e difundidas entre os leitores nacionais naquela época, e menciona o pedido de um autor português, de nome Pinheiro Chagas, ao Imperador "[...] para que fizesse um tratado litterario entre o Brazil e Portugal" sobre os direitos do autor, de forma a garantir alguma proteção as suas obras comercializadas no Brasil para evitar "contrafacções". Ao que parece, as ideias sobre propriedade literária eram originárias de Alexandre Herculano, outro escritor português desse período, as quais Felix Ferreira parecia ser contrário (FERREIRA, 1885, p. 7-9).

O projeto de fundar uma sociedade bibliográfica era compartilhado por Felix Ferreira e Francisco Alves, e dizia o secretário ter o apoio de alguns acionistas da Biblioteca Fluminense para levá-lo adiante, de modo que o gabinete de leituras e suas riquezas bibliográficas seriam aproveitados por essa sociedade (FERREIRA, 1885, p. 12), e apresenta seu acervo, segundo um discurso próprio, que favorecesse sua argumentação, pois como visto anteriormente, o colecionismo era voltado primordialmente para instrução e leitura:

A Bibliotheca Fluminense nunca teve outro fim senão colleccionar obras indistinctamente, para fornecer leitura em geral amena aos seus accionistas e

assignantes; jamais pensaram os seus directores em obter livros preciosos, quer no ponto de vista bibliographico, quer litterario; ter principalmente muitos romances foi sempre o seu maior empenho, e não passaria hoje esse estabelecimento de uma livraria de pouco valor, [...] se por felicidade não tivesse, quasi desde sua fundação, como bibliothecario ou conservador, o sr. Francisco Antonio Martins, modesto e incansável bibliographo [...] (FERREIRA, 1885, p. 13)

Ele também fez elogios à gestão do visconde do Uruguai, e diz que o conselheiro Paulino (presidente) e o sr. Joaquim do Rozário (tesoureiro) estavam fazendo "sacrifícios" para manter a biblioteca, que "[...] no estado em que se acha não póde abrir-se" (FERREIRA, 1885, p. 15), e critica o estatuto da associação Biblioteca Fluminense, que não fora modernizado desde 1864, de modo que Felix Ferreira sugere sua reforma, além de algumas ações para que a biblioteca retomasse suas atividades, como: a exposição das obras raras, como meio de atrair as pessoas ao estabelecimento; assinatura de coleções de jornais e revistas atualizadas; e a publicação de uma revista bibliográfica, com pagamento de assinaturas anuais (FERREIRA, 1885, p. 16).

Ao final do livreto, Felix Ferreira apresenta um projeto de estatuto para a "Sociedade Bibliographica Brasileira", com os artigos que definem as modificações para a Biblioteca Fluminense, que mudaria seu nome. Os primeiros artigos revelam os propósitos dessa sociedade, a saber:

CAPITULO I DA ORGANIZAÇÃO E FINS SOCIAES

Art. 1º A antiga associação da *Bibliotheca Fluminense* passa a denominar-se *Sociedade Bibliographica Brasileira*, conservando porem a livraria o titulo primitivo e tem por fim:

§1º Reunir elementos para o estudo da história do Brazil em geral, particularmente da literatura e da imprensa, e para organização, emfim, da bibliographia brasileira.

§2º Vulgarisar por todo o paiz e no estrangeiro as producções litterarias de autores nacionaes.

§3º Auxiliar publicações de utilidade e interesse geral, edital-as ou eimprimil-as por conta propria.

§4º Auxiliar o aperfeiçoamento das artes graphicas e insdustriais co-relatas, por meio de exposições, concursos e premios.

Art. 2º Para conseguir os seus fins a sociedade empregará os seguintes meios:

§1º Manterá e aperfeiçoará a *Bibliotheca Fluminense*, creando secções especiaes de bibliographia nacional e addicionando lhe um gabinete de numismatica, outro de mineralogia e um pequeno museo anthropologico.

§2º Publicará uma *Revista bibliographica*, mensal, e mais tarde, um jornal de conhecimentos uteis, illustrado por gravuras.

§3º Editará obras de seus consocios e reimprimirá as de propriedade publica, de merecimento e valia.

§4º Fará exposições geraes e parciaes; abrindo concursos litterarios e artisticos; distribuindo premios honorificos e pecuniarios.

§5º Estabelecerá correspondencias com todos os centros populosos do paiz e nas principaes cidades estrangeiras, para a venda e permuta de livros, mappas e gravuras.

Art. 3º A sociedade se comporá dos socios: 1) *Effectivos*, 2) *Correspondentes*, 3) *Honorarios*, 4) *Benemeritos*.

§ Un.: Podem ser socios quer nacionaes, quer estrangeiros, de conformidade com o estabelecido nos capitulos II e III, de ambos os sexos e qualquer idade; somente os menores não votam nem são votados. (FERREIRA, 1885, p. 21-22)

A *Gazeta de Notícias*, em 1886, publicou que Felix Ferreira estava prosperando em sua iniciativa de fundar uma Sociedade Bibliográfica Brasileira, pois a ideia teve acolhimento entre os "ilustrados" da época, como diz o jornal: "[...] vemos illustres escriptores, profissionaes distinctos, capitalistas respeitaveis, abastados negociantes e laureados artistas" se inscreverem para compor o corpo de acionistas dessa sociedade. O jornal apresenta o número de sócios inscritos, que contava com cerca de 200 pessoas, publicando inclusive seus nomes¹¹³.

O *Diário de Notícias* também publicou uma nota sobre a sociedade bibliográfica de Felix Ferreira, dizendo ter sido a ideia aceita por uma parte dos acionistas, que estariam entusiasmados com esse projeto¹¹⁴.

Porém, logo após essas publicações, foi convocada uma assembleia dos acionistas da Biblioteca Fluminense, e as notícias posteriores a ela, se voltaram para a reabertura do gabinete de leituras, de modo que deduz-se que o interesse político prevaleceu e Felix Ferreira não pode levar adiante seu projeto de transformar a Biblioteca Fluminense em uma Sociedade Bibliográfica Brasileira, pois ao receber a concessão das dez loterias, a associação assinou um contrato com o governo imperial, no qual sua razão social era parte nele, de forma que uma das cláusulas dizia que se a biblioteca fosse liquidada, os prédios da rua do Ouvidor retornariam a ser propriedade do Tesouro Nacional. Logo, seu nome e sua estrutura não poderiam ser modificados, de forma que os acionistas perderiam os prédios da rua do Ouvidor e o valor obtido com as loterias.

Felix Ferreira enviou cartas para o *Diário de Notícias* nos anos de 1887 e 1895 solicitando a publicação do anuncio de reabertura da Biblioteca Fluminense, além da divulgação do mesmo. No texto de 1887, o secretário fala das riquezas do acervo do gabinete de leituras, e quão variados eram os tipos materiais colecionados por ele. Além dos periódicos,

¹¹³ *Gazeta de Noticias (RJ)*, ano 12, ed.86, 27/03/1886, p.1

¹¹⁴ *Diário de Notícias (RJ)*, ano 2, ed. 257, 18/02/1886, p.1

jornais, livros, mapas e manuscritos, ainda possuía: "[...] autographos ineditos, retratos, paysagens, specimens mineralogicos, moedas, medalhas e artefactos indigenas"¹¹⁵.

Ele também publicou anúncio no jornal *Correio da Tarde* falando sobre a reabertura da biblioteca, e solicitando a publicação do anuncio.

3.3.10 Liquidação da Biblioteca Fluminense

Para explicar o estado em que se encontrava a Biblioteca Fluminense no final do século XIX, recorro as matérias publicadas pelo jornal *A Noite* (1916) e *Jornal do Commercio* (1914; 1959), sem seguir uma ordem cronológica para sua apresentação, pois todas elas se referem a essa etapa final da trajetória desse gabinete de leituras, importando, de fato, as informações que apresentam.

Em 1959, o *Jornal do Commercio* publicou uma matéria sobre a história da Academia Brasileira de Letras¹¹⁶, apresentando as dificuldades iniciais de Machado de Assis e seus companheiros para encontrar um local adequado às suas reuniões, pois a Academia surgiu como todas as demais associações da época, por meio da reunião de interessados em compor um grupo de acionistas, que manteriam uma causa filantrópica de interesse do grupo, nesse caso, a promoção da literatura brasileira, bem aos moldes do que pensava Felix Ferreira.

A Biblioteca Fluminense foi um dos locais que acolheram as primeiras reuniões da Academia, e a descrição de como se achava o estabelecimento, revela sua real situação à época:

A Biblioteca Fluminense tinha a vantagem de ficar em lugar central, na Rua do Ouvidor, a dois passos da Livraria Garnier: dêsse modo, os acadêmicos saíam da livraria, entravam na Biblioteca -- e aí realizavam a reunião da Academia. Tudo levava a crer que demorariam pelo menos algum tempo nesse novo agasalho. Mas a Biblioteca, que tivera os seus dias de esplendor ao tempo do bibliófilo Francisco Antonio Martins, resumia-se agora em uma casa fechada, onde dormiam os livros nas estantes cobertas de poeira. De modo que, não obstante ser o local à mão e bem no centro da cidade, logo concluíram os acadêmicos não ser êle dos mais convidativos...

É o que nos conta Rodrigo Otávio: "o local era por demais lúgubre e tumular: num tácito entendimento, cedo generalizado, os Acadêmicos, já de si, em número reduzido, que frequentavam as sessões, foram desertando aquela casa de silêncio..."

Na verdade, o casarão, com seu triste ar de abandono, estêve a ponto de infundir maior desalento à meia dúzia de espíritos teimosos que acompanhavam Machado de Assis. Por um nada a Academia se dissolve. Mais uma sessão bastou para afugentar daquela solidão empoeirada os acadêmicos.

¹¹⁵ *Diario de Noticias (RJ)*, ano 3, ed.928, 24/12/1887, p.1

¹¹⁶ *Jornal do Commercio*, ed.330, 28/11/1914, p.8.

A matéria do *Jornal do Commercio*, publicada em 1914, explica como se deu a reversão da cláusula do contrato que a Associação Biblioteca Fluminense havia assinado com o governo imperial, por conta da concessão das dez loterias, e que tratava da devolução dos prédios da rua do Ouvidor ao Tesouro Nacional, em caso de liquidação do gabinete de leituras.

A redação do *Jornal do Commercio* permaneceu por algum tempo em um prédio localizado em frente ao da Bibliotheca Fluminense, de modo que os jornalistas estavam atentos a toda movimentação que lá ocorria, pois, como dito anteriormente, a biblioteca acabou se tornando um espaço de referência do partido conservador, devido a boa parte dos seus sócios estarem vinculados a tal partido político, incluindo seu presidente, além das reuniões que lá ocorreram. Estranhamente, desde o início de seu funcionamento, em meados do século XIX, os sócios da associação Biblioteca Fluminense desejavam mudar o estabelecimento para a rua do Ouvidor, que era um "reduto" do pensamento republicano (COHEN, 2002, p.110).

O *Jornal do Commercio* inicia a reportagem classificando a reversão como uma "escandalosa negociata", e menciona que tal fato foi facilitado pelo então Ministro da Fazenda Rivadavia Corrêa, que "[...] desfez-se de bens da União, entregando-os pelos mais ínfimos preços".

O jornal soube da "negociata" em 31 de maio de 1914, e diz que embora protestasse contra esse fato, nada pode fazer para impedi-lo, afirmando ainda que "[...] bem poucos sabiam que o grande predio da rua do Ouvidor 90 e 92 [...] era de propriedade da União". Para explicar como a biblioteca, pertencente a uma associação particular, ocupava um prédio público, o jornal relembra como ocorreu essa cessão, e apresenta uma informação nova: os prédios da Rua do Ouvidor foram arrendados à Biblioteca Fluminense desde 1858, de modo que a Associação sublocava suas salas obtendo a renda de seus aluguéis, e que a concessão das quatro primeiras loterias, somadas as outras dez da década de 1870 foram "[...] o mais invejável resultado á sociedade que geria os negocios da Bibliotheca".

Em 1878, diz a reportagem que a Associação propôs ao governo a aquisição do imóvel da rua do Ouvidor, e descreve as cláusulas do contrato, inclusive aquela na qual o imóvel seria devolvido ao governo em caso de liquidação da Biblioteca Fluminense. E conclui que, sem pagar o aluguel, e sublocando os espaços, a biblioteca tivera um lucro de 240:000\$réis, de forma que "[...] a idéia, [...] foi se deturpando pouco a pouco. Tornou-se mais um negocio".

Várias foram as tentativas, segundo o jornal, de reverter essa clausula do contrato de cessão, o que só foi conseguido com a chegada do ministro Rivadalvia Corrêa, que teria autorizado essa transação. A Associação conseguiu concretizar seu intento pagando

240.000\$réis aos cofres públicos pelos dois prédios, no entanto, só com a concessão das loterias esta Associação teria conseguido o mesmo valor, logo não houve custo para a Associação pela aquisição definitiva do prédio. O jornal destaca que o edifício valeria muito mais do que o valor acordado, cerca de 900.000\$réis. Dessa forma, diz a reportagem, "[...] A directoria assediou o Dr. Rivadavia Corrêa e esse, por despacho de 3 de agosto deste anno, em virtude do artigo 72 da lei 2.841, de 13 de dezembro de 1913, atendeu ao pedido da directoria"¹¹⁷. E o jornal finaliza a reportagem lamentando o ocorrido.

Pouco tempo depois de conseguir a escritura do prédio, foi convocada uma nova assembleia, na qual os associados decidiram pela liquidação da Biblioteca Fluminense, com a doação de seu acervo para a Biblioteca Nacional do Brasil. O jornal que dedicou uma matéria a esse fato foi o *A Noite*¹¹⁸, que publica a fotografia abaixo logo na primeira página, mostrando o estado dos livros no estabelecimento.

A matéria inicia com o primeiro discurso de Bernardo Joaquim de Oliveira, no qual menciona a motivação para a fundação desse estabelecimento: "Srs. o objecto da presente reunião é o de estabelecermos um gabinete nacional de leitura, de que tanto carece esta populosa capital"¹¹⁹. E agora o jornal noticia o término desse projeto, com a determinação da diretoria da Biblioteca Fluminense, que seu acervo fosse doado, assim como o mobiliário, para a Biblioteca Nacional do Brasil, que destacou alguns funcionários, coordenados por Cícero Galvão, para organizar todo o material, como mostrado na fotografia (Figura 21).

As riquezas do acervo, assim como sua degradação, foram mencionadas ao longo dessa matéria, que revela ainda que alguns sócios estariam retirando documentos e livros mesmo após a doação à Biblioteca Nacional ter sido efetivada, o que foi prontamente respondido por Cícero Galvão, em carta direcionada à redação do jornal *A Noite*¹²⁰. Cícero informa que em nenhum momento as chaves do prédio ficaram em posse dos funcionários da Biblioteca Nacional, de forma que ele não tinha o controle do que ocorria na Biblioteca Fluminense fora do momento em que estavam trabalhando com o acervo do prédio, e que essa afirmação do jornal não tinha como ser verificada, pois o catalogo estava defasado.

¹¹⁷ Consta no Art. 72. "A autorização ao Governo, contida no art. 3º, letra a, da lei nº 741, de 26 de dezembro de 1900, compreende tanto a alienação do dominio dos immoveis nella mencionados, como de quaesquer direitos eventuaes sobre immoveis nas mesmas condições, não comprehendidos no paragrapho unico do art. 64 da Constituição." Fonte: <http://www.planalto.gov.br/>

¹¹⁸ *Jornal A Noite*, ed. 1478, 01/02/1916, p.1

¹¹⁹ *Jornal A Noite*, 1 de fev de 1916, n.1478, p.1

¹²⁰ *Jornal A Noite*, ed. 1479, 02/02/1916, p.2

O jornal publica ainda uma terceira matéria sobre o assunto¹²¹, cujo título foi "As preciosidades da Bibliotheca Fluminense", na qual dedica alguns parágrafos para comentar a obra de Nichollo Machiavelli, na edição publicada em 1550. Também trata da quantidade real de volumes no acervo da Biblioteca Fluminense, pois no *Almanak Laemmert* contava que existiam, depois da década de 1890, mais de 90 mil volumes.

O jornal recorreu ao dr. Dias de Barros, frequentador do estabelecimento, para confirmar essa quantidade, e ele assegurava que lá existiam cerca de 40.000 volumes, ao que o jornalista conclui que "[...] a Bibliotheca Fluminense é cheia de surpresas e mysterios, sendo bastante lembrar que o seu actual presidente calcula em 20 a 25.000" volumes no acervo. Quando inquirido pelos jornalistas do *A Noite* sobre a quantidade de itens no acervo da Biblioteca Fluminense, Paulino José Soares de Souza, "[...] afirma que ha cerca de trinta annos não se registra, por assim dizer, entrada de livros na Bibliotheca Fluminense". Isto significa, que desde a década de 1880, as atividades da Biblioteca se encerraram, principalmente com o falecimento de Francisco Antonio Martins, em 1889.

Figura 21 - Livros da Biblioteca Fluminense em fotografia publicada na primeira página do jornal A Noite



Fonte: Jornal *A Noite*, ed. 1478, 01/02/1916, p.1

¹²¹ Jornal *A Noite*, ed. 1480, 03/02/1916, p.1

A Biblioteca Fluminense, fundada em 1847, iniciou suas atividades motivada pela benemerência e pelo nativismo, que foram mantidos apenas na figura de Francisco Antonio Martins, formador desse acervo de valor identitário, pois, a partir da década de 1850, rapidamente, modificou-se seu propósito inicial, tornando-se um negócio político, e posteriormente apenas econômico. Aquelas intenções iniciais em transformá-la em uma biblioteca semelhante à do Museu Britânico se perdeu ao longo do século XIX. Felix Ferreira reconhece que:

Depois do passamento do sr. Visconde de Uruguay, um dos mais prestantes presidentes que tem tido essa instituição, a Bibliotheca começou a decahir até chegar a um estado de verdadeiro marasmo. Foi durante esse período, bastante longo, que o sr. Martins foi um verdadeiro amigo da casa, pois graças a sua tenacidade e instancias é que a associação de todo se não extinguiu. (FERREIRA, 1885, p. 14)

Se Francisco Antonio Martins foi descrito como o formador do acervo da Biblioteca Fluminense — além de ser nomeado como bibliófilo, editor, conservador, bibliotecário, bibliógrafo, pelos jornais da época — é importante, para essa pesquisa, conhecer qual o perfil de colecionismo que ele estabeleceu nesse gabinete de leituras.

Pelas notícias de jornais sabemos que os materiais colecionados eram variados, o tema central era o Brasil e as publicações de autores nacionais, e que seus documentos podem ser considerados possuidores dos valores patrimoniais identitário, científico, de memória e até mesmo de raridade, para alguns itens específicos. Por isso, no próximo tópico apresento algumas informações sobre o colecionismo realizado pelo Francisco Antonio Martins, apresentando um resumo biográfico, com base na "Notícia Biographica" escrita pelo barão Homem de Mello. O catálogo da Bibliotheca Fluminense (1866) também será fonte de informação sobre os tipos de publicações colecionadas.

3.4 Francisco Antonio Martins e o acervo da Biblioteca Fluminense.

Francisco Antônio Martins aparece nos anúncios do *Almanak Laemmert*, a partir da edição de 1853, primeiro como "empregado" da Biblioteca Fluminense; constando a partir de 1875 como "conservador". Em nenhum momento ele foi descrito nos anúncios como bibliotecário ou bibliógrafo, pois tratava-se de um cargo político e não técnico nesse período.

Uma "notícia biográfica" sobre Francisco Antonio Martins, escrita pelo barão Homem de Mello, foi publicada na *Revista do IHGB*, do ano de 1889, pois Francisco também era conservador na biblioteca do IHGB desde 1862. A presença de Francisco nas duas instituições

revela um pouco do colecionismo praticado por ele, que era conhecedor da bibliografia sobre história e geografia brasileira, selecionando mapas para a Biblioteca Fluminense, que eram reconhecidos pelas informações relevantes que continham, como mencionado em notícia publicada pela *Gazeta de Notícias* em 1885:

O Instituto Historico e Geographico acaba de prestar valioso serviço, publicando o catalogo de todos os seus mappas. O trabalho está muito bem feito, segundo todas as exigencias bibliographicas, e adianta consideravelmente o conhecimento de nossa cartographia, muito mais abundante e importante do que geralmente se cuida.

Com essa contribuição, o inventario dos mappas brasileiros está praticamente feito. Iniciou-se Candido Mendes na introdução do seu atlas. Adiantou-o grandemente o Sr. barão da Ponte Ribeiro, com o catalogo de sua collecção e da secretaria dos estrangeiros, riquissima n'esta especie. Seguiu-se-lhe o sr. Valle Cabral, cujo ensaio, extrahido do catalogo da Exposição de História, não conta menos de 2,291 numeros. Agora, o sr. Francisco Antonio Martins deu-lhe novo impulso. Logo que a Bibliotheca Fluminense, de que elle é o zeloso conservador, publicar o seu catalogo, quasi nada mais haverá a fazer.

Os mappas agora catalogados nem todos são igualmente importantes, mas ha muitos que, por um motivo ou outro, devam merecer a atenção, como a célebre carta catalã, a de Fra Mauro, o atlas da Razão do estado do Brazil, que tantos problemas suscita, e o precioso mappa do Brazil de 1797.

Se os que têm estudado a historia do Brazil tivessem estudado os mappas com cuidado, não havia tantas lacunas nos tratados e compendios.¹²²

Francisco Antonio Martins nasceu em um navio, quando imigrava com a família para o Rio de Janeiro em 1814, e veio a falecer em 12 de setembro de 1890 (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 275) nessa mesma cidade. Ao longo de seus quase 80 anos de vida, presenciou eventos políticos, e a própria modificação estrutural da cidade do Rio de Janeiro, que relatou ao barão Homem de Mello (1899, p. 280).

Seus estudos seguiram apenas até as "primeiras letras", pois seus pais eram pobres, e Francisco não tinha condições de seguir até o secundário. Porém, o barão comenta que precocemente ele manifestou "[...] a sua decidida vocação para conhecer de tudo que se referia à História e à Geografia do Brasil. Desde então, começou a colecionar periódicos, folhetos e publicações sobre o Brasil" (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 277), de forma que organizou a "[...] mais completa coleção, que possuímos, de periódicos e gazetas publicadas no Brasil".

Além das publicações editadas e impressas em território nacional, Francisco se correspondia com livreiros da Europa, principalmente de Portugal, Inglaterra e Alemanha, em busca de comprar publicações sobre o Brasil. Quando a Biblioteca Fluminense não tinha

¹²² *Gazeta de Noticias (RJ)*, ano 11, ed.224, 13/08/1885, p.2

recursos para adquirir esses itens, utilizava os seus próprios, como no caso da aquisição de manuscritos da casa dos Condes de Castello Melhor, que foi à leilão em Portugal. Segundo Homem de Mello tratavam-se de "[...] correspondência oficial do Conde de Borbadella e do Marques de Lavradio com as autoridades da Metr pole, muitos documentos originais da maior importância sobre as guerras do Sul, e outros"(HOMEM DE MELLO, 1899, p. 278).

Homem de Mello se refere a Francisco também como um auxiliar primordial e conhecedor da bibliografia brasileira:

Em assumptos de bibliographia brasileira era Francisco Antonio Martins a nossa primeira autoridade. Qualquer consulta que sobre essa matéria lhe era dirigida, recebia immediata soluço, trazendo elle logo o livro ou edi o respectiva, tudo elucidando [...] (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 281).

E continua: "Com suas indica es, sempre apropriadas, auxiliava com máxima eficácia a reda o da *Revista*, ficando a seu cargo tudo quanto era relativo a cópias, impressão e publica o". Também auxiliou na elabora o do *Catálogo de mapas geográficos do instituto*, organizado em 1884, e mencionado na notícia apresentada no início neste t pico (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 278).

Francisco também tinha seus próprios projetos, como a elabora o de um catálogo de obras publicadas no Brasil, um outro sobre documentos oficiais nacionais, e um terceiro, mencionado, era o catálogo dos mapas da Biblioteca Fluminense (HOMEM DE MELLO, 1899, p. 282).

3.5 Especializa o e cientificidade: aspectos do acervo da Biblioteca Fluminense

As fontes de informa o que poderiam oferecer um panorama do acervo e do colecionismo praticado na Biblioteca Fluminense são: o livro de tombo da Biblioteca Nacional do Brasil; os anúncios do *Almanak Laemmert* —, que até a década de 1870 ainda descreviam alguns itens que constavam no acervo —; e o catálogo do acervo do gabinete de leituras publicado em 1866.

Tendo como missão a "instru o e a leitura", esse acervo se caracterizou por ser especializado e com variados documentos científicos, como tratados, compêndios, doutrinas, obras de referência, teorias, além de abranger áreas como as biológicas, naturais, literárias e geográficas. Não era um acervo voltado para uma instru o básica.

O catálogo da Biblioteca Fluminense foi estruturado da seguinte forma

Área

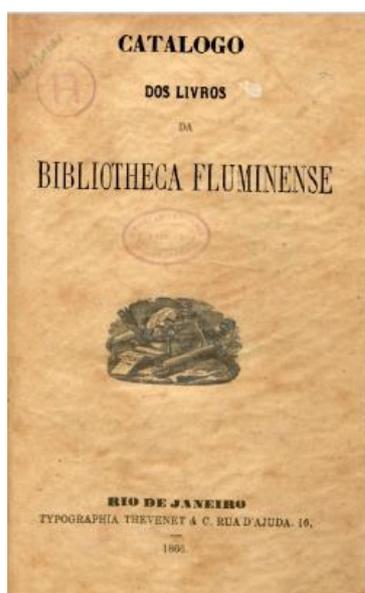
Classe

Subclasse, quando tinha

Idioma em que estava a publicação

No catálogo (Figura 22), os documentos listados tinham sua primeira palavra em negrito, como uma forma de destacar o assunto que o título continha ou até mesmo alguma especificidade quanto ao tipo material.

Figura 22 - Folha de rosto do Catálogo do acervo da Biblioteca Fluminense, publicado em 1866.



Fonte: BN Digital

Observa-se também que as obras de referência não foram separadas em uma seção específica para elas. Os dicionários, memórias, histórias, quadros, tabelas, referentes a algum campo do conhecimento foram reunidos sob sua classe, organizadas no Quadro 10:

Quadro 10 – Assuntos e tipos materiais no catálogo da Biblioteca Fluminense de 1866

<p>1ª Classe: Teologia</p>	<p>1 Escritura sagrada, liturgia, concílios e santos padres [Tipologia material: Aparato, Bíblia, Cerimonial, Concílio Dicinário, Historia, Instrução, Jeremias, Livros, Novo, Proverbio, Testamento, santos, Tesouro, Metodo, Reis, Tratado Vida] 2 Teologia Escolástica, dogmática, moral e catequética 3 Teologia parenetica, asctica e polemica.</p>
--	--

2ª Classe: Jurisprudência	[Existe uma "introdução" como seção, que considero como sendo a literatura básica, de referência] 1 Direito natural, público, das gentes e administrativo (constituição, código, análise, coleção de tratados, declaração, elementos, ensaios, guias, lições, manuais, memória, princípios, roteiros, sinopses, tratados, leis, regimentos, repertórios, livros) 2 Direito civil, criminal e comercial 3 Direito canônico
3ª Classe: Ciências e artes	1 Ciências filosóficas A logica, metafísica, e moral [noções, meditações, filosofia, porque, preleções, questões, máximas, historia, escola, elementos, coleções, cartas filosóficas, cursos de filosofia, reflexões, solidão, teoria, verdade, vantagens]; B Aplicação da Moral: A Pedagogia e instrução pública, B Política, C Economia política e suas aplicações; 2 Ciências físicas e químicas (curso elementos, manual filosofia) 3 Ciências naturais (compendio, elementos, tratados, dicionários, memória, lições, instrução, observações, princípios, resumos, taboas, quadro); Apêndice á história natural; Agricultura e economia rural; 4 Ciências médicas [análise, anais arquivo medico brasileiro,, arte medica, cartas, código, cirurgia, cólera, cartas coleção, curso de cirurgia, diário de aude, dicionário de medicina, descrição das enfermidades, febre, etc.] muitos livros em português e outros em alemão, francês, espanhol e latim 5 Ciências matemáticas e suas aplicações [aritmética, astronomia, artes, cartas físico-matemáticas, compêndios, conferencias, curso de matemática, descrição, dicionários, elementos de álgebra, elementos de geodesia , elementos de geometria, elementos de contabilidade, elementos de trigonometria , engenheiro, método lusitano de desenhar edificações, piloto do brasil ou descrição das costas da américa meridional, roteiro geral dos mares, costas, ilhas... , tratados, trigonometria retilínea e esférica, via astronômica ; 6 Apêndice as ciências; Filosofia oculta, etc. (magnetismo, cabala) 7 Artes: A Mnemonica, caligrafia, taquigrafia; B Belas artes (musica, desenho e pintura, espetaculo, dicionario, instrução musical) 8 Artes mecanicas e oficios (cosinheiro, doceira) 9 Exercícios ginásticos 10 Jogos diversos (xadrez, voltarete)
4ª Classe: Belas Letras	1 Linguística: A Gramaticas, tratados gerais e especiais; 2 Retórica 3 Poesia 4 Teatro (coleção de óperas) 5 Ficções em prosa: Romances, contos e novelas; Apendice – Facecias, peças burlescas, etc. 6 Filologia: 1 Filologia propriamente dita; 2 Sátiras, sentenças, "apophthegmas", adagios, proverbios, simbolos, emblemas, etc. 7 Dialogos 8 Epistografos 9 Poligrafos 10 Coleções, excertos, etc.
5ª Classe: História	1 Prolegômenos históricos: A Tratados sobre o modo de escrever e estudar a historia, atlas e dicionários históricos; B Geografia: A Geografia universal (nesse conjunto estão os mapas; tratados de geografia, cosmografia, geografia astronômica, dicionários), B Corografia, topografia, estatística, etc. (memoria descritiva, corografias, comunicação, apontamentos, dicionários, ensaios, informação sobre limites, geografia brasílica, mapa, opúsculo, reconhecimento

	topográfico, resumo estatístico e histórico, topografia), C Viagens (Itinerário, memória, narrativa, peregrinação, jornada, roteiro, viagem), D Cronologia 2 Historia universal antiga e moderna 3 Historia das religiões: A Historia da Igreja cristã, das heresias, cismas, etc; B Hagiografia 4 Historia antiga (romana e grega) 5 (4 no catálogo por erro tipográfico) - História moderna (reis de Portugal, províncias, crônicas, estados unidos – descrição geográfica, história das províncias); Apendice – Documentos historico-politicos do Brazil (Acontecimentos desgraçados praticados pela pandilha Saquarema do Municipio do Principe Imperial; America inglesa e o Brasil contrastados; Brazil e portugal, Brazil indignado, Cartas patrioticas; discussões no senado; "Ensaio historico politico sobre a origem, progresso, e merecimentos da antipatia e reciproca aversão de alguns portuguezes europeus e brasilenses, etc. Escripito por R. J. C. M. Rio de Janeiro, 1822 in-4; Facção Saquarema; manifesto, memória, opposição, proclamação, projeto, reflexões sobre alguns sucessos do brasil; 6 / 5 no catálogo por erro tipografico – Paralipomenos historicos: A Historia da cavalaria, da nobreza, etc, B Historia das solenidades, cerimonicas publicas, etc, C Arqueologia, D Historia Literaria, E Biografia, F Bibliografias.
	Obras Enciclopédicas Jornais que tratam de diferentes materiais: A Jornais literários, B Jornais políticos, comerciais, etc Manuscritos (carta geral da província do Maranhão, mapas topográficos, estatísticos)

O catálogo apresenta como os campos do conhecimento se organizavam na década de 60 do século XIX. A cartografia, por exemplo, ainda não configurava uma disciplina, e seus métodos e técnicas estavam distribuídos entre a História, a Geografia e a Matemática. A Matemática concentrava os cálculos para mapeamento e a Geografia, apresentava o produto final, o mapa, assim como as corografias.

3.6 Os valores patrimoniais da Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense

Concluído o estudo realizado neste capítulo, observa-se que este gabinete de leituras desenvolveu o colecionismo de seu acervo segundo três pilares: o identitário nacional e o especializado, que resultaram em um terceiro pilar, a formação de um acervo de memória nacional.

O nativismo esteve presente na fundação deste gabinete de leituras, tendo em vista a ênfase dada em seus primeiros anúncios a fundação de um gabinete "nacional" de leituras e com sócios "brasileiros". O próprio Francisco Antônio Martins, possuía um forte sentimento identitário nacional, pois, como visto, especializou-se na história e geografia nacionais, além de formar várias coleções voltadas a conservação de documentos representativos da produção

intelectual nacional, como a coleção de periódicos, a qual Homem de Mello se refere da seguinte forma: "[...] a mais completa collecção, que possuímos, de periodicos e gazetas publicados no Brazil, e é a que existe na Bibliotheca Fluminense". Martins transferiu para o acervo esse sentimento identitário nacional, formando um conjunto documental representativo da produção científica, literária e artística do Brasil do século XIX, incluindo os mapas. Logo, o primeiro valor patrimonial identificado no acervo, antes mesmo de iniciar essa pesquisa, foi o identitário, de modo que pretendia-se desenvolver critérios de raridade para o acervo cartográfico da Biblioteca Nacional do Brasil; porém precisei buscar outros parâmetros de avaliação de acervos, por não conseguir acomodar o valor "identitário" entre os critérios de raridade que eu iria estabelecer.

A Biblioteca Fluminense também se formou com base na benemerência, pois a disponibilidade de acervos para consulta poderia ser considerado um ato filantrópico, que estava em voga neste período. Mais do que um negócio rentável de aluguel de livros, seu colecionismo foi direcionado a oferecer um acervo especializado e científico, o que, como visto nas notícias de jornais, não era característico desse tipo de empreendimento. Se observarmos o catálogo de 1866 com acurácia, nota-se a formação de um acervo com as principais obras de referência dos campos do conhecimento, de modo que se pode depreender o estágio de desenvolvimento dos mesmos na capital do império. A própria "cartografia", como conhecemos hoje, se mostra dividida entre os campos da matemática, da geografia e da história. A simples observação dessas características já seria suficiente para atribuir o valor patrimonial científico a esse acervo como um todo. No âmbito da coleção cartográfica, não existem apenas os mapas do território como um todo, isto é, as cartas gerais, corografias, mapas de fronteiras e limites. A listagem do **ANEXO A** apresenta esboços, estudos ferroviários e telegráficos, plantas urbanas, mapeamentos realizados por comissões de infraestrutura, enfim, uma documentação típica de bibliotecas especializadas, e não apenas para estudo da formação histórica do território brasileiro, embora, hoje em dia, esses mapeamentos contribuam tanto cientificamente — por indicarem a localização de traçados ferroviários encobertos por rodovias —, quanto como registro histórico.

Por fim, o valor patrimonial de memória está relacionado a serem esses documentos fontes do registro de uma cartografia brasileira praticada ao longo do século XIX, período em que se iniciou a produção desses mapeamentos. Esses documentos são o resultado dos levantamentos realizados em campo, porém eles contêm em si as técnicas e as intenções existentes em sua elaboração.

De fato, o estudo da proveniência cultural de um acervo é o aprofundamento da proveniência bibliofílica, pois sem ele não é possível identificar os "traços culturais" que vinculam esses documentos a comunidade que o produziu, e esse vínculo se dá em diversos aspectos, que pra essa pesquisa forma identificados o científico, o identitário e o de memória. O valor histórico certamente está contido em alguns documentos, que servem atualmente como comprovação da progressão da conformação do território brasileiro, como as já mencionadas cartas gerais, de fronteiras e limites — geralmente elaboradas para tratados e outros documentos governamentais. No entanto, para essa pesquisa, toda a Coleção Cartográfica Biblioteca Fluminense tem valor patrimonial, e não apenas alguns documentos isoladamente. Toda essa coleção revela os interesses cartográficos de um período da produção de mapeamentos no Brasil, e no âmbito da Ciência da Informação — que é no qual baseio meus estudos — essa documentação como um todo é patrimônio documental científico, pelo seu forte apelo identitário e de memória da produção cartográfica nacional.

4 APLICAÇÃO DOS PARÂMETROS NA COLEÇÃO CARTOGRÁFICA BIBLIOTECA FLUMINENSE: ESTUDO DE CASO

Neste capítulo apresento o estudo de caso, que é a demonstração da segunda etapa do método proposto por essa pesquisa, referente a aplicação dos parâmetros, definidos no capítulo 2, para identificação do patrimônio documental científico, na coleção objeto de estudo.

A elaboração dos parâmetros é um procedimento que precisa ter um propósito delimitado, pois atribuir valores a uma coleção, como visto, é uma ação subjetiva, que precisa estar alicerçada no objetivo que se pretende com a avaliação desse acervo, que no âmbito dessa pesquisa é dar visibilidade aos documentos patrimoniais científicos existentes na Biblioteca Nacional do Brasil.

4.1 Parâmetro - Período de produção da documentação científica

A coleção cartográfica da Biblioteca Fluminense possui datação entre os anos de 1750 a 1914, não obstante, alguns itens datem do século XVI, como o "Geographiae Claudii Ptolemaei Alexandrini. Bazileue" publicada em 1552 (CATÁLOGO, 1866, p.226). Apesar do colecionismo abranger documentos do século XVIII ao XIX, a maior parte deles acompanha a produção cartográfica brasileira, que se tornou mais intensa a partir de meados do século XIX. Renato Amado Peixoto (2005, p.13) refere-se ao período que vai até 1850 como estagnado para a cartografia brasileira, embora ele mencione que nos Estados Unidos e Europa ela estivesse em pleno desenvolvimento. Paulo Márcio Leal de Menezes (2011, p.8) destaca ser esse um período "constituído de trabalhos esparsos e descontínuos", que se refletiu no acervo cartográfico colecionado pelo estabelecimento. Observando cronologicamente, os mapeamentos que são datados do período da Regência, e colecionados pela Biblioteca Fluminense, são todos publicados ou produzidos no exterior. A escassez de dados para o mapeamento do território na América do Sul pode ser comprovada no título de um dos documentos cartográficos componentes da coleção:

n.816 Outlines of the physical and political divisions of South America delineated by A. Arrowsmith part by from **scarce and original documents published before the year 1806** but principally from manuscripts maps and surveys made between the years 1771 and 1806, corrected from accurate astronomical observations to 1810. (grifo nosso)¹²³

¹²³ Fonte: Livro de tomo da seção cartographica da Biblioteca Nacional do Brasil, ano 1916.

Quadro 11 - Mapas da coleção cartográfica da Biblioteca Fluminense separados por período de publicação

<p>Período Colonial até a Independência do Brasil Xilogravura a fio e talho doce</p>	<p>(1753) Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará... por ordem de... Don Francisco de Mendonça Furtado - capitão general e governador do mesmo estado em o anno de 1753; (1790) Carta limitrophe do paiz de Matto Grosso e Cuyabá desde a foz do rio Mamoré até o Lago Xarayes...; (1812) Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... Na Impressão Regia;</p>
<p>Período da Regência (1831-1840) Litografia</p>	<p>(1820) A new and most correct chart of the entrance of Rio de Janeiro from a survey made by order of the Portuguese Government; (1831) Carte vom Amazonen Strome zur Reisebeschreibung von Dr. von Spix und Dr. von Martius...; (1837) Mappa chorographico da província de San Paulo desenhado por Daniel Pedro Müller marechal reformado...; (1851) Mappa geral do Imperio do Brazil...</p>
<p>Império do Brasil (1840-1889) Litografia</p>	<p>(1856) Planta de Angra dos Reis levantada pelo 1º tenente da Armada Henrique Antonio Baptista ...; (1861) Mapa de la Republica del Paraguay formada por el coronel D. Alfredo M. du Graty...; (1875) Altitude comparada dos pontos culminantes do systema geographico brasileiro pelo conselheiro Homem de Mello...; (1875) Brazil – Telegraphic Lines...;</p> <p>(1880) Mappa de todas as estações das estradas de ferro de D. Pedro II, S. Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Jundiahy, Sorocabana, Paulista, Ituana...; (1883) Carta do Imperio do Brazil... pelo professor L. J. M. Penha...</p>
<p>República Litografia; Impressão</p>	<p>(1890) Mappa das linhas da Companhia Botanical Garden Rail Road...; (1892) Estado do Rio de Janeiro organizado por Hilario Mossow e José Clemente Gomes...; (1892) Carta da Republica dos Estados Unidos do Brazil... pelo professor jubilado da escola naval Lauriano José Martins Penha...; (1913) Mapa do Estado da Parahyba... pelo engenheiro Roberto Miller...</p>

Mapa de relevância temporal para a produção cartográfica brasileira

(1812) Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... Na Impressão Regia;

Uma nota publicada pela Gazeta de Notícias, menciona a importância desse mapa. Trata-se de uma planta do Rio de Janeiro em 1808, gravada em 1812 por P.S.F. Souto, sob a direção do gravador português J. C. Rivara. Segundo o jornalista "Esta planta é de uma raridade extrema, só ha conhecidos d'ella dois exemplares -- o da BF e o do Archivo Militar". Essa planta

havia sido publicada pela tipografia nacional e foi republicada nos anais do estabelecimento nesse ano de 1882.¹²⁴

Figura 23 - Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.



Fonte: BN Digital

4.2 Parâmetro - Lugar da produção científica (territorial e institucional)

A aplicação do critério "lugar" demandou a observância tanto da relação dos documentos com o lugar território, assim como as instituições que os produziram, além de sua proveniência (ver capítulo 2), como forma de reforçar sua relação com a comunidade que o criou, nesse caso, engenheiros militares do Rio de Janeiro, no século XIX.

¹²⁴ *Gazeta de Notícias (RJ)*, ano 8, ed. 135, 17/05/1882, p.1

Quase todos os mapas da coleção são referentes ao território brasileiro e de suas províncias, com alguns sobre as fronteiras e limites com os países latino americanos, além de outros relativos ao território dos Estados Unidos.

Quadro 12 - Mapas da coleção Biblioteca Fluminense relacionados ao lugar: território, instituição

Período	Instituições / Mapas
Brasil colonial até Independência (1822)	<p>Instituições: Academia Real Militar (1810); Comissão do Império do Brasil (1825); Conselho de Estado (1826), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros (1823), o Exército (1822), a Marinha (1822);</p> <p>Acervo cartográfico: (1812) Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... Na Impressão Regia; (1823) Carta geographica da provincia do Rio de Janeiro copiada no real Archivo Militar - Lisboa...;</p>
Regência (1831-1840)	<p>Instituições: não existem referencias de criação delas nesse período</p> <p>Acervo cartográfico: (1834) Karte von Ost. Brasilien ... par Guill. de Eschevege et Ch. Fr. Ph. de Martius...; (1836) Mappa do Reconcavo da bahia de Todos os Santos levantada pelos Sns. von Busch e Weyl...; (1839) Carta corographica da provincia do Rio de Janeiro, Niemeyer, Conrado Jacob de, 1788-1862</p>
Segundo Reinado – Brasil Império (1840-1889)	<p>Instituições: Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1860), Companhias Hidrográficas da Marinha do Brasil (1852-57). Comissão da Carta Geral do Império (1862-1871); Comissão da Carta Geral do Império (1870; extinta em 1874); Repartição Hidrográfica do Ministério da Marinha (1876)¹²⁵; Abertura da oficina litográfica oficial no Arquivo Militar (1882); Fundação da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886);</p> <p>Acervo cartográfico: (1842) Carta geographica da provincia de Santa Catharina feita e offerecida ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro por seu socio José Joaquim Machado de Oliveira...; (1872) Mappa topographico de parte da provincia de Sta. Catharina, organizado pela Comissão do Registro Geral... das Terras Publicas...; (1872) Mappa topographico das terras devolutas medidas e demarcadas desde 1854 até 1868... da provincia de S. Paulo...1872 (1873) Mappa architectural do Rio de Janeiro...1873 (1875) Carta do Imperio do Brasil organizada pela Comissão da Carta Geral sob a presidência do general Henrique de Besurepaire Rohan...</p>
República	<p>Mappa das linhas da Companhia Botanical Garden Rail Road..1890 Plano hydrographico da barra e porto de Victoria...1900 Mappa da Republica dos Estados Unidos do Brasil publicado por ocasião da Exposição Nacional de 1908... Mappa parcial do estado do Piauhy pelo engenheiro Horatio L. Small...1914</p>

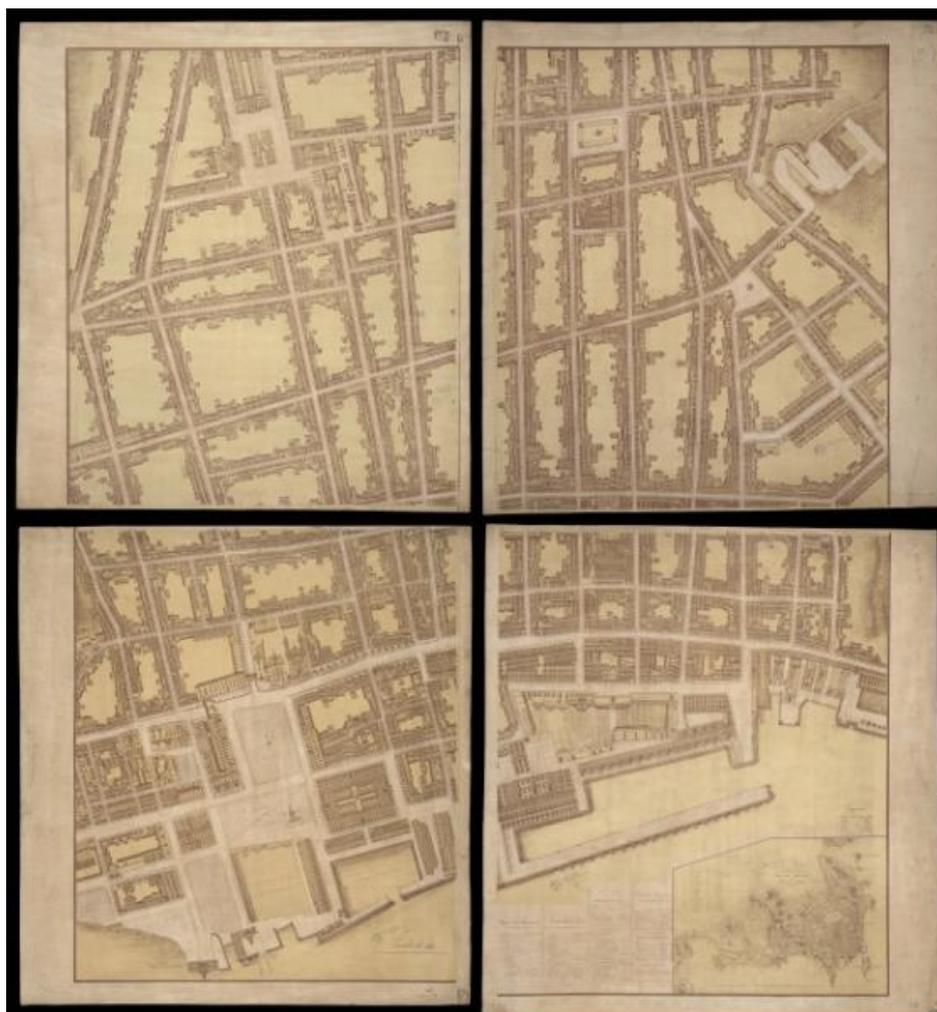
Fonte: ARCHELA, 2008; Livro de tombo da Biblioteca Nacional do Brasil, ano 1916.

¹²⁵ atual Diretoria Hidrográfica Nacional (DHN)

Mapa de relevância local

O Mapa selecionado para representar essa relevância local foi o "Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro" por mostrar como eram as fachadas dos prédios localizados no centro da cidade, antes das reformas do final do século XIX, promovidas por Pereira Passos. Foi através desse mapa que obtive a única imagem possível do prédio da Biblioteca Fluminense, antes de ser reformado na Rua do Ouvidor, tendo em vista que por ser uma rua estreita, pelas fotografias nem sempre é possível localizar edificações específicas. Assim como a Biblioteca Fluminense que não existe mais, muitos outros prédios só podem ser identificados por meio desse mapeamento.

Figura 24 - Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro, 1874.



Fonte: BN Digital

4.3 Parâmetro - Cientistas

Os mapas majoritariamente foram produzidos por engenheiros cartógrafos, e a partir de 1850 percebe-se que muitos mapeamentos passaram a ser impressos e distribuídos como doação ou para aquisição. Alguns mapas da Biblioteca Fluminense foram resultados das expedições empreendidas pelas comissões de demarcação de limites e fronteiras, e outras comissões que tinham como objetivo elaborar projetos de infraestrutura. Destaco no quadro abaixo alguns nomes de vulto da cartografia brasileira, conforme a Revisão Bibliográfica que realizei:

Quadro 13 - Mapas da coleção Biblioteca Fluminense relacionados a autoria

Cientistas – Engenheiros cartógrafos	Mapas produzidos
Conrado Jacob de Niemeyer	(1839) Carta corographica da provincia do Rio de Janeiro (1846) Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da...
Daniel Pedro Müller marechal reformado	(1837) Mappa chorographico da provincia de San Paulo
José Joaquim Machado de Oliveira	(1842) Carta geographica da provincia de Santa Catharina feita e offerecida ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro por seu socio
Domingos Miguel Marques de Souza, segundo tenente secretario da estação naval do Centro	(1863) Mappa hydrographico da bahia de Todos os Santos levantado
Engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld	(1859) Planta do rio Grande desde a Villa de Campo Largo até a sua confluência com o rio de S. Francisco
general Henrique de Besurepaire Rohan...	(1875) Carta do Imperio do Brasil organizada pela Comissão da Carta Geral sob a presidência do general Henrique de Besurepaire Rohan
professor jubilado da escola naval Lauriano José Martins Penha	(1892) Carta da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Fonte: Livro de tombo da Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional do Brasil, ano 1916.

Mapa de relevância pessoa (cientista):

Conrado Jacob de Niemeyer foi um dos primeiros cartógrafos brasileiros a elaborar um mapeamento do território brasileiro, após o período da Regência, e que foi impresso (CAPILÉ; VERGARA, 2012, p.38). Nascido em Lisboa em 28 de outubro de 1788, falecendo no Rio de Janeiro em 5 de março de 1862. Saiu de Portugal devido a invasão francesa, e chegando ao Brasil foi admitido no serviço de artilharia militar, promovido a tenente em 1809, cursou também matemática. Serviu em Pernambuco, Ceará, como comandante da força expedicionária, e devido a algumas acusações de abuso e arbitrariedades durante essas expedições, optou por ser militar reformado em 1833, passando a atuar como engenheiro nas comissões de

demarcação. Era socio do Instituto Histórico e Geográfico, da Sociedade de Geografia de Berlin e da Sociedade Geográfica de Ratisbone (BLAKE, 1893, p. 130-132)

Figura 25 - Carta corographica do Império do Brazil , 1846



Fonte: BN Digital

4.4 Parâmetro - Relevância científica

Neste critério buscou-se observar as técnicas cartográficas utilizadas por período, que resultaram nos mapas como sendo seu produto final. Os tipos de mapeamentos realizados também foram observados, pois são resultados de estudos e pesquisas científicas com objetivo de melhorias infra estruturais.

Os cálculos e sistemas de mapeamento adotados, assim como seu produto final, os mapas, estão representados nesse acervo e refletem como esse campo do conhecimento se encontrava no Brasil do século XIX. Esse cenário fica claro no quadro a seguir:

Quadro 14 - Mapas da coleção Biblioteca Fluminense relacionados a sua relevância científica

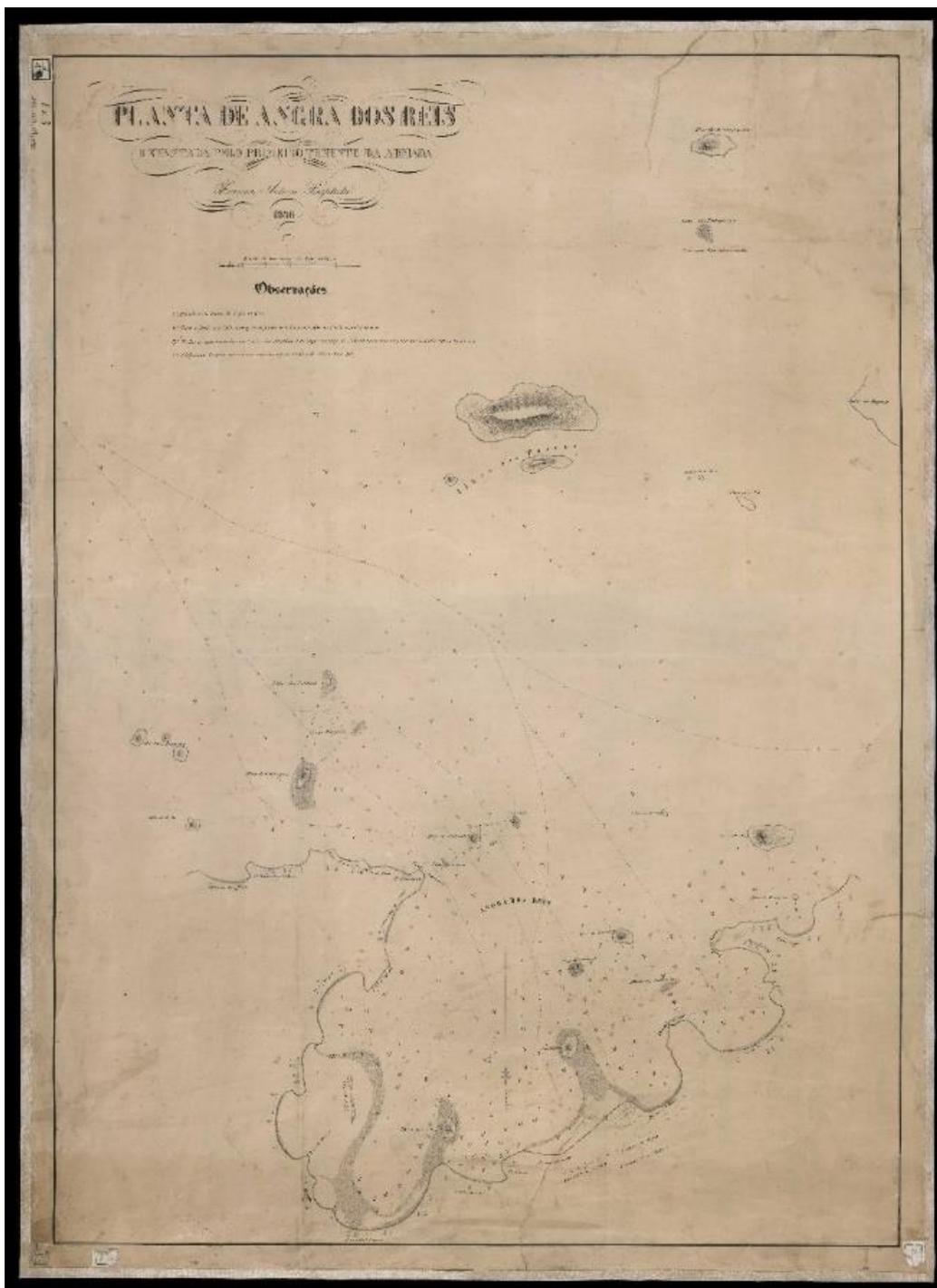
Período / técnica cartográfica	Mapas da Biblioteca Fluminense
1770-1829 Esquemática; qualitativa; astronômica	(1753) Planta geométrica da cidade de Belém do Gram Pará... por ordem de... Don Francisco de Mendonça Furtado - capitão general e governador do mesmo estado em o anno de 1753;
1830-1860 Astronômica; Método Telegráfico	(1847) Planta hydrographica da bahia do Rio de Janeiro, levantada em 1810 por uma Comissão de Officiaes da Armada, e augmentada por Joaquim Raimundo de Lamare; (1854) Perfil longitudinal do curso do rio S. Francisco desde a cachoeira de Pirapóra até ao oceano Atlatico... (1856) Planta de Angra dos Reis levantada pelo 1º tenente da Armada Henrique Antonio Baptista ... (1860) Planta geral da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco Montmorency, Moysés de...
1861-1916 Astronômica e Triangulação geodésica	(1860) Carta geral da fronteira do imperio do Brazil com o Estado oriental do Uruguay levantada pela Comissão de Limites sob a direcção do... barão de Caçapava e do seu sucessor brigadeiro P. A. Bellegarde... ; (1878) Carta geral das fronteiras do Brazil e Bolivia levantada pela Comissão de Limites...; (1892) Estado do Rio de Janeiro organizado por Hilario Mossow e José Clemente Gomes...; (1879) Provincia do Rio de Janeiro... (1875) Carta physica do Brazil mostrando os systemas orographico e hydrographico desta região por F. J. M. Homem de Mello ... (1875) Brazil – Telegraphic Lines... (1880) Mappa de todas as estações das estradas de ferro de D. Pedro II, S. Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Jundiahy, Sorocabana, Paulista, Ituana... (1881) Planta da enseada de Botafogo, levantada por J. Ballissime e F. Justin, com traçado da raia da grande regata de 1881. Lith Paulo Robin & Ca. Rio de Janeiro (1882) Mappa do territorio disputado para limites entre o Imperio do Brasil e a Confederação Argentina organizado para acompanhar a memoria elaborada pelo Dr. José Alexandre Teixeira de Mello – chefe de secção da Bibliotheca Nacional, por T. A Pimenta Bueno. (1900) Plano hydrographico da barra e porto de Victoria... (1910) Carta geral do estado de S. Paulo com indicações sobre agricultura, commercio, instrucção publica...

Fonte: Livro de tomo da Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional do Brasil, ano 1916; ARCHELA, 2008; MENEZES (2011); PEIXOTO (2005).

Mapa de relevância científica

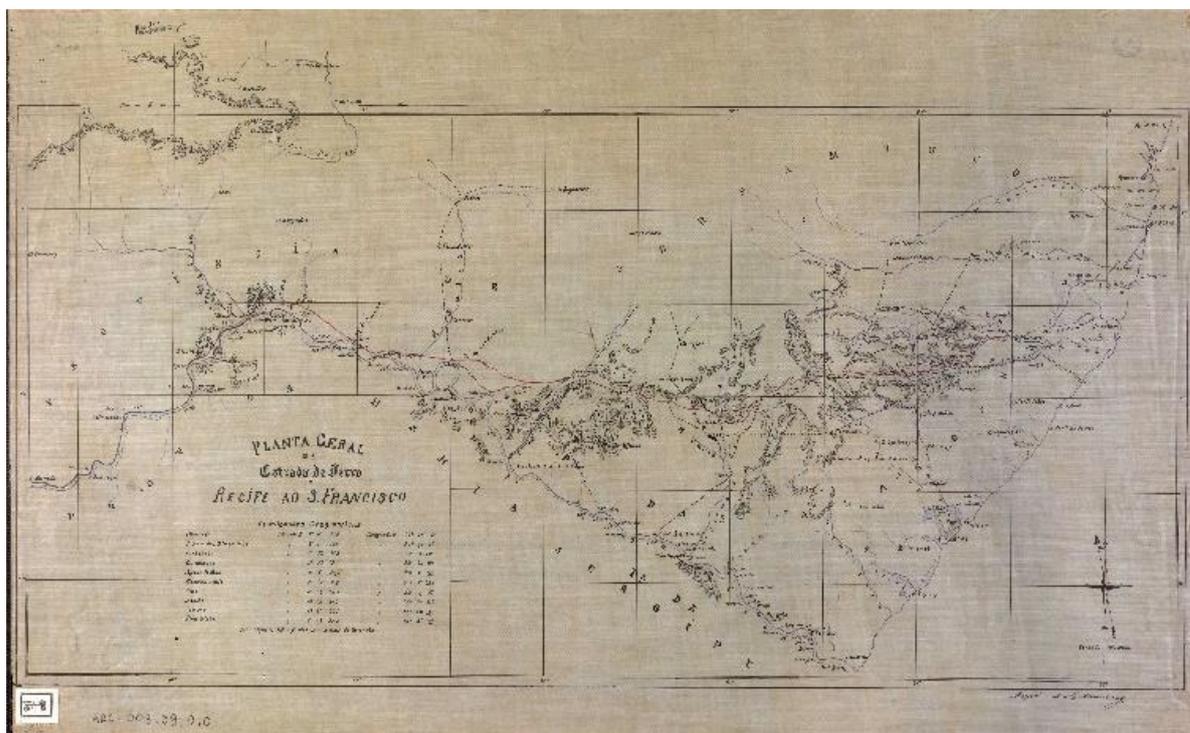
Selecionei alguns mapas que exemplificam as técnicas por período, além de serem o resultado de estudos com a finalidade de projetos de mobilidade e infraestrutura.

Figura 26 - Planta de Angra dos Reis (1856), mapa batimétrico



Fonte: BN Digital

Figura 27 - Planta geral da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco (1860).



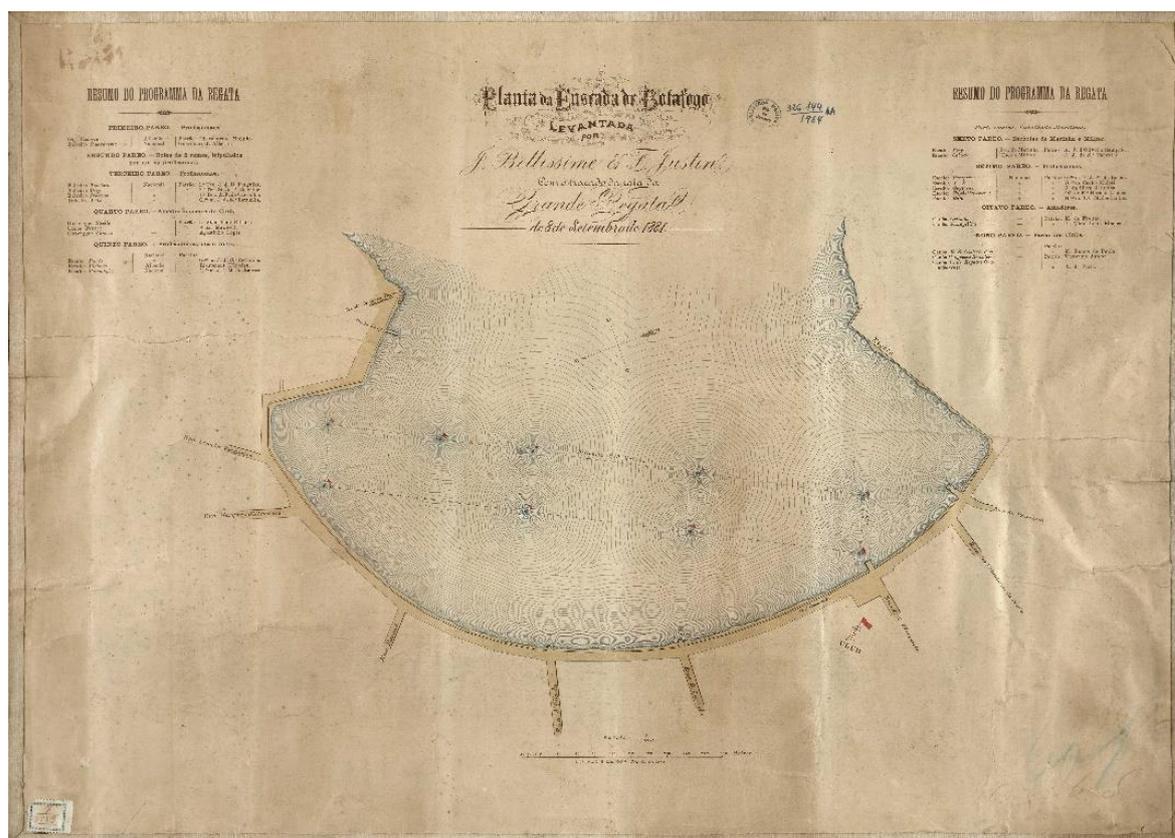
Fonte: BN Digital

Figura 28 - Mappa das linhas da Companhia Botanical Garden Rail Road (1890).



Fonte: BN Digital

Figura 29 - Planta da Enseada de Botafogo (1880).



Fonte: BN Digital

4.5 Parâmetro - Uso dos dados em novas pesquisas

Os dados e informações dos mapeamentos produzidos no século XIX estão recebendo um novo "suporte" para sua informação, e um novo uso também. Projetos como "Old maps online"¹²⁶ e Imagine Rio¹²⁷ -- esse último apresentado durante o Congresso Humanidades Digitais, ocorrido na FGV, em 2018—utilizam a mesma tecnologia de georreferenciamento do googlemaps, de forma a apresentar os dados e informações desses mapas, além de usar os dados técnicos para sua confecção fidedigna, criando a possibilidade de um "passeio" pelo as ruas do Rio de Janeiro, do século XIX.

Outro exemplo, que pude atestar in loco, na própria Divisão de Cartografia da Biblioteca Nacional – entre 2016 e 2018--, foi a consulta aos mapas ferroviários do século XIX, mais precisamente da cidade de Niterói e Rio de Janeiro – com objetivo de estudar uma ligação férrea

¹²⁶ Disponível em: https://www.oldmapsonline.org/en/Rio_de_Janeiro. Acesso em: 15/03/2018

¹²⁷ Disponível em: <https://imaginario.org/#en>. Acesso em: 15/03/2018

entre as duas cidade; e de Alagoas, com vistas a elaboração de projetos que retomassem essas linhas férreas, encobertas atualmente por rodovias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta dessa pesquisa foi ressaltar esse "novo olhar" que a UNESCO apresentou para a documentação produzida ao redor do mundo, a partir do conceito de patrimônio documental, que estabeleceu uma relação identitária entre o documentos e a comunidade que o produziu, mostrando para as instituições que sua missão social de salvaguarda e divulgação de acervos é diversa da de um colecionador particular, de modo que seus parâmetros de organização e gestão de acervos não podem se basear em um colecionismo mercadológico.

Existem críticas quanto ao valor universal, a universalidade de documentos patrimoniais, que não são assim reconhecidos pelas comunidades que os produziram, mas essa é uma discussão complexa, que não pode retirar o mérito de vanguarda desse conceito.

A valoração de documentos científicos segundo métodos patrimoniais foi o objetivo dessa pesquisa. Sua elaboração comprovou que o bibliotecário de acervos patrimoniais precisará dispor de tempo para efetuar pesquisas quanto a proveniência cultural das coleções, e dispor de mais tempo ainda para elaboração de métodos de valoração, que atendam a missão institucional.

A elaboração dos capítulos, trouxe algumas descobertas e discussões, que apresento a seguir. No Capítulo 1, por exemplo, a grande contribuição veio de Jöel Candau, com a sua máxima do patrimônio ser uma "dimensão da memória". No âmbito jurídico, o patrimônio é um bem, é identitário, mas em que nível? Da propriedade? Do pertencimento? Da herança? Candau trouxe a resposta. O patrimônio é a memória, e é partícipe da construção identitária. Mais do que uma tradição a ser passada, ele tem que estar relacionado com o reconhecimento da comunidade. E esse reconhecimento ocorre por meio de aprendizagem, de educação patrimonial, de preservação de acervos.

A comunidade nem sempre está ciente de sua própria história ou memória, pois as atividades rotineiras demandam mais atenção do que a reflexão quanto a quem se é, ou o que me representa. Por isso Jokilehto menciona que pesquisas serão desenvolvidas para comprovarem que certos objetos são representativos dessas comunidades, e que cabe a elas, ao obter esse conhecimento, se reconhecerem ou não nesses objetos. E é isso que essa pesquisa se propôs a fazer: levantar informações que comprovem que uma determinada coleção pode ser considerada um patrimônio documental científico.

Neste capítulo também abordo a ideia de patrimonialização, que pode ser compreendida como uma forma de fortalecimento de identidades nacionais, tendo como consequência o

aumento do protecionismo nacional, do conservadorismo e outras ideologias discriminatórias. No entanto, a patrimonialização também tem um aspecto positivo, conforme apresenta a declaração do México (1982), na qual a patrimonialização é compreendida como um instrumento de preservação da liberdade dos povos, a partir do reconhecimento de sua identidade, revelada através de sua produção cultural, de modo que preservá-la é proteger os direitos humanos e a própria liberdade cultural dessas comunidades.

Uma outra discussão apresentada foi em relação a ramificação do conceito de patrimônio documental, em bibliográfico, e suas possíveis consequências no campo empírico da biblioteca. O uso do termo "patrimônio bibliográfico" é limitador, tendo em vista ser de amplo conhecimento, e próprio do português brasileiro, estar relacionado a livros e periódicos. Como mencionado no próprio capítulo, no âmbito da teoria, nenhum efeito existe quanto a criação desse conceito. No entanto na prática tenho observado algumas questões que precisam ser problematizadas, como fiz nessa pesquisa. E para tanto, espero que mais bibliotecários "de acervo" entre na academia para aprimorar seus conhecimentos, e a partir da realidade prática da gestão dos acervos com os quais trabalham, possam eles mesmos criar teorias que atendam a essa gestão.

Por fim abordei o conceito de bibliotecas nacionais como um lugar de memória, pois todos os autores pesquisados foram unânimes em reconhecer a escrita como meio de armazenamento da memória, memória intelectual produzida.

O Capítulo 2 foi dedicado a apresentação dos parâmetros para identificação dos documentos científicos patrimoniais, com o estudo do conceito de valor patrimonial, segundo Jukka Jokilehto e Ulpiano Bezerra de Menezes. Os resultados alcançados foram a elaboração dos parâmetros em si, além de apresentar os métodos bibliofílico e patrimoniais de valoração de acervos, destacando que tais parâmetros precisam estar em conformidade com a missão da biblioteca.

No capítulo 3, fiz o estudo da proveniência cultural com fins de identificar os valores patrimoniais da coleção objeto de estudo. Escrevi o histórico da Biblioteca Fluminense, local no qual se realizou o colecionismo desses mapas, a partir de notícias de jornais.

Ao observar o título dos mapas, registrados no livro de tomo de 1916, assim como as notícias de jornais que destacavam características desse acervo, era perceptível que a Biblioteca Fluminense formou uma coleção com base na bibliografia brasileira existente à época, e o direcionamento para um colecionismo científico estava em concordância com a própria missão

desse gabinete de leituras, que era a "instrução e leitura de seus associados", conforme apresentado no artigo 1º do seu estatuto.

Este capítulo foi a demonstração da primeira etapa do método de valoração patrimonial de acervos proposto nessa pesquisa.

Uma discussão que surgiu durante a elaboração desse texto foi exatamente a necessidade do bibliotecário compreender o seu papel fundamental na identificação de coleções e/ ou documentos patrimoniais. Rhapsaële Mouren (2007) destaca ser de responsabilidade do bibliotecário se dedicar a conhecer esse acervo patrimonial, identificando seus valores patrimoniais, mas principalmente qual o vínculo existente entre tais documentos e a comunidade com a qual e relacionam. Essa informação só poderá ser obtida através de pesquisa, com vistas a aprofundar o contexto de seu colecionismo.

Outra discussão se referiu a classificação da Biblioteca Fluminense, pois esse estabelecimento já havia sido mencionado em duas pesquisas anteriores, a de Nelson Schapochnik (1999) e de Tania Maria Bessone (2014), o primeiro autor classificando esse estabelecimento como uma biblioteca associativa e recreativa, e a segunda como uma associação de leitura. Com o aprofundamento da pesquisa, tive acesso aos primeiros anúncios publicados no *Jornal do Commercio*, em 1847, cuja chamada especificava tratar-se de um gabinete "nacional" de leituras. E esse "nacional" estava relacionado ao contexto social que influenciou sua fundação e confirmou seus valores patrimoniais identitário e de memória, de modo que, para essa pesquisa a Biblioteca Fluminense foi um gabinete de leituras.

Por fim, o capítulo 4 foi dedicado ao estudo de caso, que é a aplicação dos parâmetros na coleção objeto de estudo, como meio de exemplificar quais requisitos precisam ser observados em um patrimônio documental científico. Tais parâmetros tiveram como base os critérios de registro para o Programa Memória do Mundo e a adaptação feita considerou as características de um documento científico, que passa a ser identitário. Ele precisa atender aos parâmetros para comprovar ser uma produção científica nacional, e de impacto na comunidade, que, no âmbito dessa pesquisa, é a brasileira.

Após a realização das duas etapas, dentro do método proposto, conclui-se que o método patrimonial de valoração de acervo são os mais adequados como instrumento de gestão de documentos em Bibliotecas Nacionais, pois seu uso resultará no mapeamento das coleções científicas patrimoniais existentes no acervo, permitindo que sejam realizados procedimentos para sua salvaguarda e divulgação.

Dessa forma, a hipótese apresentada se confirmou, pois a aplicação de parâmetros, fundamentados no conceito de patrimônio documental, identificaram uma coleção com atributos de patrimônio documental científico.

REFERÊNCIAS

- ABID, Abdelaziz. *Memoria del Mundo: conservando nuestro patrimonio documental*. México: UNESCO, Comité mexicano para o programa memória do Mundo, 1998. 40 p. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L191. Acesso em: 22 jul. 2020.
- ALEXANDRINO, José de Melo. *O conceito de bem cultural*. [Lisboa]: Universidade de Lisboa, ICJP, [s/d]. [14p.]. Disponível em: <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2020.
- AREA, Paola Raquel. *Diagnóstico de la situación de conservación preventiva en los fondos antiguos y raros que integran el catálogo nacional unificado en Argentina*. 2018. 127f. Trabalho de conclusão (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) - Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina, 2018. Disponível em: <http://humadoc.mdp.edu.ar:8080/handle/123456789/715>. Acesso em: 10 jul. 2020
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 3ª reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 330 p.
- BASSET, Thomas J. Indigenous mapmaking in Intertropical Africa. In: WOODWARD, David (edit.); LEWIS, G. Malcolm (edit.). *The history of cartography, volume 2, book 3: cartography in the traditional african, american, arctic, australian, and pacific societies*. Chicago: The university Chicago Press, c1998. p. 24-48.
- BERGER, Sidney. *Rare books and special collections*. Chicago : Neal-Schuman, An imprint of the American Library Association, 2014. 537 p.
- BERGER, Sidney. *The dictionary of the book: a glossary for book collectors, booksellers, librarians, and others*. Maryland: Rowman & Littlefield, 2016. *E-book*
- BERNAL, John D. *Historia social de la ciencia: v.1: la ciencia en la historia*. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1973. 2 vols.
- BESSONE, Tânia Maria. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014. 298 p.
- BEUDON, Nicolas. *Les collections atypiques: prêter autre chose que des produits culturels?* Bayeux, França: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://nicolas-beudon.com/2015/08/25/atypiques/>.

BISCHOFF, James L.. A Proteção Internacional do Patrimônio Cultural. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, Porto Alegre, v. 2, n. 5, ago. 2014. ISSN 2317-8558. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/49545>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BORKO, Harold. Information Science: What is it? *American Documentation*, v.19, n.1, p.3-5, jan. 1968. (Tradução Livre) Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf >. Acesso em: 02 nov. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *[Livro de tomo da] 3ª Secção: Acquisições: Cartas Geográficas*. Rio de Janeiro: [s.n.], entre 1911 a 1916.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario bibliographico brasileiro: segundo volume*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.479 p.

BÖLTING, Rudolf. *Diccionario grego-português: facsímile da edição de 1941*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. 654 p.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. 1.ed., 5ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2019. 219 p.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil, naciones imaginadas. In: ANNINO, Antonio (coord.); GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación: iberoamérica siglo XIX*. México: Fondo de Cultural Económica, c2003. p. 501-530.

CARVALHO, Marcia Rodrigues. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições, *Rev. Diit. Bibliotecon. Cienc. Inf.*, Campinas, SP, v.14, n.1 p.110-125, jan/abr. 2016 <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846>. Acesso em: 25 ago. 2019.

CATALOGO dos livros da Bibliotheca Fluminense. Rio de Janeiro: Typographia Thevenet & C., 1866. 312p.

COHEN, Alberto A. *Ouvidor, a rua do Rio*. Rio de Janeiro: AACohen, 2001. 128 p.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 713 p. *E-book*.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008. 451p.

DE LOS RIOS, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Top Books: Universidade Editora, c2000. 549 p. Prefácio de Alberto da Costa e Silva.

DORIA, Luiz Gastão d'Escragnolle. A Bibliotheca Fluminense (11 de abril de 1847) *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, ano 22, n.16, 16 abr. 1921. p. 26

ECO, Umberto. *Cómo de hace una tesis: técnicas y procedimientos de estudio, investigación y escritura*. 24. reimp. México: Gedisa, 2000. Disponível em: <https://archive.org/details/EcoComoHacerUnaTesis/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 27 out. 2020.

ESDAILE, Arundell. *National libraries of the world: their history, administration and public services*. 2. ed. London: The Library Association: Chaucer House, 1957. Completado e revisado por F. J. Hill; M. A.; e F.L.A.

EVANS, G. Edward; SAPONARO, Margaret Zarnosky. *Developing library and information center collections*. 5. ed. Westport, Connecticut; London: Libraries Unlimited, c2005.

FELL, Todd. Maps as special collections: bibliographic control of hidden material at Yale University. *RBM: A journal of rare books, manuscripts, and cultural heritage*, Chicago, v.13, n.1, 2012. Disponível em: <http://rbm.acrl.org/index.php/rbm/article/view/367/0>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. rev. atual., 1ª impr. Curitiba: Positivo, 2004.2.120p.

FERREIRA, Felix. *A reforma da Bibliotheca Fluminense: considerações e projectos de uma Sociedade Bibliographica Brasileira, apresentado ao Exm. Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza*. [Rio de Janeiro]: Lith. Moreira Mazi[?], [1885]. 38p.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 707 p.

GALVÃO, Cícero. *Relatório apresentado ao diretor geral interino da Biblioteca Nacional, Aurélio Lopes de Sousa, sobre o serviço de remoção dos livros doados à Biblioteca Nacional pela Biblioteca Fluminense*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1916, 4 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun.

2005. p. 15-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002. Acesso em: 15 set. 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2.ed., 9ª reimpr. São Paulo: Centauro, 2017. 222 p.

HAQUET, Claire. *Du fonds et de la collection en bibliothèque*. Nancy, França, Epitomé, 11 dez. 2013. Disponível em: <https://epitome.hypotheses.org/153>. Acesso em: 3 mar. 2020.

HARLEY, J. B. Deconstructing the map. *Cartographica*, Toronto (Canada), v.26, n.2, 1989. p.1-20. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008/--deconstructing-the-map?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 5 dez. 2018.

HARLEY, J. B. The map and the development of the History of Cartography. In: HARLEY, J. B. (ed.); WOODWARD, David (ed.) *The history of cartography: volume 1: cartography in prehistoric, ancient, and medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago: The University Chicago Press, c1987.

HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. 10.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. Organizado por Terence Ranger. 390 p.

HOMEM de Melo, Francisco Inácio Marcondes, Barão. Francisco Antonio Marins: notícia biográfica. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.100, 1899. p.277-282. Disponível em: <https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107793-revista-ihgb-tomo-lxii-parte-ii.html>. Acesso em: 17 ago. 2020.

HUCHET, Bernard. Patrimoine et politique documentaire: "la bibliothèque dans son entier". In: COQ, Dominique (dir.). *Apprendre à gérer des collections patrimoniales en bibliothèque*. Villeurbanne: Presses de l'enssib, 2017. p. 26-36. Disponível em: <https://books.openedition.org/pressesenssib/643>. Acesso em: 16 out. 2019.

JAPIASÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. *E-book*

JARAMILLO, Orlanda; MARÍN-AGUDELO, Sebastián-Alejandro. Patrimonio bibliográfico en la biblioteca pública: memorias locales e identidades nacionales. *El Profesional de la Información*, v. 23, n. 4, p. 425-432, 2014. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/EPI/article/view/epi.2014.jul.11/16972>. Acesso em: 18 set. 2019.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, c1997. *E-book*

JOKILEHTO, Jukka. Heritage values and valuation. *Conversaciones...*, *Espanha*, n.2, julho 2016. p.7-18. Disponível em: <https://www.revistas.inah.gob.mx/index.php/conversaciones/article/view/10884/0>. Acesso em: 25 ago. 2020.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; DUARTE, Bárbara Társia. Controle bibliográfico, uma revisão é necessária? o universo documental e a questão terminológica. *Encontros Bibli*, Florianópolis, v. 25, n. especial, 2020. p. 01-12. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73451>. Acesso em: 11 dez. 2020.

LANCASTER, F. Wilfrid. *Avaliação de serviços de bibliotecas*. 1. reimpr Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004. 356 p.

LANDRY, Patrice. *National libraries' functions: results from the 2016 survey of national libraries' functions*. In: IFLA WLIC 2017 – Wrocław, Poland – Libraries. Solidarity. Society. Polonia: IFLA, 2017. Disponível em: <http://library.ifla.org/1722/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LARSGAARD, Mary Lynette. *Map librarianship: an introduction*. 3rd. ed. Colorado: Libraries Unlimited, 1998. *E-book*

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7. ed. rev., 3. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. 499 p.

LOR, Peter Johan. *Guidelines for legislation for national library services*. Paris: UNESCO, 1997. 86p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 25 ago. 2020.

LOURENÇO, Marta C. O patrimônio da ciência: importância para a pesquisa. *Museologia e patrimônio*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 47-53, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/45>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. *Bibliotecas como organizações*. 1. ed., rev. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006. 94 p.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A política dos sentimentos e a questão social no século XIX. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 24, n.46, 2017. p.239-268. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/60976>. Acesso em: 25 jul. 2020.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo: Edusp, 2018. 180 p.

McKITTERICK, David. *The invention of rare books: private interest and public memory, 1600-1840*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2018. 450p. *E-book*

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 1., 2009, Minas Gerais. Anais [...]. Brasília, DF: Iphan, 2012. 2v. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Anais2_vol1_ForumPatrimonio_m.pdf >. Acesso em: 25 set. 2020.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de. A cartografia do Império do Brasil. In: SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA. 4., 2011, Porto. Anais eletrônicos... Porto: Universidade do Porto, 2011. Disponível em: <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/resumos/90.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

MOUREN, Raphaële. *Manuel du patrimoine en bibliothèque*. Paris: Éditions du Cercle de la Libraire, 2007. 416 p.

NAMER, Gérard. *Memoire et societe*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987. 242 p.

NEVES, Guilherme Pereira das. Del império lusobrasileño al imperio de Brasil. In: ANNINO, Antonio (coord.); GUERRA, François-Xavier (coord.). *Inventando la nación: iberoamérica siglo XIX*. México: Fondo de Cultural Económica, c2003. p. 221-252.

NICOLETTE, Carlos Eduardo. O nativismo na América Portuguesa: Marcelino Pereira Cleto e sua dissertação a respeito da capitania de São Paulo. Bilros, Fortaleza, v.5, n.9, p.178-195, jun.-ago., 2017. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=bilros&page=article&op=view&path%5B%5D=2713>. Acesso em: 2 mar. 2020.

NORA, Pierre. *Pierra Nora en les lieux de mémoire*. Espanha: Trilce, 2008. 199 p.

OULC'HEN, Enora. *Évaluer les collections d'une bibliothèque de recherche: les cas de la Bibliothèque du Monde anglophone du SCD Paris 3 – Sorbonne nouvelle*. 2010. 112f. Trabalho de conclusão (Diplôme de conservateur de bibliothèque) – École Nationale Supérieure des Sciences de l'Information et des Bibliothèques (ENSSIB). 2010. França.

OLIVEIRA, Cêurio de. *Dicionário cartográfico*. 3.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 645 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281222>. Acesso em: 25 fev. 2018.

OLIVEIRA, Julia Naira Matos. Da religião à restrição: a trajetória do nativismo norte-americano entre os séculos XIX e XX. 2016. 163 fl. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34416/1/2016_J%C3%BAliaNairaMatosOliveira.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

OLIVEIRA, Luís Henrique São João. *A ideia de revolução científica na obra de John Desmond Bernal*. 2017. 83f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Programa de Estudos Pós-Graduados e, História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20856>. Acesso em: 15 nov. 2020.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. A "cartografia sertanista" e as conquistas portuguesas no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII). In: SIMPOSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 6, 2015. Atas...Braga: [s.n.], 2015. 20 p. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/14299.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2019.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: CONGRESS ISKO-SPAIN, 9., 2009. Valencia. Anais [...]. Valencia: International Society for Knowledge Organization, 2009. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/528-544_Dotta-Ortega.pdf. Acesso em: 15 out. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. especial, jan./mar. 2019. p;189-203. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000600189#:~:text=Entre%20a%20teoria%20e%20a,Ci%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20\(CI\).&text=Do%20ponto%20de%20vista%20das,conceito%20em%20seu%20espa%C3%A7o%2Dtempo](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362019000600189#:~:text=Entre%20a%20teoria%20e%20a,Ci%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20(CI).&text=Do%20ponto%20de%20vista%20das,conceito%20em%20seu%20espa%C3%A7o%2Dtempo). Acesso em: 8 out. 2020

OTLET, Paul. *Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2018. 698 p. *E-book*.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. *Revista General de información y documentación*, v.21, 2011, p.291-312 <https://revistas.ucm.es/index.php/RGID/article/view/37427>. Acesso em: 2 dez. 2019.

PALOMINO LONDOÑO, Gloria Inés. Colecciones patrimoniales: instrumentos para la educación y el desarrollo. In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: IFLA GENERAL CONFERENCE AND COUNCIL, 70., Argentina. Anais [...]. Buenos Aires, Argentina: IFLA, 2004. 5 p. Disponível em: <https://archive.ifla.org/IV/ifla70/papers/032s-Palomino-Londono.pdf>. Acesso em: 29 set 2020

PEIXOTO, Renato Amado. A máscara da medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX. 2005. 427f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2005.

https://www.researchgate.net/publication/342171505_A_mascara_da_Medusa_a_construcao_do_espaco_nacional_brasileiro_por_meio_das_corografias_e_da_cartografia_no_seculo_XIX. Acesso em: 15 jan. 2020.

PINTO, Ana Estela de Sousa. Remédio de 1.200 anos dá pistas para combater bactérias atuais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 ago. 2020. Disponível em: <https://folha.com/618j7afd>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Dicionário da língua brasileira*. Ouro Preto, MG: Na Typographica de Silva, 1832. [1.154 p.].

POLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992. p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidade%20social%20A%20capitulo%202.pdf>. Acesso em: 6 out. 2019.

POST, J. B. Historical map research. *Library Trends: map librarianship and map collection*, Illinois, 29 (3), 1981. p.439-452. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/handle/2142/7152>. Acesso em: 3 mar. 2019.

PRYTHERCH, Ray (comp.) *Harrod's librarians' glossary and reference book*. 10th ed. Burlington, Vermont: Ashgate Publishing Company, c2005. *E-book*

RICHARD, Hélène. *La formation aux questions patrimoniales dans les bibliothèques. Rapport, Ministère de la Culture et de la Communication*: Ministère de l'Enseignement Supérieur et de la Recherche. Paris: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.enssib.fr/bibliotheque-numerique/notices/56441-laformation-aux-questions-patrimoniales-dans-les-bibliotheques>. Acesso em: 06 nov. 2019.

RODRIGUES, Maria Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 110-125, jan./abr., 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8641846/0>. Acesso em: 15 out. 2019.

ROMERO, Juan José Fuentes. El concepto de biblioteca nacional a partir de los tres informes de la UNESCO sobre las bibliotecas nacionales: Sylvestre (1987), Line (1989) y Cornish (1991). *Anales de documentación*, Murcia [Espanha], v.6, 2003. p.71-88. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2031>. Acesso em: 15 ago. 2020.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Cultura. In: DIMOULIS, Dimitri (coord.). *Dicionário brasileiro de direito constitucional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. E-book

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Sares dos. O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. *Investigacion Bibliotecológica*, México, v.32, n.75, abril/junio 2018 p. 223-259. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57970>. Acesso em: 26 nov. 2019.

SHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. 1999 270 f. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello (org.); BARBOZA, Christina Helena da Motta (org.). Introdução: reflexões sobre os acervos de C&T no Brasil. In: _____ *Acervos de ciência e tecnologia no Brasil: preservação, história e divulgação*. Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 9 - 26

SOUZA, Maria Zélia Maia de. Sociedade amante da instrução: benfeitora da "inocência desvalida" na corte imperial – 1844-1889. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO,4, [2011], Rio de Janeiro. Anais eletrônico... Rio de Janeiro: [s.n.], [2011]. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo06/Maria%20Zelia%20Maia%20de%20Souza%20-%20Texto.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.

SYLVESTRE, Guy. *Diretrizes sobre bibliotecas nacionais*. Paris: UNESCO, 1987, 73 p. Elaborado para o Programa Geral de Informação e UNISIST. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n.15, 2001/2002. p.7-23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6609>. Acesso em: 13 fev. 2020.

UNESCO. *Charter of ethics of science and technology in the Arab region*. Paris: UNESCO, c2019. 30 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNESCO. *Declaración de México sobre las políticas culturales*. México: UNESCO, Conferencia Mundial sobre las Políticas Culturales, 1982. 6 p. Disponível em: <http://biblioteca.udgvirtual.udg.mx:8080/jspui/handle/123456789/2261>. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNESCO, Division of Science, Technical and Vocational Education. *Glossary of terms used in science and technology education*. Paris: UNESCO, 1981. 38, [5] p. (Science and technology education, Document Series, n.1). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNESCO, Junta de Assessoramento Científico. El futuro del asesoramiento científico a las Naciones Unidas: informe resumido al Secretario General de las Naciones Unidas de la Junta de Asesoramiento Científico. Paris: UNESCO, 2016. 32 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

UNESCO, Memoria del Mundo. *Directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*. Paris: UNESCO, 1995. 77 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 7 fev. 2020.

UNESCO, Memoria del Mundo. *Directrices para la salvaguardia del patrimonio documental*. ed. revisada. Paris: UNESCO, 2002. 71p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em: 15 set. 2019

VARELA-OROL, Concha. Las colecciones patrimoniales en las bibliotecas españolas: dialéctica entre legislación y prácticas. *Revista española de documentación científica*, Madrid, v.37, n.3, 2004. Disponível em: <http://redc.revistas.csic.es/index.php/redc/article/view/857/1138>. Acesso em: 2 nov. 2020.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções no curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949). In: *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 130, ano 2010, 2014. p.111-220 issn 0100-1922 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=402630&pagfis=45792>. Acesso em: 08 set. 2019.

WOODWARD, David; LEWIS, G. Malcolm. Concluding Remarks. In: HARLEY, J. B. (ed.); WOODWARD, David (ed.). *The history of cartography, volume 2, book 3: cartography in the traditional african, american, arctic, australian, and pacific societies*. Chicago: The University Chicago Press, c1998.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 5ª reimpr. Petropolis, RJ: Vozes, 2019.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. *E-book*

Documentos originais:

BELLISSIME, J. *Planta da Enseada de Botafogo*. Levantada por J. Bellissime & F. Justin, com o traçado da raia da grande regata de 8 de setembro de 1881. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Paulo Robin & Cia., [1881?]. 1 mapa, col, 49,5 x 65cm. Escala 1:3000 Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart326144/cart326144.jpg. Acesso em: 29 set. 2020.

FERREIRA, Felix. *Carta a Lopes Trovão comentando o projeto de reforma e a importância da Biblioteca Fluminense*. [S.l.: s.n.], 18/01/1886. 3 p., Aut. Localização: I-05,15,083

FRAGOSO, João da Rocha. *Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro: parte commercial*. Rio de Janeiro, RJ: P. Robin, 1874. 1 planta em 4 seções, col, 142 x 122cm., cada seção 71 x 61. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart175745/cart175745.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

GUIA e Plano da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: publicado por A.M.Mc Kinney, Roberto Leeder (surdos -mudos), 1858. 1 planta, 36 x 48. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309960/cart309960.html. Acesso em: 7 dez. 2020.

PLANTA da Angra dos Reis. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Arch. Militar, 1856. 1 mapa, 101 x 71,5 cm em f. de 113 x 83 cm. Escala: 1:9144 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart518360/cart518360.jpg. Acesso em: 29 set. 2020

MAPPA das linhas da Companhia Botanical Garden Rail Road. Rio de Janeiro, RJ: Litho. a Vapor Angelo, [ca. 1890]. 1 mapa, col, 71 x 45. . ((W43°15' - W43°05' / S22°50' - S23°)). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart326114/cart326114.jpg. Acesso em: 28 set. 2020.

MONTMORENCY, Moysés de. *Planta geral da estrada de ferro do Recife ao S. Francisco*. [18_?]. 1 mapa ms, 43 x 69 cm. Escala 1:1.000.000 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart512706/cart512706.jpg. Acesso em: 29 set. 2020.

NIEMEYER, Conrado Jacob de. *Carta corographica do Império do Brazil*. Rio de Janeiro, RJ: Heaton & Rensburg, 1846. 1 mapa, col, 150 x 150. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart170429/cart170429.jpg. Acesso em: 29 set. 2020.

PLANTA da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro: levantada por ordem de sua alteza real... Rio de Janeiro, RJ: Impr. Régia, 1812. 1 mapa, gravado em metal, buril, 91,5 x 122cm. em f. 101 x 132. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=6676. Acesso em: 28 set. 2020.

APÊNDICE A – Transcrição do Relatório sobre transferência do acervo doado pela
Biblioteca Fluminense à Biblioteca Nacional do Brasil por Cícero Galvão.

[f.1]

Illmo Snr. Dr. Director Geral Interino da Bibliotheca Nacional.

Apresentando-me a esta Directoria cumpro o dever de vos informar o seguinte sobre o serviço de remoção dos livros doados a Bibliotheca Nacional pela Bibliotheca Fluminense: O serviço de remoção teve inicio a 17 de janeiro findo, terminando a 28 do corrente. Por portaria d'esta Directoria, sob numero 9, datada de 19 de fevereiro, foram prorrogadas as horas de expediente em mais duas horas, tendo havido a mudança da hora de começo de trabalho de 10 horas para 9 horas, por accordo feito entre o Snr. Dr. Director e os empregados destacados n'aquelle serviço.

Os moveis da Bibliotheca Fluminense foram transportados pelo auto-caminhão do Corpo de Bombeiros, e os livros e pequenos utensilios pelo automovel da Bibliotheca Nacional. Para transportar no automovel as obras doadas foram, por ordem do Dr. Manoel Cícero, encomendados ao empreiteiro do Ministério da Justiça trinta caixotes (30), sendo doze (12) com divisões internas,

[fl.2]

doze (12) sem divisões e seis (6) maiores para jornaes encadernados.

Devido ao grande tamanho e peso enorme d'estes caixotes quando carregados de jornaes, foram os mesmos divididos ao meio no sentido da largura, tendo d'isso sciencia o Snr. Dr. Director Geral, sendo encarregado d'essa alteração o mesmo empreiteiro.

Ficaram, portanto, ao fim, empregados no serviço de transporte trinta e seis (36) caixotes e mais doze (12) que a Bibliotheca Nacional já possuia e que se encontravam em pessimo estado.

O movimento do serviço foi o seguinte:

- Quatrocentos e cincoenta e cinco (455) caixotes remetidos a Bibliotheca, dos quaes 446 contendo obras avulsas e 9 contendo periódicos diversos.
- Quarenta e tres latas (43); 3 contendo mappas, 5 com manuscriptos e 35 contendo livros.
- Mil setecentos e doze (1712) pacotes: 2 contendo manuscriptos, 3 contendo obras e 1623 com amarrados de trimestres de jornaes e revistas.

Nos 446 caixotes foram remetidas a Bibliotheca Nacional 56.764 obras encadernadas e em brochuras.

Os jornaes encadernados foram conduzidos para a Bibliotheca, fóra de caixotes, pelo auto-caminhão do Corpo de Bombeiros, no ultimo dia de serviço e elevaram-se ao

[fl.3]

numero de 727.

O total de mappas enviados foi de 2.312, não contando os contidos em seis (6) pacotes e uma lata (1), por se acharem em máo estado de conservação.

O numero de manuscriptos não foi tomado pela demora de sua contagem e a pressa requerida ao nosso trabalho.

É justo, e mesmo um dever, que notifique a esta Directoria a maxima bôa vontade que encontrei por parte dos serventes Osorio, Walfrido, Natal e Justino, que comigo serviram na Bibliotheca Fluminense e que se entregaram, sem ser de suas obrigações, ao mister de carregadores, trabalhando alem d'isso no domingo dia 20 e no feriado, 24 de fevereiro, sem se queixarem ou reclamarem.

Não necessito mencionar o esforço e cuidado e dedicação do auxiliar Oscar Luna Freire que muito fez em pról do bom desempenho de nossa commissão, porquanto, esta Directoria faz-lhe a merecida justiça reconhecendo-o como um empregado capaz e zeloso dos deveres que lhe são incumbidos.

É o que me cumpre informar ao Snr. Dr. Director Geral Interino, subscrevendo-e com toda a consideração.

[ass.] C. Galvão / Off.al.

29 de fevereiro 1916

APÊNDICE B - Legislação brasileira para o bem cultural

No âmbito do direito constitucional brasileiro, o patrimônio é compreendido como um bem, uma herança de valor cultural (ROTHENBURG, 2012, p. 163). Segundo José de Melo Alexandrino, essa "[...] locução *bens culturais* surgiu depois da II Guerra Mundial", sendo tratada no âmbito do Direito Internacional. Este autor diz que o primeiro tratado a citar essa expressão foi o da Convenção da UNESCO sobre a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, ocorrida em 1954, na cidade de Haia (ALEXANDRINO, [200-?], p. 2-3).

Jaime L. Bischoff, (2014, p. 276) apresenta as convenções e congressos anteriores ao Tratado de Haia, que resultaram nesta convenção, e menciona a motivação para tal mobilização em prol da proteção do patrimônio cultural, no âmbito jurídico: as guerras. A consequência advinda desses conflitos armados são o vandalismo, a "pilhagem" e a destruição de artefatos culturais, que, em última análise, é a destruição cultural identitária de um grupo social com a finalidade de dominação.

A UNESCO (1982, p. 1) reconhece que "[...] *cada cultura representa un conjunto de valores único e irremplazable, ya que las tradiciones y formas de expresión de cada pueblo constituyen su manera más lograda de estar presente en el mundo*". Desta forma, a entidade confirma que cada grupo social possui uma identidade cultural, de modo que proteger essa identidade é uma ação para a libertação dos povos, pois "[...] *cualquier forma de dominación niega o deteriora dicha identidad*". Logo, preservar e proteger o patrimônio e/ou bem cultural de um país, por meio da legislação, é um ato de preservação de sua autonomia e soberania, cujo resultado é o fortalecimento do desenvolvimento social, que abarca, o tecnológico, o econômico e o educacional, promovendo o bem-estar social para a sociedade como um todo.

A Convenção de Haia (1954)¹²⁸, em seu artigo 1º considera como um bem cultural, "independente de sua origem ou propriedade" aqueles que são:

- a) os bens, móveis ou imóveis, que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte, ou de histórica, religiosos ou seculares, os lugares que oferecem interesse arqueológico, os grupos de edificações que, em vista de seu conjunto, apresentem um elevado interesse histórico ou artístico, as obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico, artístico ou

¹²⁸ Texto retirado do decreto nº 44.851, de 11 de novembro de 1958, que promulga a convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, na legislação brasileira. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/brazil_decreto_44851_11_11_1958_por_orof.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020

- arqueológico, bem como as **coleções científicas** e as coleções importantes de livros, de arquivos, ou de reproduções dos bens acima definidos;
- b) os edifícios cuja finalidade principal e real seja a de conservar e expor os bens culturais móveis definidos na alínea (a), tais como os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos, bem como os abrigos destinados a proteger, em caso de conflito armado, os bens culturais móveis definidos na alínea (a);
- c) os centros que contenham um número considerável de bens culturais (definidos nas alíneas (a) e (b)), os quais serão denominados "centros que contêm monumentos". (grifo nosso)

Observe que o texto da convenção já identificava as coleções científicas como um patrimônio cultural, de forma que incentiva a elaboração de uma política governamental, além de legislação, que garanta sua segurança e salvaguarda, independentemente dos locais nos quais forem colecionados, sejam eles museus, arquivos ou bibliotecas.

A Convenção de Haia foi promulgada, no Brasil, através do decreto nº 44.851, de 11 de novembro de 1958. O texto, até o momento presente, não foi revogado, de modo que é juridicamente válido como referência no entendimento do que é um patrimônio cultural no âmbito da legislação brasileira. O decreto determina que a Convenção "[...] seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém"¹²⁹.

Outras leis e decretos existentes, desde a década de 1960, que tratam sobre bens culturais em território brasileiro, foram listados no Quadro X. No âmbito geral, suas ementas apresentam como assuntos a segurança desses bens culturais, a garantia quanto a seu uso, acesso e disseminação. No entanto, nenhum destes textos legislativos apresentou uma definição ou descrição para esses patrimônios culturais, deduzindo-se, pois, que eles se fundamentam nas definições apresentadas no texto da convenção de Haia, que, de certa forma está inserido no texto da Constituição de 1988.

A Constituição de 1988¹³⁰, por sua vez, em seus artigos nº 215 e 216 trata dos bens culturais, de forma a traçar diretrizes gerais que garantam sua difusão, acesso e proteção, deixando para legislação complementar, assim como para as emendas constitucionais, as especificações devidas. O artigo nº 216 trata do patrimônio cultural brasileiro, e apresenta a seguinte redação:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência **à identidade, à ação, à memória** dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

¹²⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D44851.htm. Acesso em: 15 maio 2020.

¹³⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 15 maio 2020.

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - **as criações científicas**, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (grifo nosso)

Observa-se que o inciso III menciona "[...] as criações científicas, artísticas e tecnológicas" como parte integrante desse patrimônio, seguindo o texto da Convenção de Haia. Logo, a proteção do patrimônio documental científico (em bibliotecas e arquivos), assim como do patrimônio científico (museus) estão garantidos na Constituição, sendo dever das instituições de guarda identificá-los para que essa salvaguarda e divulgação possam ser consolidadas.

Durante a revisão bibliográfica tive acesso a pesquisas que se dedicaram a estudar em profundidade as legislações existentes, incluindo a Lei de Depósito Legal, as normativas do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), assim como as legislações existentes em outros países, de modo que não foram abordadas nesse tópico. Destaco um desses estudos, de Santos e Reis (2018), que se propuseram a fazer um levantamento do histórico legislativo brasileiro relacionados aos bens culturais — incluindo as normativas mencionadas —, oferecendo um quadro social de como os legisladores brasileiros, representando sua população, compreenderam esse tema ao longo do tempo. Percebe-se que do século XIX ao início do século XX, buscava-se especificar na legislação os tipos materiais considerados bens culturais, deixando claro o que deveria ser protegido. Esse tipo de redação legislativa não foi mantido, e a partir da década de 1990 tornaram-se comuns textos abrangentes, que permitem interpretações diversas no âmbito do patrimônio cultural, além de dúvidas quanto a quais bens estão protegidos de fato.

Com vistas a identificar as leis e normativas existentes, que abordem o tema dos bens culturais em território nacional, elaborei o Quadro 15, que é o resultado de um levantamento realizado nos sites do Senado¹³¹ e do Planalto Central brasileiro¹³², objetivando conhecer as leis existentes, a partir da delimitação do recorte cronológico entre a década de 1960 até o ano atual.

¹³¹ Disponível em: senado.legis. Acesso em: 8 fev. 2020

¹³² Disponível em: planalto.gov. Acesso em: 8 fev. 2020.

Foi utilizado, durante a busca, as seguintes palavras-chave: "bem cultural", "patrimônio", "patrimônio cultural". Apenas foram selecionadas legislações que tratem dos bens culturais mantidos em espaço de biblioteca, arquivo e museus. Existem outras legislações que tratam do uso dos bens culturais, em ações de combate as drogas (decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019) e de participação da pessoa idosa tanto como produtora, quando consumidora, de tais atividades culturais (decreto nº 9.921, de 18 de julho de 2019).

Quadro 15 - Listagem de leis e decretos brasileiros que tratam de bens culturais e patrimônio cultural

Data	Ementa	Fonte
1958	Promulga a convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado Haia, 1954	Decreto nº 44.851 de 11 de novembro de 1958
1959	Torna públicas ratificações e adesões a convenção internacional para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, concluída na Haia, a 14 de maio de 1954. Não consta revogação expressa	Decreto nº 47.344 de 04 de dezembro de 1959
1960	Torna pública a ratificação, por parte da Nicarágua, da convenção e protocolo, concluídos em Haia, a 14 de maio de 1954, para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. Não consta revogação expressa	Decreto nº 47.795 de 11 de fevereiro de 1960
1962	Torna públicas ratificações e adesões por parte de diversos países, ao protocolo da Convenção internacional para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, concluído na Haia, a 14 de maio de 1954. Não consta revogação expressa	Decreto nº 51.640 de 21 de dezembro de 1962
1962	Torna públicas ratificações e adesões, por parte de diversos países, a convenção internacional para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado, concluída na Haia, a 14 de maio de 1954. Não consta revogação expressa	Decreto nº 51.641 de 21 de dezembro de 1962
1964	Aprova os estatutos do centro internacional de estudos para conservação e restauração de bens culturais, criado por resolução da IX sessão da conferência geral da Organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) realizada em 1956. Não consta revogação expressa	Decreto Legislativo nº 16 de 01 de julho de 1964
1965	Promulga os estatutos do centro de estudos para a conservação e a restauração dos bens culturais. Não consta revogação expressa	Decreto nº 56.275 de 10 de maio de 1965
1973	promulga a convenção sobre as medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedade ilícitas dos bens culturais. Não consta revogação expressa	Decreto nº 72.312 de 31 de maio de 1973
1977	Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turísticos; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da lei 4.132, de 10 de	Lei nº 6.513 de 20 de dezembro de 1977

	setembro de 1962 (define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação) , altera a redação e acrescenta dispositivo a lei 4.717, de 29 de junho de 1965 (regula a ação popular); e dá outras providências. Não consta revogação expressa	
1981	Regulamenta a lei n. 6.513, de 20/12/1977, que dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico, e da outras providencias. [patrimônios naturais estão previstos nessa regulamentação]	Decreto nº 86.176 de 06 de julho de 1981
1986	Aprova as diretrizes do primeiro plano nacional de desenvolvimento (PND) da nova república, para o período de 1986 a 1989, e da outras providencias. [Essa legislação reconhece a diversidade cultural existente no Brasil, quando afirma ser "fundamental reconhecer que no Brasil coexistem diferentes complexos culturais"]	Lei nº 7.486 de 06 de junho de 1986
1993	Promulga os Protocolos I e II de 1977 adicionais às Convenções de Genebra de 1949, adotados em 10 de junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados.	Decreto nº 849 de 25 de junho de 1993
1995	Regulamenta a lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece a sistemática de execução do programa nacional de apoio a cultura (PRONAC), e dá outras providências.	Decreto nº 1.494 de 17 de maio de 1995
1995	Promulga o acordo de cooperação cultural e educacional, entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república do equador, de 26 de outubro de 1989.	Decreto nº 1.632 de 12 de setembro de 1995
1998	Promulga o acordo de cooperação cultural, celebrado entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república italiana, em Roma, em 12 de fevereiro de 1997.	Decreto nº 2.818 de 23 de outubro de 1998
1999	Aprova o texto da convenção da unidroit sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, celebrada em Roma, no dia 24/06/1995.	Decreto Legislativo nº 4 de 21 de janeiro de 1999
1999	Promulga a convenção da unidroit sobre bens culturais furtados ou ilicitamente exportados, concluída em Roma, em 24 de junho 1995.	Decreto nº 3.166 de 14 de setembro de 1999
2000	Dispõe sobre a execução do quarto protocolo adicional (acordo de bens culturais e sementes) ao acordo de complementação econômica n. 36, entre os governos da república federativa do brasil, da republica argentina, da república do Paraguai e da republica oriental do Uruguai, como estados partes do Mercosul, e o governo da republica da Bolívia, de 29/06/1999, e de sua ata de retificação ao segundo parágrafo do art. 42, de 02/12/1999.	Decreto nº 3.383 de 15 de março de 2000
2000	Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.	Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000

2001	Aprova o texto do convênio sobre a recuperação de bens culturais roubados ou exportados ilicitamente, celebrado entre o governo da república federativa do brasil e o governo da República do Peru, em Brasília, em 26 de fevereiro de 1996.	Decreto Legislativo nº 484 de 28 de novembro de 2001
2002	Determina o tombamento dos bens culturais das empresas incluídas no programa nacional de desestatização.	Lei nº 10.413 de 12 de março de 2002
2002	Promulga o convênio sobre a recuperação de bens culturais roubados ou exportados ilicitamente entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república do peru, celebrado em Brasília, em 26 de fevereiro de 1996.	Decreto nº 4.188 de 09 de abril de 2002
2002	Aprova o texto do acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república da Bolívia sobre a recuperação de bens culturais, patrimoniais e outros específicos roubados, importados ou exportados ilicitamente, celebrado em la paz, em 26 de julho de 1999.	Decreto Legislativo nº 97 de 23 de maio de 2002
2002	Promulga o acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república da Bolívia sobre a recuperação de bens culturais, patrimoniais e outros específicos roubados, importados ou exportados ilicitamente, celebrado em la paz, em 26 de julho de 1999.	Decreto nº 4.444 de 28 de outubro de 2002
2005	Aprova o texto do segundo protocolo relativo à convenção de Haia de 1954 para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, celebrado em Haia, em 26 de março de 1999.	Decreto Legislativo nº 782 de 08 de julho de 2005
2005	Acrescenta o par 3 ao art 215 da constituição federal, instituindo o plano nacional de cultura 2006 Decreto nº 5.760 de 24 de abril de 2006 Promulga o segundo protocolo relativo à convenção de Haia de 1954 para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado, celebrado na Haia, em 26 de março de 1999.	Emenda Constitucional nº 48 de 10 de agosto de 2005
2006	Regulamenta a lei n 8.313, de 23 de dezembro de 1991, estabelece sistemática de execução do programa nacional de apoio à cultura - PRONAC e dá outras providências. Não consta revogação expressa	Decreto nº 5.761 de 27 de abril de 2006
2006	Promulga o acordo de cooperação entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república do panamá no campo da luta contra o crime organizado, celebrado em Brasília, em 21 de agosto de 2001.	Decreto nº 5.814 de 26 de junho de 2006
2009	Institui o estatuto de museus e dá outras providências.	Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009
2009	Cria o instituto brasileiro de museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do plano especial de cargos da cultura, cria cargos em comissão do grupo-direção e assessoramento superiores - das e funções gratificadas, no âmbito do poder executivo federal, e dá outras providências.	Lei nº 11.906 de 20 de janeiro de 2009

2010	Institui o plano nacional de cultura - PNC, cria o sistema nacional de informações e indicadores culturais - SNIIC e dá outras providências.	Lei nº 12.343 de 02 de dezembro de 2010
2012	Acrescenta o art. 216-a à constituição federal para instituir o sistema nacional de cultura. [prevê a diversidade das expressões culturais, o acesso aos bens culturais, assim como sua produção e difusão.	Emenda Constitucional nº 71 de 29 de novembro de 2012
2013	Dispõe sobre a destinação dos bens de valor cultural, artístico ou histórico aos museus, nas hipóteses que descreve. [o valor cultural aqui é definido em conformidade com a constituição brasileira]	Lei nº 12.840 de 09 de julho de 2013
2013	Promulga o convênio entre a república federativa do brasil e o reino da Espanha sobre cooperação em matéria de combate à criminalidade, firmado em Madri, em 25 de junho de 2007.	Decreto nº 8.048 de 11 de julho de 2013
2013	Regulamenta dispositivos da lei n 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o estatuto de museus, e da lei n 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o instituto brasileiro de museus -IBRAM.	Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013
2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. [Assegurar aos alunos acesso aos bens culturais]	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.
2014	Institui a política nacional de cultura viva e dá outras providências. [um dos pontos de destaque é a promoção e a preservação da cultura brasileira, a proteção do patrimônio cultural material e imaterial – sem dar definições – e democratizar as ações culturais]	Lei nº 13.018 de 22 de julho de 2014
2014	Promulga o Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia sobre Cooperação Policial, firmado em Bogotá, em 14 de dezembro de 2005. [O art. 1º, alínea i, prevê como um dos objetivos da cooperação a mútua assistência contra o "tráfico ilegal de bens culturais e delitos contra a propriedade intelectual"].	Decreto n 8.360, de 17 de novembro de 2014
2015	Dispõe sobre a execução, no território nacional, da resolução 2199 (2015), de 12 de fevereiro de 2015, do conselho de segurança das nações unidas, que reafirma obrigações impostas aos estados-membros para combater o terrorismo e o financiamento do terrorismo e para coibir o comércio de armas e materiais conexos com o estado islâmico no Iraque e no levante, com a frente al-nusra e com indivíduos, grupos, empresas e entidades associados à al-Qaeda. [o Brasil assinou a resolução que no item 15 a 17 trata da proteção à herança cultural do Iraque e da Síria, reafirmando a prevenção ao comércio dos itens considerados patrimônio cultural desses países, assegurando seu retorno ao povo iraquiano e sírio.]	Decreto nº 8.526 de 28 de setembro de 2015
2019	Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. [Esse conselho tem como função examinar e decidir sobre tombamento de bens culturais de natureza	Decreto nº 9.963 de 08 de agosto de 2019

	material ou sua retificação; registro e reavaliação desses registros e saída temporária do país.]	
2019	Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico. [uma das funções desse Conselho, prevista no art. 2º, inciso II, alínea c é " questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais musealizados, passíveis de musealização e coleções visitáveis"]	Decreto nº 9.987 de 26 de agosto de 2019
2020	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Turismo e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Vigência. [trata da competência da atual Secretaria de Cultura de "assessorar o Ministro de Estado na formulação de políticas, de programas, de projetos e de ações que visem promover a cidadania por meio da cultura, a economia criativa brasileira, o acesso aos bens culturais e a proteção dos direitos autorais"]	Decreto nº 10.359 de 20 de maio de 2020
2020	Promulga o Acordo de Cooperação Estratégica entre a República Federativa do Brasil e o Serviço Europeu de Polícia, firmado em Haia, em 11 de abril de 2017. [se refere a troca de informações visando a proteção dos bens culturais nacionais e outras disposições].	Decreto nº 10.364 de 21 de maio de 2020

APÊNDICE C - As loterias no tempo do império: segundo a legislação da época

Percebe-se que as loterias eram mais do que uma distribuição de prêmios mediante o fator "sorte". Também figuravam como uma modalidade de "empréstimo" ou financiamento direcionado às instituições de filantropia e caridade, por parte do governo Imperial. A questão da moralidade também estava presente nas discussões para a concessão das loterias, como observado nos debates que ocorriam no congresso imperial, de forma que se formava uma contradição: embora visto como imoral, por ser um jogo viciante e dado a contravenção, e por isso ser reprovável e digno de eliminação, era tolerável para fins de benemerência.

O senador Teixeira Junior, por exemplo, diz que "só se concede loterias a instituições de caridade"¹³³; e o Visconde do Rio Branco, declara que "[...] são as loterias um jogo prejudicial aos que a elle se entregam, e só devem algumas vezes ser toleradas, com excepção que cumpre tornar cada dia mais rara, quando se destinam as obras pias e de caridade"¹³⁴. O senador Visconde de Souza Franco, em sua fala sobre a concessão de loterias para a Biblioteca Fluminense, é um bom exemplo dessa contradição. Diz ele:

O meu nome apparece assignado no parecer que se discute; tenho, portanto, necessidade de dar as razões por que eu, sempre tão infenso ás loterias, que nunca assignei parecer em favor da sua concessão, que não favoreço de forma alguma esse jogo immoral, a ponto de nunca comprar bilhetes de loteria, figure agora assignado neste parecer [...] porque o fiz? Por uma razão muito justificada. Estam-se concedendo loterias a todos; como negal-as a um estabelecimento de tão grande utilidade, como é uma bibliotheca publica!¹³⁵

De fato, para compreender as loterias no Império, somente estudando as leis existentes à época. Por não ser enfoque dessa pesquisa o aprofundamento nessa questão, pesquisei apenas as legislações que diretamente interferiram nas requisições feitas pela Biblioteca Fluminense. Em levantamento realizada no site da câmara dos deputados, nas "Collecções das Leis do Imperio do Brasil", observa-se que as loterias são citadas em decretos desde 1838, cujos temas tratam de sua aplicação e do uso dos valores obtidos por meio dessas "loterias". As outras legislações pesquisadas foram:

¹³³ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)*, ed. 220.

¹³⁴ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)*, ed. 220

¹³⁵ *Diário do Rio de Janeiro (RJ)*, ed. 220

a) decreto nº 357, de 27 de abril de 1844¹³⁶, "[...] regulando a extracção das Loterias em todo o Império". Esta legislação estava vigente quando a Biblioteca Fluminense obteve a concessão das 4 primeiras loterias;

b) lei nº 1.099, de 18 de setembro de 1860, que "[...] proíbe as loterias e rifas de qualquer especie, não autorizadas por Lei, e dá faculdade ao Governo para conceder loterias".

Esta lei incidiu no momento em que a biblioteca obteve autorização, em 1858, para fazer as 4 loterias, e havia conseguido o valor de 40.000\$ com elas. Por conta das novas regras, que exigia a comprovação da execução do projeto – que nesse caso era a compra da casa da Rua do Ouvidor -- não conseguiu ter acesso ao recurso financeiro;

c) decreto nº 2.874, de 31 de dezembro de 1861, do Ministério da Fazenda, que "[...] regula a execução da lei nº 1099 de 18 de setembro de 1860, que proíbe as loterias e rifas não autorizadas, e dá ao governo faculdade para conceder loterias".

O decreto de 1844 apresentava as competências dos envolvidos na extração das loterias, e também como essas deveriam ocorrer, além da realização dos sorteios. A sua ementa é esclarecedora quanto ao seu conteúdo:

Attendendo aos inconvenientes, e queixas, que se tem manifestado contra a maneira, por que em alguns pontos do Imperio se extrahem as Loterias concedidas pelas Leis Geraes, e Provinciaes; e á necessidade de regular por huma maneira uniforme a extracção das mesmas Loterias em todo o Imperio, a fim de não se desacreditar esse meio de favorecer os estabelecimentos uteis com augmento da Renda Publica: Hei por bem, depois de ter Ouvido o Conselho d'Estado, Mandar que se execute o seguinte Regulamento.

Entretanto, para esse tópico, com vistas a explicar resumidamente como se dava a dinâmica das loterias e dos recursos direcionados à filantropia, irei me ater apenas aos textos da lei de nº 1.860, e do decreto nº 2.874, que a regulamenta, de 1861, pois eles esclarecem o que era compreendido como "loteria" à época.

O decreto nº 2.874, de 1861, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, define como loteria ou rifa, "[...] a venda de bens, mercadorias, ou objectos de qualquer natureza que se prometter ou effectuar por meio de sorte; toda e qualquer operação em que houver promessa de prêmio ou de benefício dependente de sorte"; diferente do que conhecemos na atualidade por loteria, cuja premiação é sempre realizada em dinheiro, mediante escolha de um conjunto numérico, que será sorteado, e só recebe o prêmio em dinheiro aquelas pessoas, que, segundo as regras,

¹³⁶ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387220/publicacao/15634046>. Acesso em: 16 jun. 2020

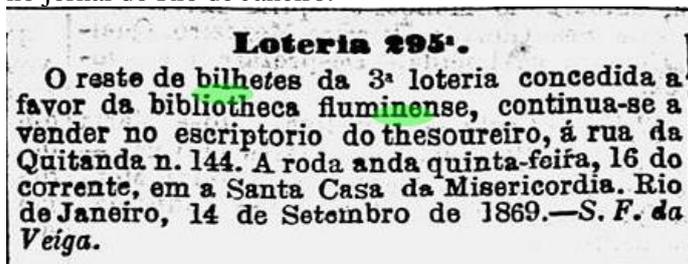
acertarem os números sorteados. No século XIX, qualquer premiação poderia ser oferecida, e a loteria, direcionada a caridade e a filantropia, era uma forma dos "ilustrados" da época manterem seus projetos sociais, e participarem com doações, que geralmente eram noticiadas nos jornais, incluindo os valores doados (Figura 32 e 33).

Figura 30: Anúncio de compra de bilhetes, com o nome do comprador, publicado no *Jornal do Commercio*¹³⁷



Fonte: Hemeroteca Digital do Brasil

Figura 31: Anúncio sobre a venda dos bilhetes de loteria da Biblioteca Fluminense, publicado no jornal do Rio de Janeiro.¹³⁸



Fonte: Hemeroteca Digital do Brasil

O texto da ementa da lei n. 1.099, de 18 de setembro de 1860¹³⁹ diz: "Prohibe as loterias e rifas de qualquer espécie, não autorizadas por Lei, e dá faculdade ao Governo para conceder loterias". Logo, por meio dessa lei, o governo teria o controle sobre a concessão de loterias, que, ao que parece, era uma atribuição do congresso Imperial, tendo em vista que no caso do projeto da Biblioteca Fluminense, de 1850, e que foi votado em 1858, ele não seguiu para uma aprovação do governo do Império, sendo decidida apenas entre os congressistas.

A lei também define uma penalidade para quem a descumprisse, caracterizada por prisão simples de dois a seis meses, e perda de todos os bens e valores obtidos com a compra dos bilhetes, e dos recursos utilizados para realizar a loteria/rifa. Também estava prevista multa igual a metade do valor obtido com os bilhetes distribuídos.

¹³⁷ *Jornal do Commercio*, ed. 187, 1871, p. 4

¹³⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, ano 52, ed. 252, 15/09/1869, p.4

¹³⁹ A referida lei completar está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-1099-18-setembro-1860-556060-publicacaooriginal-75653-pl.html>. Acesso em: 6 jul. 2020

A concessão de loterias, então, passaria a ser feita por via de decreto solicitado ao Ministério da Fazenda, cabendo a este a fiscalização do uso do valor recebido pelo solicitante. Essa lei também definiu que a concessão de loterias seria feita apenas aos estabelecimentos de utilidade geral — entenda-se voltados à caridade e filantropia —, além das construções no âmbito geral e com objetivo de fazer reparos em igrejas matrizes. No caso de construção e reparo de obras, estes projetos precisariam ser avaliados e aprovados pelo governo, com tramitação do projeto na câmara dos deputados e no senado. O texto informa também que essa lei revogou a lei nº 37.207, de 6 de junho de 1831¹⁴⁰, que tratava da punição de criminosos, cuja pena seria de três a nove meses para crimes tipificados no art. nº 285 do código criminal do período¹⁴¹, que trata dos "ajuntamentos ilícitos", e possivelmente era aplicada como punição aos contraventores.

O decreto nº 2.874 veio regulamentar a referida lei, confirmando a proibição em todo o Império, de loterias e rifas que não tenham sido permitidas por lei, resultando nas punições já mencionadas. Os estabelecimentos, irmandades e "corporações", que já haviam sido beneficiadas com a concessão das loterias, antes da promulgação do decreto, deveriam enviar à secretaria de fazenda seus requerimentos, de forma que o governo, com base na lei nº 1.099, decidiria pela concessão, anulação ou modificação de suas cláusulas. Observe que segundo o artigo 5º do decreto, apenas estabelecimentos "[...] pios de utilidade geral, e para construção e reparos de igrejas matrizes" poderiam solicitar a concessão de loterias. Para tanto, as administrações dos estabelecimentos e igrejas deveriam dirigir um requerimento ao ministério do Império, no qual deveriam constar a "[...] circunstancias do estabelecimento ou das obras de que se quer tratar, e a falta de recursos próprios para conseguirem os fins que tenham em vista". Se o requerimento fosse para construção e reparo de obras, deveria ser acompanhado do plano e do orçamento para sua execução, conforme o artigo 6º do decreto. Os requerimentos que fossem provenientes de estabelecimentos, obras, fabricas ou "qualquer melhoramento na província" precisariam ser acompanhados de informações dos presidentes das províncias, e suas respectivas tesourarias, que decidiriam se ocorreria a concessão ou não das loterias para esses casos, conforme estabelecido no artigo 3º do decreto.

¹⁴⁰Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37207-6-junho-1831-563560-publicacaooriginal-87651-pl.html#:~:text=LEI%20DE%206%20DE%20JUNHO%20DE%201831,do%20Imperador%20o%20Senhor%20D.&text=285%20do%20Codigo%20Criminal%20serão,a%20nove%20meses%20de%20prisão. Acesso em: 6 jun. 2020

¹⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 7 jun. 2020.

As loterias passariam a ocorrer anualmente com uma quantidade limitada 56 concessões. A única loteria autorizada fora das regras estabelecidas pelo decreto imperial seriam as da província do Rio de Janeiro. Os valores obtidos com a venda dos bilhetes seriam recolhidos aos cofres do tesouro nacional, caso a concessão fosse pelo governo Imperial; se fosse da província, o valor seria recolhido à tesouraria da fazenda, conforme o artigo 7º.

ANEXO A – Listagem dos documentos cartográficos registrados no livro de tomo da "3ª secção...."

Obs: Os mapas foram transcritos exatamente como se apresentavam no referido livro de tomo; essa listagem não contém a totalidade dos mapas registrados.

Ano 1916

data do registro: 23 de junho

N. 49 Bello Horizonte em 1894. Comissão Constructora da nova Capital - Planta Geral do Parque; reprodução fotográfica; autoria: não informado.

N. 50 Bello Horizonte em 1895. Comissão Constructora da Nova Capital. Planta topographica da Cidade de Minas; reprodução fotográfica; autoria: não informado.

f. 111; data do registro: 19 de julho

N. 90 Altitude comparada dos pontos culminantes do systema geographico brasileiro pelo conselheiro ... Homem de Mello; impresso;

N. 91 carta...da fronteira do Imperio do Brasil com a Republica de Venezuela - Reduzida à escala de 1:1.200.000 da Carta Geral apresentada pela Comissão... impresso;

N.92 théâtre complet de la guerre – 1854 - par Berthe – géographe impresso;

N. 93 a new chart of the Atlantic drawn... by J. W. Norie...1832 impresso;

N. 94 a new general chart of the West Indies and the coast of America... by J. W. Norie... 1840 impresso;

N. 95 map of the united states and territories... compiled from the official surveys... under the directions of the cor. S. S. Burdett... 1875 impresso;

N. 96 a new and complete chart of the coast of Brazil from Maranham to the entrance of the River Plate ... 1830 impresso;

N. 97 mappa topographico das terras devolutas medidas e demarcadas desde 1854 até 1868... da provincia de S. Paulo impresso;

N. 98 mapa geral del Reyno del Portugal... por Dom Tomaz Lopez impresso;

N. 99 plano hydrographico da bahia do Rio de Janeiro levantada pelo capitão tenente Diogo Jorge de Brito...1870 impresso;

f. 112; data do registro: 19 de julho

- N. 100 carta reduzida do Alto-Paraná levantada... pelo 1º tenente A. N. J., F. F. de B. S. Garção...1859
manuscrito;
- N. 101 carta corographica da provincia do Rio de Janeiro... coordenada e desenhada pelo engenheiro Pedro Taulois...
impresso;
- N. 102 carta limitrophe do paiz de Matto Grosso e Cuyabá desde a foz do rio Mamoré até o Lago Xarayes...1790
manuscrito;
- N. 103 mappa geographico da capitania de Matto Grosso formado no anno de 1802..
impresso;
- N. 104 mappa chorographico da provincia de S. Paulo desenhado por Daniel Pedro Müller, marechal reformado...1839
impresso;
nota: "Cedido ao 'Museo Paulista, em 20 de Agosto de 1919, em troca do codice' ".
- N. 105 carta illustrada da provincia de São Paulo levantada ... por Jules Martin...1875
impresso;
- N. 106 mappa geographico de huma parte do Imperio do Brazil...
impresso;
- N. 107 planisphere historique illustré
impresso;
- N. 108 mappa topographico das terras devolutas medidas e demarcadas... da provincia de S. Paulo...1872
impresso;
- N. 109 mappa chorographico da provincia de San Paulo desenhado por Daniel Pedro Müller marechal reformado...1837
impresso;
- N. 110 carta geral das fronteiras do Brazil e Bolivia levantada pela Comissão de Limites... em 1878
manuscrito;
- N. 111 mappa geographico de uma parte do Imperio do Brazil... 1863
impresso;
- N. 112 carta plana da parte da fronteira do Brazil com o Estado Oriental do Uruguay... pela Comissão de Demarcações...
manuscrita;

f. 113; data do registro: 19 de julho

- N. 113 Carta esferica e reducida de las provincias del Paraguay y Misiones Guaranis con el Distrito de Corrientes
impresso;
- N. 114 Carta topographica da provincia do Rio Grande do Sul... de Antonio Eleutherio de Camargo, 1868
impresso;
- N. 115 Esboço da carta corographica da provincia de Pernambuco
impresso;
- N. 116 Plano hydrographico da barra e porto de Victoria
impresso;

- N. 117 Carta corographica delle Strade Comunali Obbligatorie d'Italia – Compartimento di Sardegna ...1874
impresso;
- N. 118 Planta do rio Grande desde a Villa de Campo Largo até a sua confluencia com o rio de S. Francisco... pelo
engenheiro civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld... 1859
impresso;
- N. 119 Carta da provincia do Paraná – pelo capitão Monteiro Tourinho...1881
impresso;
- N. 120 Carta topografica della Laguna Veneta...
impresso;
- N. 121 Carta delle provincie meridionali d'Italia indicante de tappe militari ed i rilievi postali...1861
impresso;
- N. 122 Carta do rio Paraguay
impresso;
Nota: "Em péssimo estado de conservação"
- N. 123 Carta postal do Brazil
impresso;
- N. 124 A new and most correct chart of the entrance of Rio de Janeiro from a survey made by order of the
Portuguese Government
impresso;
- N. 125 Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... Na Impressão Regia – 1812
impresso;
- f. 114; data do registro: 19 de julho**
- N. 126 Mappa topographico da provincia do Paraná organizado na Inspectoria Geral de Terras e
Colonisação...1876
impresso;
- N. 127 Carta postal da Bahia – mandada organizar pelo Dr. Francisco de Macedo Costa administrador dos correios
da Bahia... 1882
manuscrito;
- N. 128 Planta de Angra dos Reis levantada pelo 1º tenente da Armada Henrique Antonio Baptista ... 1856
impresso;
- N. 129 Planta hydrographica da barra e porto de Santos...
impresso;
- N. 130 Carta geographica de huma parte do Imperio do Brasil... organizado pelo conselheiro Duarte da Ponte
Ribeiro... 1856
impresso;
- N. 131 Perfil geral da estrada de ferro de Santo Amaro
manuscrito;
- N. 132 Viação ferrea nas provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Gerais ... 1887
impresso;
- N. 133 Planta da cidade de Ouro Preto
impresso;
- N. 134 Mappas dos terrenos das provincias de S. Pedro do Sul, e de Sta Catharina que têm de receber a projectada
estrada de ferro de D. Izabel ... 1872

manuscritos;

N.135 Planta hydrographica da bahia do Rio de Janeiro levantada em 1810 por uma comissão de officiaes da Armada e augmentada por Joaquim Raimundo de Lamare
impresso;

N. 136 Mappa hydrographico da bahia de Todos os Santos levantado... por Domingos Miguel Marques de Souza, segundo tenente secretario da estação naval do Centro
impresso;

N. 137 Planta da cidade do Rio de Janeiro e suburbios...1875
impresso;

f. 115; data do registro: 19 de julho

N. 138 Carta geral da fronteira entre Brazil e a Bolivia organizada segundo os trabalhos das comissões de 1871 e 1875 1880
impresso;

N. 139 Carta do Imperio do Brasil organizada pela Comissão da Carta Geral sob a presidencia do general Henrique de Beurepaire Rohan ...1875
impresso;

N. 140 Plano geographico do Rio Branco seus confluentes e cabeceiras do Rio [Ru]punari... 1787
manuscrito;

N. 141 Mappa architectural do Rio de Janeiro...1873
impresso;

f. 115; data do registro: 31 de julho

N. 142 Mapa del Mundo
impresso;

N. 143 Mappa parcial do estado da Bahia...1913
impresso;

N. 144 Mappa referente ao indicado canal São Francisco – Jaguaribe
impresso;

N. 145 Mappa parcial do estado do Piauhy pelo engenheiro Horatio L. Small...1914
impresso;

N. 146 Estado do Rio de Janeiro organizado por Hilario Mossow e José Clemente Gomes...1892
impresso;

N. 147 Mapa do Estado da Parahyba... pelo engenheiro Roberto Miller... 1913
impresso;

N. 148 Carta geral do estado de S. Paulo com indicações sobre agricultura, commercio, instrucção publica... 1910
impresso;

N. 149 Mappa topographico de parte da provincia de Sta. Catharina, organizado pela Comissão do Registro Geral... das Terras Publicas... 1872
impresso;

f. 116; data do registro: 31 de julho

N. 150 Provincia do Rio de Janeiro...1879
impresso;

N. 151 Mappa geral do Imperio do Brazil... 1851
impresso;

N. 152 Carta topographica e administrativa da provincia da Bahia... 1848
impresso;

N. 153 Commercial map of South America by J. G. Bartholomew
impresso;

N. 154 Mappede-monde... dresse par H. Dufour ... 1856
impresso;

N. 155 Folha de Franca – Comissão geographica e geologica do estado de S. Paulo ...1911
impresso;

N. 156 [Folha de] S. Bento [– Comissão Geographica e Geologica do estado de S. Paulo], Edição de ...1909
impresso;

N. 157 Carta geral do estado de S. Paulo – Comissão Geographica e Geologica ... 1912
impresso;

N. 158 Mapa de la Republica del Paraguay formada por el coronel D. Alfredo M. du Graty... 1861
impresso;

N. 159 Mappa da Republica dos Estados Unidos do Brasil publicado por ocasião da Exposição Nacional de 1908...
impresso;

N. 160 Carté d'Espagne et de Portugal... par E. Mesotelle
impresso;

N. 161 Carte chorographique des ouvirens de Lisbonne ... 1821
impresso;

N. 162 New map of Australia
impresso;

N. 163 Carte des Royaumes d'Espagne et de Portugal ou l'on a marqué les routes de poste et les liemites des dierses provinces...1808
impresso;

f. 117; data do registro : 2 de agosto

N. 164 Cartas da costa do Brasil entre o rio Mossoró e o de S. Francisco do Norte ... por M. A. Vital de Oliveira ... 1862
impresso;

N. 165 Carta do Imperio do Brasil organisada pela Comissão da Carta Geral sob a presidencia do general Henrique de Besurepaire Rohan... 1875
impresso;

N. 166 [Carta do Imperio do Brasil organisada pela Comissão da Carta Geral sob a presidencia do general Henrique de Besurepaire Rohan... 1875]
impresso;

N. 167 Johnson's new illustrated... county map of the republics North-America with adjacent islands and countries ... 1859
impresso;

N. 168 Charte von Africa - ... neu entworfen von F. L. Güsefeld ... Nürnberg ... 1797

impresso;

N. 169 Carte de l'Amérique septentrionale et miridionale ... 1832
impresso;

N. 170 Strategic map os the Theatre of the war in central Europe and North Italy
impresso;

N. 171 Carte géologique du Grand-Duché de Luxembourg
impresso;

N. 172 Hispania ex[,] Archetypo Roderici Mendez Sylva...
impresso;

N. 173 Mappa physico e politico do Reino de Portugal
impresso;

N. 174 Mappa de Portugal por V. J. C.
impresso;

N. 175 Carta chorographica da provincia de Minas Geraes... por Frederico Wagner
impresso;

N. 176 [Carta chorographica da provincia de Minas Geraes... por Frederico Wagner]
impresso;

N. 177 Mappa da capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas
impresso;

N. 178 [Mappa da capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas]
impresso;

f. 118; data do registro: 2 de agosto

N. 179 Mappa da capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas
impresso;

N. 180 [Mappa da capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas]
impresso;

N. 181 [Mappa da capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas]
impresso;

N. 182 [Mappa da capitania de Minas Geraes com a devisa de suas comarcas]
impresso;

N. 183 Mappa de parte da provincia de Santa Catharina... trabalho organizado por Pedro Luiz Taulois ... 1867
impresso;

N. 184 [Mappa de parte da provincia de Santa Catharina... trabalho organizado por Pedro Luiz Taulois ... 1867]
impresso;

N. 185 [Mappa de parte da provincia de Santa Catharina... trabalho organizado por Pedro Luiz Taulois ... 1867]
impresso;

N. 186 Mappa demonstrativo do traço da estrada que se projecta abrir desde a margem esquerda do rio Parnahyba... até a margem direita do rio Capim
impresso;

N. 187 [Mappa demonstrativo do traço da estrada que se projecta abrir desde a margem esquerda do rio Parnahyba... até a margem direita do rio Capim]
impresso;

N. 188 [Mappa demonstrativo do traço da estrada que se projecta abrir desde a margem esquerda do rio Parnahyba... até a margem direita do rio Capim]
impresso;

N. 189 Carta physica do Brazil mostrando os systemas orographico e hydrographico desta região por F. J. M. Homem de Mello ... 1875
impresso;

N. 190 [Carta physica do Brazil mostrando os systemas orographico e hydrographico desta região por F. J. M. Homem de Mello ... 1875]
impresso;

N. 191 [Carta physica do Brazil mostrando os systemas orographico e hydrographico desta região por F. J. M. Homem de Mello ... 1875]
impresso;

N. 192 [Carta physica do Brazil mostrando os systemas orographico e hydrographico desta região por F. J. M. Homem de Mello ... 1875]
impresso;

N. 193 Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da ... do C. L. Jacob Niemeyer.. 1846
impresso;

f. 119; dia do registro: 2 de agosto

N. 194 Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846;
impresso;

N. 195 [Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846];
impresso;

N. 196 Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846;
impresso;

N. 197 Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846;
impresso;

N. 198 Carta do Imperio do Brazil reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846;
impresso;

N. 199 Carta topographica da provincia do Rio G. do Sul – 1868
impresso;

N. 200 [Carta topographica da provincia do Rio G. do Sul – 1868]
impresso;

N. 201 [Carta topographica da provincia do Rio G. do Sul – 1868]
impresso;

N. 202 [Carta topographica da provincia do Rio G. do Sul – 1868]

impresso;

N. 203 Mappa geographico da capitania de Matto Grosso
impresso;

N. 204 Carta das lagoas dos Patos Mirim e dos canaes que as ligam a barra do Rio Grande do Sul... pelo engº...
Lopo Netto
impresso;

N. 205 [Carta das lagoas dos Patos Mirim e dos canaes que as ligam a barra do Rio Grande do Sul... pelo engº...
Lopo Netto]
impresso;

N. 206 [Carta das lagoas dos Patos Mirim e dos canaes que as ligam a barra do Rio Grande do Sul... pelo engº...
Lopo Netto]
impresso;

N. 207 Mappa do sul do Imperio do Brazil. Santos Wernek e C. Krauss
impresso;

N. 208 [Mappa do sul do Imperio do Brazil. Santos Wernek e C. Krauss]
impresso;

N. 209 [Mappa do sul do Imperio do Brazil. Santos Wernek e C. Krauss]
impresso;

N. 210 Nova carta chorographica do Imperio do Brazil ... 1869
impresso;

N. 211 [Nova carta chorographica do Imperio do Brazil ... 1869]
impresso;

f. 120; data do registro: 2 de agosto

N. 212 Carta Illustrada da provincia de S. Paulo por Jules Martins... 1875
impresso;

N. 213 Mappa da provincia da Bahia
reprodução fotográfica;

N. 214 Nova carta chorographica do Imperio do Brazil... pelo coronel engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer
impresso;

N. 215 [Nova carta chorographica do Imperio do Brazil... pelo coronel engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer]
impresso;

N. 216 [Nova carta chorographica do Imperio do Brazil... pelo coronel engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer]
impresso;

N. 217 Mappa da região flagellada pela secca de 1877 com os caminhos de ferro de socorro projectados pelo
engenheiro André Rebouças – 1878
impresso;

N. 218 Carta da provincia de Espirito Santo ... em 1854
impresso;

N. 219 Carta chorographica da provincia do Espirito Santo pelo engenheiro E. de la Martiriére ... 1861
impresso;

N. 220 Carta do Imperio do Brasil reduzida no Archivo Militar em conformidade da publicada pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer em.... 1846
impresso;

N. 221 Carta geral da fronteira do Imperio do Brazil com o Estado oriental do Uruguay levantada pela Commissão de Limites sob a direcção do... barão de Caçapava e do seu sucessor brigadeiro P. A. Bellegarde...1860
impresso;

N. 222 Carta geral da provincia do Maranhão, organisada sobre os trabalhos ... existentes no Archivo Militar pelo capitão do estado maior... Franklin Antonio da Costa Ferreira
impresso;

N. 223 [Carta geral da provincia do Maranhão, organisada sobre os trabalhos ... existentes no Archivo Militar pelo capitão do estado maior... Franklin Antonio da Costa Ferreira]
impresso;

f. 121; data do registro: 2 de agosto

N. 224 Carta geographica da provincia do Rio de Janeiro copiada no real Archivo Militar - Lisboa...1823
manuscrito;

N. 225 Carta da provincia do Espirito Santo...1854
impresso;

N. 226 Mappa do Rio Grande do Sul por L. Zambercari
impresso;

N. 227 Provincia de Santa Cruz ... pelo deputado Cruz Machado
impresso;

N. 228 [Provincia] do Araguaya ... [pelo deputado Cruz Machado]
impresso;

N. 229 [Provincia do] Sapucahy ... [pelo deputado Cruz Machado]
impresso;

f. 121; data de registro: 3 de agosto

N. 230 Carta da Republica dos Estados Unidos do Brazil... pelo professor jubilado da escola naval Lauriano José Martins Penha... 1892
impresso;

N. 231 Topographische Karte... des municipiums von São Leopoldo ... von dem Feldmesser Ernest Müzell ... 1870
impresso;

N. 232 Planta geral da estrada de ferro de Rio Grande ao entroncamento na linha de Porto Alegre a Uruguayana ... 1876
impresso;

N. 233 A provincia do Parana – carta chorographica ... pelo tenente coronel Antonio P. de F. Mendes Antas
impresso;

N. 234 Carta topographica e administrativa da provincia de Goyaz ... pelo V.cde. J. de Villiers de L'Ile Adam ...1849
impresso;

N. 235 Carta geral do estado de S. Paulo, organizado pela Commissão Geographica e Geologica... 1908
impresso;

N. 236 Esboço da carta corographica da provincia de Pernambuco

impresso;

N. 237 Mappa da medição e demarcação das 25 legoas quadrados de terreno concedidas em complemento do dote... a princeza de Joinville, D. Francisca
impresso;

f. 122; data de registro: 3 de agosto

N. 238 Carta do sul da provincia da Bahia, contendo a estrada de ferro Bahia e Minas
manuscrito;

N. 239 Map of Eastern Virginia ... A. D. Bache, Laundt 1862
impresso;

N. 240 Map of the United State of North America by F. Ehling
impresso;

N. 241 Joze Maria Reyes – Carta topographica do Uruguay... 1846
impresso;

N. 242 Carta topographica e administrativa da provicia de Minas Geraes ... pelo V.cde. de Villiers de l'Ile Adam
impresso;

N 243 Provincia de EntreRios segundo o projecto da nova divisão do Imperio pelo deputado Cruz Machado
impresso;

N. 244 [Provincia de] Minas Geraes [segundo o projecto da nova divisão do Imperio pelo deputado Cruz Machado]
impresso;

N. 245 [Provincia de] Januaria [segundo o projecto da nova divisão do Imperio pelo deputado Cruz Machado]
impresso;

N. 246 Carta topographica e administrativa da provincia de São Pedro do Sul... pelo V.cde de Villiers de L'Ile Adam
impresso;

N. 247 Mappa da provincia do Rio Grande do Sul digo da provincia de San Pedro reduzido segundo uma carta manuscripta levantada debaixo da direcção de ... Sr. Visconde de S. Leopoldo por Jozé Pedro César, coronel de milicias - por Th. Dewtenay [?] geografo – para acompanhar os Annaes da Provincia de S. Pedro
impresso;

N. 248 Provincia do Piauhly segundo o projecto da nova divisão do Imperio pelo deputado Cruz Machado
impresso;

N. 249 Carta corographica da provincia do Rio de Janeiro por Jacob Conrado de Niemeyer..
impresso;

N. 250 Mappa fisico e político de la Republica de Venezuela...
impresso;

f. 123; data de registro: 3 de agosto

N. 251 Karta da provincia de São Paulo augmentada de dados estatisticos e outras correcções resultantes de estudos e melhoramentos recentes por Robert Hunschrot – 1875
impresso;

N. 252 Olavo Freire – Republica dos Estados Unidos do Brasil
impresso;

N. 253 Mappa geographico postal da provincia do Rio de Janeiro organizado na Directoria Geral dos Correios em virtude do disposto no art. 103... do regulamento... pelos officiaes Joaquim Carneiro de Miranda e Horta e Fortunato Augusto de Paula Toledo... 1888
impresso;

N. 254 Carte administrative et physique de la France ... dressée par H. Dufour... 1857
impresso;

N. 255 Map of the United States of America
impresso;

N. 256 Mappa geographico do reino de Portugal ... por Frederico Perry Vidal... 1865
impresso;

N. 257 Carta do Imperio do Brazil... pelo professor L. J. M. Penha... 1883
impresso;

N. 258 Planisphère – historique illustré
impresso;

f. 123; dia do registro: 17 de agosto

N. 259 Mappa manuscripto da bahia de Mossamedes, em Dezembro de 1843 por Vicente Thomaz dos Santos
manuscrito;

N. 260 Mappa do rio Purus e seus arredores acompanhado de um extracto da "Voyage de l'ocean Pacifique á l'ocean Atlantique atraves l'Amérique du Sud par Mr. Paul Marcoy – 1848 a 1860
manuscrito;

f. 124; data de registro: 17 de agosto

N. 261 Traçado do rio Curuguaty... 1861
manuscrito;
Nota: "Com uma nota manuscrita no verso"

N. 262 Figura da fortaleza de S. Jozé das Marabitanas
manuscrito;

N. 263 Mappa que mostra a nova navegação da F. de Mogi Guaçu do arraial dos Anicuns descoberto por João Caetano da Silva em 1817
manuscritos;

N. 264 Rascunho da triangulação de uma zona no centro de Minas Geraes, tendo como ponto de partida Paracatu...
manuscrito;

f. 124; data do registro: 19 de agosto

N. 265 Mappa da região principal da provincia de S. Paulo
impresso;

N. 266 [Mappa da região principal da provincia de S. Paulo]
impresso;

N. 267 [Mappa da região principal da provincia de S. Paulo]
impresso;

N. 268 [Mappa da região principal da provincia de S. Paulo]
impresso;

N. 269 Carta postal do Brazil, organizada pelos engenheiros civis C. Krauss e H. I. dos Santos Werneck... 1867
impresso;

N. 270 [Carta postal do Brazil, organizada pelos engenheiros civis C. Krauss e H. I. dos Santos Werneck... 1867] impresso;

N. 271 Mappa entre o rio do Frade e Mucury copiado das cartas inglezas... pelo 1º tenente I. J. da Fonseca ... 1857 impresso;

N. 272 [Mappa entre o rio do Frade e Mucury copiado das cartas inglezas... pelo 1º tenente I. J. da Fonseca ... 1857] impresso;

N. 273 [Mappa entre o rio do Frade e Mucury copiado das cartas inglezas... pelo 1º tenente I. J. da Fonseca ... 1857] impresso;

N. 274 Mappa topographico das terras devolutas medidas e demarcadas desde 1854 até 1868 na comarca de Iguape e em parte da da capital ... por Carlos Rivière... impresso;

N. 275 [Mappa topographico das terras devolutas medidas e demarcadas desde 1854 até 1868 na comarca de Iguape e em parte da da capital ... por Carlos Rivière...] impresso;

f. 125; data do registro: 19 de agosto

N. 276 Viagem do brigadeiro José Custodio de Sá e Faria da cidade de S. Paulo a Praça de N. S. dos Prazeres do Rio Iigatemy em 3 de Outubro de 1774 impresso; 1ex.

N. 277 [Viagem do brigadeiro José Custodio de Sá e Faria da cidade de S. Paulo a Praça de N. S. dos Prazeres do Rio Iigatemy em 3 de Outubro de 1774] impresso;

N. 278 Reconhecimento do rio Uruguay ... pelo Cap.m. Ten.e. d'Armada Imperial Francisco Luiz da Gama Roza...1847 impresso;

N. 279 [Reconhecimento do rio Uruguay ... pelo Cap.m. Ten.e. d'Armada Imperial Francisco Luiz da Gama Roza...1847] impresso;

N. 280 Esboço geographico organizado em conformidade de documentos officiaes e outros valiosos com o fim principal de mostrar a fronteira do Brazil no territorio comprehendido entre os rios Madeira e Javary pelo barão da Ponte Ribeiro impresso;

N. 281 Mappa da marcha do general Cunha Mattos, desde a cidade do Rio de Janeiro, até a Serra da Marcella, antigo limite de Minas Geraes e Goiaz impresso;

N. 282 [Mappa da marcha do general Cunha Mattos, desde a cidade do Rio de Janeiro, até a Serra da Marcella, antigo limite de Minas Geraes e Goiaz] impresso;

N. 283 [Mappa da marcha do general Cunha Mattos, desde a cidade do Rio de Janeiro, até a Serra da Marcella, antigo limite de Minas Geraes e Goiaz] impresso;

N. 284 [Mappa da marcha do general Cunha Mattos, desde a cidade do Rio de Janeiro, até a Serra da Marcella, antigo limite de Minas Geraes e Goiaz]

impresso;

N. 285 Planta geral da capitania de Minas Geraes
impresso;

N. 286 Planta geral da capitania de Minas Geraes
impresso;

N. 287 Direcção das linhas telegraphicas da Companhia de Telegrapho Submarino Brasileiro de Lisboa a Pernambuco e de outras linhas
impresso;

f. 126; data de registro: 19 de agosto

N. 288 Esboço topographico de parte da provincia do Paraná indicando as estradas existentes de Antonina e de Corityba á Colonia Assunguy... explorações e desenho do capitão de fragata barão de Teffé... 1877
impresso;

N. 289 Mappa de todas as estações das estradas de ferro de D. Pedro II, S. Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Jundiahy, Sorocabana, Paulista, Ituana... 1880
impresso;

N. 290 [Mappa de todas as estações das estradas de ferro de D. Pedro II, S. Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Jundiahy, Sorocabana, Paulista, Ituana... 1880]
impresso;

N. 291 [Mappa de todas as estações das estradas de ferro de D. Pedro II, S. Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Jundiahy, Sorocabana, Paulista, Ituana... 1880]
impresso;

N. 292 [Mappa de todas as estações das estradas de ferro de D. Pedro II, S. Paulo e Rio de Janeiro, Santos e Jundiahy, Sorocabana, Paulista, Ituana... 1880]
impresso;

N. 293 Carta geographica de uma parte do Imperio do Brazil confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay... organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro...1856
impresso;

N. 294 [Carta geographica de uma parte do Imperio do Brazil confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay... organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro...1856]
impresso;

N. 295 [Carta geographica de uma parte do Imperio do Brazil confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay... organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro...1856]
impresso;

N. 296 [Carta geographica de uma parte do Imperio do Brazil confinante com a Confederação Argentina e a Republica do Paraguay... organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro...1856]
impresso;

N. 297 Carta topographica d'huma parte do municipio de São Leopoldo... pelo agrimensor Ernesto Müzel
impresso;

N. 298 [Carta topographica d'huma parte do municipio de São Leopoldo... pelo agrimensor Ernesto Müzel]
impresso;

N. 299 Planta do rio Paraguay levantada pelo Snr... Chefe de Divisão Augusto Leverger e correcta em seus delineamentos e nalguns pontos, com a indicação da apparencia das das margens do rio com as sondas... até Corumbá pelo capitão tenente da armada ... Antonio Claudio Soido... 1857
impresso;

f. 127; data do registro: 19 de agosto

N. 300 Planta do rio Paraguay levantada pelo Snr... Chefe de Divisão Augusto Leverger e correcta em seus delineamentos e nalguns pontos, com a indicação da apparencia das das margens do rio com as sondas... até Corumbá pelo capitão tenente da armada ... Antonio Claudio Soido... 1857
impresso;

N. 301 Planta do rio Paraguay levantada pelo Snr... Chefe de Divisão Augusto Leverger e correcta em seus delineamentos e nalguns pontos, com a indicação da apparencia das das margens do rio com as sondas... até Corumbá pelo capitão tenente da armada ... Antonio Claudio Soido... 1857
impresso;

N. 302 Planta do rio Paraguay levantada pelo Snr... Chefe de Divisão Augusto Leverger e correcta em seus delineamentos e nalguns pontos, com a indicação da apparencia das das margens do rio com as sondas... até Corumbá pelo capitão tenente da armada ... Antonio Claudio Soido... 1857
impresso;

N. 303 Planta de todas as estradas de ferro das provincias de Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes – ... 1882
impresso;

N. 304 Planta geral do systema de vias-ferreas do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, segundo a planta do engenheiro J. W. Wills
impresso;

N. 305 Planta geral das estradas de ferro das provincias Rio de Janeiro, S. Paulo, e Minas Geraes organizada pelo engenheiro Alexander Spiltz... 1885
impresso;

N. 306 Planta geral da estrada de ferro do Rio Grande do Sul a Bagé
impresso;

N. 307 Planta comparativa da viação ferrea ao norte da provincia do Rio de Janeiro e da leste da de Minas Geraes, organizada por Edmundo C. Meinicke
impresso;

N. 308 Mappa de parte da America do Sul, indicando, segundo os mais recentes dados as estradas de ferro ahi em trafego, estudos e projecto e a rede ferrea futura que na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul deve resaltar da influencia das linhas privativas ás Republicas Argentina e do Estado Oriental do Uruguay e da construcção da estrada de ferro de Santa Catharina a Porto Alegre, organizada pelo engenheiro Sebastião Antonio Rodrigues Braga... 1870
impresso;

f. 128; data do registro: 19 de agosto

N. 309 Carta demonstrativa da 1ª secção da estrada de ferro Industrial e Estrategica do Rio de Janeiro a Bolivia constituindo esta primeira parte a Linha Central e Sul Mineira – Rio de Janeiro...1879... Imperial Lith. Alexandre Speltz
impresso;

N. 310 Planta geral da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco... Lith. Rensburgo – Rio de Janeiro
impresso;

N. 311 Planta geral da Estrada de Ferro do Recife ao S. Francisco... Lith. Rensburgo – Rio de Janeiro
manuscrito;
Nota: "copia mss"

N. 312 Estrada de ferro do Corcovado – Planta Geral
impresso;

N. 313 Estudos technicos da Estrada de Ferro Central da provincia de Alagoas entre a capital e a villa da Imperatriz – 1871
impresso;

N. 314 Estudos technicos da Estrada de Ferro Central da provincia de Alagoas entre a capital e a villa da Imperatriz – 1871
impresso;

N. 315 Projecto da estrada de ferro de Sapopenba a Itaguahy
manuscrito;
Nota: "copia mss."

N. 316 Planta da estrada de ferro de S. Paulo de Santos a Jundiahy
manuscrito;

N. 317 Planta da Estrada de Ferro do Recife ao Limoeiro
manuscrito;

N. 318 Estrada de Ferro do Sobral – Planta do porto do Camocim
manuscrito;

N. 319 Estrada de Ferro do Paraná – Planta Geral da zona entre a Serra do Mar e Coritiba... 1881
manuscrito;

N. 320 Mappa da Estrada de Ferro de S. Paulo á Caxoeira...
impresso;

N. 321 [Mappa da Estrada de Ferro de S. Paulo á Caxoeira...]
impresso;

N. 322 [Mappa da Estrada de Ferro de S. Paulo á Caxoeira...]
impresso;

f. 129; data do registro: 19 de agosto

N. 323 Estrada de Ferro do Sobral – Planta topographica do traçado
manuscrito;

N. 324 Mappa das linhas da Companhia Botanical Garden Rail Road
impresso;

N. 325 Planta dos ancoradouros da ilha do Medo e Itaqui levantada pelo 1º tenente Francisco Calheiros da Graça... 1879
impresso;

N. 326 [Planta dos ancoradouros da ilha do Medo e Itaqui levantada pelo 1º tenente Francisco Calheiros da Graça... 1879]
impresso;

N. 327 [Planta dos ancoradouros da ilha do Medo e Itaqui levantada pelo 1º tenente Francisco Calheiros da Graça... 1879]
impresso;

N. 328 [Planta dos ancoradouros da ilha do Medo e Itaqui levantada pelo 1º tenente Francisco Calheiros da Graça... 1879]
impresso;

N. 329 Cartas da costa do Brasil entre o rio Mossoró e o de S. Francisco do Norte... por M. A. Vital de Oliv.a.
impresso;

N. 330 [Cartas da costa do Brasil entre o rio Mossoró e o de S. Francisco do Norte... por M. A. Vital de Oliv.a.]

impresso;

N. 331 [Cartas da costa do Brasil entre o rio Mossoró e o de S. Francisco do Norte... por M. A. Vital de Oliv.a.]
impresso;

N. 332 [Cartas da costa do Brasil entre o rio Mossoró e o de S. Francisco do Norte... por M. A. Vital de Oliv.a.]
impresso;

N. 333 Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil - ... Primeiros traços geraes da carta particular do rio Amazonas no curso brasileiro levantada pelo Sr. João Soares Pinto... nos annos de 1862 a 1864...
impresso;

N. 334 [Trabalhos hydrographicos ao norte do Brazil - ... Primeiros traços geraes da carta particular do rio Amazonas no curso brasileiro levantada pelo Sr. João Soares Pinto... nos annos de 1862 a 1864...]
impresso;

N. 335 Esboço topographico de parte da provincia do Paraná indicando as estradas existentes de Antonina e de Corityba á colonia Assunguy... 1877
impresso;

f. 130; data de registro: 19 de agosto

N. 336 Esboço topographico de parte da provincia do Paraná, indicando as estradas existentes de Antonina a Corityba e de Corityba á Colonia Assunguy, e bem assim os novos traçados... Explorações e desenho do capitão de fragata barão de Teffé 1877
impresso;

N. 337 [Esboço topographico de parte da provincia do Paraná, indicando as estradas existentes de Antonina a Corityba e de Corityba á Colonia Assunguy, e bem assim os novos traçados... Explorações e desenho do capitão de fragata barão de Teffé 1877]
impresso;

N. 338 Comissão de estudos da E. de F. Madeira e Mamoré. Carta geographica demonstrativa das communicações actuaes e futuras dos principaes departamentos da Bolivia com a Europa
impresso;

N. 339 [Comissão de estudos da E. de F. Madeira e Mamoré. Carta geographica demonstrativa das communicações actuaes e futuras dos principaes departamentos da Bolivia com a Europa]
impresso;

N. 340 [Comissão de estudos da E. de F. Madeira e Mamoré. Carta geographica demonstrativa das communicações actuaes e futuras dos principaes departamentos da Bolivia com a Europa]
impresso;

N. 341 Mappa da provincia de S. Pedro do Sul e terrenos adjacentes
impresso;

N. 342 [Mappa da provincia de S. Pedro do Sul e terrenos adjacentes]
impresso;

N. 343 Mappa da nova navegação do rio Mogi-Guassú desde a freguezia do mesmo nome até o arraial de Anicunz no anno de... 1817
impresso;

N. 344 [Mappa da nova navegação do rio Mogi-Guassú desde a freguezia do mesmo nome até o arraial de Anicunz no anno de... 1817]
impresso;

N. 345 Reconhecimento do rio Uruguay, corrigido de Buenos Ayres até o salto (rio) e levantado d'ahi até a caxoeira de Sto. Isidoro pelo Cap.m. Ten. ... Francisco Levy da J. Roza
manuscrito;

N. 346 Planta do rio das Velhas de Sabará a Guaycuhy, contendo a linha de reconhecimento entre Sabará e Paraúna manuscrito;

f. 131; data do registro: 19 de agosto

N. 347 Map of the province of Bahia... to illustrate the Paraguassu Steam Tram-road impresso;

N. 348 Carta topographica e administrativa das provincias de Pernambuco, Alagoas e Sergipe... pelo V.cde. J. de Villiers de l'Ile Adam... 1848 impresso;

N. 349 Provincias de Minas Geraes e do Espirito Santo ...1882 impresso;

N. 350 Carta topographica e administrativa da provincia de Santa Catharina... pelo V.cde. J. de Villiers de l'Ile Adam...1848 impresso;

N. 351 Carta geral da costa do Imperio do Brazil, indicando os pharões e pharoletes existentes, e os em construcção... Lith. de Paulo Robin e Cia.... 1882 impresso;

N. 352 Carta da fronteira do Imperio do Brazil com a republica do Paraguay organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro... 1872 impresso;

N. 353 [Carta da fronteira do Imperio do Brazil com a republica do Paraguay organizada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro... 1872] impresso;

N. 354 Mappa chorographico dos terrenos entre o porto de São Francisco e a freguezia do Rio Negro na provincia de Santa Catharina impresso;

N. 355 Carta do rio Iiça levantada em 1868 sob a direcção do Comissario José da Costa Azevedo, pelos membros da commissão de limites do Brazil com o Perú Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, Joaquim Leovigildo Souza Coelho. Desenhada... pelo capitão ... Joaquim L. Sousa Coelho impresso;

N. 356 Direcção das linhas telegraphicas da Companhia do télégrapho Submarino Brasileiro de Lisboa a Pernambuco e de outras linhas impresso;

f. 132; data de registro: 19 de agosto

N. 357 Turquia da Europa impresso;

N. 358 Carta chorographica do Imperio do Brazil, dedicada ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo coronel de engenheiros e socio effectivo Conrado Jacob de Niemeyer.... 1846 impresso;

N. 359 Golpe de vista geologico do Brazil e de algumas outras partes centraes da America do Sul promptificado no Instituto Geologico Imperial Real Austriaco... em Vienna em Avril ...1854 impresso;

N. 360 [Golpe de vista geologico do Brazil e de algumas outras partes centraes da America do Sul promptificado no Instituto Geologico Imperial Real Austriaco... em Vienna em Avril ...1854]
impresso;

N. 361 [Golpe de vista geologico do Brazil e de algumas outras partes centraes da America do Sul promptificado no Instituto Geologico Imperial Real Austriaco... em Vienna em Avril ...1854]
impresso;

N. 362 Carte de la partie meridionale de la Republique du Paraguay, dressée par Mr. E. Mouchez...1861
impresso;

N. 363 [Carta da bacia do Amazonas]
impresso;

N. 364 13 folhas de um mappa da Italia
impresso;

N. 365 Mappa da Russia
impresso;

N. 366 Mappa geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranagua a Corityba e seu prolongamento até a foz do rio Iguassú...
impresso;

N. 367 [Mappa geral mostrando a Estrada de Ferro de Paranagua a Corityba e seu prolongamento até a foz do rio Iguassú...]
impresso;

N. 368 Exploração do rio Araguaya... copiado por José Ribeiro da Fonseca Silvares
manuscrito;

N. 369 Mappa do Brasil por Olavo Freire
impresso;

f. 133; data do registro: 19 de julho

N. 370 Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro II e das outras estradas de ferro das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas – Geraes...1879
impresso;

N. 371 [Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro II e das outras estradas de ferro das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas – Geraes...1879]
impresso;

N. 372 [Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro II e das outras estradas de ferro das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas – Geraes...1879]
impresso;

N. 373 [Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro II e das outras estradas de ferro das provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas – Geraes...1879]
impresso;

N. 374 Carta geographica das entradas para o rio Amazonas no estado do Grão-Pará
manuscrito;

N. 375 Comissão da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré... engenheiro em chefe Marsing... 1884
manuscrito;

N. 376 Carta do rio Araguaya, de Leopoldina a Sta. Maria e a Itacariú... pelo major Joaquim R. Moraes Jardim...1879

manuscrito;

N. 377 [Carta do rio Araguaya, de Leopoldina a Sta. Maria e a Itacariú... pelo major Joaquim R. Moraes Jardim...1879]
manuscrito;

N. 378 Carte generale de la Republique de Bolivia dressée par A. D'Orliigny... 1839
impresso;

N. 379 A continuation of the coast of Africa from Cape St. Catharine to the Cape of God Hope... 1829
impresso;

N. 380 Planispherio por Olavo Freire
impresso;

N. 381 Districto Federal – por Olavo Freire
impresso;

N. 382 Esboço da carta corographica da provincia de Pernambuco... 1880
impresso;

N. 383 Mappa da provincia de Santa Catharina para indicar os diversos pontos onde se achem ... as diversas colonias...1867
impresso;

f. 134; data do registro: 19 de julho

N. 384 Carta topographica de la provincia del Rio Grande del Sud por... José Maria Reys
manuscrito;

N. 385 Planta geral do rio S. Francisco ... pelo engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld... 1854
impresso;

N. 386 Carte de la Republique des Paraguay... par le comte. Lucien de Brayer
impresso;

f. 134; data de registro: 29 de agosto

N. 387 Carte des états situés sur le rio Paraguay, de Parana et l'Uruguay
impresso;

N. 388 Mappa do theatro da guerra na Republica do Paraguay de setembro de 1869 ao fim da guerra
impresso;

N. 389 Carta do theatro da guerra na Republica do Paraguay de setembro de 1869 ao fim da guerra.
impresso;

N. 390 Carta geographica que comprehende los rios de la Plata, Parana, Uruguay y los terrenos adjacentes
impresso;

N. 391 Carta corographica plana da provincia de Goiaz
impresso; 3 ex.

N. 392 [Carta corographica plana da provincia de Goiaz]
impresso;

N. 393 Carta da provincia de Goyaz, organisada em 1874 pelo capitão de engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim
impresso;

N. 394 [Carta da provincia de Goyaz, organizada em 1874 pelo capitão de engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim]
impresso;

N. 395 Carta da provincia de Goyaz, organizada em 1874 pelo capitão de engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim
impresso;

N. 396 Carta da provincia de Goyaz, organizada em 1874 pelo capitão de engenheiros Joaquim R. de Moraes Jardim
impresso;

N. 397 Comissão de exploração do rio Pardo... trabalho do capitão J. V. Pederneiras...1852
manuscritos;

f. 135; data registro: 29 de agosto

N. 398 Carta da provincia de Minas Geraes com indicação das actuaes estradas... pelo eng Henrique Gerber... 1867
impresso;

N. 399 Mappa do Theatro da guerra do Uruguay e Paraguay organizado por Candido Mendes de Almeida
impresso;

N. 400 Mappa do Theatro da guerra do Uruguay e Paraguay organizado por Candido Mendes de Almeida
impresso;

N. 401 Mappa do Theatro da guerra do Uruguay e Paraguay organizado por Candido Mendes de Almeida
impresso;

N. 402 Mappa do Theatro da guerra do Uruguay e Paraguay organizado por Candido Mendes de Almeida
impresso;

N. 403 Mappa do theatro da guerra nas regiões do Prata
impresso;

N. 404 Carta corographica de parte das provincias de Rio e Minas, contendo os traçados das estradas das companhias D. P. 2º, Mauá União e Industria
manuscrito;

N. 405 Mappa corographico de parte das provincias de S. Paulo e Matto Grosso, incluindo tambem parte da Republica do Paraguay...1851
manuscrito;

N. 406 Carte géographique de Piauhy – province de l'Empire du Brèsil redigée d'après les cartes manuscrites de José Pedro Cezar de Menezes et Mathias José da Silva Pereira par Mr. Jos. Schwarzmam et Mr. le chevalier De Martius....1828
manuscrito;

N. 407 Carte géographique de Piauhy – province de l'Empire du Brèsil redigée d'après les cartes manuscrites de José Pedro Cezar de Menezes et Mathias José da Silva Pereira par Mr. Jos. Schwarzmam et Mr. le chevalier De Martius....1828
impresso;

N. 408 Mappa geral da provincia do Espirito Santo relativo as colonias e vias de comunicação por C. Krauss...
1866
impresso;

N. 409 Mappa geral da provincia do Espirito Santo relativo as colonias e vias de comunicação por C. Krauss...
1866
impresso;

N. 410 Karte von Ost. Brasilien ... par Guill. de Eschevege et Ch. Fr. Ph. de Martius...1834
impresso;

N. 411 Costa do Brasil comprehendida entre o cabo de Sta. Martha e Itapacoroya
manuscrito;

N. 412 Carte vom Amazonen Strome zur Reisebeschreibung von Dr. von Spix und Dr. von Martius...1831
impresso;

N. 413 Provincia da Bahia - Estrada de ferro da Bahia ao S. Francisco
impresso;

N. 414 Provincia de S. Paulo
impresso;

N. 415 Brazil – Telegraphic Lines...1875
impresso;

N. 416 Brazil – Telegraphic Lines...1875
impresso;

N. 417 Carta postal da provincia de São Paulo organizada pelo 1º official João Baptista d' Alambary Palhares...
1880
manuscrito;

N. 418 Mappa da provincia de S. Paulo
impresso;

N. 419 Carta da provincia de S. Paulo
impresso;

N. 420 Carta da provincia das Alagoas
manuscrito;

N. 421 Alagoas – Outubro de 1867
manuscrito;

N. 422 Alagoas. Escala de 1: 500.000
manuscrito;

N. 423 Carta topographica e administrativa da provincia do Rio de Janeiro e do Municipio Neutro... 1850
impresso;

N. 424 Municipio Neutro... Rio de Janeiro
impresso;

f. 137; data do registro: 29 de agosto

N. 425 Map to illustrate the route of prince Maximilien of Wied in the interior of North America ... 1832
impresso;

N. 426 Mappa do Municipio de Nova Friburgo
manuscrito;

N. 427 Mappa e perfil barometrico da região atravessada pelo traço do trem-road projectado entre o porto da
colonia de Cananéa e a cidade de Castro
manuscrito;

- N. 428 Carta geographica do rio Doce e seus confluentes
manuscritos;
- N. 429 Extracto do esboço da Carta Geral ff.l. 13,14,19,20. Rio Madre de Deos e seus afluentes, tirando dos trabalhos da Coms.ão. de limites de 1782, da exploração de frei Samuel Abancine e do tenente Liberio
manuscrito;
- N. 430 Extracto do esboço da Carta Geral ff.l. 13,14,19,20. Rio Madre de Deos e seus afluentes, tirando dos trabalhos da Coms.ão. de limites de 1782, da exploração de frei Samuel Abancine e do tenente Liberio
manuscrito;
- N. 431 Extracto do esboço da Carta Geral ff.l. 13,14,19,20. Rio Madre de Deos e seus afluentes, tirando dos trabalhos da Coms.ão. de limites de 1782, da exploração de frei Samuel Abancine e do tenente Liberio
manuscrito;
- N. 432 Esboço do territorio das Missões comprehendido entre os rios Paraná e Uruguay para inteligencia dos movimentos do exercito paraguayo em 1849
manuscrito;
- N. 433 Mappa topographico da provincia do Rio Grande do Sul
manuscrito;
- N. 434 Reconhecimento da lagoa Mirim pelo capitão tenente d'Armada José Nolasco da Fontoura Pereira e Cunha
manuscrito;
- N. 435 Reconhecimento da lagoa Mirim digo do rio Jacuhy levantado por Felipe von Normann...
manuscrito;
- N. 436 Carta postal da provincia do Rio Grande do Sul organizada pelo contador dos correios da mesma provincia Augusto Totta
impresso;
- f. 138; data do registro: 29 de agosto**
- N. 437 Planta topographica da lagoa dos Patos, rio Guahiba e Grande, confeccionada pelo capitão de engenheiros An.to. Dias da Costa em... 1859
manuscrito;
- N. 438 Parte do mappa da provincia de S. Paulo copiado , da planta publicada pelo engenheiro civil Robert Hirschrot em 1875
impresso;
- N. 439 Carta itineraria rectificada traçada segundo a carta de Gerber – Viagem de exploração da jazida de Galena argentifera no rio Abaeté pelo engenheiro de minas F. de Paula Oliveira em ... 1879
impresso;
- N. 440 Terrenos adjacentes aos rios Zambege e Chire desde as suas ultimas cachoeiras até ao mar. – Mappa coordenado por Affonso de Moraes Sarmiento... 1877
impresso;
- N. 441 Carta geo-hydrographica da ilha e canal de Sta. Catharina levantada por H. L. Niemeyer Bellegarde official do I. C. de Engenheiros ... 1830
impresso;
- N. 442 Carta geo-hydrographica da ilha e canal de Sta. Catharina levantada por H. L. Niemeyer Bellegarde official do I. C. de Engenheiros ... 1830
impresso;
- N. 443 Mappa geral da provincia do Espirito Santo relativo as colonias e vias de comunicação por C. Krauss

impresso;

N. 444 Mappa geral da provincia do Espirito Santo relativo as colonias e vias de communicacão por C. Krauss
impresso;

N. 445 Carta da provincia do Espirito Santo organisada segundo os trabalhos de Freycinet, Spix et Martius, Silva
Pontes...1854

impresso;

N. 446 Mappa geral das terras publicadas do municipio de Curitiba, provincia do Paraná
impresso;

N. 447 Mappa geral das terras publicadas do municipio de Curitiba, provincia do Paraná
impresso;

N. 448 Mappa geral das terras publicadas do municipio de Curitiba, provincia do Paraná
impresso;

f. 139; data de registro: 29 de agosto

N. 449 Planta geral da exploracão para uma via ferrea no valle do rio de S. Francisco entre o porto das Piranhas e
Jatobá executado pelo eng. civil Carlos Krauss... 1868
impresso;

N. 450 Brazil – Provincial railroads...1875
impresso;

N. 451 Brazil – Provincial railroads...1875
impresso;

N. 452 Mappa da provincia do Espirito Santo organizado na Inspectoria Geral das Terras e Colonisacão pelos
engenheiros C. Cintra e C. Rivière... 1876
impresso;

N. 453 Mappa das possessões e das colonisacões ali iniciadas do Dr. França Leite nas margens do rio Doce...
impresso;

N. 454 Mappa das possessões e das colonisacões ali iniciadas do Dr. França Leite nas margens do rio Doce...
impresso;

N. 455 Mappa do rio Doce organizado pelo engenheiro Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 456 Mappa do rio Doce organizado pelo engenheiro Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 457 Mappa do rio Doce organizado pelo engenheiro Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 458 Mappa do rio Doce organizado pelo engenheiro Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 459 Mappa do rio Doce organizado pelo engenheiro Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 460 Mappa das colonias do Mucury, organizado sobre os trabalhos de Schlobach da Costa, Mouchez e R. von
Kruger, por Carlos Krauss
impresso;

N. 461 Mappa das colonias do Mucury, organizado sobre os trabalhos de Schlobach da Costa, Mouchez e R. von
Kruger, por Carlos Krauss

impresso;

N. 462 Mappa das colonias do Mucury, organizado sobre os trabalhos de Schlobach da Costa, Mouchez e R. von Kruger, por Carlos Krauss
impresso;

f. 140; data de registo: 29 de agosto

N. 463 Mappa das colonias do Mucury, organizado sobre os trabalhos de Schlobach da Costa, Mouchez e R. von Kruger, por Carlos Krauss
impresso;

N. 464 Mappa geral das colonias de S. Leopoldina, S. Izabel e Rio Novo na provincia do Espirito Santo por Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 465 Mappa geral das colonias de S. Leopoldina, S. Izabel e Rio Novo na provincia do Espirito Santo por Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 466 Mappa geral das colonias de S. Leopoldina, S. Izabel e Rio Novo na provincia do Espirito Santo por Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 467 Mappa geral das colonias de S. Leopoldina, S. Izabel e Rio Novo na provincia do Espirito Santo por Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 468 Mappa geral das colonias de S. Leopoldina, S. Izabel e Rio Novo na provincia do Espirito Santo por Carlos Krauss... 1866
impresso;

N. 469 Mappa da parte septentrional da provincia do Espirito Santo organizado sobre os trabalhos de R. von Krüger e outros por Carlos Krauss...1866
impresso;

N. 470 Mappa da parte septentrional da provincia do Espirito Santo organizado sobre os trabalhos de R. von Krüger e outros por Carlos Krauss...1866
impresso;

N. 471 Mappa da parte septentrional da provincia do Espirito Santo organizado sobre os trabalhos de R. von Krüger e outros por Carlos Krauss...1866
impresso;

N. 472 Mappa da parte septentrional da provincia do Espirito Santo organizado sobre os trabalhos de R. von Krüger e outros por Carlos Krauss...1866
impresso;

N. 473 Mappa da parte septentrional da provincia do Espirito Santo organizado sobre os trabalhos de R. von Krüger e outros por Carlos Krauss...1866
impresso;

N. 474 Mappa geral da provincia do Espirito Santo relativo as vias de communicacão por C. Krauss
impresso;

N. 475 Carta corographica para a divisão das comarcas, termos e municipios da provincia de Sergipe dElrey
impresso;

N. 476 Carta corographica para a divisão das comarcas, termos e municipios da provincia de Sergipe dElrey impresso;

N. 477 Mappa topographico de parte da provincia de Santa Catharina, ... segundo os trabalhos dos engenheiros Carlos Riviere, Manoel da Cunha Sampaio, Emilio Odebrecht...1872 impresso;

f. 141; data do registro: 29 de agosto

N. 478 Mappa topographico de parte da provincia de Santa Catharina, compreendendo as comarcas do littoral e colonias e terras publicas adjacentes ás mesmas colonias...segundo os trabalhos dos engenheiros Carlos Riviere, Manoel da Cunha Sampaio, Emilio Odebrecht...1872 impresso;

N. 479 Mappa topographico de parte da provincia de Santa Catharina, compreendendo as comarcas do littoral e colonias e terras publicas adjacentes ás mesmas colonias...segundo os trabalhos dos engenheiros Carlos Riviere, Manoel da Cunha Sampaio, Emilio Odebrecht...1872 impresso;

N. 480 Mappa da provincia de Santa Catharina, servindo para indicar os diversos pontos onde se acham collocadas as diversas colonias... por Pedro Luiz Taulois ...1867 impresso

N. 481 Mappa da provincia de Santa Catharina, servindo para indicar os diversos pontos onde se acham collocadas as diversas colonias... por Pedro Luiz Taulois ...1867 impresso

N. 482 Carta geographica da provincia de Santa Catharina feita e offerecida ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro por seu socio ... José Joaquim Machado de Oliveira...1842 impresso;

N. 483 Carta geographica da provincia de Santa Catharina feita e offerecida ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro por seu socio ... José Joaquim Machado de Oliveira...1842 impresso;

N. 484 Carta corographica contendo as provincias de Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará impresso;

N. 485 Carta corographica contendo as provincias de Alagoas, Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará impresso;

N. 486 Mappa mudo do Império do Brazil impresso;

N. 487 Mappa geral do sul do Imperio do Brazil e das republicas do Paraguay, Oriental e parte da Argentina impresso;

N. 488 Carta da provincia do Rio Grande do Sul, contendo o traçado dos caminhos de ferro e sua correspondencia com as vias de transporte digo de comunicação dos estados limitrophes impresso;

f. 142; data do registro: 29 de agosto

N. 489 Carta da provincia do Rio Grande do Sul contendo o traçado dos caminhos de ferro e sua correspondencia com as vias de comunicação dos estados limitrophes impresso;

N. 490 Croquis de reconhecimento feito nos valles dos rios Jequitinhonha e S. João de Tiba para a determinação dos pontos forçados da estrada de ferro de que é concessionario o tenente coronel commendador Gentil José de Castro
impresso;

N. 491 Carta de parte das provincias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, contendo o traçado da estrada de ferro D. Pedro II
impresso;

N. 492 Carta de parte das provincias do Rio de Janeiro, Minas Geraes e S. Paulo, contendo o traçado da estrada de ferro D. Pedro II
impresso;

N. 493 Mappa topographico da provincia de S. Paulo, contendo os caminhos de ferro em trafego, em construcção e em estudos
impresso;

N. 494 Carta do Imperio do Brazil indicando um plano geral para base da rede de viação, pelo eng.o. Honorio Bicalho
impresso;

N. 495 Carta do Imperio do Brazil indicando um plano geral para base da rede de viação, pelo eng.o. Honorio Bicalho
impresso;

N. 496 Plano político economico de uma rede de estradas de ferro para a parte sul do Brazil – Delineada pelo engenheiro Sebastião Antonio Rodrigues Braga ... 1881
impresso;

N. 497 Plano político economico de uma rede de estradas de ferro para a parte sul do Brazil – Delineada pelo engenheiro Sebastião Antonio Rodrigues Braga ... 1881
impresso;

N. 498 Planta dos arredores de Ouro Preto
impresso;

N. 499 Planta dos arredores de Ouro Preto
impresso;

N. 500 Carta corographica da provincia de Santa Catharina... 1847
impresso;

f. 143; data de registro: 29 de agosto

N. 501 Carta da bacia do S. Francisco organizada pela Comissão Hydraulica. W. Milnor Roberts, A. P. P. de Amarante ...1880
impresso;

N. 502 Carta da bacia do S. Francisco organizada pela Comissão Hydraulica. W. Milnor Roberts, A. P. P. de Amarante ...1880
impresso;

N. 503 Carta da bacia do S. Francisco organizada pela Comissão Hydraulica. W. Milnor Roberts, A. P. P. de Amarante ...1880
impresso;

N. 504 Carta da bacia do S. Francisco organizada pela Comissão Hydraulica. W. Milnor Roberts, A. P. P. de Amarante ...1880
impresso;

N. 505 Mappa da provincia de Santa Catharina... com as partes adjacentes das provincias do Paraná e de São Pedro do Rio Grande do Sul... por Woldemar Schultz 1863
impresso;

N. 506 Mappa da provincia de Santa Catharina... com as partes adjacentes das provincias do Paraná e de São Pedro do Rio Grande do Sul... por Woldemar Schultz 1863
impresso;

N. 507 Mappa da provincia de Santa Catharina... com as partes adjacentes das provincias do Paraná e de São Pedro do Rio Grande do Sul... por Woldemar Schultz 1863
impresso;
Nota: "Este exemplar veio incompleto. Falta 1 folha – vid. obs. da guia 25 B.F."

N. 508 Copia da carta de Goyaz do engenheiro Moraes Jardim
manuscrito;

N. 509 Esboço geographico da fronteira do Brazil por Ponte Ribeiro
impresso;

N. 510 Esboço geographico da fronteira do Brazil por Ponte Ribeiro
manuscrito;
Nota: "copia da carta impressa"

N. 511 Esboço do mappa dos Campos de Palmas
impresso;

N. 512 Provincia do Rio de Janeiro. E. & H. Laemmert... 1879
impresso;

N. 513 Provincia do Rio de Janeiro. E. & H. Laemmert... 1879
impresso;

N. 514 Nova carta chorographica da provincia do Rio de Janeiro... publicada por Eduardo Rensburg ...1867
impresso;

N. 515 Mappa... da fronteira do... Brasil com a Republica de Venezuela...
impresso;

data de registro: 29 de julho
fl. 144

N. 516 Planta da direcção do canal de Campos a Macahé
impresso;

N. 517 Planta da direcção do canal de Campos a Macahé
impresso;

N. 518 Carta chorographica da provincia do Rio de Janeiro mandada organizar por decreto da Assembleia Provincial de 30 de outubro de 1857... encarregada aos engenheiros Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer... 1858 a 1861
impresso;

N. 519 Nova carta corographica do Imperio do Brazil confeccionada a vista dos trabalhos existentes por ordem de... Marquez de Caxias... pelo coronel engenheiro Conrado Jacob de Niemeyer ... 1857
impresso;

N. 520 Mappas dos rios Uruguay, Paraná, Iguassú e outros para mostrar a fronteira do Imperio com a Confederação Argentina ou a Republica do Paraguay pelos rios Pepiry-guassú e Santo Antonio...
manuscrito;
Nota: "Copia em papel vegetal"

N. 521 Mappas dos rios Uruguay, Paraná, Iguassú e outros para mostrar a fronteira do Imperio com a Confederação Argentina ou a Republica do Paraguay pelos rios Pepiry-guassú e Santo Antonio...
manuscrito;
Nota: "Original"

N. 522 Mappas dos rios Uruguay, Paraná, Iguassú e outros para mostrar a fronteira do Imperio com a Confederação Argentina ou a Republica do Paraguay pelos rios Pepiry-guassú e Santo Antonio...
manuscrito;
Nota: "Original"

N. 523 Mappa da fronteira do sul da provincia de Matto Grosso organizado pelo chefe de divisão Augusto Leverger... 1856
manuscrito;

N. 524 Mappa do territorio disputado para limites entre o Imperio do Brasil e a Confederação Argentina organizado para acompanhar a memoria elaborada pelo Dr. José Alexandre Teixeira de Mello – chefe de secção da Bibliotheca Nacional, por T. A Pimenta Bueno... 1882
impresso;

f. 145; data de registro: 29 de agosto

N. 525 Mappa que acompanha a memoria de Duarte da Ponte Ribeiro sobre os limites do Brasil com as Republicas de Bolivia e do Paraguay
manuscrito;

N. 526 Mappa topographico da cidade de S. Salvador e seus suburbios levantada... por Carlos Augusto Weyll
impresso;

N. 527 Mappa topographico da cidade de S. Salvador e seus suburbios levantada... por Carlos Augusto Weyll
impresso;

N. 528 Mappa da provincia da Bahia para indicar o curso da estrada do Paraguassú
impresso;

N. 529 Carta topographica e administrativa da provincia de Bahia... pelo V.cde. J. Villiers de L'Ile Adam
impresso;

N. 530 Carta geographica e topographica da provincia da Bahia... o Snr. Francisco de Souza Martins, quando presidente desta provincia mandou levantar a presente carta
impresso;

N. 531 Carta geographica e topographica da provincia da Bahia... o Snr. Francisco de Souza Martins, quando presidente desta provincia mandou levantar a presente carta
impresso;

N. 532 Carta geographica e topographica da provincia da Bahia... o Snr. Francisco de Souza Martins, quando presidente desta provincia mandou levantar a presente carta
impresso;

N. 533 Mappa do Reconcavo da bahia de Todos os Santos levantada pelos Sns. von Busch e Weyll... 1836
impresso;

N. 534 Planta topographica da região comprehendida entre o Alto Uruguay e o Alto Paraná e arredores
impresso;

N. 535 Carta geographica que comprende los rios de la Plata, Parana, Uruguay y Grande y los terrenos adjacentes
impresso;

N. 536 Carte des états situés sur le rio Paraguay, le Paraná et l'Uruguay

impresso;

N. 537 Carta corographica del Paraguay
impresso;

N. 538 Carta corographica del Paraguay
impresso;

f. 146; data de registro: 29 de agosto

N. 539 Carte de la partie meridionale de la République du Paraguay – dressée par M. Mouchez... 1861
impresso;

N. 540 General – Charte von Süd – America... par Spia et de Martius
impresso;
Nota: "Incompleto – falta a parte meridional"

N. 541 Planisphère historique illustré
impresso;

N. 542 Italie dressée par A. H. Dufour
impresso;

N. 543 Carta da provincia do Amazonas
impresso;

N. 544 Karte von Ost-Brasilien... Guill. de Erchwege ... Ch. Fr. Ph. de Martius... 1834
impresso;

N. 545 Carta do Imperio do Brasil... pelo professor L. J. M. Penha
impresso;

N. 546 Mappa mudo do Imperio do Brasil
impresso;

N. 547 Carta geral da costa do Imperio do Brazil... 1882
impresso;

N. 548 Carte de la Géorgie et d'une partie de la Perse par le général major Khaton... 1826 impresso;

N. 549 Mappa geral do Gurupy e do terreno entre as cabeceiras do mesmo e a margem do Tocantins, da villa da Imperatriz até a barra do Araguaya
manuscrito;

N. 550 Rio Purus
manuscrito;

N. 551 Golpe de vista da America do Sul, segundo as suas feições mais características quanto ás suas serras e terras elevadas
manuscrito;

N. 552 Mappa de golpe de vista geologico d'America do Sul ... por Francisco Foetterlée
impresso;

N. 553 Geographische karte der Provinz von São José do Piauhy
impresso;

f. 147; data de registro: 29 de agosto

N. 554 Golpe de vista geographico do Brazil e de algumas outras partes centraes da America do Sul...1854

impresso;

N. 555 Carta itineraria del Regno d'Italia a coeredo dell'Itinerario generale pubblicato dal Corpo di Stato Maggiore per le Amministrazioni militari...1868

impresso;

N. 556 Carta reduzida da costa do Brasil da Ponta da Estancia ao rio de S. Francisco levantada por ordem do Governo Imperial por M. A. Vital de Oliveira ... 1857-1859

impresso;

N. 557 Mappa ... por Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Caceres no qual se configuram com mais algum detalhe, acrescentando varias notas de bastante consideração, os diferentes territorios occidentaes da desta capitania que confinam com os dominios hespanhões de Mojos e Chiquitos... Copiada no Archivo Militar da Corte pelo capitao... E. A. Lassance...1848

manuscrito;

Nota: "O mappa refere-se a capitania de Matto Grosso e Cuyabá"

N. 558 Carta da provincia da Bahia organisada pelos engenheiros ... Jacome Martins Baggi e Alexandre Freire Maia Bittencourt...1886

impresso;

N. 559 Carta do territorio da Republica do Paraguay onde se derão as batalhas entre o exercito desta Republica e os das nações alliadas... desde 1866 até 1870... confeccionada... pelos officiaes empregados no Archivo Militar Ten.es. Co.eis. Mendes Antas e Oliveira Soares...1871

impresso;

N. 560 Carta do territorio da Republica do Paraguay onde se derão as batalhas entre o exercito desta Republica e os das nações alliadas... desde 1866 até 1870... confeccionada... pelos officiaes empregados no Archivo Militar Ten.es. Co.eis. Mendes Antas e Oliveira Soares...1871

impresso;

N. 561 Carta do territorio da Republica do Paraguay onde se derão as batalhas entre o exercito desta Republica e os das nações alliadas... desde 1866 até 1870... confeccionada... pelos officiaes empregados no Archivo Militar Ten.es. Co.eis. Mendes Antas e Oliveira Soares...1871

impresso;

N. 562 Carta do territorio da Republica do Paraguay onde se derão as batalhas entre o exercito desta Republica e os das nações alliadas... desde 1866 até 1870... confeccionada... pelos officiaes empregados no Archivo Militar Ten.es. Co.eis. Mendes Antas e Oliveira Soares...1871

impresso;

f. 147; data do registro: 18 de setembro

N. 563 Estrada de ferro da Leopoldina – Diamantino a Arassuahy

impresso;

f. 148; data do registro: 18 de setembro

N. 564 Carte des chemmins de fer de France et des pays limitrophes ...1860

impresso;

N. 565 Planta geral da estrada de ferro de Sto. Amaro

manuscrito;

N. 566 Estrada de ferro de Carangola

manuscrito;

N. 567 Esboço da estrada que vae de Curityba a colonia Thereza

manuscrito;

N. 568 Mappa commercial das estradas de ferro que ligam a Corte ás provincias do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo
impresso;

N. 569 Viação ferrea nas provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo e Minas Geraes ... 2ª edição...1890
impresso;

N. 570 Mappa geral da estrada de ferro de S.ão Paulo de Santos a Jundiahy
impresso;

N. 571 Planta da 3ª secção da estrada de ferro de Cantagallo
manuscrito;

N. 572 Estrada de ferro do Paraná
manuscrito;
Nota: "original"

N. 573 Estrada de ferro do Paraná
manuscrito;
"Copia em papel vegetal"

N. 574 Planta geral da estrada de ferro D. P. II e os ramaes de Minas e S. Paulo...1861
manuscrito;

N. 575 Estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro ... 1875
manuscrito;

N. 576 Carta da zona da estrada de ferro Bahia e Minas
manuscrito;

N. 577 Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway
manuscrito;

N. 578 Planta geral da estrada de ferro do Sobral
manuscrito;

N. 579 Estrada de ferro de Pernambuco – Primeira secção
impresso;

N. 580 Alagoas Railway – Planta geral
manuscrito;

f. 149; data do registro: 18 de setembro

N. 581 Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da provincia de Sergipe...1883
impresso;

N. 582 Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da provincia de Sergipe...1883
impresso;

N. 583 Mappa geral dos estudos da estrada de ferro da provincia de Sergipe...1883
impresso;

N. 584 Mappa geral dos novos estudos da estrada de ferro de Sergipe...1884
impresso;

N. 585 Mappa geral dos novos estudos da estrada de ferro de Sergipe...1884
impresso;

N. 586 Comissão de exploração de uma estrada de rodagem entre Assunguy, Curityba e Graciosa
manuscrito;

N. 587 Carta geral da estrada D. Francisca
manuscrito;

N. 588 Estrada de ferro S. Paulo e Rio de Janeiro – Locação definitiva da linha... 1875
impresso;

N. 589 Esboço das explorações topographicas para servir ao projecto de uma estrada de ferro entre as cidades de Iguape e Constituição (Piracicaba)... 1851-1854
impresso;

N. 590 Planta geral das estradas de ferro de S. Paulo – extrahid com modificações do ... relatório do... engº Pimenta Bueno
impresso;

N. 591 Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro 2º - 1877
impresso;

N. 592 Planta geral da Estrada de Ferro D. Pedro 2º - 1877
impresso;

N. 593 Estudos para a Estrada de Ferro Central da provincia das Alagoas feitos pelo engenheiro Hermilio Alves...1880
impresso;

N. 594 Estudos para a Estrada de Ferro Central da provincia das Alagoas feitos pelo engenheiro Hermilio Alves...1880
impresso;

N. 595 Estudos para a Estrada de Ferro Central da provincia das Alagoas feitos pelo engenheiro Hermilio Alves...1880
impresso;

f. 150; data de registro: 18 de setembro

N. 596 Planta mostrando o traçado preliminar proposto pela Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro 1º para a mesma estrada
impresso;

N. 597 Planta mostrando o traçado preliminar proposto pela Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro 1º para a mesma estrada
impresso;

N. 598 Planta geral das estradas de ferro de S. Paulo ... 1876
impresso;

N. 599 Planta geral das estradas de ferro de S. Paulo ... 1876
impresso;

N. 600 Planta geral da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana ... 1875
impresso;

N. 601 Planta geral da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana ... 1875
impresso;

N. 602 Planta geral da estrada de ferro de Porto Alegre a Uruguayana ... 1875

impresso;

N. 603 General plan of the province of Pernambuco ... showing the district the which will traverse the proposed Great Western of Brazil Railway
impresso;

N. 604 Réseau Général des chemmins de fer de la province de St. Paul 1875
impresso;

N. 605 Carta itineraria das estradas de ferro das provincias de Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas Geraes ... 1879
impresso;

N. 606 Map showing the first section of the railroad between Recife & the river S. Francisco... 1853
impresso;

N. 607 Projecto de uma estrada de ferro no valle do Sapucahy
impresso;

N. 608 Vista geral do theatro da guerra feita a voo de passaro pelo aeronauta americano o Sr. James Allen. Supplemento da "Vida Fluminense"
impresso;

----- Até aqui, livro II ---

f. 1; data do registro: 25 de setembro

N. 609 Carta topographica da imperial colonia do Rio Novo pelo engenheiro C. Cintra, chefe da commissão de medições das terras publicas...1872
impresso;

N. 610 Carta topographica da imperial colonia do Rio Novo pelo engenheiro C. Cintra, chefe da commissão de medições das terras publicas...1872
impresso;

N. 611 Carta topographica da imperial colonia do Rio Novo pelo engenheiro C. Cintra, chefe da commissão de medições das terras publicas...1872
impresso;

N. 612 Planta geral da cidade de Minas, organizada sobre a planta geodesica, topographica e cadastral de Bello Horizonte pela commissão constructora da nova capital, sob direcção do engenheiro... Aarão Reis...1895
impresso;

N. 613 Planta geral da cidade de Minas, organizada sobre a planta geodesica, topographica e cadastral de Bello Horizonte pela commissão constructora da nova capital, sob direcção do engenheiro... Aarão Reis...1895;
impresso

N. 614 Planta da imperial cidade de S. paulo, levantada em 1810 pelo capitão de engenharia J.e. Felizardo e Costa...
impresso;

N. 615 Planta da cidade do Recife e seus arrabaldes. Escala de 1:10.000
impresso;

N. 616 Repartição Hydrographica – PLanta hydrographica dos portos de Imbitiba e Macahé, levantada em setembro de 1881 pelo capitão tenente José Maria do Nascimento...
impresso;

N. 617 Carta cadastral da cidade e arrabaldes de Manaos levantada pelo engenheiro militar João Miguel Ribas
impresso;

N. 618 Planta das colonias allemãs e terrenos medidos na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul por Waldemar Schultz... 1859
impresso;

N. 619 Mappa architectural da cidade do Rio de Janeiro Imp por Paulo Robin...1873
impresso;

f. 2; data do registro: 25 de setembro

N. 620 Planta da cidade de Porto Alegre ... vista do rio e terra em toda a sua circunferencia ... demonstração do entrincheiramento que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 d junho de 1836 ... 1837
impresso;

N. 621 Planta da cidade de Porto Alegre ... vista do rio e terra em toda a sua circunferencia ... demonstração do entrincheiramento que lhe tem servido de defesa desde o memoravel dia 15 d junho de 1836 ... 1837 [ex.2]
impresso;

N. 622 Planta da cidade do Rio de Janeiro novamente erecta pelo Vde. de Villiers de L'Ilê Adam... 1830
impresso;

N. 623 Guia azul – Planta da cidade do Rio de Janeiro
impresso;

N. 624 Planta topographica da povoação da Barra do Pirahy levantada ... pelo 2º tenente honorario professor da Escola de Marinha Lauriano José Martins Penha
impresso;

N. 625 Planta da cidade de S. Luiz do Maranhão, levantada em 1858 por J. Veiga
impresso;

N. 626 Planta da cidade de S. Luiz do Maranhão, levantada em 1858 por J. Veiga [ex.2]
impresso;

N. 627 Plano da cidade de Porto-Alegre, por L. P. Dias
impresso;

N. 628 Planta do rio de S. Gonçalo, na provincia do Rio Grande do Sul... pelo 2º tenente da armada Pedro Garcia da Cunha... 1838
impresso;

N. 629 Planta da villa de Jaguarão, levantada pelos officiaes da commissão de limites entre o Imperio do Brasil e o Estado Oriental do Uruguay em 1854
impresso;

N. 630 PLanta da edificação actual nos terrenos das aguas virtuosos de Caxambú, segundo os dados fornecidos pelo coronel Fulgencio de Castro...1873
manuscrito

N. 631 Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro – B. L. Garnier...1852
impresso;

f. 3; data do registro: 25 de setembro

N. 632 Planta da enseada de Botafogo levantada por J. Bollissime & F. Justin, com o traçado da raia da grande regata de 1881. Lith. Paulo Robin & Ca. Rio de Janeiro
impresso;

N. 633 Planta da enseada de Botafogo levantada por J. Bollissime & F. Justin, com o traçado da raia da grande regata de 1881. Lith. Paulo Robin & Ca. Rio de Janeiro [ex. 2]
impresso;

N. 634 Carta topographica da colonia de Sta. Leopoldina na provincia do Espírito Santo, levantada pelo engenheiro director da mesma colonia Coelho Cintra... 1872
impresso;

N. 635 Carta topographica da colonia de Sta. Leopoldina na provincia do Espírito Santo, levantada pelo engenheiro director da mesma colonia Coelho Cintra... 1872 [ex. 2]
impresso;

N. 636 Planta topographica da provincia do Rio de Janeiro levantada pelos officiaes engenheiros Vicente da Costa e Almeida, Pedro Bellagarde, Julio Fred. Koeler e pelo tenente da armada ... Joaquim Raimundo de Lemare 1ª carta comprehendida a cidade de Nictheroy ... 1833
impresso;

N. 637 Planta topographica da cidade do Desterro, levantada ... pelos engenheiros major Dr. Antonio Florencio Pereira do Lago e Carlos Othom Schlappal ... 1876
impresso;

N. 638 Planta topographica da cidade do Desterro, levantada ... pelos engenheiros major Dr. Antonio Florencio Pereira do Lago e Carlos Othom Schlappal ... 1876 [ex.2]
impresso;

N. 639 Planta da imperial colonia de Petropolis reduzida para guia dos viajantes por Otto Reimarus ... 1834
impresso;

N. 640 Planta da imperial colonia de Petropolis reduzida para guia dos viajantes por Otto Reimarus ... 1834 [ex.2]
impresso;

N. 641 Planta topographica da fazenda do conselheiro Jozé Egidio Alvares de Almeida - a geral dista oito leguas á villa de Porto Alegre. Continente de S. Pedro do Rio Grande do Sul...
impresso;

N. 642 Nova planta indicadora do Rio de Janeiro e suburbios incluindo todas as linhas de ferro-carris ... por Alexandre Speltz, Eduardo & Henrique Laemmert...1877
impresso;

f. 3; data do registro: 25 de setembro

N. 643 Planta hydrographica dos portos de Imbitiba e Macahé levantada em setembro de 1881 pelo capitão tenente José Maria do Nascimento e 1º tenente Arthur Indio do Brasil ...
impresso;

N. 644 Planta hydrographica dos portos de Imbitiba e Macahé levantada em setembro de 1881 pelo capitão tenente José Maria do Nascimento e 1º tenente Arthur Indio do Brasil ... [ex.2]
impresso;

N. 645 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro Henri Law – 1858
impresso;

N. 646 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro Henri Law – 1858 [ex.2]
impresso;

N. 647 Planta nº 2 mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro... 1858
impresso;

N. 648 Planta nº 2 mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro... 1858 [ex.2]
impresso;

N. 649 Planta nº3 – mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858
impresso;

N. 650 Planta nº3 – mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858 [ex.2]
impresso;

N. 651 Planta nº3 – mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858 [ex.3]
impresso;

N. 652 Planta da cidade do Rio de Janeiro, organizada no Archivo Militar, pelos officiaes do exercito, coronel de engenheiros F. Carneiro de Campos – tenente – coronel Dr. A. J. de Araujo... 1858
impresso;

N. 653 Nova planta indicadora da cidade do Rio de Janeiro e suburbios... por Alexandre Spoltz, antigo capitão da artilharia e engenheiro... 1877
impresso;

f. 5; data do registro: 25 de setembro

N. 654 Planta topographica da povincia do Rio de Janeiro levantada pelos officiaes engenheiros, Vicente da Costa e Almeida, Pedro Bellagarde, Julio Fred. Koeler, e pelo tenente da armada nacional Joaquim Raimundo de Lamare. 1ª carta ... 1833
impresso;

N. 655 Planta do caminho percorrido pelo exercito imperial no Paraguay – desde Pilar até Guarda da Palma...25 de outubro de 1869 – Chodosiènvier
manuscrito;
Nota: "original"

N. 656 Carta topographica da colonia de Sta. Leopoldina na provincia do Espirito Santo – levantada pelo engenheiro director da mesma Coelho Cintra ... 1872
impresso;

N. 657 Carta topographica da colonia de Sta. Leopoldina na provincia do Espirito Santo – levantada pelo engenheiro director da mesma Coelho Cintra ... 1872 [ex.2]
impresso;

N. 658 Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro levantada por ordem de Ana Altega Real e príncipe regente no anno de 1808 ... Na Impressão Regia em 1812
impresso;

N. 659 Cruchley's new plan of London, Westminster & Southwask ... Engraved & published by G. F. Cruchley
impresso;

N. 660 Mappa geral da colonia Blumenau na provincia de Santa Catharina... pelo engenheiro Emilio Odebrecht impresso;

N. 661 Planta das colonias allemães e terrenos medidos na provincia de Santa Catharina por Waldemar Schultz impresso;

N. 662 "Demonstra-se por linhas rectas a planta da cidade do Rio de Janeiro, como o termo de comparação mais instructivo sem a leitura das lições: portanto ella não tem outro uso no Manual". impresso;

N. 663 Mappa mercantil do Rio de Janeiro, contendo as firmas das principaes casas de negocio. impresso;
Nota: "incompleto?"

f. 6; data do registro: 25 de setembro

N. 664 Mappa administrativo e estatistico da Côrte e Provincia do Rio de Janeiro impresso;

N. 665 Planta de Petropolis mandada levantar pelo presidente da provincia do Rio de Janeiro... Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho para se juntar ao seu relatorio ... 1846 impresso;

N. 666 Plano que comprehende a planta da Corte do Rio de Janeiro e os seos suburbios – a da cidade da Praia Grande e a do povo de S. Domingos. impresso;

N. 667 Projecto para reconstrucção e aformoseamento do bairro entre a rua Sete de Setembro e a rua do Rozario inclusives e a rua da Quitanda, rua S. Bento e Saude até o consulado... Rio de Janeiro 14 de março de 1874. Copia em 3/5 do original impresso;

N. 668 Roteiro de Goa a Dio por D. João de Castro impresso;

N. 669 Planta da barra do rio de S. Francisco...1853 impresso;

N. 670 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 impresso;

N. 671 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 [ex. 2] impresso;

N. 672 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 [ex. 3] impresso;

N. 673 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 [ex. 4] impresso;

N. 674 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 [ex.5] impresso;

N. 675 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 [ex.6] impresso;

N. 676 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henri Law...1858 [ex.7]
impresso;

f. 7; data do registro: 25 de setembro

N. 677 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858
impresso;

N. 678 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858
impresso;

N. 679 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.2]
impresso;

N. 680 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.3]
impresso;

N. 681 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.4]
impresso;

N. 682 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.5]
impresso;

N. 683 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.6]
impresso;

N. 684 Planta nº 1 indicando o estado actual do arsenal de marinha e do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.7]
impresso;

N. 685 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858
impresso;

N. 686 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex. 2]
impresso;

N. 687 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex. 3]
impresso;

N. 688 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex. 4]
impresso;

N. 689 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex. 5]
impresso;

N. 690 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex. 6]
impresso;

N. 691 Planta nº2 mostrando as obras projectadas para as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex. 7]
impresso;

f. 8; data do registro: 25 de setembro

N. 692 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858
impresso;

N. 693 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.2]
impresso;

N. 694 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.3]
impresso;

N. 695 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex4]
impresso;

N. 696 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.5]
impresso;

N. 697 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.6]
impresso;

N. 698 Planta nº 2, mostrando as obras projectadas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.7]
impresso;

N. 699 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858
impresso;

N. 700 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.2]
impresso;

N. 701 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.3]
impresso;

N. 702 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.4]
impresso;

N. 703 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.5]
impresso;

N. 704 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.6] impresso;

N. 705 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.7] impresso;

N. 706 Planta nº3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law ... 1858 [ex.8] impresso;

f. 9; data do registro: 25 de setembro

N. 707 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. impresso;

N. 708 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 2] impresso;

N. 709 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 3] impresso;

N. 710 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 4] impresso;

N. 711 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 5] impresso;

N. 712 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 6] impresso;

N. 713 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 7] impresso;

N. 714 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 8] impresso;

N. 715 Planta nº 3 mostrando as obras que imediatamente devem ser construídas para a extensão do arsenal de marinha e para o melhoramento do porto do Rio de Janeiro por Henry Law em 1858. [ex. 9] impresso;

N. 716 Comissão de saneamento da capital do Imperio. Planta do canal do Mangue, mostrando os projectados prolongamentos do canal da bacia do Rocio até a estação marítima da E. F. D. Pedro II - 1886. impresso.

N. 717 Comissão de saneamento da capital do Imperio. Planta do canal do Mangue, mostrando os projectados prolongamentos do canal da bacia do Rocio até a estação marítima da E. F. D. Pedro II - 1886.

ANEXO B – Notícias publicadas nos jornais sobre a Biblioteca Fluminense, entre as décadas de 1850 a 1930, pesquisados na Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional do Brasil

Almanak Laemmert (1848-1916)

(1848) Foi publicado o primeiro anúncio da Biblioteca Fluminense, cujo endereço informado ficava na rua dos Ourives n.87, e inicia o texto da seguinte forma: "Esta associação só para nacionaes, projectada com 2000 acções de 25\$rs. cada uma para formar o capital de 50:000\$000, foi installada em 11 de abril de 1847 pela eleição de cinco commissarios com plenos poderes constituintes, os quaes, pela addição que fizerão aos artigos organicos, servirão de directoria até janeiro de 1848, época fixada para a eleição e posse da 1ª directoria regular. As salas do estabelecimento forão abertas provisoriamente para nellas se ler (das 8 da manhã ás 2 da tarde, e das 4 as 9 da noite, nos dias úteis, e das 8 da manhã ao meio dia, nos feriados) em 1º de novembro; de janeiro em diante pretende a directoria conceder a sahida dos livros para fóra do estabelecimento, e então receberá subscriptores de qualquer nação".

Presidente: Diogo Soares da Silva de Bivar; Secretario: José Pr. Per. Pacheco; Tesoureiro: João J. Dias Camargo, Bernardo Joaquim de Oliveira, J. M. Pereira da Silva, Coronel Pedro de Alcantara Bellegarde, Luiz da Cunha Feijó

(1849) Ainda com endereço à rua dos Ourives n.87, esquina com a Rua do Rosário. Apresenta o seguinte texto: "Esta associação, installada em 11 de abril de 1847, possui hoje 5.000 volumes de sciencias, litteratura e artes, nas linguas portugueza, franceza, ingleza, hespanhola, italiana e latina, &c.; jornaes e periodicos nacionaes e estrangeiros [...]. Abre-se ás 8 horas da manhã até as 2 da tarde, e das 4 ás 8 da noite, nos dias úteis; e ás 8 horas da manhã ao meio dia nos feriados. Recebem-se assignaturas de qualquer nação e sexo a 12 \$ réis annuaes.

Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretario. Bernardo Joaquim de Oliveira; Thesoureiro. José Machado Coelho;

Inspectores. Dr, João Manoel Pereira da Silva; Dr. Luiz da Cunha Feijó; Belarmino Ricardo de Siqueira."

(1850) Modificações em relação ao anúncio anterior: -quantidade de itens no acervo:10.000; - Destaca que "Ainda tem acções para passar, por não estar completo o numero [de acionistas] marcado pelo Estatutos"; - Assinatura anual a 12\$réis, e uma nova opção semestral a 6\$réis; Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretário: Joaquim Antonio Coelho; Bibliotecário: João Manoel Pereira da Silva; Inspectores: Bernardo Joaquim de Oliveira, José Antonio dos Santos Xavier, Manoel Corrêa Fernandes.

(1851) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Mudança de endereço passando à rua da Quitanda, n. 143, 2º andar; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 12.000. Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretário: Bernardo Joaquim de Oliveira; Bibliotecário: Manoel Pacheco da Silva; Inspectores: José Antonio dos Santos Xavier, Manoel Corrêa Fernandes.

(1852) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Mudança de endereço passando à rua do Sabão n.45; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 13.000; -Pela primeira vez menciona manuscritos como parte da coleção.

"Esta util Associação, installada em 11 de abril de 1847, tem caminhado com um progresso extraordinario: seus Directores reconhecendo a inconveniencia da falta de estabilidade em um estabelecimento dessa ordem, como tem até agora acontecido, vendo-se forçado a continuadas mudanças de localidade, contractarão com a Irmandade de N. S. Mãe dos Homens, por arrendamento de 21 annos, edificar no terreno que aquella Irmandade tem na rua do Sabão, n.45, com mais de 6 braças de frente sobre cerca de 11 de fundo, um predio

com a capacidade necessaria ao estabelecimento; esse predio, que teve principio em Julho do anno passado, deve ficar concluido em fins de Janeiro do corrente anno"

Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretário: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecário: Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: José Domingues de Ataíde Moncorvo, Miguel Joaquim de Andrade da Almada, José Ferreira Leal.

(1853) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Mudança de endereço passando à rua do Sabão n.45; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 16.000.

"Esta útil Associação, installada em 11 de abril de 1847, tem caminhado com um progresso extraordinário: seus Directores, reconhecendo a inconveniencia da falta de estabilidade em um estabelecimento dessa ordem, como tem até agora acontecido, vendo-se forçado a continuadas mudanças de localidade, contractarão com a Irmandade de N. S. Mãe dos Homens, por arrendamento de 21 annos, edificar no terreno que aquella Irmandade tem na rua do Sabão, n.45, com mais de 6 braças de frente sobre cerca de 11 de fundo, um predio com a capacidade necessaria ao estabelecimento; esse predio, que teve principio em Julho do anno passado, acha-se concluido".

Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretário: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecário: Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade da Almada, José Ferreira Leal; Empregados: Francisco Antonio Martins, José Clemente Duvivier, filho; Domingos da Cunha Pinheiro Gonzaga.

(1854) Inicia o texto do anúncio com a seguinte frase: "Esta útil Associação, installada em 11 de abril de 1847, tem caminhado com um progresso extraordinário".

Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 17.000 volumes; - Aberta das 8 da manhã as 2 da tarde e das 4 as 8 da noite em dias uteis; e nos feriados, de 8 da manhã ao meio dia; -

Assinaturas de qualquer nação e sexo a 12\$000 réis por anno, e 6\$000 por 6 meses.

Presidente: Paulino Jose Soares de Souza; Secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecario: Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins, Francisco Ferreira de Azevedo e Domingos da Cunha Pinheiro Gonzaga.

(1855) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 18.000 volumes;

Presidente: conselheiro Visconde do Uruguay; secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecario Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregado: Francisco Antonio Martins.

(1856) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 20.000 volumes; - Cita pela primeira vez a existência de manuscritos no acervo.

Presidente: conselheiro Visconde do Uruguay; secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecario Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins

(1857) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 12.000;

Presidente: conselheiro Visconde do Uruguay; secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro;

Bibliotecario Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins

(1858) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no

acervo, cerca de 24.000; - Ainda possuía ações para venda; - Apresenta um erro tipográfico, que indica que foi fundada em 1857, quando na verdade é 47; - Menciona mapas e manuscritos no acervo.

Presidente: Visconde do Uruguay; Secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecario: José Machado Coelho de Castro; Tesoureiro: Bernarno Joaquim de Oliveira; Procuradores: Manoel Pacheco da Silva, José Joaquim Maia, Manoel José Teixeira Junior; Empregados: Francisco Antonio Martins e Manoel Marques Perdigão.

(1859) Inicia o texto com a seguinte frase: "Associação de leitura installada por Bernardo Joaquim de Oliveira, em 11 de abril de 1847".

Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 26.000; - Documentos em alemão; - Informa que ainda tem ações para aquisição, ao custo de 25\$000 réis, com pagamento de assinatura mensal de 500 réis;

Presidente. Visconde do Uruguay; Secretario. Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecario: José Machado Coelho de Castro; Tesoureiro: Bernarno Joaquim de Oliveira; Procuradores: Manoel Pacheco da Silva, José Joaquim Maia, Manoel José Teixeira Junior; Empregados: Francisco Antonio Martins e Manoel Marques Perdigão.

(1860) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 28.000;

Presidente: Cons. Luiz Pedreira do Couto Ferraz; Secretario: Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Bibliotecário: João Carlos de Souza Ferreira; Tesoureiro: Joaquim José Rosario; Procuradores: João José do Rosario, João Antonio Leite, junior, Luiz Honorio Vieira Souto; Empregados: Francisco Antonio Martins, Feliciano Marques Perdigão.

(1861) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 29.000;

Diretoria: Isidro Borges Monteiro; Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Bernardo

Teixeira Borges; Candido José Cardoso; Jeronymo José de Mesquita; Joaquim José do Rosario; José Francisco da Costa; Vicente Joaquim Torres; José Narciso da Silva Vieira; Manoel da Silva Passos; Francisco José da Silva Ramalho; Manoel José Teixeira Junior.

Empregados: Francisco Antonio Martins, Feliciano Marques Perdigão.

(1862) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 30.000;

Diretoria: Isidoro Borges Monteiro, Joaquim Catenao Fernandes Pinheiro, Bernardo Teixeira Borges, Camilo Candido José Cardoso, Jeronymo José de Mesquita, Joaquim José do Rosario, José Francisco da Costa; José Narciso da Silva Vieira, Manoel da Silva Passos

Empregados: Francisco Antonio Martins, na biblioteca, Feliciano Marques Perdigão, Joaquim Pereira dos Santos.

(1863) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 31.000;

Diretoria: Isidro Borges Monteiro, Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Bernardo Teixeira Boges, Candido José Cardoso, Joaquim José do Rosario, José Francisco da Costa Manoel José Teixeira Junior.

Empregados: Francisco Antonio Martins, João José do Carmo Bittencourt

(1864) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Quantidade de itens no acervo, cerca de 32.000;

Diretoria: Cons. de Estado Visconde do Uruguay, Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Saturnino Ferreira da Veiga, Antonio Joaquim Dias Abreu, Ignacio Ferreira Lopes Guimarães, Manoel José Marques Sobrinho, Matheus Alves de Souza.

Empregados: Francisco Antonio Martins; João Rodrigues de Souza Gama

(1865) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 32.000;

Diretoria: Cons. de Estado Visconde do Uruguay, Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, Saturnino Ferreira da Veiga, Antonio Joaquim Dias Abreu, Ignacio Ferreira Lopes Guimarães, Manoel José Marques Sobrinho, Matheus Alves de Souza.

Empregados: Francisco Antonio Martins;

(1866) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 34.000;

Diretoria: Bacharel José Pereira Rego, Diogo Francisco Moreira, Dr. Thomaz Alves Junior, Jorge Lopes da Costa Moreira, João Severino da Silva, Manoel Pereira Pastos Junior, Severino Chaves de Miranda, Cassiano Nunes Moreira, Matheus Alves de Souza, Manoel José Soares
Empregados: Antonio Pereira Leitão, Francisco Antonio Martins.

(1867) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 34.000;

Diretoria: Luiz Alves Pereira Machado, Thomaz Alves Junior, Joaquim José Rosário
Empregado: Francisco Antonio Martins, biblioteca

(1868) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 34.000;

Diretoria: Thomaz Alves Junior, Luiz Alves Pereira Machado, Joaquim José do Rosario
Empregado: Francisco Antonio Martins, na biblioteca

(1869) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 35.000;

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins.

(1870) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 36.000;

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

(1871) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 38.000;

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

(1872) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 38.000;

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

(1873) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 39.000; A rua do Sabão mudou de nome, passando a se chamar rua General Camara; o número permaneceu o mesmo, n.45.

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim

José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

(1874) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - O anúncio inicia por: "Associação de Leitura..."; -Quantidade de itens no acervo: 40.000 volumes

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

(1875) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: - Mudou a numeração do edifício da Biblioteca Fluminense, passando a: rua General Camara, n.37; -Quantidade de itens no acervo: 42.000 volumes.

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins e Francisco Antonio Martins, filho, que aparece como "ajudante".

(1876) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 42.000 volumes.

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

Francisco Antonio Martins, filho

(1877) Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 43.000 volumes.

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosário, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Empregado: Francisco Antonio Martins

(1878) No suplemento [p.95], o almanak publica o decreto n. 2.774, de 6 de outubro de 1877, que autoriza o governo a vender à Biblioteca Fluminense os prédios ns. 62 e 62A da rua do Ouvidor. Nessa edição a biblioteca não publicou anúncio.

(1879) Nessa edição a Biblioteca Fluminense não publicou anúncio.

(1880) Inicia o anúncio com a frase: "Acha-se em construção, na rua do Ouvidor n. 62, um novo edificio para a Bibliotheca"; Principais modificações em relação ao anúncio anterior: Anúncio reduzido; - Quantidade de itens no acervo, cerca de 44.000 volumes.

Presidente: Conselheiro de estado Paulino José Soares de Souza; Vice-presidente: Conselheiro Antonio José de Bem; Secretario: Luiz da Silva Brandão; Tesoureiro: Joaquim José do Rosario, Caetano Alves de Souza Filgueiras (ausente), Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça
Conservador: Francisco Antonio Martins;
Ajudante: Francisco Antonio Martins Filho.

(1881) Mesmo texto do anuncio anterior; Quantidade de itens no acervo: 44.000 volumes

Diretoria: conselheiro Paulino José Soares de Souza, dr. Luiz da Silva Brandão, Joaquim José do Rosario, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça.

Conservador: Francisco Antonio Martins

Ajudante: Francisco Antonio Martins, filho

(1882) Reorganização e reclassificação no Almanak Laemmert, e modificação no layout.

O Almanak informa em seu prefácio que o sr. J. A. dos Santos, responsável pela redação deste anuário não pode mais fazê-lo, cabendo a missão ao Sr. Arthur Sauer, um dos sócios do Almanak, que redigiu e reorganizou o mesmo. Informam ainda sobre as mudanças no antigo sistema de classificação adotado [p.2-5]. Essa edição apresentou um prólogo.

Quantidade de itens no acervo: 44.000 volumes; Inicia o anúncio com o seguinte texto: "Associação de leitura, installada por Bernardo Joaquim de Oliveira, em 11 de abril de 1847..."

Diretoria: Presidente: conselheiro de estado Paulino José Soares de Souza; Secretário: Dr. Luiz da Silva Brandão; Tesoureiros: Joaquim José do Rosario, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça

Conservador: Francisco Antonio Martins

Ajudante: Francisco Anonio Martins, filho

(1883) Não são mais informados o horário de funcionamento; Endereço: rua do Ouvidor, n. 62; Quantidade de itens: 44.000.

Diretoria: Presidente: conselheiro de estado Paulino José Soares de Souza; Secretário: Dr. Luiz da Silva Brandão; Tesoureiros: Joaquim José do Rosario, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça

Conservador: Francisco Antonio Martins

Ajudante: Francisco Anonio Martins, filho

(1884) Quantidade de itens informado: 44.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Tesoureiro Joaquim José do Rosario, Luiz alves pereira machado;

Conservador: Francisco Antonio Martins

Ajudante: Francisco Anonio Martins, filho

(1885) Quantidade de itens no acervo: 45.000

Presidente: Paulino José Soares; secretario interino: Ricardo José da Silva Graça;

tesoureiros: Joaquim José do Rosário, Luiz Alves Pereira Machado;

Conservador: Francisco Antonio Martins;

Ajudante: Francisco Antonio Martins Filho

(1886 a 1890) Não encontrado.

A Biblioteca Nacional organizou os exemplares em dois grupos distintos na Hemeroteca Digital: o primeiro do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, cujas edições são de 1844 a 1885; e o segundo grupo, do Almanak Laemmert, que conteria as edições de 1891 a 1940. Ambos são a mesma publicação, apenas com essa mudança de nome a partir de 1886. Entre os anos de 1886 a 1890 não foram verificados se a Biblioteca não possui esses exemplares, ou se eles apenas não foram digitalizados.

(1891) No prologo do Almanak há algumas informações relevantes: Um artigo que fará parte das edições do mesmo chamado "Geographia Summaria dos Estados-Unidos do Brazil, descrita como necessária e direcionada aos leitores estrangeiros. Informa também sobre um decreto provisório que declarou subsistentes os títulos e condecorações, que agora seriam informados "no corpo da obra de cada cidadão", e não mais nas páginas do Almanak. Avisa também que a firma Laemmert & C. passou a ser propriedade da Companhia Typographica do Brazil, que adquiriu suas oficinas gráficas [p.viii]

Quantidade de itens informada: 62.000 volumes

Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior;

Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça;

Tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins

(1892) Quantidade de itens no acervo informado: 62.000 volumes

Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior;

Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça;

Tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins

(1893) O texto de apresentação do anúncio apresenta o endereço com a seguinte frase: "Em edifício próprio" na rua do Ouvidor n. 62; Quantidade de itens no acervo informado: 62.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior;
Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça;
Tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins

(1894) Quantidade de itens no acervo informado: 62.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior;
Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça;
Tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins

(1895) Quantidade de itens no acervo informado: 62.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior;
Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça;
Tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins

(1896) Apresenta a seguinte frase no texto do anúncio: "possue os principaes jornaes de todos os Estados da Republica..."; Assinatura no valor de 5\$000 por trimestre; Quantidade de itens no acervo informado: 80.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Secretario: Felix Ferreira; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins.

(1897) Quantidade de itens no acervo informado: 80.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Secretario: Felix Ferreira; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins.

(1898) Quantidade de itens no acervo informado: 80.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Secretario: Felix Ferreira; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins. Ajudante: José de Souza Braga

(1899) Quantidade de itens no acervo informado: 90.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Secretario: José Carlos Rodrigues; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1900) Quantidade de itens no acervo informado: 90.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Secretario: José Carlos Rodrigues; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1901) Quantidade de itens no acervo informado: 90.000

Presidente: Paulino José Soares de Souza; Secretario: José Carlos Rodrigues; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1902) Quantidade de itens no acervo informado: 90.000

Presidente: ---; Secretario: José Carlos Rodrigues; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1903) Quantidade de itens no acervo informado: 90.000

Presidente: ---; Secretario: José Carlos Rodrigues; Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula; Conservador: Francisco Antonio Martins; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1904) Quantidade de itens no acervo informados: 90.000; O anúncio especifica "volumes para leitura em casa".

Presidente Paulino José Soares de Souza; Secretario: João Baptista Lopes; Tesoureiro: Joaquim Antonio de Souza Ribeiro; Conservador: vago; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1905) Quantidade de itens no acervo informados: 90.000;

Presidente Paulino José Soares de Souza; Secretario: João Baptista Lopes; Tesoureiro: Joaquim Antonio de Souza Ribeiro; Conservador: vago; Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga

(1906) Quantidade de itens no acervo informados: 90.000;

Presidente Paulino José Soares de Souza; Secretario: João Baptista Lopes; Tesoureiro: Joaquim Antonio de Souza Ribeiro; Conservador: vago; Conservador: José Agostinho de Araujo Braga

(1907) Quantidade de itens no acervo informados: 90.000;

Presidente Paulino Jose Soares de Souza; Secretario: Antonio de Almeida Pinto; Tesoureiro: Bernardo Pires Velloso Sobrinho; Conservador: José Agostinho de Araujo Braga

(1908) Quantidade de itens no acervo informados: 90.000;

Presidente Paulino Jose Soares de Souza; Secretario: Antonio de Almeida Pinto; Tesoureiro: Bernardo Pires Velloso Sobrinho;

Conservador: José Agostinho de Araujo Braga

(1909) O Almanak apresenta o texto do decreto n. 695, de 27 de maio de 1908, que regulamenta o imposto predial. No cap. III "Das isenções" aparece a Bibliotheca Fluminense e outras instituições de instrução e caridade, como o Gabinete Portuguez de leitura, O Lyceu Litterario, asilos, santas casas, etc, como beneficiárias [p.340].

A partir dessa edição o layout de apresentação do Almanak Laemmert muda, e passa a constar apenas o endereço das instituições. A Bibliotheca Fluminense aparece no n.92 da rua do Ouvidor, devido a reorganização urbanística que ocorria na cidade.

(1910) Publica-se novamente o decreto que dá isenção do imposto predial à Biblioteca Fluminense; Aparece apenas o endereço da biblioteca, na rua do Ouvidor, n.92

(1911) Publica-se novamente o decreto que dá isenção do imposto predial à Biblioteca Fluminense; alguns anúncios contêm telefone, e dentre os gabinetes de leituras e bibliotecas, apenas o Gabinete Portuguez tinha um número. A Biblioteca Nacional ainda não tinha telefone anunciado.

A Biblioteca Fluminense aparece com endereço na rua Moreira César n. 90, no entanto esse foi um dos nomes que recebeu a Rua do Ouvidor nessa época.

(1912) Edição não localizada

(1913) Publica-se novamente o decreto que dá isenção do imposto predial à Biblioteca Fluminense; O endereço informado referente a Bibliotheca Fluminense volta a ser rus do Ouvidor, n.90; Já existem outras lojas ocupando o prédio, possivelmente por sublocação:

J. Ferreira dos Santos & C.a; Casa Salgado Zenha, fazendas, modas, confecções; Almeida Santos, flores naturaes. A biblioteca ocupava o sobrado

(1914) Aparece apenas o endereço R. do Ouvidor, n. 90. A diretoria é mencionada apenas na página referente ao endereço dos moradores do Rio de Janeiro

(1915) Publica-se novamente o decreto que dá isenção do imposto predial à Biblioteca Fluminense; Aparece apenas o endereço na rua do Ouvidor, n. 90.

(1916) Aparece apenas o endereço na rua do Ouvidor, n. 90.

O Apóstolo: periódico religioso, moral e doutrinário, consagrado aos interesses da religião e da sociedade (RJ)

(1890) Notícia que o monsenhor Honorato remeteu à Biblioteca Fluminense uma coleção de leis e relatórios do estado de Pernambuco e do Diário de Pernambuco, de 1888 a 1889, além da coleção de quase todos os jornais daquele estado até 1887¹⁴².

Correio da Tarde

(1895) Publicado na "Seção Belliscões" uma nota informativa sobre a abertura de assinatura pública, para leitura em casa, na Bibliotheca Fluminense, por proposta de Félix Ferreira¹⁴³.

(1895) Publicação de anúncio da Biblioteca Fluminense: "Leitura em casa mediante assinatura trimestral de 5\$000 paga adiantadamente começando em qualquer dia". Informa também que à disposição do assinante existem 50.000 volumes entre obras antigas e modernas, revistas e jornais; destaca os livros industriais -- possivelmente livros técnicos -- como preconizava as políticas voltadas para instrução e para a criação de Bibliotecas Públicas¹⁴⁴. O endereço informado da biblioteca é rua do Ouvidor, n. 62, funcionando no horário de 10 da manhã às 5 da tarde¹⁴⁵.

(1895) Nota informativa na seção "Pequena Sabbatina" informa que a abertura das

assinaturas, noticiada nesse jornal obteve sucesso com grande procura ao estabelecimento. Dentre os visitantes, o sr. Silva Araujo doou todos os seus "escriptos scientificos" publicados¹⁴⁶.

(1895) Nota informativa sobre prestação de contas quanto as assinaturas realizadas nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, após o jornal noticiar a mudança na admissão de assinaturas da biblioteca:

"[...]Durante os trinta e oito dias uteis em que esta bibliotheca funcionou nos mezes de Janeiro e Fevereiro, a contar do dia 15 d'aquelle mez em que foi reaberta, o movimento de volumes excedeu de 2.500, sendo mais de 2.000 para a leitura em casa dos 400 assignantes que se inscreveram d'aquelles trinta e oito dias.

Diariamente frequentaram o estabelecimento para ler, consultar ou visitá-lo simplesmente, 45 pessoas na media. As requisições de livros por compra atingiram a 320 volumes e as doações a 30 [...]"¹⁴⁷.

Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal (RJ)

(1850) Nota informativa sobre a mudança da biblioteca fluminense para um sobrado da casa n. 143 da rua da quitanda, entre a rua do Sabão e a S. Pedro¹⁴⁸;

(1854) Bernardo Joaquim de Oliveira conta como diretor da sociedade Phil'Euterpe¹⁴⁹;

(1855) Bernardo Joaquim de Oliveira aparece como conselheiro da Imperial Sociedade Amante da Instrução, para s anos de 1854 a 1855¹⁵⁰;

¹⁴²O *apostolo*: periodico religioso, moral e doutrinario, consagrado aos interesses da religião e da sociedade rj, 19 de janeiro de 1890, n.9

¹⁴³ Correio d atarde, 1895 segunda, 14 de janeiro de 1895

¹⁴⁴ ver: SCHAPOCHNIK, Nelson. Livros e leitura para o povo: ascensão e decadência das Bibliotecas Populares no Império Brasileiro, 1870-1889. Historia y Espacio, v.14, n.51, ago-dez. 2018, Colombia. p.199-229

¹⁴⁵ *Correio da tarde*, segunda, 14 de janeiro de 1895

¹⁴⁶ *Correio da tarde*, 19 de janeiro de 1895, n.427

¹⁴⁷ *Correio da tarde*, 6 de março de 1895

¹⁴⁸ *Correio Mercantil, e instructivo, político, universal (RJ)*, 1850 ano vii, n.226, 9 de setembro de 1850

¹⁴⁹ *Correio Mercantil*, p.1, 04 de julho de 1854, n.203 p.1

¹⁵⁰ *Correio Mercantil*, 17 de agosto de 1854, n.226, p.2

(1856) Livro a venda sob demanda (assinatura), na Bibliotheca Fluminense, cujo título era "A mão de Deus"¹⁵¹;

(1856) Alguns acionistas publicam anúncio solicitando que a diretoria convoque eleições para sua troca, tendo em vista que já não ocorriam assembleias a cerca de 4 anos, ou seja, desde 1852¹⁵²;

(1856) O jornal noticia estar disponível para assinatura (venda sob demanda) o livro "O Fastos de Napoleão I. Pintados por Andrea Appiani e gravados por Longhi Bisi, Benaglia, I.A.F. Rosaspina", publicado em Paris por Pedro Barboglio. A obra seria publicada em papel da china -- acredito que referem-se ao papel de celulose -- e viria com 36 gravuras e 29 folhas de texto. A Biblioteca Fluminense aparece como um dos assinantes dessa obra¹⁵³;



(1857) Na seção do jornal "Câmara dos senhores deputados, sessão de 29 de julho sob a presidência do visconde de Baependy" uma informação importante: tinha entrado em

discussão o que eles chamaram de "2º projecto n. 25 de 1850, que faz igual concessão á Bibliotheca Fluminense", se referindo as loterias¹⁵⁴;

(1858) Seção do jornal de título "Camara dos srs. deputados, sessão de 8 corrente, presidida pelo Visconde de Baependy". Na primeira parte da ordem do dia foi informado que a proposta de loteria para a Bibliotheca Fluminense havia sido remetida a uma comissão não especificada, com a emenda de Soares e Souza que elevava para 4 o número de loterias a serem concedidas ao estabelecimento¹⁵⁵;

(1858) Na sessão da "Câmara dos srs. Senadores, sessão de 14 corrente, presidida por M. I. Cavalcanti di Lacerda" foi lido o officio enviado pela câmara dos deputados, que informa a concessão de 4 loterias à Bibliotheca Fluminense¹⁵⁶;

(1858) "Sessão da Câmara dos srs. Senadores, sessão de 28 do corrente, presidida por M. I. Cavalcanti di Lacerda". Informa que passou sem debates, na 1ª e 2ª discussão, a proposição da câmara concedendo 4 loterias para a Bibliotheca Fluminense¹⁵⁷;

(1858) Na sessão da "Câmara dos srs. Senadores", o jornal noticia que passou em 3ª discussão, sem debate, a proposta de concessão de 4 loterias à Bibliotheca Fluminense, sendo encaminhada, dessa forma, para sanção Imperial¹⁵⁸;

(1858) Estava disponível para aquisição na Bibliotheca Fluminense uma obra reeditada por Francisco Antonio Martins, cujo título era "Chronica da Companhia de Jesus [...]" de autoria do padre Simão de Vasconcellos¹⁵⁹;

¹⁵¹ *Correio Mercantil, e instructivo, politico, universal (RJ)*, 1855, p.3, 8 de março, ano 11, n.66

¹⁵² *Correio mercantil, e instuctivo, político, universal (RJ)*. 1856, n.262, 23 de setembro de 1856, p.2 ano 12

¹⁵³ *Correio mercantil, e instructivo, político, universal (RJ)*, 1856, n.272, p.3, 3 de outubro de 1856

¹⁵⁴ *Correio mercantil, e instructivo, político, universal (RJ)*, 1857, n.207, ano 14, p.1, 30 [ou 10?] de julho de 1857

¹⁵⁵ *Correio mercantil, e instructivo, político, universal (RJ)*, ano 1858, n.155, p.2, ano 15, 10[?] de julho de 1858

¹⁵⁶ *Correio mercantil, e instructivo, político, universal (RJ)*, 1858, n.161, p.1, 15 de junho de 1858

¹⁵⁷ idem 1858, 19 de junho de 1858, n.174, p.2

¹⁵⁸ idem 1858, n.247, p.1, 19 de setembro de 1858

¹⁵⁹ idem 10 de outubro de 1858

(1858) Notícia sobre a aprovação da concessão de 4 loterias para a Biblioteca Fluminense. Destaque para o texto que menciona "Passa sem debate"¹⁶⁰;

(1859) Anúncio publicado convocando para a assembleia geral às 10hs no salão da biblioteca, no dia 31 de julho, para os fins determinados no artigo 22 dos estatutos, que se referia a eleição para nova diretoria e prestação de contas da administração vigente¹⁶¹;

Diário de Notícias (RJ)

(1885) O jornal publica uma espécie de recado ao conselheiro Paulino José Soares de Souza, que que insinua – já pela segunda vez – sua má gestão à frente da Biblioteca Fluminense, no tempo em que foi presidente da mesma. Nessa nota, que foi publicada na coluna "A pedidos" e assinada pelo "Eleitorado do Engenho Velho", foi escrito o seguinte: "Os tempos hoje são outros, Sr. conselheiro [Paulino Soares de Souza]. S. Ex. na última eleição para deputados descontentou profundamente ao eleitorado com a ridícula farça da Bibliotheca Fluminense, e os candidatos naturaes do districto que não vivem, como S. Ex. suppõe, abandonados, não estão dispostos a acompanhá-lo em seus despropositos, sustentando uma candidatura que além de ser um escandalo, é uma ridícula affronta aos seus brios e dignidade". Acredito que esse "eleitorado" esteja se referindo a indicação que Paulino fez a candidatura de Bulhões de Carvalho, pelo partido conservador. Ignoro qual a divergência existente nessa situação¹⁶²;

(1886) Publica uma nota em que diz ser boa a aceitação entre os acionistas da Biblioteca Fluminense quanto a ideia de Felix Ferreira, em transformar essa associação em uma "Sociedade Bibliographica Brasileira". Um dos entusiastas dessa mudança seria Domingos José Vieira Guimarães, que entregou à Felix Ferreira, para ser oferecido a sociedade no dia de sua instalação, um exemplar "rarissimo" dos

Lusíadas de Camões, da afamada edição do Morgado de Matheus, que pertenceu ao Visconde de Rio Branco e foi comprado por Guimarães em leilão¹⁶³; (grifo nosso)

(1886) Noticia a reunião de acionistas, convocada pelo conselheiro Paulino José Soares de Souza, para tratar do estado do estabelecimento, que precisava de novos recursos para ser reaberta ao público. Parece que a quantia necessária foi aprovada. Diz o presidente que a biblioteca "...já conta grande cabedal litterario e dispoe de todos os elementos para prosperar". Declarou que, "não obstante, precisava de novos recursos para que possa elle ser immediatamente franqueado ao publico...". E solicitava contribuição financeira para tal. Conclui a notícia que "Ficou desde logo subscripta avultada quantia"¹⁶⁴;

(1886) Transcrição da fala do "dr. Gusmão", em reunião do partido conservador realizada na Biblioteca Fluminense, sobre o "honroso encargo do conselheiro Belisário, que foi escolhido como senador do Império"¹⁶⁵;

(1887) Reunião convocada por Paulino José Soares de Souza, a ser realizada na bf, com "deputados provinciais e notáveis fazendeiro" para tratar "sobre a attitude que a lavoura deve tomar em relação aos ultimos acontecimentos"¹⁶⁶, possivelmente se referindo aos movimentos republicanos.

(1887) Felix Ferreira, então secretário da Biblioteca Fluminense, escreve ao jornal solicitando que divulguem a reabertura da bf. Inicia escrevendo o seguinte:

"Sr. redator do Diario de Noticias. – Estando prestes a conclusão das obras internas do seu novo edificio, a bf dentro em pouco reabrirá suas portas. E como um estabelecimento de tanta utilidade não póde deixar de merecer a protecção d'aquelles que se interessam pelo progresso moral do paiz, venhos por isso pedila a V., em quem sempre encontram generoso agazalho todos os nobres emprehendimentos"

¹⁶⁰ idem 19 de junho de 1858

¹⁶¹ idem 1859, 22 de julho de 1859, n.200, p.3

¹⁶² *Diario de Noticias (RJ)*, 27 de dezembro de 1885, n.204 p.2

¹⁶³ *Diário de Notícias (RJ)*, 18 de fev de 1886, ano 2, n.257 p.1

¹⁶⁴ *Diario de noticias(RJ)*, 5 de dezembro de 1886, ano ii, n. 545 p.1

¹⁶⁵ *Diario de Noticias (RJ)*, 5 de dezembro de 1886, ano ii, n. 545 p.1

¹⁶⁶ *Diario de Noticias (RJ)*, 18 de nov de 1887, ano 3, n.892

"A bf conta com 40 anos de existencia, e exceptuando talvez a Publica [a Nacional], nenhuma outra póde disputar-lhe a primazia no tocante a bibliographia brasileira; quer historica, e n'esta comprehendendo os autores nacionaes e estrangeiros que se têm occupado com esta parte da America; quer litteraria no patrio idioma e n'esta incluindo as publicações feitas no paiz, principalmente de jornaes, revistas, pamphletos politicos e documentos officiaes; collectamos, enfim, as mais preciosas, raras hoje em mãos de amadores e rarissimas nas dos mais afamados mercadores das especies americanas, como os Trubner, Brockäuse e os Dufossée cujos catalogos reunidos não soffrem confronto com o da nossa bibliotheca, sem contar os autographos, ineditos, retratos, paisagens, specimens mineralogicos, moedas, medalhas e artefactos indigenas. Opulento repositório de quanto se refere ao Brazil e aos brasileiros, offerecendo assim copioso manancial aos investigadores das cousas patrias, a Bibliotheca Flumiense, no emtanto, não tem bastantes recursos para adquirir tudo quanto se publica no paiz; precisa, pois, que em seu auxilio venham generosos os autores, editores, livreiros, impressores e amadores favorece-la com um exemplar de suas publicações, ou qualquer objecto que se filie as tradições historicas ou riquezas naturaes do Brazil.[...]. E continua sua carta, solicitando -- as voltas de muitos elogios ao jornal --, que este publique, noticia e recomende o estabelecimento¹⁶⁷;

(1888) Uma provocação ao conselheiro Paulino José Soares de Souza foi publicada na coluna "Folhetim", sob o título "Os Microbios! Revista-retrospecto de 1887 por Cha-ri & Va-ri. Para a prov. do Rio". Diz o texto: "Salve, irmã!... Afinal de contas eu também desejo chegar a um acordo; com meus queridos fazendeiros...; Acabo de convoca-los para uma reunião; na Bibliotheca Fluminense...; As barbas do visinho ardendo; eu vi, as minhas puz

de môlho; o movimento vae crescendo... Pae Paulino tem olho!¹⁶⁸

(1889) O jornal faz uma nota, na coluna "Corre como certo..." informando que: "[...] o encontro do Imperador com o sr. Paulino de Souza na Bibliotheca Fluminense, não foi tão casual como parece á primeira vista¹⁶⁹

(1889) Outra nota da coluna "Corre como certo...", que diz: "... que Sua Magestade examinou os livros da Bibiotheca Fluminense com muito desembaraço, folheando-os com grande correcção¹⁷⁰

(1892) Anuncia os prêmios de uma loteria "extraordinaria para indemnização de compras da casa da Bibliotheca Fluminense"¹⁷¹;

(1892) A BF também cedeu seu espaço como sessão eleitoral.¹⁷²

(1895) Novamente Felix Ferreira solicita uma publicação no jornal. O texto diz o seguinte: "O presidente da Bibliotheca Fluminense, o sr. conselheiro Paulino de Souza, confiou-me o cargo de secretario interino da mesma bibliotheca, para completar a directoria, reduzida apenas a dois membros effectivos, e com o fim de organizar as contas do seu período administrativo e convocar uma assembleia geral que as julgue e eleja uma nova directoria. Assumindo essa interinidade, encontrei tão util estabelecimento litterario, que conta perto de meio seculo de existencia e possui numerosas preciosidades bibliographicas, em grande atrazo, no tocante a publicações e lamentavel abandono quanto a frequencia, talvez devido a esse mesmo atrazo; para reergue-lo de tamanho abatimento, propuz e a directoria resolveu abrir, do dia 15 do corrente em diante, assignatura publica para leitura em casa; mediante modica retribuição, de conformidade com o prospecto junto que será reproduzido em annuncio na vossa bem conceituada folha. Com o producto

¹⁶⁷ *Diario de Noticias (RJ)*, ano 3, n.928, p.1, 24 de dezembro de 1887 [ele até escolheu a data do natal para publicar a matéria; período de maior leitura, acredito eu]

¹⁶⁸ *Diario de Noticias (RJ)*, 6 de janeiro de 1888, p.1, n.940

¹⁶⁹ *Diario de Noticias (RJ)*, 3 de outubro de 1889 [editor chefe era Ruy Barbosa], ano 6, n.1571

¹⁷⁰ *Diario de Noticias (RJ)*, 4 de outubro de 1889, n.1572, p.1, ano 6

¹⁷¹ *Diario de Noticias (RJ)*, 9 de fevereiro de 1892, n.2404, p.2

¹⁷² *Diario de Noticias (RJ)*, 26 de março de 1892 p.3 n.2450

d'essas assignaturas e na proporção do seu desenvolvimento, iremos adquirindo obras novas e assim enriquecendo uma instituição que tanto honra a iniciativa particular. Operario da imprensa, para a imprensa appello, solicitando a sua poderosa protecção para a Bibliotheca Fluminense, tanto mais digna d'esse amparo quanto os seus thesouros bibliographicos são de proveito para o jornalismo fluminense, pois colocada como se acha essa bibliotheca na rua mais frequentada d'esta capital e tão proxima ás principaes redacções, offerece-lhes por isso mesmo copiosa fonte de consulta a cada momento. Tão certo estou que não appellarei em vão que desde já vos antecipo meus mais sinceros agradecimentos"¹⁷³ (grifo nosso)

(1895) Anuncio de reabertura da bf em 1895, mencionado na segunda carta enviada ao jornal por Felix Ferreira¹⁷⁴

(1895) O jornal noticia o movimento de empréstimo e frequência na bf a partir de sua reabertura em 15 de janeiro de 1895 até 21 de fevereiro deste mesmo ano. A média de frequência de pessoas, por dia, eram de 45, com 2.500 volumes emprestados. Com os valores adquiridos das novas assinaturas, a biblioteca buscava renovar seu acervo, de modo que comprou 330 volumes, como forma de atrair novos assinantes¹⁷⁵;

(1895) O espaço da Biblioteca Fluminense foi novamente utilizado como seção eleitoral¹⁷⁶;

(1895) O jornal publica uma matéria sobre o gabinete de leituras: "A Bibliotheca Fluminense, primitivamente uma associação particular, franqueou agora ao público, mediante uma modica contribuição mensal, a enorme livraria. Deve ter sido enorme o numero de assignantes, attendendo á falta de gabinetes de leitura no Rio de Janeiro. Nada sabemos. Entretanto, se não fosse deficiente o seu catalogo, conjecturamos, maior poderia ser ainda. Ha inumeros leitores nessa capital, que acompanham o moderno movimento litterario,

principalmente francez, mas que – como é natural – não dispõem de recursos sufficientes para a aquisição dos livros que apparecem diariamente quasi. A Bibliotheca Fluminense, ao que nos consta, não possui essas obras, a maior parte volumes sobre viagens, critica, poesia, theatro, romances, dramas, etc. A falta sensível, attendendo ás circumstancias que vimos de apontar. Torna-se, pois, necessaria, em beneficio da propria associação, a compra de taes livros – o que concorrerá para maior incremento do seu gabinete de leitura, consequentemente trazendo maior rendimento"¹⁷⁷ (grifo nosso)



(1939) O jornal noticia sob o título de 'Preciosidade Historica', que o Ministério da Guerra solicita ao sr. Capanema ordens para restituição do "Livro Mestre dos Generaes" de D. João, que foi encontrado na Biblioteca Nacional, com procedência da Biblioteca Fluminense¹⁷⁸

Diário do Rio de Janeiro

(1862) Informa a concessão de 4 loterias à Bibliotheca Fluminense;

¹⁷³ *Diario de Noticias (RJ)*, 14 de janeiro 1895, n.3455, p.2

¹⁷⁴ *Diario de Noticias (RJ)*, 24 de fevereiro de 1895, p.4, n.3496

¹⁷⁵ *Diario de Noticias (RJ)*, 5 de março de 1895, n.3505, p.2

¹⁷⁶ *Diario de Noticias (RJ)*, 19 de março de 1895, p.2, n.3519

¹⁷⁷ *Diario de Noticias (RJ)*, 17 de abril de 1895, n.3547, p.1,

¹⁷⁸ *Diario de Noticias (RJ)*, 16 de maio de 1939, n.5075, p.3

(1862) Na seção "Exterior", informa sobre as remessas feitas de Lisboa à Bibliotheca Fluminense: 1 caixa de livros¹⁷⁹;

(1863) Anuncio convocando para assembleia geral com objetivo de escolher nova diretoria;

(1863) Informa da reunião dos acionistas da Bibliotheca Fluminense para elaborar a lista dos diretores;

(1863) Anúncio convocando para assembleia geral para escolha de nova diretoria;

(1864) Anuncio convidando os acionistas da biblioteca a participarem da reunião de reforma dos estatutos, em janeiro de 1864¹⁸⁰;

(1864) Informa que haverá assembleia geral dos acionistas na Rua do Sabão¹⁸¹;

(1864) Anuncio convidando os acionistas para assembleia geral para reforma dos estatutos em 25 de janeiro de 1864¹⁸²;

(1864) Informa concessão de loteria à biblioteca¹⁸³;

(1864) Convoca nova assembleia, devido ao governo Imperial ter exigido emendas ao projeto do estatuto, que já havia sido votado em assembleia realizada em 28 de janeiro de 1864. A nova reunião ocorreria em 21 de julho deste mesmo ano¹⁸⁴;

(1865) Decreto publicado concedendo loteria a favor da Biblioteca Fluminense de n. 988, de 22 de setembro de 1858. Apresenta uma tabela com a colocação de cada entidade que iria ser beneficiada com a concessão da loteria, ficando a biblioteca na 57ª posição;

(1867) Na seção "Noticiario | Publicação | Dos prélos dos Srs. Silva á rua da Assembléia sahiu

a luz uma nova edição da – Chronica da companhia de Jesus – pelo padre Simão de Vasconcellos, obra de grande merecimento histórico para o nosso paiz, e cuja primeira edição se acha completamente esgotada. Isto basta para dizer que foi relevante o serviço que ás letras pátrias prestou o editor, que não é outro senão o modesto, honrado e laborioso zelador das tradições impressas do Brasil, o Sr. Francisco Antonio Martins, o qual na qualidade de conservador da Bibliotheca Fluminense, e da Bibliotheca do Instituto Historico tem não raras vezes provado que não precisará a verdadeira dedicação aos interesses intellectuaes, do paiz de pregões imodestos e mercenários de publicidade. Em nome da litteratura nacional aceitamos com alvoroço, e agradecemos o precioso mimo que lhe acaba de fazer o incansável e desinteressado editor"¹⁸⁵ (grifo nosso);

(1871) Reunião da "Empreza Predial no salão da Bibliotheca Fluminense"¹⁸⁶;

(1871) Noticia a visita do General Miltre e do senador Candido Mendes à Bibliotheca Fluminense e destaca a dedicatória feita pelo "ilustrado general" ao estabelecimento, na qual dizia: "El Brasil dotado de uma natureza esplendida com producciones que hacen su riqueza, com instituciones que aseguran sus libertades, com hijos que le hacen honor y com una historia que lo coloca em el rango de las grandes naciones, como pais que tributs culto a la intelligência humana, no escribe solo em monumento de bronce y de piedra lo que es digno de recordacion, porque sabe que el monumento mas hermoso y imperecedoro es El Libro que reunido em colecciones forman las Bibliothecas donde se condensa el espiritu humano. La Bibliotheca Fluminense es uma bela y rica piedra de esse monumento, em que la intelligência brasileira está dignamente representada"¹⁸⁷;

¹⁷⁹ *Diario de Noticias (RJ)*, 1862 edição 00333 (1); e 1863, 00122 (1)

¹⁸⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, edição 00019(1)

¹⁸¹ idem , edição 00024 (1)

¹⁸² idem), edição 00026 (1)

¹⁸³ idem , , edição 00030 (1); assim também nas edições de 1865-00011 (1); 1867 – 00009 (1); 1868 – 00314 (1); 1869 – 00105 (1);

¹⁸⁴ idem, edição 00196 (1); ; este mesmo aviso consta na edição 1864, 0200 (1); 1869 – 00113 (1);

¹⁸⁵ idem edição 00129

¹⁸⁶ *Diario do Rio de Janeiro*, 1871, edição 00271 (1)

¹⁸⁷ *Diario do Rio de Janeiro*, n. 327, 28 de novembro de 1871; ano 54



(1873) O jornal publica na seção "Corpo Legislativo - Senado - Parecer da Comissão de Fazenda", o parecer quanto a concessão de loterias à Biblioteca Fluminense¹⁸⁸. A comissão descreve a proposição vinda da câmara dos deputados, que concedeu à Bibliotheca Fluminense 10 loterias, sendo que poderiam concorrer apenas duas a cada ano. O objetivo era que o valor arrecadado fosse utilizado para a compra ou construção de um edifício adequado às suas atividades. Em contra partida, a quantia que sobrasse da compra teria que ser empregada em apólices da dívida pública inalienável, e o próprio edifício reverteria para o Estado, em caso de liquidação da biblioteca. O decreto n. 988, de 22 de setembro de 1858, que concedeu 4 loterias, foi revogado pela comissão, pois o valor obtido com as mesmas não era suficiente para a concretização dos objetivos da Biblioteca Fluminense: "[...] reconheceu-se a impossibilidade de comprar ou construir com tão diminuta somma, uma casa sufficiente para accomodar mais de 40,000 volumes, que possui a bibliotheca, e ter às precisas salas de leitura, sobretudo attendendo-se á conveniencia de collocar os leitores e pessoas que precisem consultar as importantes obras e colleções que a associação possui". O parecer observa ainda que o prazo do contrato do imóvel ocupado naquele ano pela Biblioteca Fluminense estava a findar-se, e a associação

¹⁸⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, ano 56, n.214, 5 de agosto de 1873

¹⁸⁹ *Diario do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1873, ano:56 n.215

não tinha como arcar com um outro aluguel. Por fim a comissão dá parecer favorável para que a proposição entre na ordem dos trabalhos do senado para ser votada e, se aprovada, transformada em lei. Esse parecer foi assinado pelo Marquez de S. Vicente, Visconde de Souza Franco e J. J. Teixeira Junior, em 4 de agosto de 1873;

(1873) O parecer da comissão de fazenda sobre a Biblioteca Fluminense, junto a proposição da câmara, entrou na ordem do dia da seção do Senado de 05 de agosto, porém a discussão foi adiada¹⁸⁹;

(1873) Entrou novamente para a ordem do dia de 06 de agosto do mesmo ano a proposição da Biblioteca Fluminense quanto a concessão de loterias. Novamente a discussão foi adiada¹⁹⁰;

(1873) A proposição da BF entrou em discussão na ordem do dia de 5 de agosto da 67ª sessão¹⁹¹. Essa publicação esclarece que as 4 loterias já concedidas à Biblioteca Fluminense, pelo artigo n. 27 do decreto n. 988, de 22 de setembro de 1858, seriam reunidas as demais que ainda correrão, somando um total de 10 loterias concedidas. Esclarece também que o valor que sobrar da construção ou compra do edifício, seriam revertidos ao Estado, sendo empregados em compra de apólices da dívida pública inalienáveis, e que o edifício se reverteria ao Estado, caso a Biblioteca Fluminense fosse liquidada. A biblioteca só teria o usufruto do imóvel. Outro objetivo da Biblioteca Fluminense, apresentado nessa publicação, era a intensão em adquirir um edifício nos "centros mais populosos da cidade", isto é, a rua do Ouvidor para ter mais visibilidade, e dessa forma, ser frequentada por mais pessoas interessadas em seu acervo. Esse ainda é o texto do parecer que o jornal repetiu, dizendo fazer parte da ordem do dia do senado imperial, ocorrida em 04 de agosto de 1873;

¹⁹⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, ano 56, n.216, 7 de agosto de 1873

¹⁹¹ *Diario do Rio de Janeiro*, n.214; 5 de agosto de 1873 ano 56

(1873) O jornal noticia que a discussão sobre a concessão de loterias à Biblioteca Fluminense foi adiada¹⁹²;

(1873) Novamente as discussões sobre a proposição das loterias entram na ordem do dia, entretanto a sessão foi adiada por falta de quorum¹⁹³;

(1873) Entrou em discussão a proporsição da concessão de loterias à Biblioteca Fluminense. O sr. Saraiva justificou e a mandou à mesa¹⁹⁴;

(1873) Entrou em 2ª discussão a proposição da BF com a emenda "ante-hentem" adicionadas à proposição. Passou para a 3ª discussão¹⁹⁵;

(1873) Lido o parecer da comissão em relação a proposição da BF¹⁹⁶;

(1873) O jornal publica a discussão da 67ª sessão, ocorrida em 5 de agosto de 1873, relacionada à concessão de 10 loterias para a BF¹⁹⁷. Os debates foram transcritos, e os senadores participantes foram o Visconde do Rio Branco, sr. Pompeu, sr. Zacarias, sr. Teixeira Junior, sr. Visconde de Souza Franco. Nesta sessão discutiu-se a "concessão de dez loterias à Bibliotheca Fluminense". Segue alguns trechos dessa discussão, que revelam um pouco de como essa instituição era vista na época:

- O Sr. Pompeu: Sr. Presidente, se estivesse presente o nobre ministro do Império faria à S. Ex. algumas perguntas a respeito dessa Bibliotheca Fluminense. Não sei se o honrado Sr. Presidente do Conselho quererá dar as informações que desejo para justificar meu voto. Vejo que essa associação já obteve quatro loterias para aquisição de um prédio destinado a conter a sua biblioteca. Pede mais 10 loterias, porque as quatro já extrahidas não deram um produto sufficiente. Eu não duvido prestar o meu voto, para que se conceda o favor que pede a associação; mas queria saber do governo se ele

está informado do estado desta biblioteca, se ella, com effeito, contem este numero de volumes de que faz menção o parecer da comissão de fazenda; se com a quantia já obtida das quatro loterias não poderia conseguir a edificação do prédio, ou ao menos a aquisição de um outro, particular, ou o aluguel de uma casa na praça ou rua mais conveniente, para onde podesse mudar o seu estabelecimento. No relatório do honrado ministro do Imperio, Sr. Presidente, não li causa alguma a respeito desta Bibliotheca, tão importante pelo numero de volumes que possui como diz a comissão. Portanto, se o honrado Sr. Presidente do conselho quisesse dar-me algumas informações a este respeito, eu não duvidaria dar eu voto a favor das 10 loterias pedidas. (grifo nosso)

- O Sr. Visconde do Rio Branco (presidente do conselho): Sr. Presidente, creio que os esclarecimentos prestados pela illustre comissão de fazenda devem ser mais uteis ao nobre senador do que a informação que elle exigiu de mim. Trata-se de um estabelecimento particular, pertencente a uma associação. Os que residem na Côrte sabem que a Bibliotheca Fluminense está prestando bons serviços a todos que podem frequental-a. Tem um grande numero de volumes, colleccções muito escolhidas, e, portanto, me parece um estabelecimento digno de animação. | É tudo quanto eu sei a respeito do estabelecimento de que trata. (grifo nosso)

- O Sr. Zacarias reconhece a utilidade da Bibliotheca Fluminense, mas pronuncia-se contra a concessão de loterias, quaesquer que sejam os fins a que se applique o seu producto. São as loterias um jogo prejudicial aos que a elle se entregam, e só devem algumas vezes ser toleradas, com excepção que cumpre tornar cada dia mais rara, quando se destinam as obras pias e de caridade. É a opinião que sempre tem sustentado e que mantem nesta discussão". (grifo nosso)

- O Sr. Visconde do Rio Branco [presidente do conselho] - Sr. presidente, o nobre senador que acaba de fallar foi injusto, quando disse que eu

¹⁹² *Diario do Rio de Janeiro*, 6 de agosto de 1873 n.215, ano 56

¹⁹³ *Diario do Rio de Janeiro*, 7 de agosto de 1873 n.216 ano 56

¹⁹⁴ *Diario do Rio de Janeiro*, 8 de agosto de 1873, n.217, ano 56

¹⁹⁵ *Diario do Rio de Janeiro*, 9 de agosto de 1873, n.218, ano 56

¹⁹⁶ *Diario do Rio de Janeiro*, 10 de agosto de 1873, n.219, ano 56

¹⁹⁷ *Diario do Rio de Janeiro*, 11 de agosto de 1873, n.220 ano 56

não satisfizera à interpelação do nosso honrado collega pela provincia do Ceará. Creio que a minha resposta conformou-se com a pergunta. [...] Em conclusão, não sou favoravel á concessão de loterias ; entendo que devemos restringir o mais possivel essa pratica até extingui-la de todo; mas, como esta regra ainda não está adoptada em todo seu rigor, creio que a severidade não deve começar pelo projecto que se discute ; também estou de accôrdo com o nobre senador: os fins não justificam os meios. (grifo nosso)

- O Sr. Teixeira Junior observa que a concessão de loterias á Bibliotheca Fluminense não é uma excepção ao accôrdo tacitamente aceito de só se conceder loterias a instituições de caridade ; é o complemento necessario a se tornar effectivo um favor já feito áquella associação pela assembleia geral. Em 1858 a assembléa geral, reconhecendo a utilidade da Bibliotheca Fluminense, consedeu-lhe quatro loterias, para com o seu produto adquirir um edificio conveniente onde pudesse funcionar. Essas loterias já foram extrahidas e produziram 44:000\$ que se acham depositados no thesouro nacional, sem que a bibliotheca dellas se tenha podido aproveitar, pois é evidente a impossibilidade, de se ter com semelhante quantia um edificio nos bairros mais centraes. Assim a proposição que se discute, concedendo mais algumas loterias áquelle estabelecimento, vem realisar uma concessão já feita pelo corpo legislativo e não é favor que se inicia para aquella associação [...]. (grifo nosso)

-O Sr. Visconde de Souza Franco: O meu nome apparece assignado no parecer que se discute; tenho, portanto, necessidade de dar as razões por que eu, sempre tão infenso ás loterias, que nunca assignei parecer em favor da sua concessão, que não favoreço de forma alguma esse jogo immoral, a ponto de nunca comprar bilhetes de loteria, figure agora assignado neste parecer. [...] porque o fiz? Por uma razão muito justificada. Estam-se concedendo loterias a todos; como negal-as a um estabelecimento de tão grande utilidade, como é uma bibliotheca publica! Eu receiei que a Bibliotheca Fluminense, unica que ha na cidade do Rio de Janeiro, podesse deixar de continuar por falta de meios e de casa, tendo aliás uma grande quantidade de livros muito bons. Ora, senhores, quando os portuguezes teem uma bella

bibliotheca nesta cidade, que offerece á leitura livros uteis; leitura a que attribuo em grande parte a instrucção que mostram muitos jovens portuguezes residentes no Rio de Janeiro: quando os allemães teem outra biliotheca, que, como me informaram, se compõem de magnificas obras, onde se encontra não só livros uteis, antigos e modernos, mais ainda tudo quanto se publica de novo a respeito de sciencias, artes e industria ; quando elles teem a vantagem de se poderem instruir, de permutar suas idéias litterarias todos os dias em um estabelecimento apropriado para esse fim ; porque não sustentar um estabelecimento deste genero, em que brasileiros tenham a propriedade e uso? A Bibliotheca Nacional é certo que fornece meios de leitura áquelles que querem della se aproveitar ; é porém, um estabelecimento publico de ordem elevada, que tem regime especial, horas determinadas para a leitura, as quaes nem sempre são as mais convenientes. E porque ha um estabelecimento publico, devem ficar os brasileiros dispensados de ter também um outro? Serão duas bibliothecas de mais para a grande cidade do Rio de Janeiro, Côrte do Imperio? Não será mal visto o desaparecimento da unica bibliotheca particular brasileira? [...] Creio que não sou exacto chamando o estabelecimento particular ; direi antes que é publico, porque é para todos, esta aberto a todos que queiram ler (apoiados) ; tem assignantes ; forneça meios de instrucção a todos aquelles que o desejam e que me consta que são muitos: em resumo tem fins de grande utilidade publica. Bastava esta unica razão, e era ella muito valiosa, para que eu não me negasse a assignar este parecer em favor da Bibliotheca Fluminense, e o que se diria, senhores se o senado, que tem concedido loterias para sustentar até empresas particulares, vetasse contra essa concessão? O que se diria, se a Bibliotheca Fluminense, unica brasileira que ha no Rio de Janeiro, cahisse por falta de auxilio que pede, tendo aliás obtido auxilio e estando reconhecido pelo proprio senado que ella é de manifesta utilidade? [...]

(1873) Publica-se a segunda discussão, que aprovou uma emenda feita a proposição da BF, de modo que foi aprovada para seguir para a terceira discussão¹⁹⁸;

¹⁹⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, 09 de agosto de 1873

(1873) Segunda discussão sobre a concessão de loterias a bf¹⁹⁹:

- O Sr. Saraiva dá sua opinião a cerca das loterias, que reflete como elas eram vistas na época: "... concordo que as loterias constituem um principio immoral, que não se pôde fazer dinheiro por este meio, mesmo para estabelecimentos de caridade ..." (grifo nosso). Outro apontamento interessante do senador: "Teem vindo a esta casa exigencias de interesse particular de diversa ordem. O senado, para não cahir em incoerencia, tem muitas vezes votado proposições que attendem a esses interesses, com quanto reconheça a consciencia do principio que rege a matéria. Entre os multiplicados interesses individuaes que tomam tempo do senado, avultam os que são relativos a estudantes, a loterias e a licenças a empregados publicos, com todos os vencimentos";

(1873) Na seção do jornal "Corpo Legislativo - Senado", 86ª sessão, em 30 de agosto de 1873, o presidente Visconde de Taubaté preside os trabalhos, apresentando ofícios provenientes do Ministerio da Fazenda com autografos sancionados, dentre os quais está a concessão de 10 loterias para a Bibliothca Fluminense²⁰⁰;

(1873) Na seção "Noticiario", o jornal lista as bibliotecas existentes no município Neutro e trata da lei que criou algumas outras²⁰¹:

"A lei n. 1.650, de 21 de dezembro de 1871, creou bibliothecas em todas as cidades da provincia, e foram ellas estabelecidas por deliberação de 1º de maio de 1872, em Paraty, Parahyba do Sul, Barra Mansa, Valença, Vassouras e Campos. Em Vassouras e Friburgo existem também bibliothecas particulares. A estas informações, communicadas á directoria geral de estatistica, devemos acrescentar que existe á rua do General Camara desta Côrte ha mais de 20 annos, a Bibliothca Fluminense, propriedade da associação do mesmo nome". A Bibliothca Fluminense é uma das mais

importantes e na classe dos documentos histórico-políticos do Brasil; a mais rica do Império, inclusive a Nacional. Conta cerca de 60.000 volumes, é a unica que possui a colleccão completa das obras impressas no Recife durante o domínio hollandez (seculo XVII) e a dos jornaes publicados no Rio de Janeiro desde a chegada da familia real até os nossos dias, uma importante colleccão de cartas geographicas da America e do Brasil, algumas rarissimas, e manuscriptos curiosos. | Essa bibliothca compõe-se quasi que exclusivamente de obras relativas á America e Brasil"; (grifo nosso)

(1875) O jornal noticia uma resolução da assembléia geral do senado, que autorizou o governo a vender à Bibliothca Fluminense dois prédios na rua do Ouvidor no numero 62 e 62A²⁰²;

(1877) Na ordem do dia do senado, o jornal publica a discussão das emendas a respeito da venda dos prédios da rua do Ouvidor à Bibliothca Fluminense²⁰³:

- O senhor Mendes de Almeida, embora reconheça a importancia do estabelecimento ainda questiona o uso de loterias para fins de caridade. Ele faz um pequeno histórico dos pedido realizado pela BF, que dá uma dimensão do que ocorria de fato com o estabelecimento à época. Ele afirma que, por um decreto legislativo de 1858, a bf "reputou de utilidade publica" para obter esse "primeiro favor"; concedeu-se então à bf o produto de 4 loterias. Porém o valor obtido, cerca de 44:000\$, era insuficiente para aquisição de um prédio na região central da Côrte, e a associação acabou por deixar o valor depositado no thesouro nacional. Não poderia agir de outra forma, pois o recurso, conforme o decreto de 1861 determina que os recursos ficam no tesouro nacional até que a instituição comprove que o valor obtido é suficiente para o popórsito do projeto apresentado ao congresso imperial. Ele cita ainda que, em 1871, essa associação, obteve por arrendamento, sob a garantia desses

¹⁹⁹ *Diario do Rio de Janeiro*, 14 de agosto de 1873

²⁰⁰ *Diario do Rio de Janeiro*, publicado em 12 de setembro de 1873 p.2, ano 56, n.250

²⁰¹ *Diario do Rio de Janeiro*, ano 56, n.336, 7 de dezembro de 1873

²⁰² *Diario do Rio de Janeiro*, ano 58, n.136, 18 de maio de 1875 p.

²⁰³ *Diario do Rio de Janeiro*, p.2; ano 67, n.225 21 de agosto de 1877

44:000\$, dois predio na rua do Ouvidor, ns. 62 e 62A. O espaço foi arrendado por 9 annos, e o prazo previsto para seu fim era 1882. E acrescenta "... e como era seu desejo estabelecer a sua bibliotheca em um ponto central e concorrido, como é sem duvida a rua do Ouvidor, solicitou do corpo legislativo a concessão do produto de 10 loterias".

Ele destaca ainda que se o predio já pertence ao governo e já está arrendado, por qual motivo o uso de loterias para vende-lo, se a clausula exige que quando a bf deixe o predio, ele retornará a ser propriedade do governo? Diz o senador: "Portanto, qualquer que seja o destino do edificio, virá sempre a ser proprio nacional, porque no momento em que a bibliotheca deixa-lo, e ella não poderá sublocalo ou vende-lo, continuará como propriedade do estado; por consequencia, pode-se dizer, que esse edificio, ainda desde o momento de sua presupposta venda, é ou será um proprio nacional. Ora, sr. presidente, se já é um proprio nacional o edificio que deve ser emprestado a essa associação, e por isso indennisado o thesouro pelas loterias, e querer assim fazer-se um favor a um estabelecimento particular, digno de protecção publica, convem muito não sobrecarregal-o de tropeços, para se não tornar illusorio tal favor". (grifo nosso)

E alerta: "Ora, sr. presidente, uma casa na rua do Ouvidor, para se tornar adaptada para o commodo de uma bibliotheca, de modo a poder ser concorrida pelo publico, demanda certas obras e reparos que ainda não estão feitos. As cousas não podem ficar como estão, porquanto realmente no ponto em que está essa bibliotheca parece esquecida, e sei o valor que tem, e não é pouco. E devo dizer, é um estabelecimento de importancia, sobretudo com relação aos livros em que interessa a historia do nosso paiz [...]. E continua: "...o favor que a illustre commissão quer fazer à BF é um favor, ainda muito espremido, concedido com muito pouca generosidade...". (grifo nosso)

E prossegue: "... Estou persuadido de que se a illustre commissão tivesse informação do deploravel estado em que se acha o predio onde ora esta estabelecida essa bibliotheca, da necessidade de se edificar outro com proporções que demandam as riquezas bibliographicas de que está ella de posse, não se limitaria a lhe deixar esses tão deficientes 44:000\$, porquanto com esta quantia o edificio não se faz: o favor pode-se tornar illusorio". E

continua: "Quem entra no predio onde está hoje a bibliotheca fluminense, e observa o acanhado espaço de que ali ella dispõe, quando lhe é necessario maior para guardar os livros, e os vê em grande parte encaixotados, enchendo-se o corredor do actual edificio de caixões e mais caixões, por não haver onde accomoda-los; e conhece que ali estão expostos á grande destroço obras de summa importancia, lastima muito e muito uma tal situação. O que pretende o governo embarcará, por tantos annos quantos sejam necessarios para se obter dinheiro sufficiente..." (grifo nosso)

E finaliza: "Actualmente essa bibliotheca não pôde satisfazer aos seus empregados: ha alli empregados que estão, dizem-me, ha seis annos sem receberem um vintem. As dificuldades financeiras, alli, são grandes." (grifo nosso)

- Sr Correa: "A fazenda nacional possui os predios ns. 62 e 62A, os quaes acham-se arrendados á bibliotheca fluminense pela quantia annual de 6.000\$000. A bibliotheca subloca estes predios por não poder collocar nelles, no estado em que se acham, os livros que possui. Para levar a effeito a transferencia da bibliotheca da casa em que está para estas da rua do Ouvidor que arrendou, necessita fazer nellas importantes obras."

- Sr. F. Octaviano era da opinião de que a sala de leitura e a biblioteca sejam abertos a todos que ai apparecerem, inclusive os pobres que não tem como pagar as mensalidades, devido ao favor prestado pelo Governo em ceder o terreno para a bf : "Não sei se nos estatutos respectivos se determina que ella abra os seus salões a todo e qualquer estudioso pobre que alli appareça, e não tenha meios de estar pagando consignações mensaes. Ora, o Estado vae fazer á bibliotheca este beneficio de lhe dar terreno gratuito e de admitir as contribuições por meio de loterias sirvam para fundar a casa; [...] assim é conveniente que desde já também nesta lei se estabeleça a clausula de que a associação, que recebe estes favores, abrirá seu estabelecimento ao publico sem exigencia de retribuição. Bastará a esses fundadores aquillo que em todos os outros paizes, como na inglaterra, acompanha a quem faz um beneficio público, ficando a associação com o direito de tirar renda de seus sócios, não me parece de justiça"; (grifo nosso)

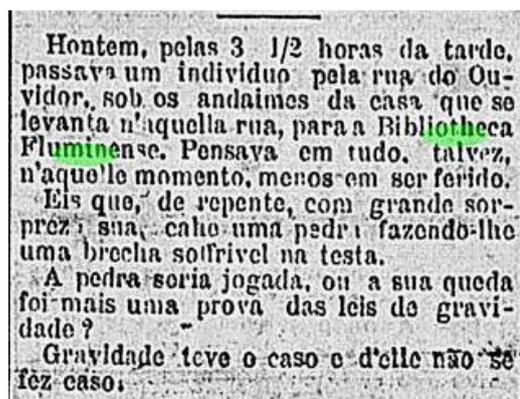
(1877) O jornal publicou as discussões nas quais o sr. João Alfredo deu seu parecer favorável a venda dos predios da rua do Ouvidor à bf²⁰⁴. Esse discurso fora pronunciado em 25 de agosto deste mesmo ano, 1877. Ele chama a atenção às necessidades de uma biblioteca, como um edificio isolado e o silêncio necessário ao estudo, e acha que a construção dos edificios na rua proposta – a rua do Ouvidor -- terá muito inconvenientes: "... na construção de edificios para bibliothecas, attende-se a uma condição indispensavel [...] o isolamento dos edificios; e na rua do Ouvidor não é possível, obter-se, no pequeno espaço occupado por esses dous predios de que trata o projecto, um edificio isolado". Ele afirmar ser o isolamento uma medida de segurança em caso de incendio, e adotado por bibliothecas modernas ao redor do mundo, e cita algumas delas. (grifo nosso)

Echo da Nação²⁰⁵

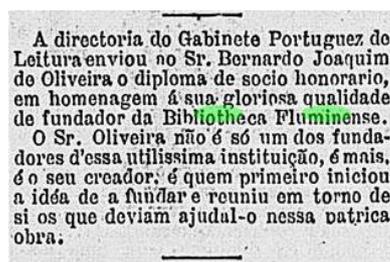
(1860) Reproduz a resposta dada pelo então empresário Teófilo Otoni – senador a partir de 1869 -- a uma suposta crítica feita por Paulino José Soares de Souza, cuja resposta foi publicada no Correio Mercantil e reproduzida também nesse jornal²⁰⁶

Gazeta de Notícias (RJ)

(1881) Nota informando a queda de uma pedra, proveniente da obra que se realizava para construção do edificio da Biblioteca Fluminense, e que acabou por ferir um passante na rua²⁰⁷.



(1881) Nota informativa sobre o envio, pela directoria do "Gabinete Portuguez de Leitura", à Bernardo Joaquim de Oliveira, do diploma de socio honorário em homenagem a sua "gloriosa qualidade" de fundador da Biblioteca Fluminense. Destacam ser a instituição "utilíssima", e chama-na de "obra pátrica"²⁰⁸



(1881) Pedido da biblioteca fluminense para que o encanamento da casa na rua do Ouvidor fosse derivado do destinado aos registros de extinção de incêndio. O pedido foi deferido e enviado a inspetoria geral de obras públicas.²⁰⁹

(1882) Nota que informa que a directoria da Biblioteca Fluminense estava recebendo propostas para a pintura do prédio da rua do ouvidor n.62.²¹⁰ O vencedor parece ter sido a

²⁰⁴ *Diario do Rio de Janeiro*, 28 de agosto de 1877, ano 67

²⁰⁵ O jornal *Echo da Nação* aparece na Hemeroteca Digital como "A Patria: folha da provincia do rio de janeiro". Segundo Bruno Brasil (2014), de fato, esse foi o primeiro nome do jornal, que circulou de 1851 a 1860. De 1860 a 1861 o jornal circulou com o nome de "Echo da Nação" em razão de proibirem a circulação do jornal com seu nome inicial, "A Pátria". A partir de 1862, novamente o periódico teve seu nome modificado para "Revolução Pacífica"

²⁰⁶ *Echo da nação*: folha política, litteraria e noticiosa. 4 de dezembro de 1860; p.1-2, n.268, 1860

²⁰⁷ *Gazeta de notícias*, 16 de fevereiro de 1881

²⁰⁸ *Gazeta de notícias*, 24 de maio de 1881, ano 7 n. 138

²⁰⁹ *Gazeta de notícias (RJ)*, 26 de novembro de 1881, p.1, ano 7 n.328

²¹⁰ *Gazeta de notícias (RJ)*, 29 de junho de 1881, p.2, n.174, ano 7, n.

Fábrica de cal a vapor de Camillo da Silva Ferreira, que menciona em seu anúncio²¹¹ o uso do material em algumas construções na rua do Ouvidor, inclusive da Biblioteca Fluminense.

Devido a tais propostas serem direcionadas à rua General Câmara, deduz-se que a Biblioteca Fluminense, ainda em 1881, funcionava neste endereço, o que foi comprovado durante os debates no senado quanto a concessão das loterias publicadas no Diário do Rio de Janeiro, que revelam que o prédio da rua do Ouvidor n. 62 tinha sido arrendado à biblioteca na década de 70, mas por não ter estrutura para receber seu acervo e demandar obras para tanto, a associação sublocava esse espaço, permanecendo ainda no edifício da antiga rua do Sabão.



(1882) A notícia trata de uma planta do Rio de Janeiro em 1808, gravada em 1812 por P.S.F. Souto, sob a direção do gravador português J. C. Rivara. Segundo o jornalista "...Esta planta é de uma raridade extrema, só ha conhecidos d'ella dois exemplares -- o da Biblioteca Fluminense e o do Archivo Militar". Essa planta havia sido publicada pela typographia nacional e foi republicada nos anais do estabelecimento nesse ano de 1882²¹²

(1882) Na seção "Zé-Pereira" o jornal inicia a nota dizendo: " Às 10 horas da noite appareceu á rua do Ouvidor o Zé-Pereira do club dos

Democraticos, que, poucos momentos depois, passou em frente ao escriptorio d'esta folha.

Abria o prestito uma commissão do Club, composta de 8 socios, montados em cavallos brancos e seguidos de 8 clarins.

Logo após vinha, a cavallo, a banda de musica do corpo militar de polícia d'esta côrte, com vinte e cinco figuras, precedendo ao carro do estandarte da sociedade, que era tirado por seis cavallos brancos, competentemente ajaezados.

Seguia-se o Grupo dos Fadistas e dos Matracas, em carros, com os seus estandartes, acompanhados por uma guarda de honra de socios, alguns dos quaes montavam bellos poneys.

[...] Depois dos Basilios passaram alguns carros, cobertos por um elegante chapéu de sol á chineza, de cujas aspas pendiam lanternas de papel e balões de varias côres e feitos.

[...] O Grupo das Boas Crias também se fez representar no Zé Pereira, com o seu estandarte, em um carro, e seguido por um crescido numero de outros carros, onde se achavam muitos socios, que traziam pequenas bandeiras, com inscrições, significando a allegoria que representavam, como a Escrava Monica, A Nova legião, Nova remessa de leques punhaes, Bibliotheca Fluminense, Exposição de Café, Formicida e outras...

De um destes carros pendia uma bandeira com a seguinte inscrição: -Industria nacional (ratoeira). Fechava o prestito um outro carro de Zé Pereira trazendo socios phantasiados. (grifo nosso)

(1882) Nota de falecimento de Bernardo Joaquim de Oliveira, ao que tudo indica, em 1 de setembro de 1882, de Bernardo Joaquim de Oliveira²¹³

(1883) Uma nota intrigante publicada no jornal assinada pelo pseudônimo Le Cynisme. Diz a nota: "Pergunta-se ao Exm. Sr. conselheiro, presidente da Bibliotheca Fluminense se n'este estabelecimento, á rua do Ouvidor, póde guardar e numerar as loterias da província do Rio de Janeiro, sujeitas ao decreto n. 8.788²¹⁴".

²¹¹ *Gazeta de notícias (RJ)*, 11 de janeiro de 1882, p.4, ano 8, n.11

²¹² *Gazeta de notícias (RJ)*, ano 8, 17 de maio de 1882, p.1, n.135

²¹³ *Gazeta de notícias (RJ)*, 2 de setembro de 1882, p.1, n.244, ano 8

²¹⁴ *Gazeta de notícias (RJ)*, 14 de junho de 1883, p.2, n.165, ano 9

Pelo que se pode apurar em outras notas e notícias relacionadas a esse decreto, publicado em 6 de dezembro de 1882, passou a considerar-se contrabando bilhetes de loteria estrangeiras e provinciais²¹⁵.

(1884) Notícia sobre reunião do partido conservador, nos salões da Biblioteca Fluminense, na rua do Ouvidor, para resolver a candidatura pelo partido, convocada por Paulino José Soares de Souza, então presidente do gabinete de leituras²¹⁶

(1885) Notícia interessante: A possível publicação de um catálogo de mapas da Biblioteca Fluminense, elaborado por Francisco Antonio Martins. Diz o texto:

"O Instituto Historico e Geographico acaba de prestar valioso serviço, publicando o catalogo de todos os seus mappas. O trabalho está muito bem feito, segundo todas as exigencias bibliographicas, e adianta consideravelmente o conhecimento de nossa cartographia, muito mais abundante e importante do que geralmente se cuida. / Com essa contribuição, o inventario dos mappas brasileiros está praticamente feito. Iniciou-se Candido Mendes na introdução do seu atlas. Adiantou-o grandemente o Sr. Barão da Ponte Ribeiro, com o catalogo de sua collecção e da Secretaria dos Estrangeiros, riquissima n'esta especie. Seguiu-se-lhe o sr. Valle Cabral, cujo ensaio, extrahido do catalogo da Exposição de História, não conta menos de 2,291 numeros. Agora, o sr. Francisco Antonio Martins deu-lhe novo impulso. Logo que a Bibliotheca Fluminense, de que elle é o zeloso conservador, publicar o seu catalogo, quasi nada mais haverá a fazer. [um claro reconhecimento a coleção de mapas que lá existia]. / Os mappas agora catalogados nem todos são igualmente importantes, mas ha muitos que, por um motivo ou outro, devam merecer a attenção, como a célebre Carta Catalã, a de Fra Mauro, o Atlas da Razão do

Estado do Brazil, que tantos problemas suscita, e o precioso Mappa do Brazil de 1797. / Se os que têm estudado a historia do Brazil tivessem estudado os mappas com cuidado, não havia tantas lacunas nos tratados e compendios"²¹⁷.

(1886) Outra notícia interessante: parece que a Sociedade Bibliographica de Félix Ferreira teve início antes mesmo de fundar a Biblioteca Fluminense. O jornal noticia que Felix Ferreira estava a perseverar em seu objetivo de fundar uma sociedade bibliographica. O jornal disse que o proposito teve acolhimento entre as classes sociais mais abastadas e que "vemos illustres escriptores, profissionaes distinctos, capitalistas respeitaveis, abastados negociantes e laureados artistas" se inscreverem. O jornal apresenta números: 200 sócios inscritos, cujos nomes foram publicados nesse jornal²¹⁸

(1887) A notícia fala sobre Francisco Antonio Martins. Afirma que desde out. de 1848 ele era o bibliothecario da Bibliotheca Fluminense e foi responsável pelas aquisições e pela mudança do acervo para a rua do Ouvidor. Estava no novo prédio catalogando as obras antes da abertura da biblioteca. Ao final da matéria, uma frase intrigante: "Entretanto, no dia em que elle quizer, posso lhe assegurar, eu, que conheço as vistas largas do dr. Saldanha da Gama [bibliotecario e autoridade maior da biblioteca nacional]: no dia que o Sr. Martins quizer, a Biblioteca Nacional dar-lhe-ha o duplo pela collecção".²¹⁹

(1888) Nota de falecimento do conde de Iguassu (Pedro Caldeira Brant), natural do maranhão e filho do Marques de Barbacena. A nota informa que o conde doou coleções completas de jornais à Biblioteca Fluminense, além de 3.000 volumes [de livros] e 250 cartas geográficas, vistas e retratos²²⁰.

²¹⁵ Nota em que informa ser o correio proibido de receber cartas seguradas por esses bilhetes: gazeta de noticias, rj, 18 de janeiro de 1883, p.2, n.18, ano 9; uma rusga entre o Chefe de polícia – que quer a validade do decreto, e do Ministro de Fazenda, que aparentemente não o quer – já que escreve o seguinte: "sr. desembargador chefe de policia, não se enfade muito, não; deixe os homens com sua industria, etc. e tal. Pelo preço da fabrica a 1\$800 bilhete inteiro" – publicada em 21 de março de 1883, ano 9, p.2, n.80

²¹⁶ *Gazeta de notícias (RJ)*, 14 de novembro de 1884, ano 10, n.319 p.3

²¹⁷ *Gazeta de notícias (RJ)*, 13 de agosto de 1885, n.224, p.2, ano 11

²¹⁸ *Gazeta de notícias (RJ)*, 27 de março de 1886, n.86, p.1, ano 12

²¹⁹ *Gazeta de notícias (RJ)*, 28 de dezembro de 1887, n.362, p.1, ano 13

²²⁰ *Gazeta de notícias (RJ)*, 19 de fevereiro de 1888, n.50, p.2 ano 14

Jornal do Brasil

(1916) Publica-se uma chamada no jornal convocando os acionistas da associação Biblioteca Fluminense para assembleia geral extraordinária, a ser realizada em 31 de janeiro de 1916, para tratar da liquidação do estabelecimento²²¹.

Jornal do Commercio

(1847) Publicação do primeiro anuncio da convocação para a formação de um gabinete nacional de leituras, que posteriormente se chamaria Biblioteca Fluminense. Diz o texto: GABINETE NACIONAL DE LEITURA | "Todas as pessoas nacionaes que quiserem fazer parte desta associação, tomando uma ou mais acções, cada acção pe de 25\$000 rs., que serão pagos em prestações mensaes de 3\$000 rs, queirão dirigir-se as casas dos Srs. Praxedes, rua da Candelária n.18 ; Paula Brito. praça da Constituição n.64; e Teixeira Souza, rua dos Ourives n.21, onde se achão as respectivas listas. logo que hajão 300 acções logo far-se-ha a competente convocação pelos jornaes para a installação da sociedade e nomeação da diretoria²²².

(1847) Segundo anuncio convocando para a assembleia, com objetivo de escolher a diretoria do gabinete nacional de leituras e iniciar seus trabalhos. Diz o texto: "Domingo 11 de abril, as 10 horas da manhã em ponto, nas salas da sociedade Philo-Harmonica, se deverão reunir os Srs. assignatários do Gabinete Nacional de Leitura, para instalarem a corporação, nomeando sete commissarios com plenos poderes constituintes. Os senhores que não poderem comparecer queirão mandar as suas sedulas, ficando entendido que com qualquer numero se deliberará"²²³.

(1877) Francisco Antonio Martins é citado como bibliotecário em uma matéria que trata de um incêndio ocorrido na livraria de Serafim José Alves, na praça D. Pedro II, n.16. O corpo de bombeiros, diz a notícia, conseguiu isolar outra biblioteca que estava nesse prédio do Paço, a do Instituto Histórico, de forma que não foi atingida pelo incêndio. Em um primeiro momento não tinha ficado claro para mim se se referiam a Francisco como bibliotecário da Biblioteca Fluminense ou da biblioteca do IHGB. Depois, pela notícia biográfica de autoria de Homem de Mello publicada na Revista do IHGB de 1899, confirmei que ele era bibliotecário nos dois estabelecimentos²²⁴.

(1877) Essa matéria faz um comentário a respeito de uma obra, que não era facilmente encontrada, mas que a Biblioteca Fluminense possuía um exemplar, que em 1877 já não se encontrava mais na biblioteca: "A Bibliotheca Fluminense possuiu outr'ora, segundo nos informou seu honrado e desvellado patrono, o sr. Francisco Antonio Martins, algumas das produções theatrais de Luiz Penna; hoje, porém, é um verdadeiro deserto sobre este objecto" As leituras fóra do estabelecimento, o que é da infeliz e parcial natureza (dizemos parcial, porque ha livros que não podem sahir do edificio) daquela bibliotheca, dão estes tão lamentaveis resultados!²²⁵

(1914) O Jornal do Commercio noticia a reversão de clausula do contrato da sessão do imovel adquirido com os produtos de loterias, pela associação Biblioteca Fluminense, de modo que este não retornaria à posse da União, em caso de sua extinção. O jornal qualifica essa negociação como "escandalosa negociata" feita por Rivadavia Corrêa enquanto ocupou cargo no Ministério da Fazenda. Ele teria feito isso a outros imóveis que pertenciam a União "... entregando-os pelos mais ínfimos preços".

O jornal explica resumidamente como ocorreu o negócio, e inicia a matéria com o seguinte título: "O Sr. Rivadavia é um máo

²²¹ *Jornal do Brasil*, n.27, 27 de janeiro de 1916, p.12

²²² *Jornal do Commercio*, n.60, publicado em 1º de março de 1847, p.4.

²²³ *Jornal do Commercio*, n.98, publicado em 9 de abril de 1847, p.4.

²²⁴ *Jornal do Commercio*, 4 de fevereiro de 1877, n.35 p.4

²²⁵ *Jornal do Commercio*, 26 de novembro de 1877, n.328 p.1, ano 56

administrador. / Como se entregar os bens da União. / Uma negociata feita em silencio." E continua: "Além da desastrosa administração que S. Ex. imprimiu á pasta da Fazenda, o Dr. Rivadavia Corrêa desfez-se de bens da União, entregando-os pelos mais ínfimos preços.

O jornal dá a entender que soube de tal "negociata" em 31 de maio de 1914, a desvendou, ou seja, deve ter conhecido os tramites do processo, mas "os nossos protestos não puderam ir além devido á mesma negociata, e ela se fez mais escandalosa do que esperávamos". Lembro que o Jornal do Commercio ficava em frente à Biblioteca Fluminense na rua do Ouvidor, e tudo o que lá acontecia era de conhecimento deles, até mesmo pela proximidade.

O jornal informa que "Bem poucos sabiam que o grande predio da rua do Ouvidor 90 e 92 [...] era de propriedade da União". Em 1914, segundo o jornal, o andar térreo estava sendo ocupado pela "importante firma commercial Salgado Zenha & C."

O jornal apresenta, ainda, algumas informações que resumem os valores e como se deu a aquisição desse predio. Em 1858 "elle" foi arrendado por 6:000\$ à Biblioteca Fluminense. E prossegue dizendo que com "intuito de favorecer o bom gosto pelas bellas artes, a corôa concedeu á Bibliotheca, mais ou menos, naquella época, o direito a extracção de quatro loterias, que se effectuavam no proprio Thesouro". Informa ainda que em 1873, o governo concedeu 10 loterias "...sendo [de] todas o mais invejável resultado á sociedade que geria os negocios da Bibliotheca".

Em 1878, a directoria propos ao governo adquirir o imovel sob as seguintes clausulas: "a) a Directoria cedia ao Governo seis loterias das que gozava; b) a Directoria empregaria o producto das oito loterias restantes na conservação e melhoramentos do imovel, sendo com o saldo adquiridas apolices com a clausula de alternaveis; c) a Directoria teria que prestar contas demais obrigações; d) logo que a Bibliotheca se extinguisse o imovel, com as bemfeitorias, voltariam ao domínio da União. Com base nesse contrato, diz o jornal, em 13 de abril de 1878 foi assinada a escritura de venda e, desde então, a biblioteca deixou de pagar aluguel, e pode explorar o imóvel alugando seus pavimentos, que o jornal especifica: o terreo todo, parte do 2º pavimento, e todo o 3º.

O jornal continua: "melhor negocio não se podia ter realizado". A Biblioteca Fluminense tivera um lucro de 240:000\$. O jornal resume bem o que acontecera: "A idéia, porém, foi se deturpando pouco a pouco. Tornou-se mais um negocio. A Directoria explorava o imovel e o público obrigando-a a pagar uma determinada quantia para alli ter ingresso. Essa taxa afugentou a concorrência e a Directoria vivia quasi que exclusivamente dos aluguéis. / O quadro social foi também soffrendo baixas, não sendo até admissível a entrada de mais socios. Os herdeiros só tinham direito dentro de um anno para requerer a transferencia das acções. Essa clausula redundou em tornar pequeno o numero de socios."

O jornal explica que com a restituição do imovel à União, somado aos poucos sócios que restavam na biblioteca, acabaria fechando as portas. Eis que os socios restantes pensaram na anulação da clausula que revertia o imóvel à União em caso de liquidação da mesma. Diz o jornal: "...Por várias vezes tentaram convencer o character de alguns Ministros de Fazenda, mas nada conseguiram, porque o escândalo era patente". Porém com Rivadavia, foi diferente. "No momento em que denunciámos a transacção a sociedade offerencia 240 contos para o cancellamento da clausula, entrando na posse definitiva do imovel, quando só na extracção de loterias tinha ganho a mesma importância. / E não era só. O prédio vale hoje seguramente 900 contos e quanto não terá ganho com a exploração do imovel em aluguéis? / Denunciamos a "patota" e isso só serviu para torna-la mais immortal..." / A directoria assediou o Dr. Rivadavia Corrêa e esse, por despacho de 3 de agosto deste anno, em virtude do artigo 72 da lei 2.841, de 13 de dezembro de 1913 attendeu ao pedido da directoria.

E continua: "Dia 19 de agosto a directoria convocou assembleia geral para colocar em votação a ideia de hipotecar o imovel para conseguir o valor acordado para sua aquisição definitiva, o que foi aceito pelos acionistas restantes. Em 15 de setembro, em posse do valor necessário, Antonio Jose Soares de Souza assinou a escritura de cancelamento [no cartório do 1º officio (tabelião castro)] da clausula que revertia o imóvel à União. O valor

entregue a um representante da Fazenda Nacional foi de 139:626\$670.

O jornal lamenta dizendo: "O Dr. Rivadavia Corrêa desfazia-se por tão pouco dinheiro de um grande prédio de três andares na rua do Ouvidor, com 13 m. 40 de frente e 28x15 de fundos. Só o terreno tem valor superior a 200 contos de réis. Termina a reportagem indagando: "Como procederá o Dr. Wenceslão Braz?"²²⁶

(1959) Matéria sobre a fundação da Academia Brasileira de Letras, que menciona uma reunião que ocorreu na Biblioteca Fluminense quando já estava localizada na Rua do Ouvidor²²⁷.

"Da Trav. do Ouvidor à Praia da Lapa - I por Josué Montello"

"Como alguém indagasse a Olavo Bilac, nos tempos heróicos em que a Academia Brasileira ainda não dispunha de uma sede, qual a razão por que os sócios do novo instituto eram chamados de imortais, o poeta teria dado esta resposta:

-- É que não temos onde cair mortos"

A matéria fala das sedes da Academia brasileira de letras no momento em que ela não a possuía na década de 90 do século XIX

- Sedes: Revista Brasileira, na travessa do Ouvidor, n.81, diretor era José Veríssimo. A primeira "sessão preparatória da corporação" se realizou aí em 15 de dezembro de 1896. [Na verdade acredito que essa fosse a primeira reunião entre os acionistas que queriam estabelecer a academia]. Participaram, segundo a matéria: Artur Azevedo, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Filinto de Almeida, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Valentim Magalhaes e Visconde de Taunay. Machado de Assis foi aclamado presidente nessa assembleia e escolheu Rodrigo Otávio e Pedro Rabelo como secretários, compondo a primeira diretoria provisória da academia. O espaço era descrito da seguinte forma: "duas salas

acanhadíssimas: redação em uma, secretaria em outra".

Pedagogium, instituição de fins educativos colocou uma de suas salas de aula a disposição da academia em 20 de julho de 1897. Esse estabelecimento estava localizado em um "casarão antigo em frente ao Passeio Público". Passaram a fazer suas sessões solenes e ordinárias nesse espaço, sempre a noite, pois as salas só ficavam disponíveis aos acadêmicos nesse período do dia. Diz o jornalista: "pode-se dizer que a Academia, nesse período, não esquenta lugar"

As salas do Ginásio Nacional também abrigou a academia por um curto período de tempo -- pode-se considerar que foi aproximadamente de janeiro a setembro de 1898 -- acolhida também por José Veríssimo nesse espaço, do qual ele era diretor.

Até finalmente chegar na Biblioteca Fluminense. Diz o jornalista: "A Biblioteca Fluminense tinha a vantagem de ficar em lugar central, na Rua do Ouvidor, a dois passos da Livraria Garnier: dêsse modo, os acadêmicos saíam da livraria, entravam na Biblioteca -- e aí realizavam a reunião da Academia. Tudo levava a crer que demorariam pelo menos algum tempo nesse novo agasalho. Mas a Biblioteca, que tivera os seus dias de esplendor ao tempo do bibliófilo Francisco Antonio Martins, resumia-se agora em uma casa fechada, onde dormiam os livros nas estantes cobertas de poeira. De modo que, não obstante ser o local à mão e bem no centro da cidade, logo concluíram os acadêmicos não ser êle dos mais convidativos... É o que nos conta Rodrigo Otávio: "o local era por demais lúgubre e tumular: num tácito entendimento, cedo generalizado, os Acadêmicos, já de si, em número reduzido, que frequentavam as sessões, foram desertando aquela casa de silêncio..."

Na verdade, o casarão, com seu triste ar de abandono, estêve a ponto de infundir maior desalento à meia dúzia de espíritos teimosos que acompanhavam Machado de Assis. Por um nada a Academia se dissolve. Mas uma sessão bastou para afugentar daquela solidão empoeirada os acadêmicos. "

²²⁶ *Jornal do Commercio*, 1914, n.330, p.8, 28 de novembro de 1914

²²⁷ *Jornal do Commercio*, 1959 n.60 p.6, ano 133, n.60, 10 de dezembro de 1859

A Noite (RJ)

(1916) O jornal faz uma matéria sobre a visita realizada ao prédio da Bibliotheca Fluminense à rua do Ouvidor, expondo suas impressões ao ver o estado do acervo, que já havia sido doado à Bibliotheca Nacional, cujos funcionários estavam lá separando o acervo para sua mudança.

O título da matéria é bem sugestivo do sentimento de perda de uma parte da história do Rio de Janeiro: "Em torno as ruínas de um templo quasi secular: as tristes impressões de uma visita aos restos mortaes da Bibliotheca Fluminense".

A matéria, que ocupa duas colunas da primeira página, inicia rememorando o discurso de Bernardo Joaquim de Oliveira quando da fundação desse gabinete de leituras nacional, destacando suas falas quanto a dificuldade enfrentada para levar o projeto adiante, tendo em vista a "indiferença que grassa entre os nossos patricios, quando se trata de alguma coisa util e roveitosa ao paiz".

Diz o jornalista "Quando um curioso da geração moderna, depois de ler taes noticias, compulsa inutilmente os dictionarios biographicos e não encontra na rapidez da reportagem nenhum traço desse sr. Bernardo Joaquim de Oliveira, não pode reprimir um movimento de respeito e admiração pelo homens antigos, que, como o fundador da Bibliotheca Fluminense, executaram trabalhos de vulto em meio da indiferença do paiz".

E continua: "Depois deste fugitivo commentario, não é necessario se dizer mais nada para fornecer aos leitores uma idéia do espectáculo desolador que vem ha tempos carregando de tristesa os frequentadores da Bibliotheca Fluminense, cujos livros, de acordo com a determinação dos ultimos accionistas, foram doados à Bibliotheca Nacional". / O Dr. Cicero Peregrino já enviou para ali vários funcionarios encarregados do transporte da doação, alguns dos quaes confessaram ao nosso representante que viam com espanto certo accionista fazer continuos carregamentos de livros para sua casa, a pretexto de deleitar membros de família com leituras de romancês. / É de confranger a alma o estado em que, por culpa propria ou não, deixaram os responsaveis pela Bibliotheca Fluminense, que se acha no 2º andar do edificio da rua do Ouvidor. O nosso companheiro que ali penetrou, acompanhado do

sr. Galvão Britto, funcionario da Bibliotheca Nacional, foi logo de entrada tropeçando num sermonario de padres menores de collegios evangelistas de Portugal, e, num movimento instinctivo de amparo foi bater com as mãos num livro historico de 1570, si é que se pode dar nome de livro áquillo que as traças reduziram a uma peça de rendas..." / Foi neste momento que ficou a lhe sorrir o perfil endiabrado de Macchiavelli, xilographado numa edição raríssima de 1550, onde se lia: "Tutte le opere di Nicolo Macchiavelli cittadino et secretario fiorentino". No desejo de folhear a obra do frio e logico fundador da política moderna, o nosso companheiro se esqueceu de erguer do chão o retrato de Mme. de Stael, que pertencera ao livro com que a elegante escriptora voltou a atenção da França para as cousas da Alemanha. / Edições antigas das obras metaphysicas de Caudillac descansavam cheias de pó sobre a Chronica dos Carmelitas Descalços, offerecida por frei João do Sacramento, leior de theologia, a D. João V. Um dos sete volumes da historia geral de Portugal e suas conquistas, offerecida a 'nossa senhora D. Maria I, por Damião Antonio de Lemos', misturava-se, descadeirado em meio de obras estrpadas, com o 5º ou 6º volume da Monarchia Lusitana, do fastidioso Frey Bernardo de Britto. / Enquanto isso, tudo era apressadamente observado, o Sr. Cícero Galvão, guiando nosso companheiro, ia contando como um dos accionistas pretendeu subtrahir daquelle andar um album offertado à Bibliotheca pelo barão Homem de Mello.

E continua: "Seria porém necessario muito enumerar para se dar um simples resumo das notas colhidas pelo nosso companheiro. / Dirá porém alguma coisa da Bibliotheca o Dr. Dias de Barros, que lhe frequentou as salas de leitura durante 14 annos. / Procurado pelo nosso representante, informou aquelle clínico possuir a Bibliotheca Fluminense cerca de 40.000 volumes, sendo uma de suas maiores riquezas a colleccção de jornaes, mappas manuscriptos. / - Basta lhe dizer, informou ao nosso redactor o Dr. Dias de Barros, que existe ali uma edição completa da "Aurora Fluminense", fundada por Evarito da Veiga; outra da 'Astréa', sem citar o 'Reverbero', folha raríssima da época da regencia, e varias encyclopedias de 'reconhecido valor'. / A Bibliotheca parece que se extingue por falta de recursos, visto que a trimestralidade de 5\$ e os poucos associados

não bastavam a cobrir as despesas de conservação.²²⁸

(1916) A Biblioteca Nacional do Brasil, faz retificações à matéria escrita pelo jornal *A Noite* publicada no dia anterior. Diz o texto da carta: "Meu caro Sr. redactor d'A Noite – Cumprimentos. – Hontem, o seu bem merecidamente estimado jornal veio á estampa um artigo sobre a Bibliotheca Fluminense, ao qual é necessario fazer uma pequena rectificação. / Designado pelo Dr. Manoel Cícero, director da Bibliotheca Nacional, para, em companhia de meu colega Oscar Luna Frei[?], receber e fazer transpotar para a nossa repartição as obras, jornaes, gravuras, mappas e manuscritos que lhe haviam sido doados pelos accionistas da extincta Bibliotheca Fluminense, encetei o serviço a 17 do mez proximo passado, sendo recebido, assim como os demais funcionarios destacados, com toda a corteia e carinho por parte dos empregados da mesma Bibliotheca. / Ao correr do serviço de remoção, teve o meu director sciencia de que estavam sendo retirados volumes constantes do catalogo daquela livreria. / Inquirindo dos empregados que ali ainda se encontravam, soube que os volumes haviam sido retirados por ordem do dr. Paulino de Souza, que fornecera, para tal fim, uma lista de romances. / É bom fazer notar que desta retirada não tive sciencia sinão por 'ouvir dizer', pois trabalhavamos no 3º andar e os volumes retirados eram do 1º, e, ainda mais que nunca tive as chaves dos armazens daquela Bibliotheca em meu poder, recebendo-as a hora de entrada (11) das mãos do conservador, Sr. Braga, e entregando-as ao mesmo senhor, ou a outro empregado, á hora da saída do serviço (16). / Ha, porém, outro facto relatado na noticia d'A Noite, que é mister ficar bem esclarecido. / Diz a local: '...o Sr. Cícero Galvão guiando o nosso companheiro, ia contando como um dos accionistas pretendeu subtrahir daquelle andar um album offertado á Bibliotheca pelo barão Homem de Mello'. / Na visita feita pel'A Noite, em palestra amistosa com o seu representante, foi-me perguntado si a Bibliotheca Fluminense possuía obras ou manuscritos de grande valor. Respondi negativamente, accrescentando consistir a riqueza daquela livreria na collecção de jornaes brasileiros antigos e raros dos quaes

muitos a Bibliotheca Nacional não possuía sequer um numero specimen. / Entre as cousas de valor que eu encontraré fiz menção ao amavel representante d'A Noite de um manuscripto referente á Guerra do Paraguay e a nove estampas desenhadas a lapis, assignadas e inéditas mandadas fazer pelo então presidente da província do Rio Grande do Sul, o barão Homem de Mello. / Estes desenhos, conforme communiquei ao director da Bibliotheca Nacional, foram encontrados dobrados e arrancados do album entre o vão das portas das estantes 82 e 83, na altura da 7ª pateleira. / Dias depois deste encontro, fui achar entre livros carcomidos pela traça, guardados em bahu de folha, o album donde foram crimosamente arrancados os referidos desenhos, que representam retratos da família imperial, vultos e factos heroicos da Guerra do Paraguay. / Não accusei, pois nem poderia de boa fé fazel-o 'um accionista', mesmo porque não conheço um único destes bemfeitores da nossa nacional livreria. / Citei aquelle fato, das estampas arrancadas, tal qual o fizera ao mesmo director, ao intuito unico de resalvar a responsabilidade futura minha e de meu companheiro de trabalho e comissão. / Não me cabe indagar quaes os responsaveis. / Nós empregados da Bibliotheca Nacional em comissão na Bibliotheca Fluminense não podíamos, e até agora não podemos, obstar a retirada de quaesquer obras, porquanto não sabemos a quanto monta o numero de volumes, já por não existir um catalogo completo, já pela grande quantdade de obras não catalogadas, accrescento sobre tudo isso, nunca havermos recebido as chaves do predio. / Agradecendo-lhe a rectificação, subscrevo-me muito seu admirador e amigo grato – Cícero Galvão, official da Bibliotheca Nacional. Rio, 2 de fevereiro de 1916."²²⁹

(1916) Na ultima matéria referente a doação da coleção Bibliotheca Fluminense à Biblioteca Nacional do Brasil, o jornal *A Noite* publica sob o título "A morte de uma instituição benemerita: as preciosidades da Bibliotheca Fluminense": "A Noite, proseguindo sua reportagem de antehontem, em torno áquelle templo em ruinas que é a Bibliotheca Fluminense, expõe á curiosidade dos leitores e á admiração dos bibliographos e bibliomaníacos uma das folhas intermedias da

²²⁸ jornal *A Noite*, 1 de fevereiro de 1916, n.1.478, p.1

²²⁹ Jornal *A Noite*, 2 de fevereiro de 1916, n.1.479 p.2

edição das obras completas do Machiavelli. Conforme registrámos ante-hontem trata-se de uma impressão em quarto, feita em 1550. Esta edição que é de dous volumes, está dividida em cinco partes e, para realçar seu valor, basta dizer haver sido a primeira edição collectiva das obras de Machavelli, sendo depois desta a mais importante e rara a de Piatti impressa em Florença em 1813 e dividida em oito volumes em oitavo. A nossa gravura representa uma das folhas divisorias dos diferentes trabalhos reunidos na edição genoveza de 1550. É de se admirar ahi a nitidez da figura de Machiavelli, xilographada 23 annos depois da morte do celebre diplomata do renascimento italiano. o perpassar dos seculos em nada alterou, siquer desbotou, a imagem trabalhada pelos artífices de enova. A expressão do secretario florentino, tal qual nos mostra a photographia acima, como que confirma a descripção dos historiadores modernos, que mostram Machiavelli com uma physionomia dura, porém cheia de linhas aristocraticas, com qualquer cousa de fascinador e equivoco. / É esta figura que se repete diversas vezes na edição de 1550, vindo a proposito notar que o nosso representante apenas lhe folheou o primeiro volume, porquanto o outro desapareceu, ou a Bibliotheca nunca o possuiu, si é que ele não anda de mistura com outras raridades no andar imundo da Bibliotheca Fluminense. / Só depois de ultimado o trabalho de transporte dos funcionarios da Bibliotheca; só depois de limpos e restaurados todos aqueles volumes, ou melhor, só dentro de dous ou tres annos s poderá chegar a uma conclusão segura. Dizemos isto porque a Bibliotheca Fluminense é cheia de surpresas e mysterios, sendo bastante lembrar que o seu actual presidente calcula em 20 a 25.000 o numero de voumes, ao passo que o Dr. Dias de Barros assegura ser superior a 40.000 o total das obras ali existentes, no que, aliás, está de accôrdo com o trabalho de avaliação feito pelos funcionarios na Bibliotheca Nacional. / Varios almanaks e publicaçõesmconsultados por um dos nossos redactores, unanimes em elogiar o zelo e dedicação do extincto Francisco Antonio Martins, que foi, perto de cincoenta annos, bibliothecario e conservador do estabelecimento, accusam a existencia de um numero de obras que ultrapassa aos calculos de

hoje. / Uma publicação de 1860, dando ligeira noticia da Bibliotheca Fluminense, diz qu a mesma possui 28.000 volumes; dez annos mais tarde, isto é, em 1870, figura o numero de 35.000, nuero este que duplica em 1890, e quasi triplica em 1903, época em que a Bibliotheca apparece com 90.000 volumes. / Fica-se, contudo, indeciso sobre a exactidão de taes informações, quando se ouve o Dr. Paulino de Souza affirmar que ha cerca de trinta annos não se registra, por assim dizer, entrada de livros na Bibliotheca Fluminense, indecisão que sobre de ponto ante uma informação do Dr. Dias de Barros, assegurando existir duplicidade de catalogo, garantindo que innumerous livros não estão catalogados por nenhum systema e que não são poucas as obras ultimamente entradas no estabelecimento, algumas até devido a reclamações, conselhos e pedidos do informante. / Dadas as notas ante-honetem publicadas pela A noite não fôra admirar que grande parte destes livros tivessem sido subtrahidos, por alguns accionistas, sobretudo em se sabendo que o funcionario para ali destacado pelo director da Bibliotheca Nacional levou ao conhecimento de seu superior varias irregularidades que vem observando desde 17 de janeiro. / O Dr Paulino de Souza, actual presidente da Bibliotheca Fluminense, interrogado por um representante da A Noite, limitou-se a dizer que ignorava a existencia dos boatos accusando de ligeireza alguns accionistas, e que, caso houvesse fundamento em taes boatos, a imprensa não os deveria explorar, visto tratar-se de um estabelecimento particular e de um caso para o qual não foi solicitada a intervenção da policia.²³⁰



²³⁰ jornal *A Noite*, 3 de fevereiro de 1916, n.1480 p.1

A Notícia (RJ)

(1897) Inauguração da exposição de quadros dos alunos de Antonio Parreiras, nos salões da Biblioteca Fluminense²³¹

(1909) Na seção "A Situação", publica-se uma nota informando sobre reunião dos deputados governistas na Biblioteca Fluminense, que já estava localizada à Rua do Ouvidor, para tratar da situação política naquele ano²³²

(1910) Notícia que Tancredo de Barros Paiva, cataloguista da Biblioteca Fluminense, foi eleito membro do Centro de Sciencia de Campinas e do Instituto Historico e Geographico de SP²³³

O Paiz

(1884) O jornal noticia uma reunião ocorrida no salão da Biblioteca Fluminense com eleitores do partido conservador convocados pelo conselheiro Paulino José Soares de Souza. O motivo da reunião era apresentar o candidato do partido ao 1º distrito, Antonio Ferreira Vianna. A notícia menciona que a câmara fora dissolvida²³⁴

(1886) O jornal publica uma matéria sobre a Biblioteca Fluminense, apresentando sua história, e falando do estado em que estava no ano de 1886. Destaca duas figuras importantes que tentavam reergue-la: Francisco Antonio Martins e Felix Ferreira. O texto inicia da seguinte forma: "A Bibliotheca Fluminense é uma das mais antigas associações desta corte e uma das que melhores e maiores serviços têm prestado á causa da diffusão do estudo e do amor ás boas leituras.

E prossegue falando de sua fundação em 1847, período no qual surgiam eminentes escritores que "iniciaram a litteratua brasileira", prosperando em menos de 10 anos, sendo um vasto repositório de "letras e sciencias e o mais completo deposito de documentos historico-políticos do Brazil."

Destaca dois presidentes como sendo "homens de saber", como o conselheiro Bivar e

o Visconde do Uruguay, "[...] auxiliados, ou antes guiados, por um bibliographo tão modesto quanto distinto, o sr. Francisco Antonio Martins, que vinculando-se á existencia da instituição, elevou-a com o seu trabalho e laboriosa e sábia collecta de livros, cartas e documentos sobre a America e o Brazil a competir com a Bibliotheca Nacional, senão a excede-la na especialidade de algumas secções que mais interessam aos brasileiros e aos americanos. / Nem os dissabores da indiferença, nem o desanimo do abandono, nem as privações que traz a decadencia, o desanimaram nunca. Tudo quanto dependeu da sciencia, da probidade e do trabalho de um homem, elle o fez pela Bibliotheca Fluminense; só lhe diminuiram o resultado de seus esforços e dedicação os obstaculos materiaes."

E continua dizendo que assim como a rápida prosperidade, rápido também foi o declínio da Biblioteca Fluminense, pontuado ela matéria ter iniciado em 1867. Afirma ainda que "... sua ruína já teria se effectuado sem aquelle estilo pujante que a amparou sempre", isto é, o proprio Francisco. Atribui seu declínio ao tipo de acervo que mantinha: "...Organizada mais scientificamente do que se costuma organizar bibliothecas mantidas por subscriptores, faltara-lhe o concurso destes, e as contribuições dos poucos que procuravam as suas preciosas colleções, não foram sufficientes para mante-la".

Informa que na administração do conselheiro Paulino de Souza Soares é que ela conseguiu as 10 loterias, cujo produto serviu para construir o prédio da rua do Ouvidor, "... em frente ao Jornal do Commercio". E completa: "...Os seus recursos, porém, são parcos, e quasi desconhecida no esquecimento em que cahiu, desaparecerá de todo, se a noticia das suas riquezas não chegar aos que podem aproveitar, servindo ao seu paiz.

Na segunda parte da matéria, fala-se do projeto de Felix Ferreira para reerguer a Bblioteca Flumiense: "Um litterato que tem-se distinguido por obras e trabalhos de utilidade real, e bibliophilo também, o sr. Felix Ferreira...". A matéria informa que a biblioteca continua sob direção técnica de Francisco Antonio Martins, e que Felix tinha o plano de organizar uma associação, sob o título

²³¹ A notícia, 30/31 de outubro de 1897, n.258, p.2

²³² A Notícia, 18/19 de maio de 1909, p.1, n.111

²³³ A Notícia, 11/12 de outubro, 1910, n.242

²³⁴ O Paiz, 11 de novemro de 1884, n.42, p.1

de "Sociedade Bibliographica Brasileira, que se propunha a adquirir, augmentar e restaurar a Bibliotheca Fluminense, tornando-a ao mesmo tempo o centro de diffusão do estudo das letras e das sciencias".²³⁵

(1887) Informa que a pintura da Biblioteca Fluminense foi iniciada em 18 de julho deste ano, assim como a colocação de novas estantes. Avalia que até o final deste ano ela estaria reorganizada e funcionando.²³⁶

(1908) O jornal noticia um pregão, convocado por Joaquim José Saraiva Junior, então juiz da fazenda municipal, "... em execução que a

fazenda municipal move á Bibliotheca Fluminense, na pessoa de seu director, Dr. Paulino José Soares de Souza, o prédio de sobrado, sito á rua Moreira Cesar n.62...".²³⁷

A Reforma: órgão democrático (RJ)

(1873) Edição de Peregrinno da America - um exemplar tinha na BF²³⁸

²³⁵ *O Paiz*, 8 de fevereiro de 1886, p.1, n.38

²³⁶ *O Paiz*, 19 de julho de 1887, n.1017, p.1

²³⁷ *O Paiz*, 6 de junho de 1908, p., n.8647

²³⁸ *A reforma: órgão democratico (RJ)*; p.3, 20 de março de 1873, n.64

ANEXO C – Primeiro anúncio da biblioteca fluminense publicado em 1848, no Almanak

Laemmert.

273

- Na rua da Copa Cabana, 18.
 » da Misericórdia, 35.
 » Nova do Livramento, 18.
 » do Nuncio, 44, internas e externas.
 » dos Ourives, 19.
 » do Piolho, 118, internas e externas.
 » do Sabão, 202.
 » de S. Pedro, 27.
 Travessa do Paço, 23.

Bibliothecas, Gabinetes e Sociedades de Leitura.

BIBLIOTHECA FLUMINENSE

Rua dos Ourives, 87, esquina da do Rosario.

Esta associação, só para nacionaes, projectada com 2000 acções de 25 $\frac{1}{2}$ rs. cada uma para formar o capital de 50:000 $\frac{1}{2}$ 000, foi installada em 11 de Abril de 1847 pela eleição de cinco commissarios com plenos poderes constituintes, os quaes, pela addição que fizeram aos artigos organicos, servirão de directoria até Janeiro de 1848, época fixada para a eleição e posse da 1.^a directoria regular. As salas do estabelecimento forão abertas provisoriamente para nellas se ler (das 8 horas da manhã ás 2 da tarde, e das 4 ás 9 da noite, nos dias uteis, e das 8 da manhã ao meio dia, nos feriados) em 1.^o de Novembro; de Janeiro em diante pretende a directoria conceder a sahida dos livros para fóra do estabelecimento, e então reccherà subscriptores de qualquer nação.

Presidente. — Conselheiro Diogo Soares da Silva de Bivar, $\frac{1}{2}$ 3, $\frac{1}{2}$ 6, rua do Passeio, 34.

Secretario. — José Pr. Per. Pacheco, r. da Candel., 18.

Thesoureiro. — João J. Dias Camargo, r. das Viol., 91.
 Bernardo Joaquim de Oliveira, rua da Quitanda, 128.

Dr. J. M. Pereira da Silva, $\frac{1}{2}$ 3, $\frac{1}{2}$ 6, r. da Quit., 63.

Coronel Dr. Pedro de Alcantara Bellegarde, $\frac{1}{2}$ 3, $\frac{1}{2}$ 6,
 largo do Valdetaro, 108.

Dr. Luiz da Cunha Peijó, rua do Rosario, 80.

**ANEXO D – Membros da diretoria da biblioteca fluminense, organizados por ano, conforme
informação obtida no Almanak Laemmert**

Ano	Personalidades ocupantes dos cargos
1847-1848	Presidente: Diogo Soares da Silva de Bivar; Secretario: José Pr. Per. Pacheco; Tesoureiros: João J. Dias Camargo, Bernardo Joaquim de Oliveira, J. M. Pereira da Silva, Coronel Pedro de Alcantara Bellegarde, Luiz da Cunha Feijó
1849	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretario. Bernardo Joaquim de Oliveira; Tesoureiro. José Machado Coelho; Inspectores. Dr, João Manoel Pereira da Silva; Dr. Luiz da Cunha Feijó; Belarmino Ricardo de Siqueira
1850	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza Secretário: Joaquim Antonio Coelho Bibliotecário: João Manoel Pereira da Silva Inspectores: Bernardo Joaquim de Oliveira, José Antonio dos Santos Xavier, Manoel Corrêa Fernandes
1851	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza Secretário: Bernardo Joaquim de Oliveira Bibliotecário: Manoel Pacheco da Silva Inspectores: José Antonio dos Santos Xavier, Manoel Corrêa Fernandes
1852	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza Secretário: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro Bibliotecário: Manoel Pacheco da Silva Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira Procuradores: José Domingues de Ataíde Moncorvo, Miguel Joaquim de Andrade da Almada, José Ferreira Leal
1853	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza Secretário: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro Bibliotecário: Manoel Pacheco da Silva Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade da Almada, José Ferreira Leal Empregados: Francisco Antonio Martins, José Clemente Duvivier, filho; Domingos da Cunha Pinheiro Gonzaga
1854	Presidente: Paulino Jose Soares de Souza; secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecário Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins e Francisco Ferreira de Azevedo, Domingos da Cunha Pinheiro Gonzaga
1855	Presidente: conselheiro Visconde do Uruguay; secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecário Manoel Pacheco da Silva;

	Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins
1856	Presidente: conselheiro Visconde do Uruguay; secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecário Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins
1857	Presidente: conselheiro Visconde do Uruguay; Secretario: Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro; Bibliotecário Manoel Pacheco da Silva; Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira; Procuradores: Miguel Joaquim de Andrade e Almada, José Ferreira Leal; Empregados Francisco Antonio Martins
1858	Presidente. Visconde do Uruguay Secretario. Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro Bibliotecário: conselheiro José Machado Coelho de Castro Tesoureiro: Bernardo Joaquim de Oliveira Procuradores: Manoel Pacheco da Silva, José Joaquim Maia, Manoel José Teixeira Junior Empregados: Francisco Antonio Martins e Manoel Marques Perdigão.
1859	Presidente. Visconde do Uruguay Secretario. Joaquim Antonio Fernandes Pinheiro Bibliotecário: conselheiro José Machado Coelho de Castro Tesoureiro: Bernarno Joaquim de Oliveira Procuradores: Manoel Pacheco da Silva, José Joaquim Maia, Manoel José Teixeira Junior Empregados: Francisco Antonio Martins e Manoel Marques Perdigão.
1860	Presidente: Cons. Luiz Pedreira do Couto Ferraz Secretario: Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro Bibliotecário: João Carlos de Souza Ferreira Tesoureiro: Joaquim José Rosario Procuradores: João José do Rosario; João Antonio Leite, junior; Luiz Honorio Vieira Souto Empreados: Francisco Antonio Martins, Feliciano Marques Perdigão
1861	Diretoria: Dr. Isidoro Borges Monteiro; Dr. conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Bernardo teixeira Borges, Dr. Cândido José Cardoso, Jeronymo José de Mesquita, Joaquim José do Rosário, José Francisco da Costa, Dr. Vicente Joaquim Torres, José Narciso da Silva Vieira, Manoel da Silva Passos, Francisco José da Silva Ramalho, Manoel José Teixeira Junior. Empregados: Francisco Antonio Martins, Feliciano Marques Perdigão *Obs.: No anúncio constava apenas os nomes dos membros da diretoria
1862	Diretoria: Dr. Isidoro Borges Monteiro; Dr. conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Bernardo Teixeira Borges, Dr. Cândido José Cardoso, Jeronymo José de Mesquita, Joaquim José do Rosário, José Francisco da Costa, José Narciso da Silva Vieira, Manoel da Silva Passos.

	Empregados: Francisco Antonio Martins, Feliciano Marques Perdigão, Joaquim Pereira dos Santos
1863	Diretoria: Dr. Isidoro Borges Monteiro; Dr. conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Bernardo Teixeira Borges, Dr. Cândido José Cardoso, Joaquim José do Rosário, José Francisco da Costa, Manoel da Silva Passos. Empregados: Francisco Antonio Martins, João José do Carmo Bittencourt
1864	Diretoria: conselheiro de Estado Visconde de Uruguay; Dr. conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Saturnino Ferreira da Veiga, Antonio Joaquim Dias Abreu, Ignacio Ferreira Lopes Guimarães, Manoel José Marques Sobrinho, Matheus Alves de Souza Empregados: Francisco Antonio Martins, José Rodrigues de Souza Gama
1865	Diretoria: Cons. de Estado Visconde do Uruguay; Conego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; Saturnino Ferreira da Veiga; Antonio Joaquim Dias Abreu; Ignacio Ferreira Lopes Guimarães; Manoel José Marques Sobrinho; Matheus Alves de Souza Empregados: Francisco Antonio Martins; João Rodrigues de Souza Gama
1866	Diretoria: Bacharel José Pereira Rego; Diogo Francisco Moreira; Dr. Thomaz Alves Junior, Jorge Lopes da Costa Moreira, João Severino da Silva, Manoel Pereira Bastos Junior, Severino Chaves de Miranda, Cassiano Nunes Moreira, Matheus Alves de Souza, Manoel José Soares. Empregados: Antonio Pereira Leitão, Francisco Antonio Martins.
1867	Diretoria: Luiz Alves Pereira Machado; Thomaz Alves Junior; Joaquim José do Rosario Empregados: Francisco Antonio Martins.
1868	Diretoria: Thomaz Alves Junior; Luiz Alves Pereira Machado; Joaquim José do Rosario Empregados: Francisco Antonio Martins
1869	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza Vice: conselheiro Antonio José de bem Demais membros: Luiz da Silva Brandão; Joaquim José do Rosário; Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça. Empregado: Francisco Antonio Martins.
1870	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza Vice: conselheiro Antonio José de Bem Demais membros: dr Luiz da Silva Brandão; Joaquim José do Rosário; Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça. Empregado: Francisco Antonio Martins.
1871	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de souza Vice: conselheiro Antonio José de bem Demais membros: dr Luiz da Silva Brandão; Joaquim José do Rosário; Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco

	Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça. Empregado: Francisco Antonio Martins.
1872	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de souza Vice: conselheiro Antonio José de bem Demais membros: dr Luiz da Silva Brandão; Joaquim José do Rosário; Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça. Empregado: Francisco Antonio Martins.
1873	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de souza Vice: conselheiro Antonio José de bem Demais membros: dr Luiz da Silva Brandão; Joaquim José do Rosário; Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, Antonio José de Campos Porto, Francisco Antonio Proença, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça. Empregado: Francisco Antonio Martins.
1874	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de souza Vice: conselheiro Antonio José de bem Demais membros: dr Luiz da Silva Brandão, Joaquim José do Rosário, Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça. Empregado: Francisco Antonio Martins.
1875	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Vice: conselheiro Antonio José de Bem; Demais membros: dr. Luiz da Silva Brandão; Joaquim José do Rosario, Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras; Candido Soares de Mello; Luiz Alves Pereira Machado; Ricardo José da Silva Graça; Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins, filho
1876	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Vice: conselheiro Antonio José de Bem; Demais membros: dr. Luiz da Silva Brandão, Joaquim José do Rosario, Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras; Candido Soares de Mello; Luiz Alves Pereira Machado; Ricardo José da Silva Graça; Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins, filho
1877	Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Vice: conselheiro Antonio José de Bem; Demais membros: dr. Luiz da Silva Brandão, Joaquim José do Rosario, Dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras; Candido Soares de Mello; Luiz Alves Pereira Machado; Ricardo José da Silva Graça; Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins, filho
1878-79	A Biblioteca Fluminense não publicou anúncio nessas edições

1880	<p>Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Vice: conselheiro Antonio José de Bem; Demais membros: dr. Luiz da Silva Brandão, Joaquim José do Rosario, dr. Caetano Alves de Souza Filgueiras (ausente), Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça, Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins, filho</p>
1881	<p>Presidente: conselheiro Paulino José Soares de Souza; Secretario: dr. Luiz da Silva Brandão; Demais membros: Joaquim José do Rosario, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça, Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins, filho</p>
1882	<p>Presidente: conselheiro de estado Paulino José Soares de Souza Secretário: Dr. Luiz da Silva Brandão; Thesoueiros: Joaquim José do Rosario, Candido Soares de Mello, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Anonio Martins, filho</p>
1883	<p>Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: Luiz da Silva Brandão Tesoureiro: Joaquim José do Rosario, Candido Soares de Melo, Luiz Alves Pereira Machado, Ricardo José da Silva Graça Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins filho *Obs.: a partir da edição desse ano, os títulos, honrarias e cargos imperiais foram banidos das informações apresentadas no Almanak Laemmert, referentes a pessoa. Nem o título de dr. foi usado. Isso em todos os anuncios.</p>
1884	<p>Presidente: Paulino José Soares de Souza Tesoureiro: Joaquim José do Rosario, Luiz Alves Pereira Machado Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins filho</p>
1885	<p>Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario interino: Ricardo José da Silva Graça Tesoureiro: Joaquim José do Rosario, Luiz Alves Pereira Machado Conservador: Francisco Antonio Martins Ajudante: Francisco Antonio Martins filho</p>
1886-1890	<p>* Obs.: As edições dos referidos ano não foram encontradas na Hemeroteca Digital, nem sob o título de Almanak administrativo, mercantil e industrial do rio de janeiro, nem sob Almanak Laemmert : administrativo, mercantil e industrial, que mudou de nome a partir de 1891 assim permanecendo até 1940</p>
1891	<p>Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça tesoueiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins, filho</p>

1892	Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins, filho
1893 -95	Presidente: Paulino José Soares de Souza Junior Secretário interino: Ricardo José da Silva Graça tesoureiros: Barão de S. Francisco de Paula, Luiz Alves Pereira Machado; Conservador: Francisco Antonio Martins, filho
1896-97	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: Felix Ferreira Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula Conservador: Francisco Antonio Martins, filho
1898	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: Felix Ferreira Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula Conservador: Francisco Antonio Martins, filho Ajudante: José de Souza Braga
1899	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: José Carlos Rodrigues Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula Conservador: Francisco Antonio Martins, filho Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga
1900-1901	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: José Carlos Rodrigues Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula Conservador: Francisco Antonio Martins, filho Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga
1902-1903	Presidente: [vago ou ausente] Secretario: José Carlos Rodrigues Tesoureiro: Barão de S. Francisco de Paula Conservador: Francisco Antonio Martins, filho Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga
1904-1905	Presidente Paulino José Soares de Souza; Secretario: João Baptista Lopes; Tesoureiro: Joaquim Antonio de Souza Ribeiro; Conservador: [vago] Ajudante: José Agostinho de Araujo Braga
1906	Presidente Paulino José Soares de Souza; Secretario: João Baptista Lopes; Tesoureiro: Joaquim Antonio de Souza Ribeiro; Conservador: José Agostinho de Araujo Braga
1907-1908	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: Antonio de Almeida Santos Tesoureiro: Bernardo Pires Velloso Sobrinho Conservador: José Agostinho de Araujo Braga

1909-1910	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: Antonio de Almeida Santos Tesoureiro: Bernardo Pires Velloso Sobrinho Conservador: José Agostinho de Araujo Braga
1911	Presidente: Paulino José Soares de Souza Secretario: Antonio de Almeida Santos Tesoureiro: Bernardo Pires Velloso Sobrinho Conservador: José Agostinho de Araujo Braga
1912	* Obs.: A FBN não possui essa edição na Hemeroteca Digital
1913-1916	*O layout de apresentação dos estabelecimentos no almanaque é modificado, de forma a só aparecerem seu nome e endereço. Entretanto, as notícias de jornais já mencionadas, informam que o presidente da Biblioteca Fluminense, até a sua liquidação, foi Paulino José Soares de Souza.